

# **Desenvolvimento e *Vivir Bien***



## **O caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (Bolívia)**

Renata Albuquerque de Moraes

Brasília

Fevereiro de 2014



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Sociais – ICS

Centro de Pesquisa e Pós Graduação sobre as Américas – CEPPAC

Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas –  
PPG/CEPPAC

## **Desenvolvimento e *Vivir Bien*.**

### **O caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (Bolívia)**

Renata Albuquerque de Moraes

**Orientador:** Gustavo Lins Ribeiro

**Linha de pesquisa:** Desenvolvimento, globalização e regionalização

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de  
Brasília. Acervo 1014743.

Moraes, Renata Albuquerque de.  
MB27d Desenvolvimento e vivir bien : o caso do Território  
Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécura (Bolívia)  
/ Renata Albuquerque de Moraes. -- 2014.  
xi, 205 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,  
Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa  
e Pós-Graduação sobre as Américas, Programa de Pós-Graduação  
sobre as Américas Comparadas, 2014.  
Inclui bibliografia.  
Orientação: Gustavo Lins Ribeiro.

1. Índios da América do Sul - Bolívia. 2. Política  
pública - Bolívia. I. Ribeiro, Gustavo Lins. II. Título.

CDU 39(84-082)

# **Desenvolvimento e *Vivir Bien*.**

## **O caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (Bolívia)**

Renata Albuquerque de Moraes

### **Banca examinadora**

Lilia Gonçalves Magalhães Tavolaro (CEPPAC/UnB – presidente da banca, em substituição ao orientador)

Cristhian Teófilo da Silva (CEPPAC/UnB – avaliador interno)

Henyo Trindade Barreto Filho (IIEB – avaliador externo)

Ricardo Verdum (IIEB – suplente)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
APRESENTADA AO PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS  
(PPG-CEPPAC) COMO REQUISITO  
PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO  
TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS.

Para Paula.

## **Agradecimentos**

Fico muito contente de ter encontrado dificuldade em escrever estes agradecimentos. Sinal de que foram inúmeras as contribuições a este trabalho. Primeiro agradeço à CAPES pela bolsa de mestrado concedida durante dois anos, que possibilitou minha estada em Brasília e a realização desta pesquisa. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPG-CEPPAC) que contribuiu pedagógica, teórica e financeiramente com a construção desta investigação.

Agradeço ao meu orientador, professor Gustavo Lins Ribeiro, pela constante atenção, paciência e incentivo. Pelas inúmeras sugestões e, principalmente, por inspirar o amadurecimento da minha trajetória enquanto pesquisadora e professora. Agradeço pelo convívio e pelo exemplo. Agradeço também a todos os meus professores do CEPPAC por, em suas disciplinas, terem me apresentado a uma série de questões que reaparecem neste trabalho. Aproveito para agradecer especialmente à professora Flávia Lessa de Barros, que acompanhou minha trajetória no CEPPAC de perto e colaborou constantemente com a minha formação. Obrigada. Agradeço também aos meus colegas da turma de ingressos em 2012, pelos debates dentro e fora de sala de aula que contaminaram meu processo de formação, e aos funcionários do CEPPAC, pela atenção e cuidado com as questões que envolvem o dia a dia de um programa de pós-graduação.

Como pagamento de uma dívida mais antiga agradeço aos colegas e professores da Universidade de São Paulo, que desde meus tempos de graduação acreditaram que essa pesquisa era uma possibilidade real. Agradeço especialmente aos meus amigos, parceiros nas trilhas das Ciências Sociais, que leram e releeram aquele projeto de pesquisa inicial que acabou se transformando nesse trabalho: Yana e Chiquetto, obrigada. Aos tantos outros amigos de São Paulo e de Brasília que contribuíram e contribuem sempre com o meu trabalho, também agradeço muito – mas vocês são tantos que seria uma injustiça lembrar de alguns e esquecer de outros. Mesmo assim não poderia deixar de mencionar alguns nomes, em especialo nome do Renan, amigo de

sempre e revisor atencioso desta dissertação. Também agradeço à Kátia, por ter vivido essa pesquisa junto comigo em quase todos os momentos. Sua parceria e amizades nesses anos de Brasília fizeram toda a diferença. Agradeço também à Bi e à Bel, por terem insistido nos incentivos ao meu trabalho e por terem ajudado na revisão de algumas seções da dissertação.

Em especial agradeço à minha família. Aos meus pais, por terem me ensinado que a vida não começa nem termina nos limites do conhecido; por terem me apoiado desde a primeira vez em que suspeitei que minha vida profissional seria iniciada no curso de Ciências Sociais. Agradeço pelas inúmeras vezes que me mandaram ir estudar e pela insistência com que me aconselharam a sempre perseguir os meus objetivos. Pelos conselhos, pelo suporte financeiro e emocional, por serem sempre parte dos últimos oito anos em que estive imersa no universo das Ciências Sociais. Agradeço à minha irmã Paula, a quem dedico este trabalho, por ser parte de mim. Com muita dificuldade resumo seu papel na minha trajetória profissional e na minha vida como essencial. Vou te agradecer pra sempre e por tudo.

Agradeço a todos aqueles que me receberam na Bolívia. Ao *Ministerio de Planificación del Desarrollo*, à *Administradora Boliviana de Carreteras*, à *Defensoría del Pueblo*, ao *Fondo de Desarrollo para los Pueblos Indígenas, Originarios y Comunidades Campesinas* e à Embaixada do Brasil em La Paz, agradeço por terem aberto suas portas e recebido as minhas perguntas. Aos amigos e às suas famílias que me receberam em suas casas, aos professores e colegas da Bolívia que em diferentes situações opinaram sobre o meu trabalho, aos jovens pesquisadores que como eu têm se dedicado aos problemas relativos àquela região do Isiboro-Sécure, a todos que se dispuseram a compartilhar comigo as suas opiniões sobre a complexa situação do TIPNIS, obrigada.

Por fim agradeço àqueles sem os quais nada teria sido possível: às organizações indígenas das terras baixas bolivianas, aos dirigentes que compartilharam suas histórias comigo, aos corregedores e *comunarios* do TIPNIS, que me receberam em sua *Casa Grande* e me trataram sempre como *una hermana*. E como prometido, registro o agradecimento especial ao Don Hernan e à sua família, da comunidade de Santa Maria no rio Sécure, por terem me presenteado *riquísimas* laranjas e toronjas durante uma tarde quente no Centro de Gestão do TIPNIS.



## Conteúdo

Agradecimentos .....	i
Conteúdo.....	iii
Lista de Siglas.....	vi
Resumo .....	ix
Resumen .....	x
Abstract.....	xi
<b>INTRODUÇÃO: Otra cosa es con guitarra .....</b>	<b>1</b>
A construção da Bolívia Plurinacional .....	5
“Otra cosa es con guitarra” .....	14
Uma pesquisa sobre conflito; os conflitos de uma pesquisa (considerações teórico- metodológicas) .....	19
<i>Sobre os conceitos</i> .....	24
<i>Sobre a pesquisa</i> .....	27
<i>Sobre o processo de análise das entrevistas</i> .....	30
Apresentação da dissertação .....	30
<b>PRIMEIRO CAPÍTULO: Sobre um território ameaçado .....</b>	<b>33</b>
Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore .....	35
A problemática do território .....	46
Uma estrada como único caminho.....	52
Interesses de diferentes ordens .....	58
<i>Interesses locais</i> .....	58
<i>Interesses regionais</i> .....	61
<i>Interesses nacionais</i> .....	63
<i>Interesses internacionais</i> .....	64
O drama do TIPNIS .....	65

<b>SEGUNDO CAPÍTULO: Organizações indígenas, Estado, e o conflito no TIPNIS.....</b>	<b>68</b>
As organizações indígenas que representam o TIPNIS .....	71
<i>Organizações locais</i> .....	72
<i>Organizações regionais</i> .....	73
<i>Organizações nacionais</i> .....	74
<i>Organização internacional</i> .....	76
O movimento indígena das terras baixas e o Estado Plurinacional .....	77
<i>De 1990 a 2004 – cinco marchas indígenas apontam para a plurinacionalização.</i> .....	79
<i>2006 a 2010 – três marchas dialogam com o governo de Morales</i> .....	82
<i>O Pacto de Unidade</i> .....	83
As marchas do TIPNIS e a “consulta tramposa” .....	86
Orgânicos e/ou políticos .....	96
<b>TERCEIRO CAPÍTULO: Brasil, o país mais grande do mundo.....</b>	<b>101</b>
A lógica de integração regional hegemônica na América do Sul.....	104
Desenvolvimento para além das fronteiras: uma política econômica interessada .....	112
Conjecturas sobre os interesses brasileiros na estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos .....	118
<i>A questão do petróleo</i> .....	119
<i>A estrada interoceânica</i> .....	122
O Brasil e o caso TIPNIS .....	126
<b>QUARTO CAPÍTULO: Distâncias e aproximações entre desenvolvimento e <i>Vivir Bien</i> .....</b>	<b>134</b>
<i>Vivir Bien</i> : revisões conceituais e rupturas ideais .....	139
Surge um novo discurso sobre desenvolvimento na Bolívia.....	146
<i>Plan Nacional de Desarrollo 2006 – 2011: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien</i> .....	148
<i>Plan de Desarrollo Económico y Social 2012-2015</i> .....	151

Políticas de desenvolvimento na Bolívia do <i>Vivir Bien</i> (ou: sobre aquilo que podia ter sido e que não foi) .....	153
<i>Fondo de Desarrollo para los Pueblos Indígenas, Originarios y Comunidades Campesinas</i> .....	159
<i>A afirmação do modelo desenvolvimentista</i> .....	161
<i>Vivir Bien</i> : impasses identificados a partir de um caso concreto .....	162
<i>Uma estrada não garante o Vivir Bien</i> .....	167
<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>169</b>
<b>CRONOLOGIA</b> .....	<b>175</b>
<b>ANEXOS</b>	
Anexo um .....	180
Anexo dois.....	182
Anexo três.....	183
Anexo quatro .....	184
Anexo cinco.....	187
Anexo seis .....	190
Anexo sete .....	191
Anexo oito .....	194
Anexo nove.....	195
Anexo dez.....	197
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>198</b>
<b>MAPAS</b>	
Mapa um.....	37
Mapa dois .....	38
Mapa três .....	123
Mapa quatro .....	124

## Lista de Siglas

**ABC** – Administradora Boliviana de Carreteras – Administradora Boliviana de Estradas.

**ANARESCAPYS** – Asociación Nacional de Regantes y Sistemas Comunitarios de Agua Potable – Associação Nacional de Irrigadores e Sistemas Comunitários de Água Potável.

**AP** – Area Protegida – Área Protegida.

**APG** – Asamblea del Pueblo Guarani – Assembleia do Povo Guarani.

**BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

**CAOI** – Confederación Andina de Organizaciones Indígenas – Confederação Andina de Organizações Indígenas.

**CPITCO** – Central de Pueblos Indígenas del Trópico de Cochabamba – Central de Povos Indígenas do Trópico de Cochabamba.

**CICA** – Consejo Indígena de Centro America – Conselho Indígena da América Central.

**CIDOB** – Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia – Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia.

**CIPOAP** – Central Indígena de Pueblos Originarios de la Amazonía de Pando – Central Indígena de Povos Originários da Amazônia de Pando.

**CIRABO** – Central Indígena de la Región Amazónica de Bolivia – Central Indígena da Região amazónica da Bolívia.

**CMIB** – Central de Mujeres Indígenas del Beni – Central de Mulheres Indígenas do Beni.

**CNAMIB** – Central Nacional de Mujeres Indígenas de Bolivia – Central Nacional de Mulheres Indígenas da Bolívia.

**CNMCIQB “BS”** – Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa” – Confederação Nacional de Mulheres Camponesas Indígenas da Bolívia “Bartolina Sisa”.

**COICA** – Coordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica.

**CONAMAQ** – Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu – Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qullasuyu.

**CONISUR** – Consejo Indígena del Sur – Conselho Indígena do Sul.

**COPNAG** – Central de Pueblos Nativos Guarayos – Central de Povos Indígenas Guarayos.

**COSIPLAN** – Conselho de Infraestrutura e Planejamento.

**CPE** – Constitución Política del Estado – Constituição Política do Estado.

**CPESC** – Confederación de Pueblos Etnicos de Santa Cruz – Confederação de Povos Etnicos de Santa Cruz.

**CPEM-B** – Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni – Central de Povos Étnicos Mojeños do Beni.

**CPIB** – Central de Pueblos Indígenas del Beni – Central de Povos Indígenas do Beni.

**CPILAP** – Central de Pueblos Indígenas de La Paz – Central de Povos Indígenas de La Paz.

**CSCIB** – Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia – Confederação Sindical de Comunidades Interculturais da Bolívia.

**CSUTCB** – Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia – Confederação Sindical Única dos Trabalhadores da Bolívia.

**GAMPI** – Grand Asamblea de Pueblos Indígenas de Bolivia – Grande Assembleia dos Povos Indígenas da Bolívia.

**GCCH** – Grand Consejo Chimán – Grande Conselho Chimán.

**IIRSA** – Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana.

**MAS** – Movimiento al Socialismo – Movimento ao Socialismo.

**MST** – Movimiento Sin Tierra – Movimento Sem Terra.

**OICH** – Organización Indígena Chiquitana – Organização Indígena Chiquitana.

**OIT** – Organización Internacional del Trabajo – Organização Internacional do Trabalho.

**ORCAWETA** – Organización de la Capitania Wehenayek Tapiete – Organização da Capitania Wehenayek Tapiete.

**PDE** – Plan de Desarrollo Económico y Social (2012-2015) – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social.

**PIB** – Produto Interno Bruto.

**PND** – Plan Nacional de Desarrollo (2006-2011) – Plano Nacional de Desenvolvimento.

**PT** – Partido dos Trabalhadores.

**SENARP** – Servicio Nacional de Areas Protegidas – Serviço Nacional de Áreas Protegidas.

**TCO** – Tierra Comunitaria de Origen – Terra Comunitária de Origem.

**TCP** – Tribunal Constitucional Plurinacional – Tribunal Constitucinal Plurinacional.

**TIOC** – Territorio Indígena Originario Campesino – Território Indígena Originário Camponês.

**TIPNIS** – Territorio Indígena y Parque Nacional Isibóro Sécuré – Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré.

**UNASUL** – União das Nações Sul-Americanas.

**VT-SIM** – Carretera Villa Tunari-San Ignacio de Moxos – Estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos.

## Resumo

Pelo menos desde a década de 1990 os povos indígenas das terras baixas da Bolívia têm se organizado em defesa de seus territórios. A articulação política indígena influenciou na configuração dos processos sociais nacionais que culminaram na eleição de Evo Morales em 2005 e na conseqüente refundação do Estado boliviano enquanto um Estado Plurinacional. A inclusão do *Vivir Bien* como um novo objetivo e novo condutor das políticas públicas bolivianas aponta para transformações significativas nas instituições e nos planos de governo bolivianos, mas o que observamos com a presente pesquisa é a perpetuação de políticas arbitrárias no que se refere aos direitos indígenas sobre os seus territórios. A perpetuação da lógica desenvolvimentista no país aparece sintonizada com o avanço desse modelo econômico na região sul-americana, avanço que pode ser percebido pela prioridade em investimentos no campo da infraestrutura para o comércio internacional, principalmente. No centro dessa ofensiva, o aumento dos investimentos do BNDES em territórios estrangeiros e o deslanchar do protagonismo brasileiro na articulação e no financiamento da agenda de projetos da IIRSA. Todos esses elementos apareceram de modo nítido na pesquisa sobre o conflito que envolve o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré, exigindo o desenvolvimento de uma análise multiescalar da situação. A proposta de construção de uma estrada através do território desencadeou uma nova onda de mobilizações indígenas no país, agora contrária às políticas do governo de Morales realizadas sob a vigência do *Vivir Bien*. O governo, suas políticas e o próprio *proceso de cambio* do país passaram a ser questionados enquanto alternativas suficientes para os povos e nações indígenas da Bolívia. O poder de mobilização desse projeto de desenvolvimento de infraestrutura viária impressiona, uma vez que disparou o rearranjo das forças políticas articuladas ao redor do governo de Morales. Por tudo isso, essa dissertação é uma imersão nas opiniões de dirigentes indígenas, corregedores e *comunarios* do TIPNIS sobre questões relacionadas ao seu território, ao país, ao modelo de desenvolvimento vigente e à proposta de *Vivir Bien*.

### Palavras chave

Projetos de Desenvolvimento; Organizações Indígenas; *Vivir Bien*; Estado Plurinacional; Integração sul-americana; Bolívia, TIPNIS.

## **Resumen**

Por lo menos desde la década de 1990 los pueblos indígenas de las tierras bajas de Bolivia se han organizado en defensa de sus territorios. La organización política indígena influyó en la configuración de los procesos sociales nacionales que culminaron con la elección de Evo Morales en 2005 y la posterior reconstrucción del Estado boliviano como un Estado Plurinacional. La inclusión del Vivir Bien como un nuevo objetivo y un nuevo conductor de las políticas públicas bolivianas apuntaron a cambios significativos en las instituciones y los planes del gobierno del Estado, pero lo que observamos en la presente investigación es la perpetuación de las políticas arbitrarias en materia de derechos indígenas acerca de sus territorios. La perpetuación de la lógica del desarrollo en el país aparece en sintonía con el fortalecimiento de este modelo económico en la región Suramericana, proceso que puede ser percibido por las inversiones prioritarias en el ámbito de la infraestructura para el comercio internacional. En el centro de esta ofensiva están el aumento de las inversiones del BNDES en territorios extranjeros y el liderazgo brasileño en la IIRSA. Todos estos elementos pueden ser percibidos en la investigación sobre el conflicto en el Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore, y por lo tanto un análisis multiescalar se hizo necesario. La propuesta de construcción de una carretera a través del territorio provocó un nuevo ciclo de movilizaciones indígenas en el país, ahora en contra de las políticas del gobierno de Morales ejecutadas bajo la vigencia del Vivir Bien. El gobierno, sus políticas y el proceso de cambio empezaron a ser cuestionados como suficientes para la garantía de los derechos de los pueblos y naciones indígenas de Bolivia. El poder de movilización de este proyecto de desarrollo de infraestructura vial impresiona por su capacidad de desencadenar la reordenación de las fuerzas políticas articuladas alrededor del gobierno de Morales. Por todo esto, este trabajo presenta una inmersión en las opiniones de los líderes indígenas, corregidores comunales y los propios comunarios del TIPNIS en cuestiones relacionadas con su territorio, el país, el modelo de desarrollo actual y la propuesta del Vivir Bien.

### **Palabras clave**

Proyectos de Desarrollo; Organizaciones Indígenas; Vivir Bien; Estado Plurinacional; Integración suramericana; Bolivia; TIPNIS.



## Abstract

At least since the 1990s indigenous groups in Bolivia's lowlands have organized themselves in defense of their territories. The indigenous political organization influenced the setting of national social processes that culminated in Evo Morales's election in 2005 and the subsequent rebuilding of the Bolivian State as a Plurinational State. The inclusion of *Vivir Bien* as a new goal and new conductor of the Bolivian public policy points to significant changes in Bolivia's institutions and governmental plans, but what we observe on the present investigation is the perpetuation of arbitrary policies regarding indigenous rights on their territories. The perpetuation of the developmental logic in the country appears in tune with the development of this economic model in the South American region, a process that can be perceived by the priority on investments in the infrastructure field for international trade, mainly. At the center of this offensive, the increase of BNDES investments in foreign territories and the enforcement of the Brazilian leadership in articulating and financing IIRSA's project agenda. All of these elements appeared clearly in this research about the current conflict in the Indigenous Territory and National Park Isiboro Sécure (TIPNIS) and thus a multiscale analysis was necessary. The proposal to build a road through the territory triggered a new wave of indigenous mobilizations in the country, now contrary to the policies of the Morales government held under the logic of *Vivir Bien*. The government, its policies, and the national transformation process began to be questioned as a sufficient alternative for indigenous groups in Bolivia. The mobilizing power of this development project of road infrastructure impresses once it triggered the rearrangement of the articulation around Morales government political force. For all that, this thesis examines the positions of indigenous leaders, local authorities and *comunarios* of TIPNIS on issues related to their territory, to the nation, to the current development model and the proposal of *Vivir Bien*.

### Keywords

Development Projects; Indigenous Organizations; *Vivir Bien*; Plurinational State; South America integration; Bolivia; TIPNIS.

Vengo desde la selva, el bosque chimán,  
donde niño y serpiente tienen su hogar.

Vengo desde la tierra que ya no está  
donde antes se vivía en libertad.

Vengo a decirles que allá siembra dolor  
el que depreda, mata y corta la flor,  
el que mancha los ríos, el talador.

¡Coraje, coraje!

La unión hace la fuerza y un corazón  
americano crece a la luz del sol.

Les traigo en las palabras del corazón  
desde la Amazonía yuracaré;  
les traemos la esperanza, la fe y razón,  
que carga en sus espaldas hombre y mujer.

La furia y la codicia del carayana  
está sembrando envidia y desolación,  
y eso es lo que me duele en el corazón.

(A canção “Coraje”, do compositor boliviano Luis Rico, tem servido como hino das Marchas Indígenas das terras baixas bolivianas desde 1990)

## **Introdução**

### **Otra cosa es con guitarra**

Del pasado uno no puede liberarse sino cuando lo destruye o, al menos, cuando lo puede comprender en su ultimidad material y convertirlo en un tributario del presente en lugar de que sea su amo (Zavaleta, 2008: 47).

Se mil pessoas contam uma história mil vezes o ditado diz que ela vira verdade, mesmo se antes não o fosse. Mas se mil pessoas contam a mesma história mil vezes, há também a possibilidade de mil recriações de um mesmo evento desabrocharem, cada uma delas impregnada por experiências e pontos de vista diferentes. Quando resolvemos escutar algumas dessas histórias e, a partir delas, recriar um cenário social e político no qual eventos interessantes se desdobram, precisamos estar cientes de quem são seus narradores. Personagens, observadores ou pretensamente oniscientes – independente do tipo de narrador que encontramos em nossas pesquisas, é preciso revisitar nossos vínculos com eles na hora de nos apoiarmos em suas versões da história para construirmos a nossa própria narrativa. Este trabalho conta algumas histórias sobre o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), localizado nas terras

baixas bolivianas<sup>1</sup>. Ele é a tentativa de sistematizar minha experiência de encontro com muitas versões de uma mesma história: a história da vida e da luta das nações e povos indígenas do TIPNIS em um Estado Plurinacional. Ao mesmo tempo, busco compreender o que isso significa para os debates sobre desenvolvimento engatilhados por novas formulações aparentemente aceitas pelo Estado boliviano.

Já eram quase nove e meia da noite do dia dezessete de abril de 2013. Eu e uma ativista de La Paz resolvemos nos aproximar do acampamento da Sub-Central do TIPNIS para ver se a comida já estava pronta. Durante a investigação, diferentes ativistas acompanhavam as atividades das organizações indígenas do TIPNIS, dentro e fora do território. Normalmente eram de La Paz ou de Cochabamba, mas me foi relatado que apoiadores de outras cidades bolivianas também participavam de atividades em outros momentos. A Sub-Central do TIPNIS, que organizava aquele acampamento do qual nos aproximamos, é uma organização política local fundada em 1988 e reconhecida legalmente como responsável pelo TIPNIS em junho de 2009, quando o governo boliviano lhe entrega o título do território. Representa as comunidades do TIPNIS localizadas no rio Isiboro e no rio Ichoa e é a principal organização política indígena do TIPNIS, apesar de não ser a única, como veremos adiante. Por ser uma organização política local, a Sub-Central do TIPNIS é afiliada a uma Central Indígena regional, no caso, a *Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni* (CPEM-B). Como veremos no segundo capítulo, as centrais indígenas regionais da Bolívia são agrupamentos de diferentes Sub-Centrais locais, e se reúnem em uma Confederação nacional de Centrais.

Estávamos há horas na expectativa da saída do barco para o *Centro de Gestión del TIPNIS* onde o *XXXI Encuentro de Corregidores del TIPNIS* seria realizado. Trata-se do principal espaço de organização política do território, que acontece anualmente reunindo os “corregidores do TIPNIS”, isto é, as lideranças mais importantes de cada uma das comunidades da região. Ainda estávamos terminando de comer quando três ou quatro dirigentes de diferentes organizações indígenas que representam o território se aproximaram apressados, pedindo que a cozinha fosse imediatamente desmontada e que todos entrassem nos seus barcos. Em poucos minutos todos já estavam dentro das

---

<sup>1</sup> Tierras bajas: “toda la parte no andina de Bolivia se considera con el nombre de tierras bajas. Se extiende desde los pies de los Andes hasta el Matto Grosso brasileño; abarca cerca de 70% del territorio nacional, incluye los departamentos Beni, Santa Cruz, Pando, Tarija y parte de La Paz y Cochabamba. Se conecta con las tierras altas por medio de las regiones intermediarias llamadas ‘subandinas’ o valles” (Svabó, 2008: 651).

embarcações; ansiosos e preocupados, mas muito satisfeitos. Não tínhamos nos afastados nem três metros das margens do rio Mamoré quando vimos algumas motocicletas da polícia chegando. As organizações finalmente tinham conseguido a liberação do *Sustancias Controladas* (um órgão do Vice-Ministério de Defesa Social e Substâncias Controladas, subordinado ao Ministério de Governo) para viajarem com gasolina nas embarcações mas, segundo aqueles dirigentes, a polícia tinha recebido ordens de apreender os galões. Daí a pressa em sair do Puerto Varador, que fica a mais ou menos uma hora da cidade de Trinidad e onde estávamos desde as três da tarde do mesmo dia.

A espera pela viagem não tinha começado aí. Recebi a autorização para viajar ao *Encuentro de Corregidores* no dia oito de abril, durante uma reunião em Santa Cruz de la Sierra da qual participei como observadora. Tratava-se de uma reunião entre a *Confederación Andina de las Organizaciones Indígenas* (CAOI), a *Confederación de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica* (COICA) e o *Consejo Indígena de Centro América* (CICA), realizada entre os dias primeiro e oito de abril de 2013. Três dias depois dessa reunião, estava na cidade de Trinidad, capital do departamento de Beni, onde estão sediadas a Sub-Central do TIPNIS, a Sub-Central de Comunidades do Rio Sécore e outras organizações indígenas locais e regionais. Apesar de não partilhar do título do território com a Sub-Central do TIPNIS, a Sub-Central do Sécore é uma organização política indígena que representa as comunidades do TIPNIS localizadas no rio Sécore. Os planos originais das organizações previam o início do *Encuentro* para o dia quinze de abril, mas a impossibilidade de viajar sem a autorização para o combustível atrasou o início do evento. Durante a semana em que estive alojada na sede da Sub-Central do TIPNIS esperando por nossa saída para o *Encuentro*, ativistas, intelectuais, militantes dos direitos humanos e políticos de diferentes partes da Bolívia começaram a chegar para a viagem. Cada um contava uma versão da história sobre o porquê de a Sub-Central não conseguir a permissão para o transporte do combustível. A divisão departamental da Defensoria Pública estava mobilizada, advogadas de La Paz também. Todos buscavam uma maneira de conseguir a permissão para viabilizar o encontro. Entre todos era unânime a opinião de que a permissão não saía por motivos políticos, de que a realização da atividade não era do interesse do governo nacional, de que impedir aos indígenas de entrarem em seu território era só mais uma prova do caráter arbitrário do governo de Evo Morales. “*Ahí están, nos están limitando sobre el*

*combustible, por ultimo están ahí mandando sus militares, nos están limitando, nos piden otra cosa y otra cosa, otra documentación”* (11/05/2013, em Trinidad). Doña Plácida Muiba, presidente do diretório de mulheres da Sub-Central Sécure, denunciava o que ela considerava como “*un atropello*” do governo contra o movimento indígena e concluía: “*y creo que eso no es el Vivir Bien*”<sup>2</sup>.

Independente da veracidade dos fatos nos argumentos apresentados por aqueles com os quais eu embarcaria ao TIPNIS, as preocupações daquelas pessoas em relação ao governo eram verdadeiras. Ao final de sua segunda gestão como presidente da Bolívia, Evo Morales é visto por setores significativos dos povos indígenas de seu país como um inimigo e um traidor, e no centro desse conflito está um projeto viário previsto para atravessar o coração do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure, um dos maiores territórios indígenas da Bolívia.

Considera-se que a fundação do Estado Plurinacional da Bolívia ocorreu no dia vinte e dois de janeiro de 2010 (dia em que Morales assume seu segundo mandato). Mas com a aprovação da nova Constituição Política do Estado em 2009 e com a redação, em 2006, de um Plano Nacional de Desenvolvimento que negava a lógica desenvolvimentista e propunha em substituição o *Vivir Bien*, já era possível identificar o início de um processo de mudanças com potencial de provocar profundas transformações no país. Falava-se da construção de uma “*Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien*” (cf. Bolívia, 2007). Ainda em curso e tomado por contradições, na prática esse processo refundacional engendra grandes projetos orientados pelo desenvolvimentismo clássico. Como dizem na Bolívia, apesar do bom tom dos discursos do presidente boliviano no cenário internacional no que se refere à garantia dos direitos das populações indígenas, *otra cosa es con guitarra*. Esse ditado é comum na Bolívia e já foi utilizado por Xavier Albó (2011) para discutir a noção de *Vivir Bien* naquele país. Como veremos mais adiante, o ditado se refere à dificuldade de manutenção de uma mesma afinação em situação diferentes, à dificuldade de se manter afinado tanto no discurso quanto na prática, com ou sem *guitarra*. Evo Morales desafina quando outros sons interferem em seu discurso “pachamâmico” (Stefanoni, 2012: 30). Sua gestão é emblema das contradições que envolvem uma tentativa parcial de superação do desenvolvimentismo clássico. Batalhas

---

<sup>2</sup> Todos os entrevistados que serão mencionados autorizaram o uso de seus depoimentos e de seus nomes nesse trabalho, a exceção de três casos quando o anonimato foi exigido e portanto será preservado. Os trechos das entrevistas apresentados na dissertação serão sempre marcados em itálico.

políticas e ideológicas desta e de outras ordens se dão no seio de um Estado em transformação que sinaliza esforços de reconhecimento da história e da importância das nações e povos indígenas do país.

### **A construção da Bolívia Plurinacional**

Uma das dificuldades que os povos e nações indígenas da América Latina têm enfrentado é justamente a sua relação com o Estado-nação. Retomando a maneira como o intelectual boliviano Luis Tapia mobiliza o conceito de “tempo histórico” para pensar questões relacionadas ao desenvolvimento, é possível compreender melhor o impacto do fato de os Estados, principalmente os latino-americanos, sempre se organizarem ao redor de um tempo histórico pretendido como universal. A própria ideia de desenvolvimento, de acordo com o autor, “resulta de una mutación en la configuración del tiempo histórico” (Tapia, 2011: 19). Se cada sociedade é uma configuração temporal, é um processo geográfico e histórico, o desenvolvimento como modelo econômico privilegiado pelo Estado é um processo de interrupção e de reorganização dessas configurações locais; é uma “mutação” operada pelo próprio Estado.

Por tempo histórico compreende-se “el ritmo y el sentido del movimiento de las sociedades” (idem: 19); as sociedades, assim, não são detentoras do mesmo tempo histórico, não têm o mesmo ritmo de produção e de projeção de vida. Mesmo assim, diferentes sociedades indígenas são reunidas sob a custódia de um mesmo Estado nacional responsável por determinar suas melhores alternativas de vida. A discussão sobre as relações entre os povos indígenas e o Estado é vasta e informa esse trabalho em diferentes momentos, mas mesmo assim não retomarei aqui todo o debate sobre a superação ou não da lógica tutorial dos Estados em relação aos povos indígenas. Apenas pretendo sinalizar que essas discussões ainda são pertinentes em análises sobre um Estado refundado como plurinacional.

Desde sua independência em 1825, e mesmo antes disso, a história da Bolívia é marcada por constantes disputas em nome da autonomia de suas tantas nações e povos indígenas, por disputas territoriais intensas com os países com os quais faz fronteira, por conflitos em torno de seus recursos minerais e por tantos outros problemas que enfrentam os países latino-americanos, de maneira geral, desde os tempos da

colonização. Muitos desses problemas hoje são discutidos dentro do campo do desenvolvimento, mas a sua existência antecede o momento da consolidação desse campo enquanto realidade política-social ou objeto de investigação e reflexão teórica. De acordo com Ribeiro (2008: 110 e 111),

O campo do desenvolvimento é constituído por atores que representam vários segmentos de populações locais (elites locais e líderes de movimentos sociais, por exemplo); empresários privados, funcionários e políticos em todos os níveis de governo; pessoal de corporações nacionais, internacionais e transnacionais (diferentes tipos de empreiteiros e consultores, por exemplo); e pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento (funcionários de agências multilaterais e bancos regionais, por exemplo). As instituições são parte importante desse campo; elas incluem vários tipos de organizações governamentais, organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos, agências multilaterais, entidades industriais e corporações financeiras. A estrutura e a dinâmica de cada campo de desenvolvimento estão marcadas por diferentes capacidades de poder e interesses que são articulados por meio de processos históricos de estruturação de redes.

Barragán (2011) nos oferece um interessante debate sobre como os temas que hoje são abarcados no campo do desenvolvimento já eram trabalhados na Bolívia desde a primeira metade do século XIX, quando o termo ainda não era mobilizado da maneira como passou a ser. Riqueza e miséria; barbárie e civilização; atraso e progresso. A vida política e econômica boliviana já era pensada em termos dicotômicos antes mesmo do apogeu do desenvolvimentismo e de seu oposto complementar, o subdesenvolvimento. A autora nos apresenta a figura “*del Aldeano*”, um ilustrado desconhecido que em 1830 (cinco anos depois da independência do país) já refletia sobre as maneiras através das quais a Bolívia poderia converter-se em uma nação rica. Para esse personagem imaginado, a solução estaria no fortalecimento do mercado interno, na produção e no investimento em agricultura e na indústria fabril. Ainda em meados do século XIX outro personagem oferece uma interessante leitura da realidade boliviana: “*El Ciudadano*”, que escreveu em 1842 sobre a importância de o Estado boliviano consolidar medidas de proteção ao mercado nacional.

No texto que Barragán apresenta em seu trabalho, *El ciudadano* discorre sobre a necessidade de defender a Bolívia: “no intentamos ofender a nadie, ni nos dirigimos contra el comercio extranjero, sino en cuando que por haberse adoptado con imprudencia, y tal vez en parte por los cálculos de un fatal egoísmo, se han destruido y



destruyen las industrias del País” (El Ciudadano, 1842: s/p *apud* Barragán, 2011: 67). Desses autores pode-se extrair o reconhecimento de que os debates sobre a necessidade de reorganização da economia boliviana a partir de uma lógica nacional própria, no que se refere a sua política econômica internacional e ao seu modelo nacional de produção (para evitar o emprego do termo desenvolvimento de maneira anacrônica), se fazem presentes no mínimo desde os primeiros anos que seguiram a independência:

si todo es diferente y aun opuesto [en Bolivia, en relación a Europa,] ¿cómo se ha podido creer ni aun pensar que una misma causa produzca iguales efectos en circunstancias diferentes y contrarias? De que sea bueno el comercio libre en los pueblos civilizados e industriosos no puede sacarse pues la consecuencia de lo que sea en Bolivia, porque siendo las circunstancias distintas, deben serlo igualmente los resultados (El Ciudadano, 1842: 7 *apud* Barragán, 2011: 69).

A Bolívia em sua história é marcada por movimentos e momentos políticos de contestação ao modelo econômico nela adotado, processos que não foram capazes de isolar o país das consequências das tendências econômicas orquestradas transnacionalmente, mas que o marcaram com tentativas constantes de construção de uma experiência nacional autorreferenciada. Na segunda metade do século XX o modelo de desenvolvimento que ainda é imperante se consolida em escala global como uma “ideologia/utopia” hegemônica (Ribeiro, 2008: 117), e seus efeitos atingiram a Bolívia tanto quanto atingiram outros países da América Latina e de outras regiões, a partir de então taxados e tratados como subdesenvolvidos – categoria que trouxe e ainda traz implicações econômicas, políticas e culturais que serão trabalhadas nessa dissertação. Consolidou-se na Bolívia um modelo econômico baseado na exportação de produtos primários e na dependência do capital estrangeiro, apesar dos constantes esforços de organização de uma economia protegida. Seus recursos naturais foram usurpados e as nações e povos indígenas, que formam a maioria da população que vive naquele território, foram submetidos à ordem simbólica e cultural ocidental-capitalista (cf. Acosta, 2011). A atual experiência boliviana é uma das expressões de reação a esse processo homogeneizador, mas como Barragán e outros intelectuais bolivianos destacam, essa busca por um modelo genuinamente nacional antecede em muitas décadas os processos políticos protagonizados por Evo Morales e pelo MAS (*Movimiento al Socialismo*, partido de Morales).

René Zavaleta Mercado ([1986] 2008), um dos mais importantes intelectuais da Bolívia, já durante a década de 1980 havia iniciado as discussões sobre uma tendência boliviana a buscar um modelo de desenvolvimento autorreferenciado. Para o autor, essa tendência é vitalizada imediatamente após a Guerra do Pacífico (1879-1884), que culminou com a perda do acesso boliviano ao mar. A partir daí, segundo Zavaleta, a Bolívia se apresenta como um país que, pelas características singulares de sua integração ao mercado mundial, precisou começar a considerar o amadurecimento de um modelo de desenvolvimento autorreferenciado com mais emergência do que outros países da região. Ainda de acordo com o autor, por essa razão não haveria nenhuma validade na tentativa de entender a Bolívia através de indicadores sociais, econômicos ou políticos que se pretendam gerais, e acredito que essa colocação revalida a necessidade de novos estudos sobre o modelo de desenvolvimento boliviano baseado na noção de *Vivir Bien*, que não deveria ser analisada a partir de uma comparação fria com outras noções que conformam o campo do desenvolvimento, e sim a partir das experiências e da realidade boliviana.

Por isso a opção metodológica de Zavaleta de entender a formação boliviana a partir de traços deixados em sua própria história se mostra especialmente pertinente para este estudo que busca compreender os potenciais e os limites do *Vivir Bien* a partir da experiência e das histórias dos povos indígenas do país e não somente a partir das aspirações teóricas dos críticos ao desenvolvimentismo clássico. Não se trata, simplesmente, de revisar a bibliografia sobre os limites e o potencial do *Vivir Bien*. Por isso, apesar das similaridades entre a noção de *Vivir Bien* e a de *Buen Vivir*, que aparece na Constituição do Equador, por exemplo, a princípio trabalharei com a ideia tal como ela aparece na Bolívia, refletindo a experiência política, teórica e institucional do país.

No caso de Zavaleta, as reflexões sobre a nação e sobre o significado do “nacional” são tecidas a partir da história particular da Bolívia, escapando de generalizações conceituais estranhas às especificidades da construção da experiência nacional em debate. Por aceitar essa proposta metodológica como exemplo, considero importante ter tratado, mesmo que brevemente, de aspectos da história boliviana que antecedem o início dos processos de transformação da Bolívia.

Mas agora vamos nos aproximar um pouco mais dos momentos históricos que desencadeiam a atual refundação do Estado boliviano. Ao final do século XX e nos primeiros anos da década de 2000 importantes episódios começam a redefinir o cenário

político nacional da Bolívia. Em 1999 levantes populares protagonizados pelos plantadores de coca abrem espaço para uma contestação direta às políticas neoliberais que conduziam o país até então. A “Guerra da Água”, que ocorreu entre dezembro de 1999 e abril de 2000, paralisou o país contra a privatização da água pela multinacional estadunidense Bechtel e iniciou um “novo ciclo de mobilizações revolucionárias”, como afirma Andrade (2007: 174 e 175):

A nova situação rompeu os obstáculos para uma aliança social mais ampla das forças sociais mobilizadas. Para surpresa dos observadores distantes, um novo bloco popular organizou-se e a candidatura de Evo Morales e do MAS capitaliza grande parte desse movimento e consegue 20,94% dos votos para a presidência nas eleições de 2002.

O cenário político boliviano começa a experimentar o início de um processo de transformação. Em setembro de 2003 milhares de pessoas protestam contra a exportação do gás boliviano ao Chile, abrindo um debate em todo o país sobre “a situação nacional de pouco desenvolvimento” (idem: 175) e culminando na renúncia do então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997 e 2002-2003). Terminada a “Guerra do Gás” o governo de Carlos Mesa (2003-2005), que recebia o apoio crítico de Evo Morales e do MAS, organiza um referendo sobre a gestão dos hidrocarbonetos bolivianos – sinal de que o modelo de desenvolvimento nacional ainda pautava as principais atividades políticas do país. Mesa desconhece o resultado do plebiscito que decidiu pela revogação da lei que concedia a exploração dos hidrocarbonetos a empresas estrangeiras, reiniciando a crise política boliviana. É nesse cenário que, em 2005, “a candidatura presidencial de Evo Morales aparece como uma resposta e uma saída para amplos setores das massas populares jogadas na miséria pelos longos vinte anos de aplicação dos planos neoliberais” (idem: 177), dando início a um ciclo de transformações políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais que coloco em debate nessa seção da introdução.

A partir da eleição de Morales em 2005, por maioria absoluta dos votos, o ritmo das transformações políticas no país foi acelerado. Uma das principais plataformas políticas do governo foi a elaboração da nova Constituição que, entre outras coisas, previu a refundação do Estado boliviano como um Estado plurinacional, no qual estaria garantido o direito à livre determinação e ao reconhecimento das instituições e entidades territoriais de todas as nações e povos indígena originário camponeses (Art. 2). Motivo

de dissenso entre o movimento indígena e os constituintes, o termo *indígena originario campesino*, como uma unidade, no singular, aparece na nova Constituição Política do Estado (CPE) para delimitar esses sujeitos de direito. Apesar de concordar com aqueles que argumentam que as diferenças profundas entre a vida dos indígenas e dos camponeses na Bolívia, principalmente no que se refere à titulação coletiva ou individual da terra, exigiriam que esses grupos fossem diferenciados na CPE, trabalharei com o termo tal como ele aparece na Constituição quando me referir aos sujeitos de direitos estabelecidos pela Carta Magna. Para mais informações sobre essa discussão conferir, por exemplo, Albó e Romero (2009) e Schavelzon (2010).

As análises sobre a nova Constituição Política do Estado foram bem variadas entre as pessoas entrevistadas durante a pesquisa, mas no geral há uma aguda crítica a respeito da dificuldade do governo de Morales em operacionalizar políticas públicas que sejam balizadas pelos mesmos princípios políticos que organizaram o processo constituinte. Pedro Nuny, ex-dirigente do movimento indígena das terras baixas e atualmente membro do governo departamental de Beni, oferece uma leitura que sintetiza a maioria dos testemunhos sobre o significado da CPE e do processo de construção do Estado Plurinacional: *“creo que la estructura del Estado boliviano, del Estado Plurinacional, aún todavía le está costando realmente de despojarse. Las estructuras ya ancladas que no permiten todavía verdaderamente vivir un proceso que nos permitan alcanzar el Vivir Bien”* (22/04/2013, no Centro de Gestão do TIPNIS).

Para Emílio Noza, atual presidente de um dos segmentos da Sub-Central do Sécore, apesar de a Constituição ser formada por artigos que preveem a garantia de uma série de direitos aos povos e nações indígena originário camponeses do país, *“estos artículos hasta ahora han sido atropellados. En otras palabras decimos, son violados por este gobierno”*<sup>3</sup>. Na mesma entrevista, o dirigente afirma que

*estamos reconocidos en la Constitución de este país pero ese reconocimiento no se nos aplican, no se nos respectan, no se nos valora, por lo cual es la movilización grande que hay ahora con los pueblos indígenas... y no solamente ya los indígenas de tierras bajas sino que también los indígenas de tierras altas que son del occidente. Entonces eso es lo que se ve ahora en este gobierno actual que tenemos* (19/04/2013, no Centro de Gestão do TIPNIS).

---

<sup>3</sup> Como veremos em detalhe no segundo capítulo, a Sub-Central do Sécore e outras organizações indígenas estão divididas. Nesses casos existem dois presidentes e dois diretórios paralelos; cada um desses segmentos reivindica ser o legítimo.

Como mencionado, em setembro de 2006 foi aprovado o novo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do país: o *Plan Nacional de Desarrollo 2006 – 2011: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien*, que aponta já na apresentação pretender, com suas propostas e orientações, ser “la base del inicio del desmontaje del colonialismo y del neoliberalismo en el país” (Bolívia, 2007: i). Assim se antecipa às projeções do novo texto constitucional boliviano que seria aprovado três anos depois. Além de discutir uma nova concepção de desenvolvimento, o Plano se propõe a ser o embrião da construção de novas alternativas de futuro para as nações e povos indígena originário camponeses da Bolívia. Propõe a implementação de projetos de desenvolvimento focados no *Vivir Bien*, noção mais ampla que a de Bem Estar que o desenvolvimentismo promete assegurar (idem: 2). O desenvolvimento focado no *Vivir Bien* deveria extrapolar o campo do econômico, ambicionando garantir o reconhecimento, o prestígio social e a dignidade de todos os povos e nações indígena originário camponeses da Bolívia. Para tanto, o PND de 2006, assim como a CPE de 2009, falam da necessidade de consolidar a Bolívia como um país autônomo e soberano, com espaço para a realização de todos os modos de vida de seus povos.

Morales foi o primeiro presidente do Estado boliviano declarado como indígena; assume a frente de um país formado por 36 nações e povos indígenas e originários, que compõem cerca de 63% da população. Existem diferentes críticas à “indigenidade” do presidente boliviano, principalmente partindo das organizações indígenas das terras baixas. Não cabe a esse trabalho discutir sobre a pertença ou não de Evo Morales a algum povo ou nação indígena, mas não poderia deixar de destacar que esse debate é feito entre os grupos com os quais trabalhei. Em oito das trinta entrevistas realizadas, Morales foi chamado de “presidente cocalero” – categoria mobilizada estrategicamente para demarcar seu (suposto) lugar de não-indígena, como veremos no primeiro capítulo. A porcentagem da população boliviana declarada como indígena apresentada acima é referente ao censo de 2001. Em 2012 o “Barómetro de las Américas 2012 de LAPOP (Proyecto de Opinión Pública en América Latina)” publicou resultados indicando que 72% da população boliviana se declarava indígena ou originária. Em agosto de 2013 os resultados do censo de 2012 foram divulgados: 69% da população do país declarou NÃO pertencer a nenhum povo ou nação indígena originário camponês. O censo está sendo questionado e será avaliado por órgãos ligados ao Banco Mundial, à Comissão

Econômica para a América latina e o Caribe (CEPAL) e à Organização das Nações Unidas (ONU).

Presidente do *Movimiento al Socialismo* e líder do movimento de cocaleros, camponeses cultivadores da folha de coca, Morales se elegeu com uma plataforma política declaradamente anti-imperialista, reinaugurando a história política do país. Com este programa conseguiu 53,74% dos votos e foi eleito em primeiro turno – fato que não acontecia há mais de trinta anos na Bolívia. Para toda a América Latina, o significado de sua eleição e dos processos políticos que ele protagoniza é gigantesco. Para García Linera (2010: 339), intelectual boliviano e atualmente vice-presidente do país, a eleição de Morales significou o surgimento de

um novo sistema político, no qual se reconfiguram cinco aspectos: as características classistas e culturais do novo bloco de poder estatal, as novas forças políticas duradouras do país, as novas gerações de lideranças, a distribuição territorial do poder estatal e, claro, o novo sistema de ideias antagonizáveis a curto e a médio prazos.

Para Antônio Torres, diretor geral de planejamento do *Ministerio de Planificación del Desarrollo*, a eleição de Morales repercutiu principalmente no que se refere ao acesso dos segmentos indígenas à vida política nacional, proporcionando que setores significativos da população boliviana já não fossem “relegados”: “*No vamos a decir que el anterior Estado los haya invisibilizado, eso sería también injusto, pero los ha relegado, los ha relegado mucho*” (11/06/2013, em La Paz). Um dirigente da Sub-Central do Sécre que preferiu o anonimato e foi entrevistado em onze de maio de 2013 na cidade de Trinidad (Beni), apresentou a seguinte consideração sobre o significado da eleição de Morales:

*Nosotros ahora ya tenemos más participación en las administraciones públicas, por decir. Más antes uno tenía que tener buena corbata, uno tenía que tener pendiente de oro, tenía que tener un reloj de oro, buenos zapatos brillantes, buena ropa, y así lo recibían. Ahora la diferencia, la diferencia es que ahora un indígena puede ir hasta el palacio, aunque con chinela y todo, entonces, esa es la diferencia. Entonces el cambio que hay ahora, el derecho de nosotros como pueblos indígenas tenemos más participación, y eso es que mucho no les parece, no les parece a mucha gente que nosotros cambiemos, que tengamos más acceso a lo que nosotros como indígenas merecemos.*

Os dois documentos mencionados anteriormente, o Plano Nacional de Desenvolvimento de 2006 e a nova Constituição, comprovam o imenso potencial das transformações propostas que, em grande medida, expressam o projeto que Linera caracteriza como um novo sistema político. Mas o caso do TIPNIS revela que o potencial transformador do *proceso de cambio* pouco tem sido explorado no que se refere à promoção de políticas públicas, principalmente aquelas preocupadas com a criação de infraestrutura, que não atropelem o almejado direito dos povos indígenas ao controle de seus territórios e de seus ritmos de vida – de seus tempos históricos. Para Nazareth Flores, presidente de um dos segmentos da *Central de Pueblos Indígenas del Beni*, uma das organizações políticas indígenas regionais das terras baixas bolivianas,

*lo que [el gobierno] ha ocasionado es división, pelea entre familia, entre hermanos, entre organizaciones... eso es lo que ha causado este modo de Vivir Bien del gobierno, esto que está metiendo que quiere erradicar la pobreza en el TIPNIS, causar pelea, divisionismo, eso es lo que quiere el gobierno, ese es su... yo me pregunto y te pregunto ¿Ese será su buen vivir de él? ¿Esas serán sus nuevas estrategias?, ¿esas serán su avance como gobierno?, o como dijo él, ¿eso será su proceso de cambio? (10/05/2013, em Trinidad).*

A retórica revolucionária que atravessa os discursos de Morales e do MAS sobre o processo de transformação da Bolívia não diminui o fato de estarmos diante de um processo de reformas parciais que convivem com as antigas oligarquias nacionais e com o modelo econômico desenvolvimentista herdado. Foi preciso, durante minha pesquisa, colocar esse desejo pela transformação em debate, duvidando sempre das tentativas de construção de explicações coerentes que justificassem políticas de desenvolvimento. A proposta de refletir sobre o manejo da ideia de desenvolvimento na Bolívia tem origem na identificação das particularidades do processo de transformação do país que relançou os debates sobre as possibilidades de institucionalização de modos alternativos de produzir e de projetar a vida. Mesmo assim, as populações do TIPNIS ainda estranham os projetos de desenvolvimento do governo nacional, estranhamento que corrobora com a tese de que uma coisa é a importância desse processo de transformações institucionais e outra é a eficácia desse processo em transformar a realidade das populações indígenas do país.

## “Otra cosa es con guitarra”

*Las estructuras ya ancladas no permiten todavía verdaderamente vivir un proceso que nos permitan para alcanzar el Vivir Bien. El hecho que tengamos una nueva Constitución no quiere decir que los pueblos indígenas estamos gobernando; el hecho de tener una nueva Constitución no quiere decir que realmente estamos ya en el Vivir Bien; el hecho que tengamos una nueva Constitución no quiere decir que los bolivianos realmente estamos en la cúspide (entrevista com Pedro Nuny, ex-dirigente do movimento indígena das terras baixas bolivianas).*

A relação dos povos indígenas mobilizados contra a construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos com a Constituição boliviana é bastante delicada. Apesar de esses segmentos representarem uma das principais frentes de oposição indígena ao governo de Morales eles, em sua maioria, estiveram presentes durante o processo constituinte e alguns inclusive apoiaram a primeira candidatura do presidente. Essa aparente ambiguidade se justifica pela singularidade do processo boliviano de transformação, que institucionalizou um novo universo de possibilidades de movimentação política indígena. Esse novo cenário impactou as organizações indígenas de tal maneira que elas se levantam, agora, contra o próprio setor que organizou o referido processo. Esses segmentos do movimento indígena reivindicam o cumprimento da Constituição, questionam a eficácia do processo de transformação e exigem que o Estado Plurinacional não seja somente um discurso político de Morales e de seu partido:

*no ha cambiado absolutamente nada ¿no? y eso permite por ejemplo de que se atropelle la Constitución, de que se atropelle los tratados y convenios internacionales, de que se atropelle por ejemplo las leyes bolivianas y al atropellarse todas esas normas se están atropellando no solamente de los pueblos indígenas, sino de los bolivianos en su conjunto (entrevista com Fernando Vargas, presidente da Sub-Central do TIPNIS, no dia 11/05/2013, em Trinidad).*

O trecho é bem importante. Além de sinalizar um duplo movimento de reconhecimento da Constituição e de insatisfação em relação ao seu cumprimento, ele permite que observemos a extensão da análise do dirigente indígena: o “atropello” à Constituição significa um atropelo a toda a população boliviana que observa a refundação de seu país. Uma das principais revelações da pesquisa foi a profundidade das reflexões de diferentes segmentos do movimento indígena sobre o sentido do



desenvolvimento e o alcance da proposta governamental de *Vivir Bien* – uma proposta que ainda tem muito de “sueño y utopia”, e que apesar de se inspirar em elementos da cosmologia tradicional das populações indígenas bolivianas (cf. Albó, 2011), não repercute em termos de novas políticas públicas que poderiam garantir o reconhecimento dos modos próprios de produzir e de projetar a vida, como trataremos com mais atenção no quarto capítulo da dissertação.

A principal marca que essa recente história de reconstrução do Estado parece ter deixado está no povo boliviano e não nas instituições reinventadas, ainda incapazes de transformar a vida da população de maneira profunda e permanente. Saindo do nível dos planos de Estado e das reorganizações institucionais e passando a observar o que tem acontecido na vida das populações indígenas bolivianas é possível diagnosticar uma vala profunda entre o programático e o pragmático ou, no que concerne a esse trabalho, uma distância entre os discursos oficiais sobre desenvolvimento e os projetos que vêm sendo planejados já durante a vigência do *Vivir Bien*. Mesmo ciente de que muitas vezes e em muitos países a letra da lei não é tomada como norte das políticas públicas, o caso boliviano é singular porque ali, por todos os lados, o cenário político está impregnado por expectativas em relação ao processo de transformação do Estado, criando um ciclo de expectativas e frustrações que alimentam as exigências em relação ao cumprimento do texto constitucional e dos documentos oficiais do Estado Plurinacional.

*Mira, ahorita no hay tal institucionalización todavía del Vivir Bien ¿Por qué te digo esto? Porque ni el mismo Estado ni el mismo gobierno entiende qué es el Vivir Bien. Una cosa es el discurso y otra cosa es la práctica ¿no? Entonces el Vivir Bien es simplemente un discurso, es como este otro tema del discurso de la descolonización. El Vivir Bien y la descolonización son simples meros saludos a la bandera, ¿Por qué te digo eso? porque el gobierno, hasta ahora no ha definido una política del Vivir Bien, por lo tanto sigue siendo una palabra escrita en la Constitución y un discurso político... la descolonización sigue siendo también un palabra escrita en la Constitución y un discurso (entrevista com Fernando Vargas).*

Em toda a América Latina os recentes avanços institucionais no sentido da ampliação dos direitos dos povos indígenas localizam-se no campo da retórica, enquanto na prática ainda não parece haver “permitido” que eles “sigam mais além do projeto cultural do capitalismo multicultural” (Verdum, 2009: 14). Históricas desvantagens e injustiças que marcam o passado da América Latina se articulam com

novos processos de exclusão, engendrando uma “rede de desigualdades” multidimensional que atravessa todo o continente (cf. Reygadas, 2008). Processos e projetos traumáticos têm nome de desenvolvimento e são promovidos mundo afora como o melhor destino para os povos e nações. Mas a condição de “subdesenvolvimento” que estes países buscam “superar” é antes uma construção do desenvolvimento do que uma etapa para se chegar a ele, dinâmica que Gunder Frank (1966) denominou de “o desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Determinadas economias se tornam – ou “são tornadas” – “subdesenvolvidas”, isso pelo lugar periférico que ocupam no sistema mundial guiado pela fórmula desenvolvimentista (Moraes, 2008: 297 e 298). Projetos de nação em sintonia com essa fórmula ultrapassam o âmbito econômico e funcionam como reguladores de políticas públicas domésticas em diferentes países ao redor do globo: a promessa do desenvolvimento econômico exige a interdependência e o alinhamento das políticas domésticas aos valores das agências internacionais protagonistas do campo do desenvolvimento, um tipo de “intervenção” que, de acordo com Castro, “deita raízes numa determinada *concepção de mundo* que interpreta as relações no cenário mundial como um sistema orgânico, no qual cada país tem uma determinada função na divisão internacional do trabalho” (2008: 366, grifos meus).

Assim sendo, é uma “concepção de mundo” o que molda a intervenção (ou intromissão) desenvolvimentista nos países da periferia do capitalismo. Tratar-se-ia de um processo que à primeira vista é puramente econômico, mas que culmina na universalização de um discurso particular apresentado como “discurso global fraterno”: a ideia de desenvolvimento (assim como a de direitos humanos, diversidade cultural ou a de patrimônio cultural) apesar de ser um particularismo da sociedade ocidental é dotada de um “valor universal excepcional” e passa a transitar de maneira naturalizada por todo o mundo (cf. Ribeiro, 2009). Dentro dessa lógica, pares de oposição que apareceram no cenário da colonização e que emergiram como um novo sistema de codificação de diferenças continuam operantes: “oriental-ocidental, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno” (Quijano, 2005: 232). Dicotomias artificiais, mas que ainda sustentam práticas etnocêntricas em diferentes âmbitos da vida dos Estados nacionais.

Como sabemos, na Bolívia se utiliza a expressão “*otra cosa es con guitarra*” quando se quer deixar claro que na prática e diante de outras variáveis não é tão fácil

acertar: uma coisa é ser afinado cantando sozinho, outra coisa é encontrar a afinação sendo acompanhado por um violão. A expressão parece pertinente para darmos início ao debate sobre as potencialidades da ideia de *Vivir Bien* em um cenário global atravessado pela lógica do desenvolvimento. O projeto boliviano pode parecer muito interessante quando a ideia de *Vivir Bien* é incluída em documentos como o Plano Nacional de Desenvolvimento, a Constituição Política do Estado ou em leis como a de Meio Ambiente e a da *Madre Tierra*. Mas quando esses textos se encontram com a realidade, a situação é outra.

As dificuldades de enraizamento do projeto de *Vivir Bien* tampouco se limitam a essa distância entre teoria e prática; na Bolívia, existem muitas vozes diferentes oferecendo a noção de *Vivir Bien* da maneira como lhes parece mais conveniente, e voltaremos a esse debate no quarto capítulo da dissertação. Durante minha pesquisa me encontrei com muitas pessoas que ofereceram definições diferentes do que era *Vivir Bien* e que refletiam sobre a sua plasticidade. Para um diplomata brasileiro da embaixada do Brasil na Bolívia, por exemplo, o processo de institucionalização do *Vivir Bien* “é uma caminhada que os próprios bolivianos não entendem bem, (...) o que sabemos é que há variantes no entendimento do *Vivir Bien* dependendo de onde vem a pessoa” (entrevista anônima realizada no dia 07/06/2013, em La Paz). Para Gregório Lanza, da Defensoria Pública da Bolívia, ainda se trata de uma visão

*muy difusa en el gobierno nacional y sus intelectuales interpretan de diferente manera. No es lo mismo el Choquehuanca, que es ministro de relaciones exteriores, que [él] hable sobre Vivir Bien, [o] que hable un ministro de finanzas sobre el tema. Entonces hay diferentes visiones, un concepto muy amplio (06/05/2013, em La Paz).*

A dirigente indígena Nazareth Flores também reflete de uma maneira muito interessante sobre a importância real da ideia de *Vivir Bien* para os povos indígenas das terras baixas bolivianas. Para ela,

*[el gobierno] dice el Vivir Bien, nosotros decimos el Buen Vivir. Nosotros los pueblos indígenas, tenemos un buen vivir porque vivimos en armonía con la naturaleza, ¿quién no va a querer estar en medio bosque?, tú has conocido ya respirar ese aire puro ¿no? Ahí está la madre naturaleza, la madre tierra, benevolente, que lo que tu siembras nace y se cosecha. El Vivir Bien nosotros lo decimos acá en el pueblo [eles se referem às cidades como pueblos]... porque acá tú puedes obtener todo lo que tiene un pueblo, lo*

*que te ofrece, para estar de acuerdo como vivir. Pero en las comunidades, en las comunidades es el Buen Vivir, tener tu chaco, tener tu casa y vivir bien, así con la naturaleza*

Da maneira como propõe a dirigente, o *Vivir Bien* seria apenas um jargão do governo de Morales e não diz respeito à tentativa de garantir aos povos indígenas a possibilidade de viver de acordo com os modos de produzir e de projetar a vida das comunidades. Para Albó (2011: 13), a noção até expressa uma “cierta clave étnica y hasta rousseauiana”, mas não dá conta de reconstruir etnograficamente “lo que está pasando actualmente en las comunidades, aunque sí se inspire en elementos de su cosmovisión”. O caso do TIPNIS revela que o movimento indígena está se esforçando para elaborar projetos produtivos e institucionalizar modos de produzir e de projetar a vida que estejam mais próximos da realidade das comunidades. Além disso, como afirma Stefanoni, o caso

*é importante, também, porque eliminou a possibilidade de fazer planos neodesenvolvimentistas no plano das políticas públicas e manter discursos ‘pachamâmicos’ em seminários de formação ou tribunas internacionais aparentemente sem nenhum custo. A questão da estrada obrigou a pôr sobre a mesa uma pluralidade de problemas que são, exatamente, as dificultades para por em prática perspectivas pós-desenvolvimentistas às quais ninguém se opõe (...) mas también (quase) ninguém defende na hora de definir políticas públicas em uma reunião de gabinete (Stefanoni, 2012: 30, grifos meus).*

Assim, o que poderemos observar através da análise do conflito que será apresentado é o poder mobilizador de um projeto de desenvolvimento – que reinicia as discussões sobre as relações entre Estado e povos indígenas em um país que é internacionalmente reconhecido como pioneiro nessa área.

## **Uma pesquisa sobre conflito; os conflitos de uma pesquisa (considerações teórico-metodológicas)**

Essas primeiras reflexões têm o intuito de informar sobre a necessidade de sermos especialmente cuidadosos quando analisamos os processos políticos em curso na Bolívia. As transformações catalisadas pela eleição de Morales acabaram por construir um cenário político que está sendo constantemente disputado pelos diferentes atores que as protagonizaram. Se for verdade que depois de 2005 novos atores sociais passaram a ocupar a vida política boliviana, também é verdade que esses atores quase nunca concordam sobre o rumo que o processo de transformação instaurado no país deve seguir. Os atores se multiplicaram e assim se multiplicaram também as vontades, os projetos e as concepções de vida que informam o país.

De saída é preciso esclarecer porque escolhi trabalhar com a ideia de *atores sociais*. O termo é utilizado por Zavaleta ([1986] 2008) para dar destaque à importância que as massas populares (indígenas e camponesas) tiveram no processo de construção do imaginário nacional-popular na Bolívia. Em outras obras Zavaleta também se refere à importância desses setores populares serem “actores y no meros receptores” na sua busca pela liberdade (Zavalera, 1983: 40 *apud* Antezana, 2009: 138). A importância do protagonismo indígena e camponês para a construção do Estado também marca as análises desse trabalho, o que justifica o empréstimo do termo do sociólogo boliviano.

São atores sociais que emanam do movimento indígena das terras baixas bolivianas os que protagonizam a abertura de uma importante crise política na Bolívia, responsável por uma recondução brutal do rumo dos discursos sobre desenvolvimento e sobre a noção boliviana de *Vivir Bien* que, como vimos, desde 2006 informava os principais documentos oficiais do Estado e do governo de Morales. Essa crise política tem relação, justamente, com a defesa de um território indígena na região amazônica do país. No centro do conflito está um projeto de desenvolvimento de infraestrutura, o que me despertou a curiosidade sobre as maneiras como os diferentes segmentos do movimento indígena estavam refletindo sobre o significado da operação da ideia de desenvolvimento no contexto das transformações institucionais que a Bolívia atravessa. Como afirma Ribeiro, os projetos de desenvolvimento (ou Projetos de Grande Escala) costumam responder a necessidades econômicas preexistentes e que são definidas de diversos modos (1987: 9); levanto essa afirmativa porque investigar as opiniões do

movimento indígena sobre um projeto viário permite entrever suas análises sobre o modelo econômico que organiza o Estado Plurinacional.

A disputa que observei se dá em torno da proposta de construção da estrada através do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore, o TIPNIS. Particularidades da história desse território, desse projeto e dos atores que estão envolvidos no conflito foram descobertas durante a pesquisa e acabaram revelando que o caso do TIPNIS serve como gatilho para pensarmos sobre diferentes questões que atravessam a Bolívia plurinacional. A estrada é a face mais evidente de um conjunto de interesses econômicos e políticos entrelaçados e relacionados com a questão da integração nacional, regional, do acesso a mercados asiáticos e, principalmente, relacionados com os interesses do Brasil na região a serem apresentados no terceiro capítulo. Apesar de existir uma série de conjecturas a respeito dos motivos do envolvimento do Brasil no projeto, o interesse em explorar o petróleo boliviano na região do Isiboro-Sécore sobressai em importância e será igualmente discutido mais adiante. Como veremos, também é interessante para a Bolívia viabilizar o acesso da Petrobrás aos poços petrolíferos que estão sob sua concessão já que, de acordo com a entrevista realizada na embaixada brasileira na Bolívia, 70% da renda fiscal boliviana provem da Petrobrás.

Partindo da situação do TIPNIS hoje, poderíamos discutir a natureza de um Estado plurinacional, os limites dos projetos de autonomia indígena, as novas relações entre Estado e movimentos sociais, as possibilidades de institucionalização da justiça tradicional comunitária, o papel que parlamentares indígenas podem cumprir, o impacto das marchas indígenas na construção do Estado Plurinacional e uma variedade de outros temas. Poderíamos utilizar o caso para discutir as teorias de colonialismo interno e de colonialidade do poder. Ou poderíamos engrossar o caldo das discussões sobre etnicidade, territorialidades ou multiculturalismo. Mas resolvi falar sobre desenvolvimento. Como também já mencionei, a principal marca dessa recente história de reconstrução do Estado parece estar no povo boliviano e não nas instituições reinventadas, e o caso do TIPNIS é expressão dessa proposição. A variedade de maneiras com que desenvolvimento e *Vivir Bien* têm sido manejados na Bolívia plurinacional é expressão de um novo vínculo entre Estado, sociedade civil e movimentos sociais. Um vínculo que elegeu Evo Morales, um vínculo que aprovou a nova Constituição e refundou o país, um novo tipo de vínculo que empoderou a

população que agora se apresenta como capaz de discutir e disputar os conceitos e as noções balizadoras da economia e da vida política nacional.

Esta pesquisa foi uma imersão nesse universo, e foi sempre conduzida pela curiosidade em relação às ideias de desenvolvimento que circulam na Bolívia. Ao todo, foram quase quatro meses e meio em campo: quinze dias em outubro de 2012 e cerca de quatro meses em 2013 – de sete de abril a seis de julho, e depois de vinte e sete de julho a dezoito de agosto. Foram vinte dias dentro do TIPNIS, em duas viagens diferentes. Primeiro para participar do *XXXI Encuentro de Corregidores del TIPNIS* e depois acompanhando uma comissão que se dirigia à comunidade de San Pablo para responder à convocatória de corregedores que, mobilizados, resolveram paralisar uma atividade organizada por segmentos indígenas e camponeses do TIPNIS que são a favor da construção da estrada. Esse, sem dúvida, foi um dos momentos mais importantes da minha pesquisa. Além de redefinir minha relação com os dirigentes e *comunarios* do TIPNIS, redefiniu os rumos da investigação, construindo um novo cenário de possibilidades de atuação.

Já estava no começo do meu terceiro mês na Bolívia, realizando algumas entrevistas na cidade de La Paz. No meio da manhã recebi uma ligação de um dos dirigentes do TIPNIS, me convidando para voltar à Trinidad com urgência: eles estavam planejando entrar outra vez no TIPNIS nos próximos dias para paralisar a realização de um Encontro de Corregedores convocado pelo segmento que reivindica a construção da estrada – supostamente, o *I Encuentro de Corregidores del TIPNIS*. De acordo com esse dirigente, o encontro convocado não tinha legitimidade, pois não havia sido planejado em conjunto com as outras organizações políticas locais, a Sub-Central do TIPNIS e a Sub-Central do Sécure. Além disso, apresentando-se como Primeiro Encontro de Corregedores, o espaço ignorava mais de trinta anos de história da vida política na região. Era o presidente do CONISUR, região ao sul do Parque Nacional, quem havia convocado o encontro. Além de indicar uma região do TIPNIS, o CONISUR é uma organização indígena camponesa que representa os moradores do Polígono Sete, parte do Parque Nacional mas não do Território Indígena, e que por isso tem sua vinculação ao TIPNIS constantemente questionada. Trata-se uma área separada do resto do território pela *línea roja*, um limite estabelecido entre a área colonizada e o território indígena em 1990, na qual vivem colonos (pessoas que vivem nas parcelas de terra denominadas de colônias) e plantadores de coca, principalmente. Denunciando

ingerência, os segmentos que resistem ao projeto viário planejavam ir à comunidade de San Pablo paralisar o “*supuesto encuentro*” e me convidaram para participar da viagem.

Decidi ir. A data de minha chegada em Trinidad coincidiu com a data de uma entrevista com um dos dirigentes favoráveis ao projeto viário, e naquele momento percebi que seria impossível continuar trabalhando com os dois segmentos envolvidos no conflito, como eu vinha fazendo desde que havia chegado na Bolívia em abril de 2013. Os dirigentes do segmento favorável à estrada ainda tinham muita desconfiança a meu respeito, mesmo que me concedessem entrevistas ocasionalmente. Desconfiavam que eu trabalhava como assistente técnica da Sub-Central do TIPNIS e imaginei que tentariam impedir minha viagem de volta ao território caso se inteirassem dos meus planos de retornar ao TIPNIS com as Sub-Centrais mencionadas. Decidi não fazer as entrevistas naquele momento e esperar para saber como seriam nossas relações dentro do parque, uma vez estivéssemos todos lá.

Mas voltaremos à história de San Pablo em outro momento, por hora é suficiente que estejam claras as dificuldades de trabalhar com segmentos que estão disputando pela construção ou não da estrada e também pelo significado desse projeto em relação aos seus direitos enquanto indígenas em um Estado Plurinacional. Essas dificuldades impregnaram o processo de realização da pesquisa e traçaram um raio que delimitou a área na qual era possível trabalhar. A consequência é uma disparidade no número de entrevistas entre o segmento contrário e o favorável à estrada: embora tenha realizado algumas entrevistas com as lideranças indígenas que se alinham com a política do MAS e corroboram o projeto viário, elas foram pontuais e por isso não esgotam a diversidade de motivos mobilizados nos discursos pró-estrada. Entrevistando o segmento contrário à estrada observei uma variedade de motivos que sustentam o rechaço ao projeto viário, e por isso imagino que em outra situação teria sido possível encontrar igual variedade de argumentos entre o segmento pró-estrada.

Durante a pesquisa foram realizadas trinta entrevistas, uma com perguntas fechadas e levada a cabo por email por opção da instituição (*a Administradora Boliviana de Carreteras*), algumas abertas e outras semiestruturadas, totalizando mais de quinze horas de gravações, como mostra a tabela de entrevistas (anexo 1). As entrevistas geralmente significavam o momento de formalização das minhas relações com as pessoas. Era “a hora de falar sério” e o tom e o conteúdo dos diálogos eram outros, principalmente no que se refere às entrevistas feitas com as pessoas do TIPNIS.



Além dos vinte dias que passei dentro do território estive outros vinte dias com os dirigentes do segmento contrário à estrada em Trinidad, onde estão sediadas as principais organizações indígenas que se relacionam com o TIPNIS. Durante esses dias eu fiquei acampada na sede da Sub-Central do TIPNIS, primeiramente, e depois na sede da Sub-Central do Sécure. Passava todas as horas dos meus dias entre os dirigentes e suas famílias, além de com corregedores ou *comunarios* (aqueles que vivem nas comunidades do TIPNIS) que por diferentes razões às vezes estão em Trinidad. O momento das entrevistas era o momento de ruptura com o ritmo das atividades diárias. Nos preparávamos, buscávamos um lugar apropriado, líamos minha carta de apresentação (anexo 2) e o termo de concessão do uso da entrevista (anexo 3). A gravidade dos conflitos exigia seriedade e formalidade nas entrevistas. As pessoas gostavam de ter certeza das minhas intenções e do uso que seus depoimentos teriam, por isso mesmo sempre fiz questão de deixar o gravador em lugar evidente e fixar o momento da entrevista como um momento especial do nosso dia, onde eles escolheriam o que iria ou não se tornar público, preparariam seus argumentos sobre o assunto para oferecê-los em seguida como resposta às minhas inquietações.

Na medida do possível, circulei entre as organizações indígenas mais e menos próximas do governo; é publicamente sabido quais delas são favoráveis e quais são contrárias ao projeto viário, mas durante as entrevistas muitos se negaram a encerrar uma posição. As dificuldades de circular entre dois segmentos que estão em guerra declarada foram enormes, e serão relatadas ao longo desse trabalho. Por isso mesmo optei por expandir o espectro de interlocutores e escutar depoimentos de pessoas que não se relacionam imediatamente com as organizações indígenas: profissionais dos ministérios, da defensoria pública, da embaixada do Brasil na Bolívia e do Fundo Indígena – todos foram entrevistados em La Paz.

Em La Paz e em Cochabamba busquei encontrar-me com diferentes intelectuais, bolivianos e estrangeiros, que têm debatido temas relacionados com essa pesquisa. Com maior ou menor convicção, eles também se agrupam em dois blocos político-teóricos configurados a partir da análise do que acontece no TIPNIS. Antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, advogados, historiadores e linguistas me auxiliaram na descoberta do universo intelectual boliviano, uma das opções metodológicas mais importantes dessa pesquisa. Trabalhar desde o ponto de vista da academia boliviana, tendo autores bolivianos como referência teórica e não somente como interlocutores no processo

investigativo, proporcionou o encontro de novas maneiras de refletir sobre o tema do desenvolvimento e da busca pela legitimação de modelos alternativos de produzir e de projetar a vida. Essa escolha foi impulsionada pelas discussões apresentadas por Ribeiro e Escobar, que refletem sobre a necessidade de revisarmos, como parte do exercício de nossas pesquisas, as relações desiguais de poder nos espaços de produção de conhecimento de cada país ou região do globo (2012: 17).

Essa perspectiva que propõe a revisão das diferentes antropologias produzidas em cada parte do mundo apesar de sua centralidade ou marginalidade no campo acadêmico internacional alimentou um exercício muito interessante de resgate da bibliografia boliviana, em especial, e sul-americana, em geral, interessada nos debates sobre desenvolvimento e *Vivir Bien*. Tal exercício se iniciou no meu primeiro semestre enquanto estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação do CEPPAC, no qual realizei essa investigação. O contato quase diário com discentes e docentes envolvidos em projetos de pesquisa relacionados à América Latina e aos seus conflitos mais atuais possibilitaram o amadurecimento de um novo repertório conceitual capaz de enfrentar as problemáticas que já me interessavam desde a graduação e que se expressam de maneira mais organizada nessa dissertação. Essas duas experiências em conjunto – o contato com a intelectualidade boliviana e a minha lotação no CEPPAC enquanto estudante – refinaram o trabalho de construção do arcabouço teórico que organiza as discussões que proponho nessa dissertação, abrindo espaço para a elaboração de novas perguntas sobre os limites e os potenciais do processo político em curso na Bolívia.

#### *Sobre os conceitos:*

As diferentes maneiras como o conceito de desenvolvimento é manejado na academia, ao redor do mundo e também na Bolívia, e a necessidade de dar visibilidade à sofisticação com que os povos do TIPNIS têm refletido sobre o seu território, a sua relação com o Estado, com a sociedade boliviana e com os projetos de desenvolvimento de infraestrutura, me instigaram a repensar sobre como me referiria aos processos que organizam a vida das comunidades da região. Enquanto, por um lado, a academia discute sobre modelos alternativos de desenvolvimento ou modelos alternativos ao desenvolvimento (conferir, por exemplo, Escobar, 1997; Perrot, 2008; Sen, 2000) e, por outro lado, discute sobre as “limitações” e as “dificuldades” dos povos indígenas em se relacionarem com o “mundo moderno”, optei por trabalhar com a ideia de *modo de*

*produzir e de projetar a vida*. Entendo que tal expressão resolve uma série de questões que, uma vez deixadas de lado, impediam que compreendêssemos o tipo de vinculação complexa que os povos do TIPNIS estabelecem com o seu território, com a sociedade e com o Estado boliviano.

Em primeiro lugar, é preciso desconstruir o mito do desenvolvimento como modelo único. Por isso não estamos falando no “modelo de desenvolvimento local” do TIPNIS, ou qualquer variação dessa ideia (desenvolvimento para *Vivir Bien*; etnodesenvolvimento; desenvolvimento sustentável; etc). Em segundo lugar, foi preciso desconstruir outro mito que acompanha as análises sobre os povos indígenas das terras baixas bolivianas: o mito sobre sua incapacidade de inserção no mercado através de mecanismos próprios de produção. Para García Linera, por exemplo, os indígenas amazônicos estão despossuídos de seus territórios e submetidos economicamente às empresas estrangeiras (2012: 30). A ideia de submissão dos indígenas amazônicos à vontades e modelos externos acaba corroborando com leituras que invisibilizam suas estratégias e técnicas econômicas e produtivas locais. Não somente existem condições técnicas próprias de produção da vida cotidiana, como existe a possibilidade de mobilização dessas tecnologias a serviço da produção de excedentes que podem ser destinados ao mercado nacional, caso isso seja desejado. Estamos falando de pesca e caça, mas também da criação de módulos de pecuária e laticínios que são organizados em sintonia com o ritmo da vida nas comunidades, como veremos no quarto capítulo da dissertação. Existem modos de produzir a vida que não passam pelo modelo de relação do homem com a natureza típico da lógica desenvolvimentista. O que não existe é o reconhecimento e o incentivo estatal a esses modos, fazendo com que eles sejam, na prática, repetidamente marginalizados em detrimento de outras estratégias produtivas.

Ainda, trabalhando com o termo “modos de produzir e projetar a vida” é possível dar destaque à existência de diferentes compreensões de tempo e de espaço partilhadas pelos povos amazônicos, compreensões locais que não necessariamente implicam em falta de perspectivas para sua vida. Não estamos diante de grupos que ignoram os processos políticos e econômicos que interferem em seus direitos e em seus modos de viver, muito pelo contrário. Como veremos em detalhe no segundo capítulo desse trabalho, os povos indígenas das terras baixas bolivianas têm protagonizado, pelo menos desde 1990, um levante rumo à disputa do Estado, que se materializa em diferentes momentos da história do país como a disputa pelos territórios. A luta em

defesa do território ou mesmo a busca mítica-religiosa pela *Loma Santa*, uma terra prometida cuja busca movimenta os povos mojeños, são mostras de que esses grupos estão projetando um futuro, estão protagonizando o processo de disputa pelo seu futuro.

A apresentação de pelo menos outros três conceitos também se faz necessária para que o argumento da dissertação não seja mal interpretado mais a diante. É preciso discorrer mesmo que rapidamente sobre 1) a opção, em alguns momentos, pelo uso do termo ideologia/utopia quando me refiro ao desenvolvimento; 2) o sentido atribuído ao conceito de hegemonia, mobilizado em diferentes momentos deste trabalho e 3) a definição do que seria o desenvolvimentismo clássico.

A ideia do desenvolvimento como uma ideologia/utopia é apresentada por Ribeiro (2008: 117) como o cimento entre os diferentes atores que compõem o campo do desenvolvimento. Ribeiro afirma que

Ideologias e utopias são essencialmente relacionadas a poder. Elas expressam disputas sobre interpretações do passado (ideologia) ou do futuro (utopia), e lutam para instituir hegemonia estabelecendo certas visões retrospectivas ou prospectivas como a verdade, como a ordem natural do mundo.

É nesse sentido que a expressão aparece nesse trabalho, referindo-se ao modo hegemônico de interpretar o passado e o futuro, sempre acompanhado de noções como crescimento e progresso, e orquestrado no seio do campo do desenvolvimento. O sentido da ideia de hegemonia se inspira nos textos de Gramsci e, portanto, se refere a liderança cultural-ideológica de uma classe sobre a outra. Como a ideia de hegemonia do intelectual italiano permite a explicação do por que uma concepção de mundo é adotada pelos setores subordinados da sociedade mesmo que em contradição com a sua atividade prática (cf. Alves, 2010: 74) ela aparece como interessante de ser mobilizada para trabalharmos com questões relacionadas ao desenvolvimento: o modelo desenvolvimentista clássico, por ser a ideologia/utopia hegemônica da contemporaneidade, também é adotado como referência entre grupos sociais que não necessariamente têm suas práticas organizadas a partir da lógica do desenvolvimento. Entretanto, é claro que a hegemonia não é uma força totalizante. Caso contrário não seria possível haver posições fora dela, nem discursos ideológicos e utópicos divergentes sobre destino e bem estar.

As considerações sobre o modelo desenvolvimentista clássico serão apresentadas ao longo da dissertação, mas é importante apontar de saída que a opção pelo termo pretende marcar o lugar teórico deste trabalho, evitando entrar no debate sobre desenvolvimentismo/neodesenvolvimentismo que não é fundamental para minhas reflexões sobre as distâncias e aproximações entre desenvolvimento e *Vivir Bien*, essas sim centrais nessa dissertação. Ao me referir ao desenvolvimentismo clássico estou compreendendo um modelo econômico e político baseado na ideia de progresso, na visão linear do tempo e na concepção na natureza como recurso e como mercadoria. Essa proposta, originada no chamado “Primeiro Mundo”, propõe a transformação total das culturas e formações sociais das outras partes do planeta de acordo com as formulações e convicções das elites europeias e estadunidenses (cf. Escobar, 2007).

*Sobre a pesquisa:*

Diante das preocupações teóricas relacionadas com a temática do desenvolvimento e com as possibilidades de institucionalização e validação de alternativas a esse modelo hegemônico de produzir e de projetar a vida optei por iniciar investigações sobre a complexidade da realidade boliviana e de seu atual processo de transformação. Ao me aproximar dos debates sobre a institucionalização do *Vivir Bien* na Bolívia acabei me deparando com as mobilizações indígenas dos povos do TIPNIS e concluí que o conflito naquele território seria o melhor objeto empírico para uma investigação sobre as tensões envolvendo a circulação da ideia de desenvolvimento no país. A pesquisa no TIPNIS confirmou minhas impressões iniciais sobre a validade daquele processo como símbolo dos paradoxos que atravessam o governo de Morales, e a opção de trabalhar com o conflito teve como consequência a realização de uma pesquisa que também foi realizada de maneira complicada.

Os conflitos no TIPNIS se converteram em conflitos para a própria pesquisa, pois, como veremos ao longo deste trabalho, diversas vezes tive de optar entre a adoção de uma postura aparentemente imparcial e a possibilidade de uma imersão maior no universo do TIPNIS. A decisão de me aproximar dos segmentos contrários ao projeto viário teve como consequência a dificuldade de realizar entrevistas com os segmentos do movimento indígena afinados com o governo de Evo Morales, mas por outro lado essa decisão consolidou uma rede de relações de confiança com os dirigentes indígenas em resistência à estrada, rede que viabilizou essa pesquisa e à qual serei sempre grata. A

experiência com as organizações indígenas no TIPNIS abriu uma nova possibilidade de inserção na vida política boliviana, e os laços profissionais e afetivos estabelecidos com dirigentes, corregedores e *comunarios* acompanharam essa pesquisa e acompanharão os meus próximos anos como investigadora preocupada com a realidade dos povos indígenas das terras baixas bolivianas.

A pesquisa foi organizada em quatro etapas complementares e durante os períodos que já foram apresentados acima: o trabalho de campo, como momento em que “relações com pessoas” foram estabelecidas (Uriarte, 2012: s/p); a realização de entrevistas com pessoas que têm posições diferentes sobre o projeto de construção da estrada; a pesquisa teórica possibilitada pelos encontros com intelectuais dentro e fora de eventos acadêmicos; e a pesquisa documental realizada em La Paz, Cochabamba, Santa Cruz de la Sierra e Trinidad que me permitiu encontrar um número gigantesco de documentos, artigos e publicações institucionais que serão utilizados nos quatro capítulos que compõem essa dissertação.

Outro aspecto importante sobre a realização desta investigação relaciona-se com minha identidade enquanto jovem pesquisadora brasileira. Como veremos no terceiro capítulo, o Brasil influenciou a configuração do conflito no TIPNIS direta e indiretamente já que, dentre outros motivos, foi a firma do contrato com a empresa OAS que disparou o novo ciclo de mobilizações indígenas em resistência ao projeto viário em 2008. Além disso, naquele momento a contratação da empreiteira brasileira viabilizou que o BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, oferecesse à Bolívia um empréstimo para a construção da estrada. A relação do Brasil com outros projetos de desenvolvimento de infraestrutura na região amazônica boliviana também fortalece a construção de uma imagem do Brasil enquanto potencia regional, posição que é criticada por importantes segmentos do movimento indígena boliviano com os quais eu pretendi dialogar desde o começo dessa pesquisa. Por tudo isso, eu tinha algumas dúvidas em relação à maneira como seria recebida por esses setores. Mas a compreensão da transnacionalidade dos movimentos de resistência à hegemonia do modelo desenvolvimentista abriu a possibilidade de diálogos horizontais com aquelas lideranças indígenas.

Além de perguntas constantes sobre a situação dos povos indígenas brasileiros, principalmente sobre aqueles que vivem na região onde se pretende construir a usina de Belo Monte, em diferentes momentos as entrevistas eram compreendidas como

mensagens que deveriam ser transmitidas ao povo brasileiro. Como podemos ver nos trechos de entrevistas reproduzidos abaixo, diversas vezes me agradeceram pela possibilidade de viabilizar um diálogo entre a situação boliviana e brasileira, compreendendo minha pesquisa como um instrumento de contato entre a realidade dos dois países. Angela Noza, dirigente da *Central Nacional de Mujeres de Bolivia* (CNAMIB), depois de me agradecer por eu ter tido “*la voluntad*” de ir até eles, me pediu que eu reportasse essas informações no Brasil: “*le pido encarecidamente que cuando vaya a su país tenga que informar todas esas informaciones*” (28/04/2013, em Trinidad). O ex-dirigente indígena Pedro Nuny foi mais direto em sua consideração sobre a minha pesquisa: “*ojalá que lo que se escriba del estudio que se está realizando pueda contribuir también en una reflexión para nuestros hermanos brasileiros y para la gente no indígena, que sepan entender también lo que nosotros estamos también deseando, para que los Estados nos respeten*” (22/04/2013, no Centro de Gestão do TIPNIS).

Ao contrário do que eu esperava inicialmente, a pesquisa foi bem recebida entre os segmentos que resistem à estrada e os agradecimentos à minha “vontade” de estar lá se repetiram em outras entrevistas. Esses agradecimentos na verdade têm mais relação com o reconhecimento da importância de fazer a situação do TIPNIS ser conhecida em outros países. Para Ruth Rocha, dirigente da Sub-Central do Sécore, “*nosotros ahorita estamos contentos porque tenemos personas de otro lado que vienen de lejos*” (18/06/2013, na comunidade de San Pablo, no TIPNIS). O corregedor da comunidade de Puerto Totora, Eduardo Noza, também fez um comentário nesse mesmo sentido ao final de sua entrevista: “*con esto terminaría: agradeciéndole [a] usted. Nosotros no tenemos el dinero para traerlo, llamarlo, usted ha tenido la buena voluntad [de venir]*” (21/06/2013, na comunidade de San Pablo, no TIPNIS).

A impressão sobre minha “boa vontade” também apareceu em outras situações, fora do TIPNIS ou mesmo do Beni. Em algumas situações em La Paz e Cochabamba me agradeceram por eu estar estudando a realidade boliviana, e isso tem tanta relação com minha nacionalidade quanto com minha condição de jovem pesquisadora. Os comentários que iam nesse sentido normalmente mencionavam o fato de eu estar longe de casa ou da família “somente” para estudar a Bolívia. Em algumas situações acredito que o fato de eu ser brasileira facilitou meu diálogo com instituições públicas bolivianas, dada a importância das relações diplomáticas entre os dois países. Também

foi pelo fato de ser brasileira que obtive acesso à embaixada do Brasil em La Paz, onde pude conversar com alguns diplomatas sobre o envolvimento do Brasil no projeto viário e sobre a presença brasileira na Bolívia de maneira geral.

*Sobre o processo de análise das entrevistas:*

As trinta entrevistas realizadas foram transcritas em *castellano* e culminaram em um documento de 308 páginas. Para dar conta de trabalhar o volumoso material, optei por trabalhar com o programa de análise de discursos QDA Miner e com o auxílio desse instrumento pude organizar os depoimentos recolhidos durante a investigação em nove categorias temáticas distintas. Organizei os trechos interessantes das entrevistas como relacionados com 1) o Estado Plurinacional da Bolívia; 2) o *Vivir Bien*; 3) o governo; 4) o TIPNIS; 5) as organizações indígenas; 6) o Brasil; 7) as percepções locais sobre a vida no território; 8) análises gerais sobre a América Latina e o mundo e 9) impressões sobre a minha pesquisa. A definição dessas nove categorias partiu de muitas leituras do material recolhido, e reconhecendo os temas mais recorrentes nas entrevistas criei essas categorias-chave que depois foram utilizadas para construir o material que serve de apoio ao argumento de cada um dos quatro capítulos da dissertação.

### **Apresentação da dissertação**

O objetivo central dessa dissertação é observar, a partir do caso do TIPNIS, em que âmbito se dá a atual disputa entre povos indígenas e Estado sobre os conceitos de desenvolvimento e de *Vivir Bien*, que são centrais para organizar a experiência de plurinacionalização da Bolívia. Tendo esse objetivo em mente, essa introdução esboçou brevemente a história da construção do Estado Plurinacional procurando evidenciar o contexto e os antecedentes desse processo refundacional para em seguida debater a sua importância e, simultaneamente, as suas limitações. O que procurei não foi diminuir o significado que o processo de transformação boliviano tem para os povos indígenas da Bolívia e do mundo, mas esclarecer que a retórica revolucionária que atravessa os discursos oficiais sobre esse processo não diminui o fato de estarmos diante de um cenário de reformas parciais que convivem com as antigas oligarquias nacionais e com o modelo econômico desenvolvimentista herdado.



O primeiro capítulo do trabalho apresenta a situação do TIPNIS a partir dos testemunhos dos atores sociais envolvidos no conflito. O território é apresentado: sua história, suas características geográficas, demográficas e o sistema político relacionado. A primeira e a segunda seção do capítulo permitem uma aproximação à maneira como o território é compreendido pelos atores, que me ofereceram nas entrevistas suas opiniões sobre o TIPNIS e sobre a problemática do território de maneira geral. A terceira seção apresenta a história do projeto viário e coloca em debate, rapidamente, a realidade do TIPNIS através dos olhos de seus donos ancestrais: apresento as concepções locais sobre pobreza e sobre o tipo de necessidades das comunidades da região do Isiboro-Sécure. Nesse capítulo também são apresentados os possíveis interesses que estariam por trás da estrada, interesses de quatro ordens diferentes que não necessariamente se relacionam com as demandas locais. Ao final, apresento o caso do TIPNIS como um “drama desenvolvimentista”, conceito que permite que compreendamos a profundidade e a extensão dos problemas despertados por esse projeto viário.

A realização da pesquisa entre organizações indígenas divididas e orientadas por diferentes concepções de desenvolvimento, bem como por diferentes compreensões do tipo de relação que devem estabelecer com partidos, governos e com o Estado, despertou a necessidade de compreendermos melhor esse cenário para dar conta da dimensão dos conflitos no TIPNIS. Por isso no segundo capítulo apresento as organizações indígenas que representam a região do Isiboro-Sécure e resgato traços de sua história e da sua importância para o movimento indígena das terras baixas. Apresento algumas discussões a respeito das relações entre essas organizações e o Estado boliviano, tomado como um campo de luta que também é ocupado pelos segmentos indígenas do oriente do país. Remontando o histórico das marchas indígenas protagonizadas por essas organizações é possível colocar os episódios de 2011 e 2012 em perspectiva para, enfim, tomá-los como emblema da incidência do movimento indígena das terras baixas no Estado. Para dar conta de construir esse argumento, apresento a VIII e a IX Marcha indígena e coloco a realização da consulta ao TIPNIS em debate, revisando o sentido da plurinacionalização do Estado, o papel das organizações nesse processo e os desafios que elas se colocam diante dos limites dessa experiência.

O terceiro capítulo da dissertação leva o nome de “Brasil, o país mais grande do mundo”, título inspirado em comentários recorrentes na Bolívia que exprimiam a

imagem de Brasil em circulação naquele país. Nas lojas, nos mercados, nos terminais rodoviários, nos táxis, entre amigos, em todas as cidades que visitei comentavam sobre a grandiosidade do Brasil. Em uma graciosa tentativa de reproduzir o “sotaque brasileiro” me ofereciam em portunhol (maneira de falar que mistura dois idiomas, o português e o espanhol) a imagem de Brasil que percorre o imaginário da população boliviana, tanto nas grandes cidades como nas regiões periféricas do país. Isso não quer dizer que essa imagem não seja problematizada. A ideia do gigantismo brasileiro atrai para sua órbita críticas endereçadas a dinâmicas macrossociais que se deslocam através de diferentes atores e agências até se materializarem como política de desenvolvimento nos territórios. O articulador dessa agenda seria o Brasil – o que na maioria das vezes é verdade, em especial pelo país estar diretamente envolvido com a história da estrada que atravessaria o TIPNIS. Por isso o capítulo reflete sobre as dinâmicas que organizam a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e a sua agenda de projetos, discute sobre o papel do Brasil nessa iniciativa de integração (prioridade da política externa brasileira desde, pelo menos o início da década de 2000), apresenta algumas conjecturas sobre os benefícios que a estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos poderia trazer ao Brasil e, por fim, ensaia a avaliação da dimensão do envolvimento do Brasil com o caso do TIPNIS.

O quarto e último capítulo da dissertação apresenta uma análise da situação boliviana que tenta dar conta de reconhecer a importância da institucionalização da ideia de *Vivir Bien* nos discursos sobre desenvolvimento do governo Morales, mas que também busca perceber o arrolho das políticas públicas relacionadas à terra, ao território e ao direito indígena de existir de acordo com seus modos ancestrais de produzir e projetar a vida. Além disso, procuro dar destaque ao poder que um grande projeto de desenvolvimento de infraestrutura tem, já que foi a partir dos conflitos iniciados com a aprovação do projeto viário que o movimento indígena boliviano, principalmente segmentos das terras baixas do país, passa a denunciar a permanência da lógica desenvolvimentista clássica na Bolívia do *Vivir Bien*.

## Primeiro Capítulo

### Sobre um território ameaçado

El territorio es lo profundo de un pueblo; en realidad, sólo la sangre misma es tan importante como el territorio (Zavaleta, 2008: 31).

\*

yo no creo en caminos  
pero que los hay  
hay  
(Leminski, 2013: 70).

Depois de termos conseguido a permissão para o combustível e termos saído do *Puerto Varador*, foram trinta e seis horas de viagem até o Centro de Gestão do TIPNIS, onde o Encontro de Corregedores aconteceu. Entre mulheres, homens e crianças, estávamos em quarenta pessoas na embarcação; eram muitos os sacos de comidas, caixas de medicamentos e outros utensílios necessários para a viagem ou para a nossa estada no Centro de Gestão – tudo comprado pela Sub-Central do TIPNIS ou doado por organizações de direitos humanos que apoiam essa organização. Entre as pessoas e as cargas quase não sobrava espaço para esticarmos as pernas, mas a companhia dos outros tripulantes e as paisagens maravilhosas que atravessamos ao navegarmos pelos rios

Mamoré e Isiboro garantiram que aquela viagem tenha se tornado uma das melhores lembranças de meu período em campo. O TIPNIS era o único tema das nossas conversas e todos repetidamente me contavam histórias sobre as terras encantadas que eu iria conhecer em breve. Falavam sobre a sacralidade do território e sobre o significado da *Loma Santa*, a mãe terra; me mostravam tudo no caminho, me diziam o nome das plantas e dos pássaros, me falavam sobre suas comunidades, sobre os peixes e sobre as frutas. Também me falavam sobre o projeto da estrada, sobre o governo, sobre as marchas e sobre porque estavam indo para este Encontro de Corregedores.

Como a nossa comitiva saiu de Trinidad, a maioria das pessoas que viajou comigo já não vive no TIPNIS há algum tempo, variando bastante de acordo com a história de cada um. Era lá no Centro de Gestão onde todos iriam se encontrar e onde eu iria encontrar-me pela primeira vez com todos; muitos estavam ansiosos por rever seus pais ou irmãos que continuam vivendo dentro do território. Algumas horas depois da nossa chegada, outro barco saído de Trinidad aportou, e nele vinha a maior parte dos dirigentes da Sub-Central do TIPNIS, incluindo seu presidente. Além desses dois barcos que vinham da cidade, nenhum outro tinha chegado. Cerca de uma hora depois da chegada dos dirigentes o esquema de comunicação já estava montado: umas dez pessoas se posicionaram ao redor de um rádio alimentado por uma bateria e começaram a comunicar-se com as comunidades para avisar que já estavam no Centro e que elas já podiam *bajar*<sup>4</sup>. Várias comunidades do TIPNIS participavam dessa comunicação, sintonizadas todas na mesma frequência de rádio. Uma a uma elas dirigiam-se ao Centro: “*¡estamos bajando!*”. Eles, e eu também, recebíamos a notícia com a mesma euforia a cada vez, comemorando a notícia dada por cada uma das comunidades que dizia estar baixando o rio para participar do *Encuentro de Corregedores del TIPNIS*, o principal espaço político de organização das comunidades do TIPNIS.

As comunidades começaram a chegar aos poucos, em canoas ou outras embarcações de pequeno porte. Vinham cada uma com seu *tapeque*, uma contribuição que poderia ser uma certa quantidade de frutas, carne de caça, peixes ou um pouco de doce feito de cana. As mulheres da Sub-Central do TIPNIS organizavam a cozinha comunitária e distribuía materiais de higiene pessoal para todos: estava armado o acampamento composto por representações de diferentes comunidades da região, e por

---

<sup>4</sup> As comunidades têm de descer o rio Isiboro, *bajar*, para chegar ao Centro de Gestão (que fica quase na saída do rio Isiboro no rio Mamoré).

nós, os *chocos* (brancos, não-indígenas) que por variadas razões nos fazíamos presentes naquele espaço.

### **Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore**

A região na qual habitam os povos mojeños-trinitários, yuracarés e chimánes foi demarcada como Parque Nacional em vinte e dois de novembro de 1965, e de acordo com o atual presidente da Sub-Central do TIPNIS, Fernando Vargas, o parque nacional “*se crea con el objetivo para conservar las cuencas hidrográficas y la belleza histórica y evitar la colonización y la apertura de caminos*”. Os três povos que ocupam a região do Isiboro-Sécore atualmente se dividem em 63 comunidades e concentram-se em áreas diferentes do território apesar de comumente deslocarem-se através dele, como veremos mais adiante. O TIPNIS localiza-se nas terras baixas bolivianas, entre os departamentos de Beni e Cochabamba (mapa 1).

O ainda Parque Nacional Isiboro Sécore foi criado através do Decreto Supremo 07401, que denunciava o perigo que o avanço da colonização na área representava (anexo 4). A presença de camponeses nos territórios indígenas, principalmente de plantadores de folha de coca conhecidos como cocaleros, é conhecida como colonização, mas trataremos desse tema mais adiante nesse capítulo. Na época, de criação do Parque Nacional, ainda de acordo com Vargas, a região era administrada pelo Estado e os povos que ali habitam viviam sob sua tutela:

*Entonces eso a partir de 1965... y quien era responsable de hacer gestión y protección de esto era el mismo Estado a través del ministerio de asuntos campesinos y agropecuarios de esa época ¿no? Luego, no se hizo gestión, empezó una masiva e incontrolado uso de los recursos naturales, como la flora, la fauna, una explotación totalmente indiscriminada... que a partir de 1986 los pueblos indígenas mojeños-trinitarios, yuracaré y chimánes empezaron a analizar eso y se empezaron a organizarse. De ahí es que en 1989, se consolida la Sub-Central del Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Sécore y se consolida no como dice así directamente “Sub-Central del Territorio Sécore”, sino se consolida como Sub-Central de Cabildos Indígenales Región Isiboro Sécore, así se consolida ¿no? ¿Cuál fue el objetivo principal de organizarse? primero para que los pueblos indígenas de estos tres pueblos indígenas, estén unidos. Segundo, para demandar este Parque Nacional ante el Estado, de que se le reconozca como territorio indígena de estos tres pueblos. No se obedeció y*

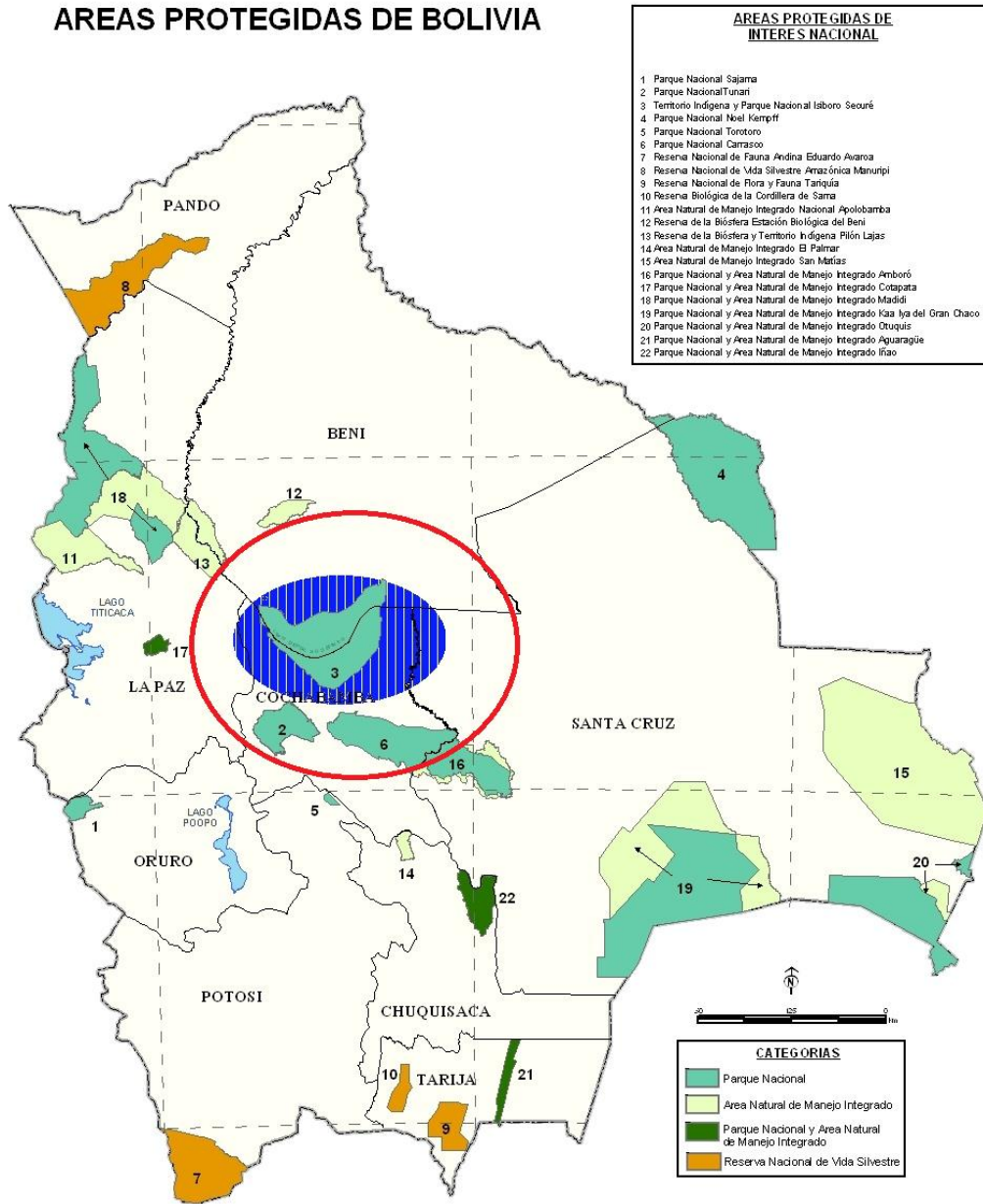
*eso permitió por ejemplo, definir la Primera Marcha que fue “por el territorio y la dignidad”* (grifo meu).

A história do TIPNIS se confunde com a história do movimento indígena das terras baixas, e o próprio reconhecimento do Parque como Território Indígena é uma conquista da Primeira Marcha Indígena, realizada em 1990 de Trinidad à La Paz e evocada inúmeras vezes durante entrevistas ou quaisquer outras conversas sobre o TIPNIS durante o período em campo. Assim como a maioria das marchas do país, essa primeira grande marcha dos povos indígenas das terras baixas se dirige a La Paz, pois apesar de Sucre ser constitucionalmente a capital do país, desde 1899 (quando termina a Guerra Federal boliviana) a capital *paceña* é a sede do governo da Bolívia.

A demarcação da área como Parque Nacional em 1965 não havia retirado a tutela do Estado sobre a região e por isso era tida como insuficiente. Diante desse diagnóstico, o movimento indígena se organiza na década de noventa para reclamar seus direitos de propriedade em relação às terras que ocupavam ancestralmente. Como tratarei de apresentar a história dessa e das outras marchas indígenas em outro capítulo, por hora é suficiente dizer que o movimento indígena das terras baixas, já em 1990, fez valer sua voz diante do Estado boliviano e conquistou o reconhecimento de seu território. Assim, em 1990 o TIPNIS passou a ter o duplo status de Área Protegida e de Território Indígena, dupla proteção garantida pelo Decreto Supremo 22610 (anexo 5), que também estabelece uma linha demarcatória conhecida como *línea roja* criada para evitar o estabelecimento de novos assentamentos cocaleros na região do Isiboro-Sécure (mapa 2).

A dupla proteção garantida por lei não preveniu o avanço da colonização e de práticas legais e ilegais de extração dos recursos naturais da região. Na mesma entrevista, Vargas conta que depois das conquistas de 1990 *“no nos dimos cuenta de que más bien era el inicio de una nueva lucha, pero ya no de reconocimiento, sino el inicio de una nueva lucha de defensa de ese territorio, que se nos lo respete como Territorio Indígena”*. Essa luta em defesa do território tem organizado uma série de levantes indígenas nas terras baixas, que através das marchas ou de outros instrumentos políticos contestam o Estado boliviano ao insistirem no reconhecimento de seus direitos enquanto donos legítimos das terras onde habitaram seus ancestrais.

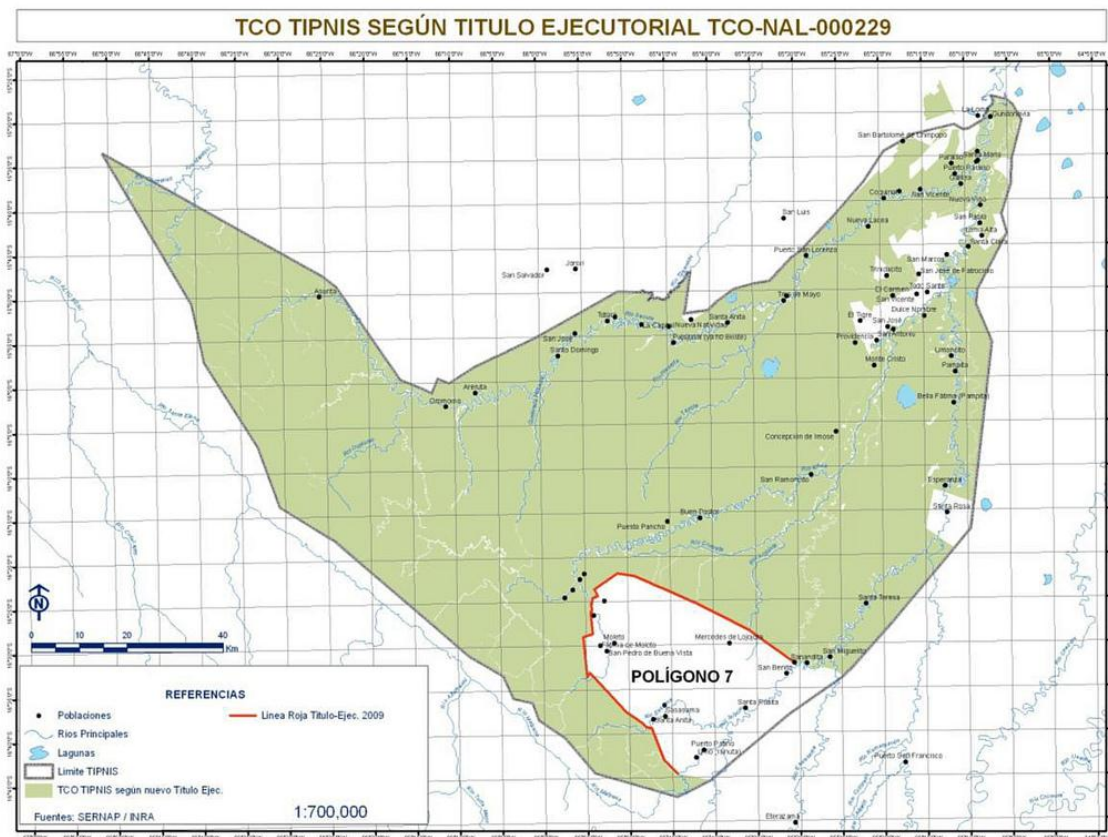
Mapa um, a localização do TIPNIS na Bolívia:



O vínculo ancestral dos povos do TIPNIS com o território é uma característica importante da região. De acordo com Angela Noza, secretária de terra e território da *Central Nacional de Mujeres Indígenas de Bolivia* (CNAMIB), a importância de defender o território não se relaciona exclusivamente com os conflitos atuais do TIPNIS, vem “desde más antes”:

*siempre ancestralmente nuestros abuelos han dicho “este territorio estamos dejando para nuestros hijos, de sus hijos, de sus nietos de ustedes y ese mismo mandato tienen que defender” y eso, por eso, eso es lo que estamos haciendo nosotros y vamos a seguir luchando ¿no?, hasta lo último, porque los territorios no es regalo de nadie* (28/04/2013, em Trinidad).

**Mapa dois, a *línea roja* que delimita o avanço dos plantadores de coca:**



Fonte: <http://woborders.wordpress.com/2011/12/29/about-conisur/>



O território não é presente de ninguém. Muito pelo contrário, foi conquistado através de décadas de mobilização das organizações políticas indígenas, segmentos que atualmente se levantam mais uma vez para debater com o Estado sobre o que querem e o que não querem para a sua *Casa Grande* – uma das maneiras como se referem ao seu território. Hoje o TIPNIS é um dos maiores Territórios Indígena Originário Camponês (TIOC) da Bolívia, modalidade territorial estabelecida na nova Constituição Política do Estado em substituição às Terras Comunitárias de Origem (TCO). A luta em sua defesa e contra a construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos é a principal expressão desse movimento de reivindicação de direitos e, como veremos ao longo desse trabalho, ao negar esse projeto viário o movimento indígena do TIPNIS dá destaque ao debate que tem sido construído há décadas sobre seus direitos enquanto povos indígenas em um país como a Bolívia.

Por ainda ser um Parque Nacional, o TIPNIS é classificado como uma das 22 Áreas Protegidas da Bolívia, e atualmente tem uma área de 1.236.296 hectares. São três ecossistemas diferentes que o compõem, sendo um deles, na região do Alto Sécure, a área sub-andina mais preservada da América do Sul. Alguns dos dirigentes indígenas entrevistados compreendem muito bem o papel que essas três zonas ecológicas cumprem ao garantirem o equilíbrio meio-ambiental na região. Fernando Vargas, que antes de ser presidente do TIPNIS foi técnico do *Servicio Nacional de Areas Protegidas* (SERNAP), aponta que

*el TIPNIS tiene tres pisos ecológicos, lo que es la serranía, pie de monte y llanura; el ciclo hídrico funciona sobre esos tres pisos ecológicos, la masa boscosa es un capturador de lluvia pero al mismo tiempo esa masa boscosa es el capturador del dióxido de carbono, que permite un reciclamiento y desprender aire puro al espacio y al mundo, entonces eso se va acabar [con la carretera], al acabarse eso, va dejar también de ser el capturador de las lluvias y por lo tanto si eso va pasar va haber una sequía enorme, no solamente en el TIPNIS, sino en toda la llanura del Beni.*

Mais do que um diagnóstico ambiental engajado, o depoimento de Vargas anuncia a preocupação do movimento indígena com a mobilização de termos técnicos e científicos que em alguns cenários podem funcionar como estratégias eficientes de argumentação em favor da preservação do território. As zonas ecológicas da região devem ser preservadas, os animais também. A dupla proteção do TIPNIS abre espaço para um duplo argumento em sua defesa: se não quiserem respeitar os direitos daqueles

povos enquanto donos de seu território, pelo menos se mobilizem para proteger aquela Área Protegida, sua flora e sua fauna. Em entrevista realizada no dia vinte e dois de abril de 2013, no Centro de Gestão do TIPNIS, o ex-presidente da Sub-Central do TIPNIS, Adrian Nogales, compartilhou a seguinte impressão:

*entonces en las sabanas, en las partes más bajas, ahí es donde hay inundación y como refugio están los pies de monte para los animales para que ellos se vayan cuando bajan los ríos nuevamente vengan abajo, entonces son como tipo santuario también ¿no? Donde ellos van, desovan y después otra vez vuelven. Bueno... algunos se ahogan cuando hay mucha inundación pero de todas maneras de allá otra vez vienen. Igual es el tema del pescado: va, desova, nuevamente vuelve.*

A imbricação entre a questão indígena e a ambiental tampouco é o centro deste trabalho, mas vale destacar que o discurso ambientalista pode servir como instrumento político que legitima o discurso indígena que reivindica para si o controle sobre o território. “De esa manera”, como afirma Ulloa (2001: 6), “una identidad ecológica está siendo conferida a los indígenas, quienes al mismo tiempo, están construyendo sus identidades al reafirmar sus prácticas y concepciones relacionadas con la naturaleza”.

Além dos rios Isiboro e Sécure, o TIPNIS conta com um rio que o atravessa pelo meio, o rio Ichoa. Inúmeros rios de pequeno porte deságuam nesses três principais, compondo o complexo fluvial da região. O TIPNIS está localizado na Bacia do Amazonas, especificamente, na Sub-bacia do Mamoré (Vargas Ríos, 2012: 28). Naquela área ainda existem mais de 170 lagoas que, bem como os rios, atendem às comunidades locais em diferentes aspectos da vida cotidiana. O Isiboro e o Sécure estabelecem os limites naturais da região, mas o traço que circunscreve a área do TIPNIS também foi definido pelo avanço da colonização na região, “*porque mientras años más iban pasando, la gente se iba entrando, se iba entrando, y por eso es que el TIPNIS ha quedado así casi como un barquito ¿no? de todo eso de lo que se han ido metiendo, metiendo de todos lados*” (entrevista com Judith Rivero, presidente da CNAMIB, no dia 30/04/2013 em Santa Cruz de la Sierra).

No que se refere ao território indígena, excluindo as comunidades colonas e cocaleras que vivem na zona sul do parque dentro da linha vermelha que define o Polígono Sete (área ocupada pelos colonos e cocaleros, como mostrado no mapa 2) o TIPNIS conta com a presença de 63 comunidades de grupos mojeños, yuracarés e

chimánes, de acordo com os números fornecidos pela Sub-Central do TIPNIS. São 16 comunidades da Zona Isiboro, 23 comunidades na Zona Central e 24 comunidades na Zona Sécore. Vivem no parque cerca de 5 mil indígenas, embora os dados censitários sejam pouco precisos e as informações variem bastante. Manejando os números apresentados em diferentes trabalhos sobre a região, Vargas Ríos (2012: 24) calcula que a população do TIPNIS, somando o total de indígenas nas comunidades e de colonos na região do Polígono Sete, deve ser de 11 mil pessoas. Onze mil pessoas convivem em uma região que é Território Indígena e é Parque Nacional.

Enquanto os chimánes concentram-se mais na Zona do alto Sécore, os mojeños-trinitários, maior grupo étnico do TIPNIS, tendem a ocupar quase a totalidade do território, espalhando-se pela sua Zona Central e grande parte da Zona Sul. Os yuracarés atualmente ocupam quase toda a região do Isiboro e parte do baixo Sécore, convivendo com grupos mojeños em algumas comunidades (Vargas Ríos, 2012: 21). E não bastasse que são três diferentes povos indígenas os que vivem no TIPNIS, a área também é ocupada por camponeses oriundos de diferentes partes da Bolívia, alguns deles membros de grupos étnicos andinos que têm características sociais, políticas e culturais profundamente diferentes dos povos amazônicos. A chegada desses grupos na região do Isiboro-Sécore configurou uma forma de ocupação territorial conhecida como *colonias* e os seus membros passaram a ser considerados *colonos*. Parte desse grupo se dedica a plantação de coca, compondo o setor do campesinato boliviano conhecido como *cocalero*. A extensão da pluralidade de experiências e identidades na região também se relaciona com a problemática da concepção do território e, conseqüentemente, com as posições sobre a estrada, mas um panorama mais preciso dessa realidade exigiria outra investigação.

Gregório Lanza, da Defensoria Pública da Bolívia, tratou da questão da diversidade do TIPNIS em sua entrevista, e de acordo com o seu depoimento essa diversidade implica em diversas formas de se conceber o desenvolvimento:

*el TIPNIS no es una cosa homogénea – cocaleros, campesinos, mayor depredación en ciertas zonas pegadas a la frontera de mayor densidad demográfica, deforestación ¿no? Entonces existen indudablemente diferencias a lo largo del TIPNIS, como es normal, pero que entendiendo eso se podía haber efectivamente compatibilizado diferentes formas de desarrollo.*

A relação dos indígenas com os colonos é bem complicada, e as considerações sobre a presença desse setor no TIPNIS nos oferecem as primeiras pistas para compreendermos as percepções locais sobre quem é o outro. A chegada dos camponeses plantadores de coca na região do Isiboro-Sécure, os cocaleros, se inicia na década de 1960 e é considerada por alguns autores como um dos sintomas da reforma agrária de 1953 (cf. Canedo, 2011), como veremos mais adiante nesse capítulo. Aos poucos os plantadores de coca foram deslocando-se pela região do Chapare e ocupando a parte sul da região. Como mencionado, a delimitação do Parque em 1965 tem relação com esse avanço cocalero, e a criação da *linea roja* que fixa a área que eles poderiam ocupar não deixou de provocar impactos na vida das comunidades indígenas ao sul do TIPNIS:

*Cuando ha entrado esa colonización, cuando recién estaba entrando esa colonización, nosotros vivíamos tranquilos ¿no? En ese lugar, ese lado de allá del TIPNIS, de la zona sur. Ahora mire, como era antes y como está ahora ya ¿no? Está todo deforestado, avanzado los cocaleros, más coca hay ¿no?, para eso no más ellos han llegado ¿no?, los cocaleros en ese lugar. Y por eso fue que nuestros padres han luchado arto para que no haya penetrado la colonización (entrevista com Angela Noza).*

As comunidades indígenas passaram a conviver com os plantadores de coca e até hoje muito da identidade indígena no TIPNIS é construída em oposição a eles. Refiro-me a uma percepção muito clara de quem é o outro e de porque esse outro não tem a mesma compreensão ou os mesmos direitos sobre o território. São duas ideias-chave para iniciar uma aproximação aos conflitos atuais no TIPNIS. Considerando que há uma compreensão local de quem somos nós e quem são os outros, observa-se que essas duas identidades construídas representam o reconhecimento da existência de dois projetos de ocupação do território que são distintos entre si e que expressam, cada um a sua maneira, um modo de produzir e de projetar a vida. Vale destacar que esse setor do campesinato dedicado ao plantio da folha de coca constitui a principal base política do MAS e do governo de Morales, e a atenção de suas necessidades não passa longe das preocupações do governo, como também veremos mais adiante.

As estruturas políticas locais funcionam também devido a essa identidade indígena compartilhada, que envolve mojeños-trinitários, yuracarés e chimánes nas Sub-Centrais que são reconhecidas e legitimadas por todos eles. Compreendendo que as estruturas políticas são os próprios “relacionamentos, dentro de um sistema territorial,

entre grupos de pessoas que vivem em áreas bem definidas espacialmente e que estão conscientes de sua identidade e exclusividade” (Evans-Pritchard, 2008: 8 e 10) é possível entrever a importância da unidade identitária construída pelos três povos indígenas do TIPNIS em oposição aos colonos, no geral, e aos cocaleros, em particular.

Mesmo sendo reconhecido como Território Indígena desde 1990, a questão do título de propriedade do TIPNIS ainda é problemática, sobretudo devido à sua dupla categoria de Território Indígena e Parque Nacional. Desde 2009 a Sub-Central do TIPNIS tem o título de propriedade da região, entregue por Morales (anexo 6).

Além da Sub-Central, o SERNAP (*Servicio Nacional de Areas Protegidas*) também é responsável pelo TIPNIS, monitorando-o através da presença de guardas-florestais posicionados nas comunidades e no Centro de Gestão. Mas apesar da questão de quem gere o território oficialmente, há um sentimento comum a todas as pessoas com as quais conversei no TIPNIS, dirigentes ou não, lideranças comunais ou não: cada um dos habitantes do TIPNIS se considera dono daquele território, “*porque de este territorio los dueños son estos tres pueblos, jurídicamente y legítimamente*” (entrevista com Pedro Nuny, ex-dirigente indígena).

Nós somos os donos – essa frase me foi repetida inúmeras vezes e em inúmeras situações, e além de significar um posicionamento político explícito em relação a quem deveria gerir o território, a afirmativa organiza as relações cotidianas nas comunidades e entre as comunidades. Cada pessoa é tão dona de cada parte do TIPNIS quanto a outra. Todos se sentem responsáveis pelo território em sua totalidade e reivindicam seus direitos de proprietários de maneira recorrente. As Sub-Centraís do TIPNIS e do Sécure coordenam a entrada e saída de pessoas estranhas ao território, mas desde a perspectiva local os dirigentes não são os únicos responsáveis pela área. Trata-se de uma “*propriedad privada coletiva*”, como me foi comunicado em algumas conversas com os dirigentes locais.

*Entonces creemos que de los tres pueblos que habitamos aquí en el TIPNIS, somos autónomos, nadie nos maneja, nadie puede venir a imponer, nadie puede decidir por nuestro territorio, sino es la misma gente que vive aquí dentro ¿no? son ellos los que van a decidir qué hacer, qué hacer con la autonomía, qué hacer con el propio territorio ¿no?* (entrevista com Mirian Yubanoré, ex-dirigente indígena, no dia 23/06/2013, no Centro de Gestão do TIPNIS).

Como sabemos, o Encontro de Corregedores é um espaço político crucial. É ali onde tudo é discutido e resolvido, onde os dirigentes da Sub-Central do TIPNIS e da Sub-Central do Sécore são eleitos e avaliados a cada ano. Cada corregedor é eleito na sua comunidade e é a principal liderança comunal, a “cabeça da comunidade”. Já os *cabildos indigenales* são os principais espaços de decisão de cada comunidade, são presididos pelos corregedores mas também são compostos por outros atores – como o capitão grande, o primeiro cacique, o segundo cacique, o primeiro comissionado, o segundo comissionado e outras figuras que não foram especificadas para mim em nenhuma entrevista.

Apesar de a Sub-Central ser a organização política maior do TIPNIS, nos espaços dos Encontros de Corregedores toda a autoridade fica na mão dos corregedores. Os dirigentes das Sub-Centrales se subordinam às suas avaliações, e o seu mandato também depende da vontade destas autoridades. De acordo com Ruth Rocha, dirigente da Sub-Central do Sécore, são os corregedores quem animam a luta em defesa do TIPNIS, pois sem eles não seria possível fazer nada: *“ellos son nuestra fuerza, son nuestra energía de nosotros”* (18/06/2013, na comunidade de San Pablo, no TIPNIS).

As comunidades do rio Sécore estão organizadas na Sub-Central do Sécore, que apesar de não compartilhar do título de propriedade do território, coordena as atividades políticas da região junto à Sub-Central do TIPNIS. O corregedor da comunidade de Nueva Vida, Pablo Antezana, explica a situação:

*Uno es de la organización de la Sub-Central del TIPNIS con quien hemos empezado primeramente, y el otro Sub-Central es la organización Sécore, eso lo hemos considerado nosotros así porque el TIPNIS es bastante grande, es bastante espacioso, así que para cubrir las necesidades de las comunidades entonces hemos conseguido de que se trabajen dos Sub-Centrales dentro del TIPNIS. Eso no quiere decir que estamos divididos, sino que estamos unidos las dos organizaciones porque el título de nuestro territorio es un sólo documento, quiere decir que es un sólo territorio* (17/06/2013, na comunidade de San Pablo, no TIPNIS).

A situação se complica quando incluímos a região sul do parque na discussão. As *colonias* da zona sul do TIPNIS, localizadas no Polígono Sete, estão organizadas no CONISUR, o *Consejo Indígena del Sur*. O CONISUR representa os cocaleros e colonos da região, segmento cuja própria presença é considerada indesejada por muitos dos entrevistados. De acordo com Vargas,

*el error de la marcha de 1990 fue aceptar la existencia y permanencia de colonizadores en la parte sur del territorio, esos fueron los errores garrafales, se permitió y se lo reconoció que estén ahí. Si en el decreto supremo se haya establecido el desalojo de esta gente, yo creo que no estuviéramos sufriendo como ahora ¿no?*

O CONISUR é reconhecido como organização legítima daquela região e, portanto, é uma das três organizações políticas que representa o TIPNIS (junto com as Sub-Centrais do TIPNIS e do Sécure). Mas como a legitimidade da presença desse segmento no TIPNIS é constantemente questionada, a legitimidade política do CONISUR também é. O CONISUR, de acordo com os membros das outras duas Sub-Centrais, não teria o direito de falar ou de decidir pelo TIPNIS. Organização vinculada ao Polígono Sete e, portanto, considerada por muitos como *colona* e não como indígena, ela não poderia opinar sobre qualquer tema que diga respeito ao Território Indígena. Outra vez, o duplo caráter do TIPNIS tem implicações concretas na vida política local. O Polígono Sete não é reconhecido por diversos setores como parte da *Tierra Indígena Originaria Campesina* (TIOC), apesar ser parte da Área Protegida. Sendo assim, essa organização teria o direito de opinar sobre os rumos do território ou não?

O fato de o TIPNIS não ser mais uma Terra Comunitária de Origem (TCO), e sim uma Terra Indígena Originária Camponesa (TIOC) é uma provisão da nova Constituição. A diferença entre as duas categorias de nenhuma maneira é puramente formal, e renova os conflitos sobre os direitos de gestão territorial do TIPNIS. Se antes a contestação à legitimidade do CONISUR era mais fácil de ser compreendida, visto que uma organização de camponeses não poderia responder por um Território Indígena, com a recategorização jurídica da região esse debate fica mais complicado. Trata-se de uma Terra Indígena Originária *Camponesa* e, portanto, poderia ser representada por uma organização igualmente camponesa.

Como mencionado na introdução desse trabalho, o termo *indígena originario campesino* é trabalhado na nova CPE como uma unidade, como um único sujeito de direito. Essa foi uma das críticas mais recorrentes à Constituição durante as entrevistas; as pessoas reclamavam que tal formulação ignorava as particularidades dos povos indígenas em relação aos setores camponeses da população boliviana, principalmente os cocaleros. Judith Rivero sintetiza as opiniões que escutei sobre o assunto:

*nos meten a una sola bolsa donde dicen "indígena originario campesinos" ¿no? Entonces hay un artículo donde ya nos engloba a todos, indígena originario*

*campesinos, y donde con ese afán los campesinos ahora se hallan pues con derecho a los territorios y eso no es así. Tenemos que dejar bien claro que los indígenas tenemos una forma de vida natural, tenemos una tierra, tenemos un territorio y vivimos en colectividad. Sin embargo los campesinos viven en pequeñas tierras, en pequeñas parcelas que mañana pasado ellos lo negocian, lo venden, son mercantilistas, son negociantes y van pasando de departamento en departamento ¿no?*

Um dos elementos especialmente interessantes na história do TIPNIS é o fato de os povos que vivem ali estarem em estado de mobilização contra o Estado que eles ajudaram a construir. As lideranças indígenas das terras baixas constroem seus discursos políticos reivindicando direitos que, institucionalmente, eles já conquistaram. O que anima a disputa não é uma batalha por legislações mais rígidas, e sim uma batalha política-ideológica pelo reconhecimento de que outros modos de produzir e de projetar a vida criam outras compreensões sobre o que é necessário para cada povo ou nação indígena: esses modelos devem e podem ser reconhecidos em um cenário de plurinacionalidade institucional. Mas a história do TIPNIS não é única. De maneira geral, os povos das terras baixas bolivianas enfrentaram problemas muito parecidos nas últimas décadas, sempre disputando com o Estado sobre os limites de seus territórios e seus direitos sobre eles.

### **A problemática do território**

Albert, ao estudar questões sobre a territorialidade e a etnicidade na Amazônia brasileira, propõe que a ideia de “terras indígenas” é uma herança do “código jurídico da sociedade envolvente” (1995: 3), externa ao próprio território, apesar de ser estratégica e politicamente mobilizada pelos grupos indígenas. De acordo com o autor, a própria existência de terras indígenas demarcadas pelo Estado seria um sinal da maneira como a questão da territorialidade dos grupos indígenas é percebida política e institucionalmente: como um lugar genérico ocupado pelos índios genéricos. Tal consideração não torna menos importante a apropriação política desse código pelo movimento indígena, e a história do TIPNIS revela como a luta pelo reconhecimento legal do território pode se construir a partir da mobilização de termos e categorias propostos pelo Estado, e não apesar dele. A apropriação pelos indígenas de categorias



da “sociedade envolvente” diagnosticada por Albert na Amazônia brasileira também é realidade na Amazônia boliviana: lutou-se pelo reconhecimento da região do TIPNIS como território indígena, lutou-se pelo título de propriedade desse território e agora se luta pela legitimação dessa posse diante da divergência sobre que tipo de projetos de desenvolvimento é apropriado e necessário para a região.

Também podemos observar a questão por outro lado, atentando à importância mesma da territorialidade dos grupos indígenas. Para Escobar a importância de defender o território (ou o lugar, como propõe o autor) está no fato de que há um “arraigamento especial” dos povos indígenas com o território – concebido como “entidade multidimensional que resulta dos muitos tipos de práticas e relações” (2005a: s/p). Portanto, o direito ao território seria um dos direitos fundamentais reivindicados pelos povos que vivem nas florestas tropicais – junto a reivindicação pelo direito “a sua identidade, à autonomia política e a sua própria visão de desenvolvimento” (idem: s/p). Independente de esse processo reivindicatório se apropriar ou não das categorias e dos códigos fornecidos pelo Estado, ele se suporta pelo fato de o território ser o “espaço fundamental e multidimensional para a criação e recriação dos valores sociais, econômicos e culturais das comunidades” (idem: s/p).

O território não se reduz à terra, e encontramos a confirmação dessa afirmativa não somente na bibliografia interessada na territorialidade dos grupos indígenas bolivianos, como entre as próprias organizações indígenas e entre os *comunarios* e lideranças do TIPNIS com os quais convivi. Apesar de as reivindicações do movimento indígena terem sido, historicamente, pela demarcação de terras e pelo direito das populações locais de controlá-las, a mobilização do termo *território* significa que estes grupos não estão falando de qualquer terra ou de qualquer espaço. Na Bolívia existem diferentes concepções de território, mas de maneira geral, os grupos indígenas das terras baixas compreendem o território como aquele espaço que foi ocupado ancestralmente pelo seu povo. O vínculo ancestral com a terra é o que sustenta seu modo de produzir e de projetar a vida. De acordo com Balza, a *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia* (CIDOB), que organiza politicamente todos os povos indígenas do oriente do país, define os territórios como “áreas imprescindibles para la generación, sustentación y sostenimiento de una capacidad de población humana que garantice su crecimiento y desarrollo” (2001: 74). Mas para os povos do TIPNIS essas áreas são “imprescindíveis”

principalmente por serem aquelas que foram ocupadas por seus “*antiguos padres*”, como eles costumam dizer.

Por isso o território não pode ser perdido, sem ele os povos estariam condenados ao desaparecimento, à morte. O direito ao território é um direito coletivo, por isso se diferencia do direito à terra reclamado por outros setores da população boliviana. Em entrevista, Eugenio Mullungo, da Defensoría Pública da Bolívia, explica que “*el concepto de territorio significa representar derechos importantísimos para los pueblos indígenas, como tiene que ver con el tema de la auto determinación, con el autogobierno, pero además tiene que ver con el tema de un ejercicio de un derecho político dentro de los territorios*” (05/06/2013, em La Paz). O direito ao território não é só um direito de acesso a terra, mas principalmente é um direito de acesso à terra ancestral, e um direito de geri-la de acordo com os esquemas locais de produção e de projeção da vida. “El territorio no es sólo tierra sino, sobre todo, el conjunto de relaciones que los pueblos indígenas han mantenido con los recursos naturales y la naturaleza” (Bello, 2011: 19). Nada pode reverter o vínculo ancestral com o território, pois a terra carrega as marcas das formas de ocupação do passado, e é nesse sentido que o direito à terra ancestral, ao território, é o direito de permanecer existindo de acordo com os modos locais de produzir e de projetar a vida, é o direito de resistir ao modelo desenvolvimentista.

Assim, no TIPNIS, a luta contra a construção da estrada toma formas de luta em defesa do território. Segundo Bertha Vejarano, presidente da *Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni* (CPEM-B), a estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos “*va a pasar por medio del TIPNIS, y con eso pues realmente no estaríamos hablando ya más del territorio ¿no?*”. Se o projeto viário se realiza à revelia da vontade do movimento indígena do TIPNIS, já não estaríamos falando de um território. A ideia é importante e exige que compreendamos melhor como o território é percebido pelas populações do TIPNIS.

*En ese territorio, en el caso TIPNIS, allí hay en todo el territorio hay lomas artificiales antiguas, construidas por nuestras antiguas generaciones de padres, allí están. No son casualidades, no son teorías, ahí están. Esos son nuestros testigos reales de que ese territorio siempre nos perteneció y siempre nos pertenecerá, a nosotros y a las futuras generaciones. Eso significa para nosotros los territorios indígenas; allí donde realizamos el Encuentro de Corregidores los pasados días del mes anterior, por ejemplo, allí se ven restos de trabajos arqueológicos de nuestros antiguos padres en el*

*propio barranco del rio, allí están las cerámicas. Ahí esta los retos óseos de nuestros antiguos padres, a lo mejor eran de mi abuelo o a lo mejor del abuelo de mi abuelo, pero ahí están: en el barranco. Colocados, ubicados, guardados. Ahí descansan esas antiguas generaciones que tuvieron el valor de habitar esa región para que nosotros... y yo la heredé hoy. Ahí radica, ahí está cimentada toda nuestra energía, toda nuestra fuerza para seguir defendiendo nuestro territorio. Mi padre descansa en ese territorio, allí está enterrado. Mi primo, y mis tías, mi cuñado, mi familia está en eso territorio. ¿Quién me quitara ese derecho de un territorio?* (entrevista com Marcial Fabricano, primeiro presidente da Sub-Central do TIPNIS e ex-presidente da *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia*, a CIDOB, em 09/05/2013, em Trinidad).

A defesa do território, entretanto, não se justifica somente pela importância do diálogo com o passado. A ideia de *Loma Santa* precisa ser apresentada porque permite esclarecer a profundidade da concepção local de território que mistura o mítico, o religioso e o político para construir um discurso em defesa do território. De acordo com Canedo (2011) a *Loma Santa* é uma “utopia mobilizadora”, uma terra prometida, uma terra santa que leva os povos a circularem pelo território até encontra-la. A busca pela *Loma Santa* não é uma prática dos três povos do TIPNIS, somente dos mojeño-trinitários. Mesmo assim, sendo esse o maior povo do TIPNIS e levando em conta que as referências à *Loma Santa* são constantes dentro do território, acredito que é preciso trazer esse elemento para a discussão se pretendemos, de fato, entender o que os povos do TIPNIS estão exigindo do Estado boliviano ao rechaçarem o projeto viário em questão.

La Loma Santa surge a partir de la creciente presión que han sufrido las comunidades indígenas por parte de la población blanco mestiza que invadió paulatinamente sus territorios. La Loma Santa se encontraría en algún lugar de la selva, al suroeste del actual departamento del Beni. Pero más que un lugar, la Loma Santa es una utopía movilizadora que propugna la instauración de un nuevo orden social y económico en el que se pueda vivir en abundancia y lejos de las presiones del *karayana* (Canedo, 2011: 25).

A crença de que há uma terra prometida onde será possível viver plenamente e de acordo com os modos locais de produzir e de projetar a vida na prática não corrobora com uma visão isolacionista, muitas vezes taxada de romântica. Ao contrário, a crença na *Loma Santa* inspira um movimento político em defesa do próprio território tal como

ele foi demarcado. Se os limites estabelecidos pelo Estado impedem a livre circulação em um território antes concebido como ilimitado (idem: 28), o movimento indígena se arma para exigir que o próprio Estado dê possibilidades de aquele território se reverter na própria terra prometida: ele deve ser respeitado e protegido para que possa ser tomado como a terra que eles buscam. Falta tratar de qual seria, por fim, esse modo de viver que é ameaçado pela imposição de um modo de produzir e de projetar a vida que lhes é alienígena.

Durante o período em campo não pude investigar profundamente o modo de viver em cada comunidade e de acordo com cada um dos três povos do TIPNIS. As emergências políticas trazidas com a proposta do projeto viário deslocavam nossas conversas para temas relacionados com a estrada ou com o governo e, além disso, eu estive no TIPNIS durante encontros políticos organizados pelos corregedores e pelas Sub-Centraís, o que me impossibilitou de conhecer a vida cotidiana das comunidades. Mesmo assim, em todas as entrevistas realizadas o modo de viver local era acionado como justificativa para a resistência à obra. Eles não querem a estrada porque não precisam dela para viver do jeito que vivem. Vejamos alguns depoimentos:

*a ver, en los territorios ¿cómo se quiere vivir?: los pueblos indígenas viven de la caza, de la agricultura... bueno, su micro mercado es el campo, es la selva, es el mismo recurso natural que uno tiene dentro de los territorios ¿no? (...) toda la vida ellos han vivido así una vida digna, tranquilos y que no les va a favorecer ahora, ¿qué les podría favorecer a ellos? Un camino vecinal de comunidad a comunidad, tal vez le podría favorecer ¿no? Pero para eso ellos tienen el río porque están en la orilla de los ríos ¿no ve? No hay más adonde... es eso su transporte. (entrevista com Judith Rivero, presidente da Central Nacional de Mujeres Indígenas de Bolivia).*

*porque es decir, la gente por ejemplo acá, los tres pueblos que la gente habitan dentro del TIPNIS, no son comerciantes, no son fabricantes, no son, no son nada ¿no? sólo la gente vive acá teniendo su chaquito, teniendo su casita, yendo a cazar pescadito, a cazar al monte... o sea, de eso vive la gente y vive feliz con su familia ¿no? Entonces creemos que la carretera va a beneficiar a otras personas ¿no? (entrevista com Mirian Yubanoré, ex-dirigente indígena).*

*Porque nosotros como movimiento indígena en otras comunidades tenemos esa facilidad, es que vamos a pescar y no lo compramos, ahí pescamos, ahí están los animales, ahí está taitatu, pava, jochi, tatu, todo eso ¿no? Lo que nosotros lo convivimos la naturaleza, tanto los animales y nosotros, y eso es lo que nosotros*

*tenemos mucho cuidado, que no queremos para esa destrucción la carretera* (entrevista com Plácida Muiba, preside de mulheres da Sub-Central do Sécure).

Poderia trazer uma variedade de outros exemplos sobre como o tema da estrada revela uma disputa sobre concepções diferentes a respeito do uso do território, e mesmo a respeito do que ele significa e pode significar para os povos do TIPNIS. Mas acredito que os trechos acima reproduzidos são suficientes para colocarmos a extensão do problema territorial do TIPNIS em discussão.

Localizada na região do país conhecida como terra baixa a área é alvo de discursos que incitam o progresso, o desenvolvimento e a integração nacional – ou, como colocam Zhouri e Laschefski (2010: 12), discursos que sugerem que a região se trataria de um “espaço subutilizado” que deveria ser melhor aproveitado. De acordo com a análise de Canedo o avanço dos projetos de desenvolvimento sobre a região teve início em meados do século XX, quando a região das terras baixas se tornou o “gran sueño alternativo para el desarrollo rural” (2011: 95). O disparador desse processo de ocupação das terras baixas teria sido, de acordo com a autora, a execução da reforma agrária de 1953, um processo contraditório porque se por um lado contribuiu com a distribuição de terras e com o fortalecimento dos modos andinos próprios de produzir e projetar a vida, teve efeitos contrários nas terras baixas, estimulando a concentração de terras nas mãos de grandes fazendeiros agropecuários (idem: 96 e 97). Não é a toa que o reconhecimento da região do Isiboro-Sécure como parque nacional ocorre em 1965, como uma tentativa de resguardar a região dos avanços destes setores. Tampouco é coincidência que a radicalização do movimento indígena aconteça em 1990, período que o processo de reforma agrária entra em crise na Bolívia (idem: 97). Através das exposições de Canedo, observamos um paralelismo entre o avanço dos camponeses nas terras baixas e a saída do movimento indígena em busca do reconhecimento estatal de seus direitos. Esse reconhecimento finalmente acontece em meados da década de 1990, quando, através da lei INRA, os povos indígenas entram no “ámbito del dominio estatal”. A defesa do território não é mais um assunto local ou um movimento motivado por crenças ou religiões, “porque si bien existe un permanente cuestionamiento al Estado, actualmente es en esse marco en el que quieren ser reconocidos” (idem: 29).

Desde esse momento até hoje, o que observamos, portanto, é uma disputa entre o movimento indígena e um Estado guiado por uma forma de “ocupação do espaço territorial” (Verdum, 2007: s/p) que lhes é estranha. O conflito ao redor do projeto de

construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos se dá a partir desses antecedentes e dentro desse contexto geopolítico. É preciso conhecê-lo mais de perto.

### **Uma estrada como único caminho**

A atual proposta de construção de uma estrada através do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS) surge em 2003 com o Decreto 26996, promulgado pelo então presidente da Bolívia Gonzalo Sánchez de Lozada (anexo 7). Ela foi planejada para ligar as cidades de Villa Tunari e San Ignacio de Moxos e se construída terá 306 km de extensão. A estrada seria dividida em três trechos; o segundo, previsto para ter 177 km, deverá atravessar o TIPNIS. Neste trecho, prevê-se 60 km atravessando o coração do parque, uma área isolada onde ainda não há contato com os colonos que já habitam outras regiões da terra indígena. É ao redor da construção deste trecho que estão as grandes polêmicas sobre a construção da estrada.

A obra começou a tomar forma cinco anos depois do decreto de Sánchez. Em 2008, a então presidente da *Administradora Boliviana de Carreteras* (ABC), Patrícia Ballivan, assina contrato com a empresa brasileira OAS; em setembro do mesmo ano, os presidentes Evo Morales e Luis Inacio Lula da Silva selam o acordo de financiamento da construção: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Brasil, emprestaria U\$332 milhões para a Bolívia – 80% do custo da obra – desde que uma empresa brasileira seguisse como responsável pelo projeto viário. A ABC ficou responsável pelos U\$83 milhões restantes da conta total, quantia que foi destinada à empresa OAS. Quando dessas resoluções, o Brasil passa a ter influência e interesse diretos nos rumos do projeto: o crédito concedido pelo BNDES lhe renderia volumosos juros; o capital boliviano da ABC iria para uma empresa brasileira; e os efeitos da realização da estrada, tal como planejada, seriam benéficos para a economia brasileira em diferentes aspectos. Mas voltaremos a esse tema adiante.

A preocupação sobre as dificuldades de circulação de mercadorias entre a parte andina e amazônica do país serve de justificativa para um conjunto de projetos de desenvolvimento de infraestrutura. O governo nacional e os documentos oficiais do Estado boliviano normalmente justificam a necessidade da construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos através de dois conjuntos de discursos diferentes e

complementares: o primeiro, orientado às questões nacionais, sugere que a estrada promoverá a pretensamente desejada vinculação entre terras baixas e terras altas, unindo o Beni à Cochabamba e contribuindo para a integração nacional e para o alcance do *Vivir Bien*. De acordo com Antonio Torres, diretor geral de planificação territorial do *Ministerio de Planificación del Desarrollo*,

*la necesidad [de construcción de la carretera] se ha visto expresada en múltiples normas. Hay una ley anterior incluso que declaró de importancia nacional hacer esa vinculación, geopolíticamente es importante porque estamos vinculando dos regiones, dos regiones importantes, donde va haber un alto nivel de intercambio* (11/06/2013, em La Paz).

Esses argumentos estão mais orientados à afirmação da importância das rodovias para o desenvolvimento da Bolívia e para a integração do país. No informe distribuído pela *Administradora Boliviana de Carreteras* (ABC) em agosto de 2013, um *slogan* confirma tal propositiva: “Bolívia, con tus carreteras me enamoro más”. O massivo investimento na construção, pavimentação e repavimentação de estradas (2279,86 milhões de dólares, segundo a ABC) é divulgado como um dos grandes méritos dos governos de Morales. De acordo com o material distribuído pela ABC, “este nuevo impulso estatal por las carreteras, responde a la decisión de coadyuvar a la filosofía estatal del ‘vivir bien’ en un país integrado con carreteras seguras y transitables durante los 365 días del año”. A ideia é reforçada em propagandas na televisão e em *outdoors* colocados em diversas rodovias do país: “Carreteras para Vivir Bien”, propõe o governo do Estado Plurinacional. Assim reproduzem a assertiva sobre a maior importância das rodovias em detrimento de outras vias de integração do país.

O segundo conjunto de discursos sobre a necessidade da estrada afirma que o projeto também interessa diretamente às populações do TIPNIS, pois reverterá a situação de pobreza que envolve as comunidades da região, sendo, portanto, a melhor maneira de atender às necessidades daquela área. O argumento sobre a estratégia de superação da pobreza no TIPNIS circula quase todos os dias em diferentes veículos de informação na Bolívia. Ministros, especialistas, dirigentes indígenas próximos ao governo e mesmo o presidente e o vice-presidente do país dão declarações na televisão, no rádio ou em jornais impressos sempre prometendo o fim da pobreza com a construção do projeto viário.

O que esses dois conjuntos argumentativos ignoram é a necessidade de revisar tanto a política de integração nacional quanto as políticas públicas mais adequadas para atender quaisquer necessidades que os povos indígenas venham a ter. Ignorando esses dois aspectos, o governo boliviano propõe a supremacia das rodovias em detrimento de outros meios de transporte e propõe, ao mesmo tempo, que projetos dessa ordem seriam suficientes para reverter as desigualdades históricas que produziram uma série de problemas sociais nas comunidades indígenas bolivianas. Construir vias de acesso seria a solução, e essas vias de acesso devem ser rodovias. Segundo essa lógica, a estrada é a única opção para o TIPNIS.

Atualmente o acesso ao TIPNIS pode ser feito por via terrestre, aérea ou fluvial. Por terra se pode entrar no território através da estrada Cochabamba-Santa Cruz, que em uma de suas saídas leva ao município de Villa Tunari, no departamento de Cochabamba; de lá é possível ingressar na Zona Sul do parque. Indo pelo departamento de Beni se pode ingressar no TIPNIS passando pelos municípios de San Ignacio de Moxos e San Lorenzo e chegando na comunidade de Santo Domingo que fica no rio Isiboro. Para ingressar por via aérea, existem pistas de voo em algumas comunidades e no Centro de Gestão. Mas a principal via de transporte na região são os rios. Saindo de Trinidad, é possível navegar pelo rio Mamoré, entrar no Isiboro e chegar nas primeiras comunidades do TIPNIS. Esse é o caminho mais utilizado pelas populações do TIPNIS para chegar à cidade, e insistentemente me foi dito que o deslocamento através dos rios é suficiente para atender às necessidades que eles têm de acesso à cidade.

*no tenemos, digamos problemas de transporte ¿no? porque si hablamos de transporte, en varias vías podemos salir aquí del territorio ¿no? en varias vías podemos salir a la ciudad de Trinidad, hasta la misma ciudad de Cochabamba podemos salir por el rio, por el rio podemos salir ¿no? Claro que en algunas comunidades hay... tienen pistas ¿no? pistas de aterrizaje para avioneta ¿no? pero eso sólo a veces se lleva de emergencia cuando hay algunos enfermos o cuando algún comunario se paga para venir a su comunidad en expreso ¿no? (entrevista com Mirian Yubanoré).*

Mesmo assim o governo nacional boliviano propõe a construção desse projeto viário como uma política não só desejada como absolutamente imprescindível para tirar os povos do TIPNIS de uma suposta situação de pobreza e abandono. As estratégias de incorporação das demandas indígenas a um programa estatal de integração nacional podem ser identificadas nos discursos favoráveis ao projeto viário, que propõe a



integração das comunidades do TIPNIS ao resto do país (promovida pela estrada) como melhor solução para sua “situação de pobreza”. Lucio Ayala, vice-presidente do segmento da CIDOB alinhado com as políticas do MAS, afirma que existem muitos problemas de transporte no TIPNIS, *“porque justamente para llegar allá, usted tiene que llevarse de todo, es el viaje largo de cinco, seis días, tres días depende a que comunidad quiere ir. Si quiere ir a lo último de la comunidad, tiene que pasar tres ríos, entonces hay mucha dificultad”* (22/05/2013, em Santa Cruz de la Sierra). Na mesma entrevista ele oferece algumas soluções para esse suposto problema:

*uno seria de garantizar vía o sus transporte fluvial, bien equipado, tiene que tener quizás una carretera de comunidad a comunidad o interdepartamental, porque justamente es muy arriesgado, hasta en nuestro territorio que está cerca de alguna ciudad, corremos riesgo en salud porque la enfermedad no espera. Hay veces mueren porque no hay condiciones, no tienen una posta, no hay un sanitario, no hay transportes garantizados... entonces, ahora actualmente necesita de todo tipo el TIPNIS.*

Como mencionamos, a estrada interdepartamental aparece diversas vezes como solução para os problemas de saúde e de educação no TIPNIS, como solução para a pobreza. É importante lembrar que a ideia de desenvolvimento costuma se oferecer e se fortalecer a partir da construção da ideia de pobreza, conceito igualmente complexo e elástico que conforma uma ideia no mínimo insuficiente de que, para os povos indígenas do mundo, só é possível escolher entre a carência ou a adoção das estratégias de desenvolvimento. Um trecho da entrevista realizada com o secretário de organização da Sub-Central do TIPNIS, Bernabé Noza, reafirma a importância de não assumirmos a ideia de pobreza como uma marca inquestionável do TIPNIS. De acordo com o secretário *“ser pobre no quiere decir no tener comida, no tener víveres, eso es mentira. No somos pobres. El único que se cree pobre es el que es flojo, el que no sabe trabajar. Nuestro territorio nos brinda de todo, por lo tanto aquí no hay pobreza”* (29/04/2013, em Trinidad).

Desde essa perspectiva a pobreza não tem relação com ter ou não comida, e sim com a possibilidade ou não de conseguir produzi-la a partir do trabalho investido no território. Fértil e dotado de recursos disponíveis para produção de alimentos, o TIPNIS não seria um território onde existe (ou poderia existir) pobreza. A partir dessa lógica, portanto, no TIPNIS não há pobreza, a não ser que as pessoas mesmas coloquem-se

nessa situação por serem “*flojas*”. Mesmo assim, há um esforço de colocar as populações do TIPNIS e os dirigentes indígenas que são contrários a estrada em uma encruzilhada, na qual devem optar ou pelo modelo de desenvolvimento oferecido ou se colocar à margem dele, supostamente corroborando com a situação de pobreza. Muitas vezes os segmentos que resistem à estrada são acusados de quererem a perpetuação da pobreza no TIPNIS.

Outras pessoas debateram a ideia de pobreza durante as entrevistas que realizei e na maioria dos depoimentos dos que eram contrários ao projeto viário a pobreza do TIPNIS era questionada estrategicamente, abrindo espaço para o questionamento da estrada como uma solução: a estrada não é útil para eles porque a pobreza que ela solucionaria não é real. O corregedor da comunidade de Totorá me disse em entrevista:

*Lo que va terminar no es la pobreza, lo que va terminar son los animalitos, al día que entre no vamos a tener ni pescado ni nada, ya, porque van a entrar su gente y nosotros ¿Qué vamos a hacer? Sabe usted señorita mire, nosotros no somos capaz, no somos profesionales y no tenemos dinero, no tenemos cambio... esa carretera no nos sirve para nada, no tenemos ni siquiera un camión de juguete, por lo menos para pasear ¡¿Cómo vamos a irnos por la carretera?! (entrevista com Eduardo Noza, no dia 21/06/2013, na comunidade de San Pablo, no TIPNIS).*

Além de questionarem a utilidade mesmo da estrada, as pessoas com as quais conversei em sua maioria me apresentaram um conjunto de exigências e de necessidades que não se relacionam em nenhum ponto com a necessidade de uma rodovia. Falaram principalmente de projetos produtivos nas comunidades – módulos leiteiros, pecuários e aviários – de construção de escolas, postos de saúde, de doação de motores para os barcos e canoas, antenas telefônicas, rádios de comunicação, água potável, estrutura de saneamento básico, capacitação técnica, projetos para melhorar a navegação nos rios da região, oferecimento de meios de transporte fluviais diários e inclusive a construção de pequenas estradas entre as comunidades. Mas tudo isso “*sin nada de chantajear. A ver, ‘yo te doy educación y salud, me vas a apoyar, vas a apoyar la carretera’*” (entrevista com Angela Noza).

Principalmente no que se refere ao transporte na região, as pessoas entrevistadas sempre foram contundentes em suas respostas: não precisam da estrada porque já têm o rio. Angela Noza deixou registrado que “*la carretera para nosotros es el rio. Ese es nuestro transitanbilidad*”; Eduardo Noza disse que “*tenemos nosotros el rio, ¿no ve?*

*esa es nuestra carretera*”; Judith Rivero afirma que *“ellos, mire, de años ellos vienen viviendo y su transporte pues es fluvial, es el agua”*; mesmo para conseguir productos da cidade o rio é suficiente. De acordo com Mirian Yubanoré: *“si necesitamos jabón, sal o manteca, salimos a la ciudad ¿no? aquí por el rio nos vamos, esa es nuestra fuente de salida hacia Trinidad, es por el rio no más ¿no?”*. Nazareth Flores afirma que *“para ellos lo que dicen y lo que se dice que siempre se ha visto es que para ellos su carretera son los ríos”*. Os corregedores entrevistados corroboram com essas afirmativas; Pablo Antezana disse que *“nosotros siempre hemos dicho que nuestro rio que es el Isiboro tanto como Ichoa y Sécure esas son nuestras carreteras”*; Simón Noza, corregedor de Gundonovia, resume:

*bueno la verdad es que nosotros hemos vivido años anteriores... en cuestión de transporte siempre se ha solucionado ¿no?, hemos tenido como siempre hemos dicho nuestra carretera es el rio ¿no? Así cada quien, cada familia se hace su casquito y a través de su trabajo se consigue su motorcito y solucionado el problema pues ¿no?, de transporte pues ¿no? Esa es nuestra trayectoria, esa es nuestra vida que nosotros lo vivimos ¿no? Esa es nuestra vivencia (18/06/2013, na comunidade de San Pablo, no TIPNIS).*

Mas mesmo diante de posições como essas, que insistentemente são publicizadas pelas lideranças e dirigentes indígenas, o governo nacional insiste em privilegiar as rodovias em detrimento de hidrovias como melhor solução para a região. Esse tipo de preferência contrasta com os modos locais de se relacionar com o tempo e com o espaço, é mais uma expressão da universalização de um tempo histórico em relação a outros, como se refere Tapia (2011). Se dentro da lógica produtivista do desenvolvimento a busca pela rapidez e pela eficiência faz muito sentido, isso não é verdade para as populações do TIPNIS. Muitas vezes me foi dito que apesar de o transporte fluvial ser mais demorado, isso não representa um problema para a vida naquela região. Quando perguntei para o corregedor de Nueva Vida se os rios eram suficientes como vias de transporte, ele disse que sim: *“aunque se tarde un poco, pero se llega ¿no? Se llega”*.

Diante de testemunhos como esse fica muito difícil considerar que o projeto viário tem real relação com a atenção das necessidades das populações do TIPNIS. Se essa obra não interessa às populações locais, a quem então ela interessaria?

## **Interesses de diferentes ordens**

O que pretendo com essa seção é apresentar algumas opiniões sobre os interesses que motivariam a construção da estrada mesmo à revelia da vontade da maioria da população local. Além disso, procuro apresentar brevemente os cenários políticos que contextualizam o projeto viário, fazendo com que a insistência do governo na obra seja compreendida em termos políticos e econômicos. É evidente que na prática os diferentes interesses na construção do projeto viário se entrelaçam, mas para fins analíticos é interessante separá-los em ordens distintas. Através dessa categorização, também ficam mais claros os diferentes níveis de articulação de argumentos favoráveis ao projeto viário.

Há interesses de pelo menos quatro ordens diferentes que estariam relacionados com a estrada: interesses locais, dos segmentos do TIPNIS que concordam com a estrada; interesses regionais, que envolvem os fazendeiros do Beni e os cocaleros do Chapare, bem como os políticos do MAS no departamento de Beni; interesses nacionais relacionados com um projeto de país integrado e desenvolvido, e com a vontade dos líderes do MAS de isolar economicamente o departamento opositor de Santa Cruz; e interesses internacionais, vinculados, principalmente, com os projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com os interesses do Brasil no projeto e com a atenção das demandas mercantis de empresas transnacionais.

### *Interesses locais:*

Alguns segmentos do TIPNIS concordam e mesmo exigem a construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos. Tratam-se tanto de indígenas – mojeño-trinitários, yuracarés ou chimánes – quanto de colonos e cocaleros. No caso desse segundo conjunto de interessados na estrada (os colonos e cocaleros), seus interesses na obra tem relação com o fortalecimento de sua economia baseada no comércio da folha de coca, principalmente, e serão apresentados em seguida. Já no caso dos segmentos indígenas que concordam com a estrada a explicação seria de outra ordem.

De acordo com as avaliações da Sub-Central do TIPNIS e do segmento em resistência da Sub-Central do Sécore a maior parte das comunidades indígenas do TIPNIS que pede pela construção da estrada é de chimánes. Isso se explicaria, na

avaliação de dirigentes indígenas, pelo isolamento desses grupos e pela consequente facilidade com que eles seriam enganados pelo governo. Para Plácida Muiba as práticas do governo são eficientes principalmente em relação aos grupos chimánes do TIPNIS, um povo que, por viver na região do Alto Sécore – a parte mais isolada do parque – tem pouco vínculo com as comunidades e com as organizações que estão envolvidas com a problemática da estrada. A dirigente afirma que o governo *“ahora está engañando esos hermanos, precisamente a los hermanes chimánes, eso quiero también aclarar eso, que son... ellos no saben, digamos, no saben escribir... y precisamente son ellos que los están utilizando los hermanos, precisamente los que se han dejado comprar”*.

Como não percorri as comunidades da região, o único que posso afirmar é que independente de serem chimánes, mojeños ou yuracarés, aqueles que se posicionam a favor do projeto viário partilham de uma avaliação positiva do governo de Morales, avaliação que é considerada pelos segmentos em resistência como equivocada. Para esses segmentos que resistem, aqueles que concordam com a construção da estrada estariam sendo enganados ou corrompidos pelo governo, e essa proposição parece ser parcialmente verdadeira. Verifiquei que existem dois conjuntos diferenciados de discursos locais a favor da estrada e por mais que de uma maneira ou de outra eles envolvam algum tipo de ação governamental para se fortalecer, não se resumem a respostas automáticas aos apelos desenvolvimentistas de Morales.

Primeiramente, observei que há entre esses segmentos uma confusão constante entre desenvolvimento e política pública. Quando estive com pessoas que pediam pela construção da estrada, de maneira recorrente elas diziam que eram favoráveis ao projeto porque querem ter escolas, hospitais e outros tipos de projetos em suas comunidades. O governo nacional e outros atores pró-estrada foram eficientes ao vincularem o acesso a esses direitos com a construção da estrada, e agora os segmentos que resistem ao projeto viário são denunciados por estarem supostamente impedindo o acesso das população do TIPNIS a políticas públicas. O corregedor de San Ramoncito, Paulino Moye, nega esse tipo de posição. Para ele

*ellos dicen que nosotros no entendemos, no entendemos, que estamos como cerrado, que no queremos nada y de los proyectos que no queremos también. Porque dijimos también que proyecto quiere entrar, no hay ningún problema, es la obligación del gobierno, es del Estado, pero la cosa no es que nosotros no queremos esa cosa, y nos dice que no nos chantajea [el gobierno], que no quieren, nos dicen. Pero sin embargo*

*no es eso y eso es pa su información, hermana* (18/06/2013, na comunidade de San Pablo, no TIPNIS).

Pode-se observar através desse trecho que ao compreender que o oferecimento de projetos para o território é uma obrigação do governo e não uma consequência da estrada o corregedor enfrenta a associação entre a presença do Estado no território e o desenvolvimentismo. Eles não estão “*cerrados*”, só não querem ser obrigados a assimilar a proposta governamental de construção da estrada através de seu território.

A hipótese dos segmentos contrários à estrada é que a concordância com o projeto viário se explicaria pelo engano ou pela ignorância, porque as comunidades estariam sendo manejadas pela “*gente del gobierno*”. Um dos dirigentes da Sub-Central do TIPNIS afirma que “*los hermanos están sobornados justamente por intereses personales ellos lo hacen y engañando a otros hermanos llevándole prevendas*”; José Noza, corregedor de Santa Clara, também denuncia as práticas do governo: “*por eso yo digo que ese gobierno... mucha gente la ha comprado así con engaño, pues ¿no?*” (25/04/09, no Centro de Gestão do TIPNIS).

Existem também aqueles que concordam com a construção da estrada por corroborarem com a lógica desenvolvimentista clássica. Estes argumentam a favor de uma mudança mais profunda no modo de produzir e de projetar a vida no TIPNIS, que deveria converter-se em uma zona produtiva capaz de exportar produtos e matérias primas para o país. Observemos um trecho da entrevista com Lúcio Ayala, vice-presidente do segmento da CIDOB ligado ao MAS e que apesar de ser um dirigente nacional do movimento indígena, ilustra o tipo de argumento a favor do desenvolvimento que também se reproduz, mesmo que pontualmente, no TIPNIS:

*Después que tuvimos el territorio ya hay nueva misión, ahora entendemos que después le dábamos poca importancia del desarrollo ahora ya el desarrollo se acoge para nosotros, ahora el desarrollo... justamente ya viendo nuestro territorio ya nuestros propios padres, nuestros hijos ya ven ¿no? otro mundo ya no como antes... cuando yo era niño yo rayaba con mi padre, rayaba goma, cazaba, a pescar... y ahí terminaba nuestra actividad. Y ahora es mucho, ahora nuestros hijos ve el mundo, ve tecnología tiene que tener nueva visión y de ahí ya es que nosotros pensamos... ya el desarrollo para nosotros ya tiene que haber en nuestro territorio (...) Ahorita nosotros... para nosotros es muy importante formar empresas ¿no? En nuestros territorios ¿empresas de qué? o asociación, o podemos llamar... ¿de qué? de agricultura de producción ¿no? (...) Ahora la idea es formar pequeñas empresas, pequeñas asociaciones productoras,*

*proyectos de producción, que más tenemos en la visión, en el proyecto ¿Qué más queremos tener al futuro? Queremos tener empresas de transporte. ¿Para qué nos sirve pelear por proyectos productivos?, producimos ¿y cómo vamos a transportar? Es muy importante pensar en eso.*

### *Interesses regionais:*

Na introdução mencionamos que alguns segmentos do movimento indígena das terras baixas identificam Morales como um representante dos setores cocaleros bolivianos, e não como um “presidente indígena”. Outra vez: não é objetivo desse trabalho colocar a identidade do presidente da Bolívia em debate, mas é preciso compreender quais os setores privilegiados por suas políticas e como as populações do TIPNIS percebem essas alianças. Para Schavelzon, “A chegada do MAS ao poder configurou um cenário político partido, com dois modelos de país, dois sistemas ideológicos, duas tradições políticas e dois centros geográficos” (2010b: 93): de um lado as terras baixas que concentram os setores oposicionistas e de outro as terras altas andinas, espaço de forte influência do governo, onde a experiência política atual é lida como a chegada do povo ao poder. Mesmo que não se trate de dois blocos tão bem definidos politicamente, essa categorização é interessante para perceber a existência de tendências ao menor ou maior alinhamento político das regiões do país com as políticas governamentais.

Para Pedro Nuny, a estrada “*va a favorecer a los seguidores de Evo Morales, a los cocaleros del Trópico de Cochabamba, quienes van a sembrar coca en el trayecto de la carretera... además van a deforestar mucho más, no va a haber un verdadero control*”. É por depoimentos que vão nesse sentido que a insistência no projeto viário que ligaria Beni a Cochabamba parece ter maior relação com a demanda dos setores camponeses cocaleros do Chapare do que com as necessidades dos povos do TIPNIS. A abertura do caminho através do TIPNIS pode facilitar o acesso dos setores cocaleros à região, possibilitando um avanço das plantações de coca sobre as áreas protegidas deste Parque Nacional e Território Indígena:

*Ahora hay que tomar en cuenta que esta discusión está muy presionada también, además de intereses geopolíticos regionales, por intereses de un sector que es el sector de los productores de coca del Chapare. Entonces, la experiencia muestra que al abrir esta ruta lo que se hace es ampliar, no solamente la depredación, sino la frontera*

*agrícola en este caso para productos muy rentables como es la hoja de coca (entrevista com Gregório Lanza, da Defensoría Pública da Bolívia).*

Argumentos favoráveis e contrários ao projeto viário propõem que a conexão do Beni a Cochabamba é interessante desde o ponto de vista comercial, o que não necessariamente favorece aos grupos indígenas que, como pude observar, pelo menos atualmente não produzem em escala suficiente para o comércio:

*Se da usted cuenta de que para conectar al occidente, el beniano tiene que ir por Santa Cruz, el beniano de ese sector por Santa Cruz, para luego llegar a la ciudad, o sea, irse al extremo de, no al extremo pero a la parte media del oriente para volver al occidente. Eso supone costos, supone que esas zonas no se han desarrollado con esa situación, porque el gran mercado está en el occidente y lo que se hace en Santa Cruz es acopiar tanto la producción agropecuaria del Beni, de ese sector del Beni y venderlo al occidente ya como producción de Santa Cruz. Entonces el precio que se le paga al beniano es mucho menor del precio que el cruceño vende ese producto beniano al occidente (entrevista com Antonio Torres, do Ministerio de Planificación del Desarrollo).*

O favorecido pela estrada seria “o beniano” ou, como podemos observar nesse depoimento, o beniano envolvido com a pecuária. O presidente da Sub-Central do TIPNIS Fernando Vargas também acredita que o projeto viário será construído como maneira de atender às vontades de segmentos estranhos ao TIPNIS:

*además el otro interés es de los cocaleros, de que le están exigiendo ahora al gobierno que cumpla sus compromisos políticos y lo va hacer sí o sí, sigue con ese interés por ejemplo porque ahora vienen nuevamente las elecciones. Entonces, él seguro que va seguir ofreciendo esas mismas tierras, para que cuando él las gane las elecciones barre con todo.*

Seu depoimento permite que observemos de maneira combinada os dois aspectos que justificariam, a nível regional, a construção da estrada: o interesse comercial dos cocaleros pela expansão de suas terras e o interesse político do MAS em atender às demandas de um setor que tradicionalmente o apoia, consolidando um campo político aliado na região. Além de o projeto parecer imediatamente interessante aos cocaleros por poder representar o início de um processo de crescimento econômico em



suas colônias, ele poderia reconfigurar a correlação de forças político-partidárias na região, representando uma vitória do MAS ante os setores oposicionistas que governam o departamento de Beni.

*Interesses nacionais:*

Os interesses nacionais que envolvem o projeto viário são mais evidentes. De acordo com Ribeiro, “uma das maneiras mais frequentes de se legitimar um grande projeto é apelar para seus supostos efeitos positivos sobre o desenvolvimento nacional bem como regional” (1991: 100), apelo que observamos entre os discursos sobre a estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos. Em um primeiro plano, há a questão da integração nacional como via para o desenvolvimento do país. Em segundo plano, já no âmbito político-partidário, há o esforço do governo nacional de construir uma via comercial alternativa que ligue o oriente ao ocidente do país sem precisar atravessar o departamento de Santa Cruz, reconhecidamente o polo oposicionista mais forte da Bolívia. Em terceiro plano aparece a possibilidade de acesso aos recursos naturais do TIPNIS e a sua disponibilização para empresas nacionais e estrangeiras.

No que se refere à questão da integração nacional como via para o desenvolvimento, os argumentos a favor da estrada remetem o diagnóstico sobre a necessidade do projeto viário à época colonial. De acordo com sociólogo e atual vice-presidente da Bolívia García Linera, “la necesidad histórica de un camino que comunique la zona andina con la región amazónica, a través de las antiguamente llamadas ‘Montañas de los Yuracarees’, hoy parque Isiboro-Sécure tiene más de 300 años” (2012:53). O autor relaciona a necessidade da obra com sua demanda histórica, o que parece particularmente curioso quando lembramos que estamos diante de um processo político que declaradamente pretende romper com a herança colonial e com todas as formas de colonialismo interno. Mesmo assim, para Linera, existem apenas dois conjuntos de opiniões sobre a proposta de construção da estrada: “los que están a favor de un camino para articular la región central andina con la inmensa Amazonía desvinculada; y por otro [lado] quienes se oponen al camino por defender el poder económico y político-espiritual que las élites asentadas en Santa Cruz ejercían sobre Mojos” (idem: 54 e 55). A leitura de Linera deixa de fora uma quantidade enorme de posições sobre a estrada, concentrando-se naqueles argumentos que teriam maior

impacto entre a base política do MAS que, depois da VIII Marcha, passou a questionar os motivos que sustentariam o projeto.

O tema dos interesses político-partidários do bloco governista na construção da estrada já foi ilustrado pelo trecho da entrevista de Antonio Torres reproduzido acima, mas vale ressaltar que o isolamento de Santa Cruz não favoreceria somente a elite pecuária beniana que se veria livre de suas relações com a elite *cruceña*, como também, e principalmente, o isolamento de Santa Cruz poderia favorecer ao bloco político governista que conseguiria reconstruir o cenário de alianças nacionais oferecendo alternativas comerciais interessantes aos fazendeiros do Beni e, como mencionado, aos cocaleros de Cochabamba. Essa projeção política se respalda pelo teor dos pronunciamentos de alguns membros do governo em relação à estrada que, como García Linera, ao tentarem vincular o movimento de resistência ao projeto com os interesses econômicos de Santa Cruz, permitem que também se vincule a defesa do mesmo projeto com o interesse de inviabilizar os projetos econômicos *cruceños*.

Quando o tema é o acesso aos recursos naturais do TIPNIS, a questão do petróleo e da madeira é sempre trazida para o debate. Os segmentos contrários ao projeto insistem que a motivação do governo com a estrada é facilitar a exploração desses recursos no TIPNIS e que, mais uma vez, o projeto não tem relação com a atenção das necessidades que eles realmente teriam em suas comunidades. Para Angela Noza, Evo Morales *“no mira el Vivir Bien o mejorar como deben vivir la gente dentro de los que viven del territorio, o los mismos ciudadanos que hay. Él no está mirando eso, sino que están mirando no más los recursos que hay: recursos renovables, no renovables, eso es lo que están mirando”*.

#### *Interesses internacionais:*

Existem diversos interesses internacionais na construção da estrada, principalmente econômicos e políticos. Como o terceiro capítulo dessa dissertação é exclusivamente dedicado a essa temática, nele tratarei desses interesses. Por hora basta dizer que o projeto viário também é animado por políticos, empresas e instituições financeiras estrangeiras que quase em sua totalidade são brasileiras. Essas influências são percebidas pelos moradores do TIPNIS contrários à estrada que propõem que ela é uma imposição internacional assimilada pelo governo nacional e transferida para os segmentos das organizações indígenas que se alinham com a política do MAS.

## O drama do TIPNIS

A partir das mobilizações indígenas de 2011 a situação do TIPNIS tomou dimensões gigantescas: os conflitos sobre o projeto viário figuraram em jornais de todo o mundo, invadiram os debates dos ambientalistas, deslocaram opiniões políticas a respeito do governo boliviano, absorveram as preocupações de militantes de diferentes campos e também passaram a compor as discussões de pesquisadores preocupados com questões relacionadas ao desenvolvimento, aos direitos humanos, participação política, direitos indígenas, meio ambiente e etnicidade, para citar apenas alguns exemplos.

O histórico de conflitos de interesses e posições também é decisivo na tomada do TIPNIS como objeto de investigação, uma vez que sinaliza a existência de disputas importantes no interior do Estado Plurinacional. Mas o elemento que dá ao caso do TIPNIS seu caráter dramático localiza-se em outro plano político e teórico, menos acessível imediatamente: trata-se de uma leitura que enxerga esse conflito como um exemplo atual, expressivo e vívido de um *drama desenvolvimentista*.

‘Dramas desenvolvimentistas’ são tipos complexos de encontros que juntam atores e instituições locais a *outsiders*. O fato de *outsiders* pretenderem planejar o futuro de uma comunidade é indicativo do seu poder diferencial no encontro. Em tais circunstâncias, instala-se uma dicotomia. Por um lado, há os objetivos e racionalidades dos planejadores; por outro lado, o destino e a cultura das comunidades (Ribeiro, 2008: 121 e 122).

O fato de a definição de quem são os *outsiders* ser problemática em qualquer situação dado o caráter relacional do conceito (Elias & Scotson, 2000) justifica porque o conflito no TIPNIS é mais complexo do que pode parecer à primeira vista: estamos diante de um cenário recheado de relações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais entre atores – moradores e não moradores do TIPNIS – com posições e interesses diferentes em relação ao projeto viário. Mas mesmo diante de posições que são relacionais e não são sempre coerentes, é possível analisar a situação a partir da identificação desses dois grupos de atores: os *outsiders* são considerados como aqueles que corroboram com o “sequestro do destino das populações locais”, operado por aqueles que se apropriam do poder que estes grupos deveriam ter sobre seu destino e seu território (cf. Ribeiro, 2008).

No caso do TIPNIS, a variedade de atores e instituições *outsiders* se relaciona com o território de maneira também múltipla, configurando um conjunto heterogêneo de formas como os atores locais assimilam o discurso *outsider* sobre desenvolvimento. A consequência é a formação de um espectro de interesses na construção da estrada que reproduz a diversidade de posições e de discursos que formam o campo do desenvolvimento. Os segmentos que resistem ao projeto viário se relacionam e enfrentam toda essa gama de argumentos, reivindicando seu lugar enquanto *insiders* e, portanto, sua condição de porta-vozes legítimos das projeções indígenas para o território.

Diante disso, procura-se compreender como diferentes atores sociais se articulam ao redor das organizações indígenas para operar uma variedade de discursos sobre desenvolvimento e sobre o *Vivir Bien*. Já apresentamos o território e os diferentes interesses sobre ele, que não se restringem aos interesses (variados) das populações locais, apesar de muitas vezes se expressarem através deles. Todos esses agrupamentos envolvem os indígenas do TIPNIS, mas também envolvem uma variedade de outros atores, de dentro e de fora dos partidos políticos e dos governos. Na realidade esses papéis são um pouco mais confusos, já que alguns projetos de desenvolvimento são tidos como bem-vindos enquanto outros são rechaçados. Não estamos falando de um grupo que adere ao discurso desenvolvimentista e outro que o rechaça, as relações com o conceito são mais dinâmicas apesar de existirem posições fixas em relação ao modo de produzir e projetar a vida que é apropriado para o território. Ou seja, mesmo os segmentos que defendem um modo de produzir e de projetar a vida *insider* às vezes o compreendem como um modelo de desenvolvimento. O que quero deixar claro é que apesar de o manejo da noção *desenvolvimento* não ser exclusivo do grupo que defino como *outsider*, existem evidentes diferenças na maneira como *insiders* e *outsiders* produzem e projetam a vida no seu território, e por isso eles são diferenciados nesses termos: alguns negando a forma de ocupação territorial desenvolvimentista e outros se apropriando dela, mesmo que na maioria das vezes os dois conjuntos de atores mobilizem o a noção de desenvolvimento.

Tal constatação ratifica a proposta de que mesmo sendo alvo de críticas muito diferentes e geralmente pertinentes, o conceito de desenvolvimento ainda é vastamente utilizado, não sendo amplamente difundido nenhum substituto a altura; estamos falando de um conceito que segue sendo mobilizado para pensar “el cambio histórico y los

*procesos de transformación producidos por el movimiento de las estructuras sociales*” (Farah & Wanderley, 2011: 9). Ignorar a centralidade desse conceito, de acordo com estas autoras, significaria uma idealização do local, porque se deixaria de perceber que, apesar de existirem processos locais de resistência ao modelo desenvolvimentista clássico, “las fuentes de pensamiento del desarrollo no se han agotado y siguen alimentando las decisiones y políticas públicas, desde las más variadas ‘escuelas’ de ese pensamiento” (idem: 11). Assim, deixar de falar sobre o desenvolvimento não é suficiente para que seus efeitos e impactos sejam revertidos ou evitados: é preciso compreender como esses processos se organizam e como os projetos que dele emanam são recebidos pelas populações que serão impactadas por eles.

O projeto de construção da estrada entre Villa Tunari e San Ignacio de Moxos revela o drama desenvolvimentista do TIPNIS, não o origina. Ele é originado pela permanência de lógicas *outsiders* dentro dos territórios indígenas que obstruem os caminhos para a consolidação do exercício de controle cultural dos povos sobre seus territórios. Essas minhas proposições foram respaldadas pelo período em campo e pelas entrevistas realizadas. O que pude observar é que a partir do conflito ao redor do projeto de construção da estrada as diferentes visões sobre os modos de produzir e de projetar a vida mais adequados para o território ficaram evidentes para todos. Quando o debate tomou formas de opiniões concretas sobre a necessidade ou não da estrada as pessoas passaram a identificar com maior facilidade a existência de discursos dentro de suas comunidades que, no limite, reproduziam a visão do governo sobre desenvolvimento.

O drama do TIPNIS foi revelado, e tanto os *insiders* quanto os *outsiders* se mobilizam para encontrar respaldo para suas posições. Para tanto, mobilizam uma variedade de argumentos que já começamos a apresentar nas seções anteriores deste trabalho. Nos próximos capítulos será possível deixar mais evidente que esses dois conjuntos discursivos têm como alvo o Estado. Independente do que propõem como modelo produtivo e projetivo para o território, o contexto da plurinacionalização do Estado boliviano abriu um conjunto de possibilidades para que essas propostas sejam dirigidas ao Estado, com vistas a um processo de reconhecimento e legitimação institucional.

## **Segundo Capítulo**

# **Organizações indígenas, Estado, e o conflito no TIPNIS**

¿Cómo se han ido organizando estos pueblos dentro del TIPNIS? Lo han hecho sobre todo reaccionando a las diversas amenazas que han recibido desde afuera a lo largo de los años; no tanto a partir de sus identidades étnicas distintas sino a partir de la unidad intercultural entre ellos que esas amenazas comunes les imponían. Y sus ulteriores divisiones tienen también que ver con las mismas amenazas (Albó, 2012: 31 e 32).

Já eram mais de dez horas da noite quando me encontrei com o rapaz que me levou para o acampamento organizado em Trinidad pelo segmento da Sub-Central do Sécure favorável à construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos. Depois de mais ou menos meia hora no carro chegamos ao acampamento, em uma região afastada da cidade, deserta e pouco iluminada. Já era tarde, as reuniões naquele acampamento já tinham terminado e os eventos daquela mesma tarde me deixavam bastante nervosa ao chegar no local, mesmo que naquele momento ainda não tivesse dimensão da desconfiança que eles tinham em relação a minha pesquisa. Encontrei-me com o

presidente da organização e ele concordou em realizar a entrevista na manhã do dia seguinte, apesar da relutância do diretório de mulheres que também estava presente. Ele me pediu que eu voltasse ao acampamento às sete da manhã do próximo dia. Na manhã do onze de maio estava lá novamente. Fiquei esperando pelos dirigentes da organização durante quase duas horas e aos poucos as pessoas que estavam acampadas começaram a se aproximar. Quando souberam que eu era pesquisadora e que estava lá para realizar entrevistas com os dirigentes que eles legitimavam, começaram a falar comigo e me convidaram para participar do seu café da manhã. Alguns ainda me olhavam com receio e o motivo era a maneira como havíamos nos conhecido na tarde do dia anterior. Por isso é preciso voltar um pouco no tempo antes de continuar.

Depois de sair do *Encuentro de Corregidores*, no dia vinte e seis de abril, fiquei mais alguns dias em Trinidad acompanhando as atividades das Sub-Centrais do TIPNIS e do Sécure (os segmentos contrários à construção da estrada). No dia vinte e nove do mesmo mês, os dirigentes desse segmento da Sub-Central do Sécure, que tiveram seu mandato respaldado pelos corregedores reunidos no Centro de Gestão, resolveram ir até as instalações da organização para retomar a sede para si. Há algum tempo ela estava sendo ocupada pelo segmento presidido por Carlo Fabricano e apoiado principalmente pelas comunidades do Alto Sécure e por grupos chimánes. Esse segmento pede pela construção da estrada e, publicamente, se alia com políticos e dirigentes do MAS. A tomada da sede foi realizada sem grandes conflitos. Na ausência de Carlo Fabricano, os dirigentes que estavam ali aceitaram as resoluções do Encontro de Corregedores que se referiam à Sub-Central do Sécure e se retiraram declarando que se essa era a vontade dos corregedores, eles não iriam resistir. Depois desse episódio voltei para Santa Cruz de la Sierra para começar a procurar os segmentos favoráveis ao projeto viário. Após muitas ligações, consegui agendar uma entrevista com o segmento da Sub-Central do Sécure alinhado com as políticas do MAS, e decidi voltar à Trinidad para entrevista-los.

No dia do meu retorno à capital beniana uma sequência de eventos desestabilizou a relação de aparente confiança que havíamos estabelecido pelo telefone ao agendarmos a entrevista. Ao chegar em Trinidad me comuniquei com o segmento da Sub-Central do Sécure que é contrário à estrada, com o qual eu havia estado no TIPNIS nas semanas anteriores. O presidente me disse que todos estavam na sede da organização em estado de alerta: tinham escutado que o segmento presidido por Carlo Fabricano iria se dirigir à sede para tomá-la de volta. Imaginando que os dois segmentos

estariam reunidos no mesmo lugar pude antecipar os problemas que eu teria em seguir com as entrevistas, mas dada a importância do evento resolvi participar mesmo assim: a saída seria tentar passar despercebida, na medida do possível.

Mas as amizades que fiz durante a viagem ao TIPNIS e as minhas próprias dúvidas em relação à necessidade do projeto viário acabaram me aproximando dos segmentos que resistem a ele. Durante toda a tarde estive ao lado dos dirigentes que rechaçam a construção da estrada, e o outro segmento questionava publicamente a minha presença no lugar, perguntando sobre meus interesses e sobre o porquê da minha participação naquela reunião. Eles estavam tentando decidir sobre quem deveria ocupar a sede da Sub-Central, e enquanto um lado exigia a minha saída, o outro lado era insistente em relação a minha presença. Continuei na reunião.

Foi na noite desse mesmo dia que me dirigi àquele acampamento do segmento pró-estrada, e por essas razões mencionadas havia tanta desconfiança do diretório de mulheres que a princípio não concordava com minha presença no local. Mas como já disse, na manhã seguinte, esclarecidas as minhas intenções, pude tomar café e conversar um pouco com os *comunarios* do TIPNIS que estavam ali em Trinidad para apoiar o mandato de Fabricano. Quando os dirigentes finalmente chegaram ao acampamento, qual a minha surpresa ao saber que não realizaria nenhuma entrevista naquele momento. Pelo menos não antes de me apresentar diante das mulheres do Sécure. A presidente do diretório de mulheres da organização condicionou minhas entrevistas à autorização das mulheres e eu deveria apresentar meu caso diante de todas elas.

O acampamento era realizado em um terreno que parecia ser de uma antiga fazenda, e realizamos essa reunião em uma das salas da casa abandonada que era ocupada pelos indígenas. Todas as mulheres do acampamento foram convocadas, e enquanto alguma ainda não estivesse fazendo parte do círculo ao meu redor, a reunião não começaria. Me deram a oportunidade de falar primeiro. Apresentei a minha pesquisa, falei da universidade e do porque eu estava trabalhando sobre a Bolívia e sobre o TIPNIS. Entreguei meus documentos pessoais e as credenciais da universidade nas mãos da presidente, bem como a carta de recomendação que havia sido escrita pelo Programa de Pós-Graduação. Quando terminei de falar foi a vez delas. Falaram que tinham me visto no dia anterior na sede da Sub-Central do Sécure quando tentavam retomá-la e que não entendiam o que eu queria com eles agora, se na outra tarde eu tomava refrescos e compartilhava comida com as pessoas “*del otro lado*”. Me desculpei



e tentei explicar que não tinha me aproximado delas no dia anterior porque não as conhecia, mas que estava ali justamente para escutar qual a opinião delas sobre os conflitos. Foram cerca de trinta minutos em reunião e ao final consegui a autorização para realizar as entrevistas na tarde daquele mesmo dia.

### **As organizações indígenas que representam o TIPNIS**

Como sabemos, a estrutura do movimento indígena boliviano prevê a representação em quatro níveis diferentes, através de organizações locais (as Sub-Centrais), regionais (as Centrais), nacionais (as Confederações) e internacionais (as Coordenações). Considerando as organizações desses quatro níveis o TIPNIS é representado, oficialmente, por nove organizações. Para Luis Tapia (2007), tal configuração organizativa contribui com a diversificação da sociedade civil boliviana, uma vez que reúne os diferentes povos da região amazônica e do Chaco boliviano nas mesmas estruturas possibilitando a formação de organizações políticas dirigidas por diretórios interétnicos:

Aquí tenemos una triple faceta: un proceso de unificación al interior de cada pueblo, un proceso de unificación interétnica y, luego, un proceso de organización para tener presencia en la sociedad civil e interactuar con el gobierno. En ese sentido, encontramos aquí una complejidad que implica que estructuras pertenecientes a otro tipo de sociedades –de matriz comunitaria, por lo general– organizan sus propias formas de unificación (2007: 49).

Vou apresentar as organizações indígenas que representam o TIPNIS para que seja possível, em seguida, compreender melhor a forma como elas funcionam. Se oficialmente estamos falando de nove organizações ligadas ao TIPNIS, na prática existem doze diretórios vinculados com o território, porque três destas organizações estão divididas e têm dois presidentes e dois diretórios que se reivindicam como legítimos. Vejamos:

**As organizações marcadas com asterisco são aquelas que depois de iniciados os conflitos no TIPNIS passaram por disputas políticas e atualmente têm dois diretórios e dois presidentes; nos três casos os dois lados reclamam ser legítimos.**

*Organizações locais:*

**Sub-Central do TIPNIS** – representa as comunidades do rio Isiboro e do rio Ichoa. Como vimos, a Sub-Central do TIPNIS foi criada em 1987 e desde 2009 tem o título de propriedade do TIPNIS. Desde sua fundação a organização participa ativamente de todas as lutas políticas em defesa do território, sendo a principal organização orgânica da região<sup>5</sup>.

**\*Sub-Central de Comunidades Indígenas do Rio Sécore** – representa as comunidades do rio Sécore. De acordo com o presidente de um dos segmentos da organização, ao todo são vinte e duas as comunidades filiadas à Sub-Central. Atualmente a Sub-Central do TIPNIS reconhece e legitima um dos segmentos da Sub-Central do Sécore, mas não foi sempre assim:

las crisis de dirigencia relacionadas con la gestión de la propia Subcentral del TIPNIS originadas en diferenciaciones sociales y económicas espaciales, han producido divisiones internas en la organización indígena. En este sentido, en 2001, en la parte norte se formó la Subcentral del Sécore a partir de demandas de utilización de recursos maderables existentes en ese sector. Sin embargo, el origen de la separación parece tener más bien un trasfondo político relacionado con la venta ilegal de madera en los años 1997 y 1998 (SERNAP, 2005). (...) El reconocimiento de la Subcentral del Sécore por la Central de Pueblos Indígenas del Beni (CPIB) provocó, por otro lado, que la Subcentral del TIPNIS abandone esta organización matriz y se integre a una nueva organización indígena regional; la Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni (CPEMB) (Vargas Ríos, 2012: 26 e 27).

**Conselho de Comunidades Indígenas do Sul (CONISUR)** – representa as comunidades do Polígono Sete. Foi criado em 1997 e desde esse mesmo ano é um dos quatro conselhos que compõem a CPITCO, a *Central de Pueblos Indígenas del Trópico de Cochabamba*. De acordo com Albó

Al principio CONISUR siguió peleando para defender sus comunidades frente a la creciente expansión cocalera. Pero poco a poco varias de sus comunidades se acoplaron a los sindicatos cocaleros y se han transformado en sindicato, incluso con títulos individuales, en parte para poder tener derecho a un cato de coca. [Después] que en 2008 se formalizó el proyecto de carretera por el controvertido Tramo II, CONISUR se enteró y se opuso, a través de su presidente, José Luis Moy Moye, y de su sucesor

---

<sup>5</sup> A diferenciação entre organizações políticas e orgânicas foi feita inúmeras vezes durante as entrevistas e o meu período em campo, de maneira geral. Trabalharei com essa questão ainda nesse capítulo.

Marco Emilio Fabricano. Pero, por presión del sector cocalero, este último fue cambiado por el actual Gumercindo Pradel que, sí, lo apoya (2012: 34 e 35).

*Organizações regionais:*

**Central de Povos Étnicos Mojeños do Beni (CPEM-B)** – representa, entre outras Sub-Centraais, a Sub-Central do TIPNIS. De acordo com sua atual presidenta, Bertha Vejarano, a CPEM-B reúne doze Sub-Centraais. Até o início dos anos 2000 a Sub-Central do TIPNIS era filiada à *Central de Pueblos Indígenas del Beni* (CPIB), mas

*en una crítica que sufre la Central de Pueblos Indígena del Beni en Santa Ana del Yacuma, las organizaciones de Moxos abandonamos la CPIB y nos vinimos como Sub-Centrales de Moxos para organizarnos en una Central de Pueblos Étnicos Moxeños del Beni, que es la CPEM-B. Organizamos en octubre, más o menos del año 2001, la CPEM-B ¿no? (entrevista com Marcial Fabricano, primeiro presidente da Sub-Central do TIPNIS e ex-presidente da *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia*, a CIDOB, em 09/05/2013, em Trinidad).*

Esse depoimento e outros materiais reunidos revelam que a fundação da CPEM-B tem relação íntima com a história do movimento indígena do TIPNIS. De acordo com Albó, a filiação da Sub-Central do TIPNIS à CPEM-B, mencionada no trecho acima da entrevista de Marcial Fabricano, de fato tem relação com uma crise política interna – e ela teria sido protagonizada justamente por Fabricano:

en 2003, Marcial Fabricano contraatacó creando, dentro del TIPNIS, la subcentral Sécure, que aparecía así como una organización paralela o disidente de la subcentral TIPNIS que ya existía desde 1988. Fue enseguida reconocida por la CPIB, cercana a Marcial, mientras que la subcentral TIPNIS siguió con la CPEMB [recién creada] (2012: 33).

Independente dos motivos da divisão, o elemento comum é a importância do movimento indígena do TIPNIS para o movimento indígena das terras baixas que em 2003 ganhou uma nova organização regional, a CPEM-B, a partir de uma crise política interna àquele território.

**\*Central de Povos Indígenas do Beni (CPIB)** – representa, entre outras Sub-Centraais, a Sub-Central de Comunidades Indígenas do Rio Sécure. A ruptura da Sub-Central do TIPNIS com a CPIB não significou o fim dos vínculos dessa organização

com aquele território, uma vez que ainda hoje ela representa regionalmente a Sub-Central do Sécuré. De acordo com a presidenta de um de seus segmentos, Nazareth Flores, a CPIB representa hoje quatorze povos e vinte e três Sub-Centrais indígenas. O surgimento dos dois diretórios aconteceu durante a IX Marcha, em 2012, quando parte do movimento indígena desconhece o então presidente Pedro Vare e passa a legitimar o mandato da então vice-presidente Flores. Outro segmento, pró-estrada, ainda reconhece o mandato de Vare.

**Central de Povos Indígenas do Trópico de Cochabamba (CPITCO)** – representa, entre outras organizações, o CONISUR. De acordo com seu atual presidente Jeremias Ballivian, a CPITCO “*es una instancia social política ¿no? que representa a cuatro concejos, que están afiliados a la CPITCO, que es el CONISUR-TIPNIS, el Yuracaré-Coniyura, después Yuki y Siri ¿no? y representa también a la nación Yuki, nación Yuracaré, después a pueblos Mojeño-trinitario ¿no?*” (31/05/2013, em Cochabamba).

*Organizações nacionais:*

**\*Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB)** – reúne as Centrais Indígenas regionais das terras baixas bolivianas, entre elas a CPEM-B, a CPIB e a CPITCO. De acordo com informações disponíveis na página da CIDOB na internet ([www.cidob-bo.org](http://www.cidob-bo.org), acesso em 20/12/2013), a

Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia, representante nacional del movimiento indígena de Bolivia, se fundó formalmente en octubre de 1982, en Santa Cruz de la Sierra, con la participación de representantes de cuatro pueblos indígenas del Oriente Boliviano: Guaraní-izoceños, Chiquitanos, Ayoreos y Guarayos. El proceso de unificación de los pueblos indígenas del Oriente se inició aproximadamente en los años 1979, cuando se dieron los primeros contactos entre representantes de los mencionados pueblos, a iniciativa aquel entonces Capitán Grande guaraní, Mburuvichaguasu Bonifacio Barrientos Iyambae, llamado también “Sombra Grande”.

A CIDOB tem dois diretórios desde 2012, quando uma *Gran Asamblea de los Pueblos Indígenas* (GAMPI) foi convocada por setores afinados com o governo e elegeu Melva Hurtado como a nova presidente da *Confederación*. Nesse momento, os segmentos contrários à estrada estavam acampados em La Paz, como parte das atividades da IX Marcha Indígena, e não reconheceram a legitimidade do processo. Até

hoje legitimam o mandato de Adolfo Chávez como presidente da CIDOB. Lucio Ayala, que participou da gestão de Chávez e atualmente é o vice-presidente de Hurtado, contou em entrevista a sua versão do momento da divisão:

*un año, transcurrió un año cuando estuvo a la cabeza de Adolfo Chávez entre... como secretario de tierra y territorio... entonces transcurrió desde el 2010 hasta el 2011, hasta el 2012 ¿no? hasta junio del año pasado estaba a la cabeza de Adolfo Chávez como secretario de tierra y territorio. Ya de ahí ya las bases regionales decidieron hacer una nueva GAMPI, una nueva asamblea, donde mis regionales también me postulan, me dicen de que yo siga representándolos a mi departamento y que represente también ya los 34 pueblos, entonces de ahí ya en esa asamblea asumo como vicepresidente ya de la Confederación a la cabeza del hermano Melba Hurtado que por primera vez, tenemos ahí a los presidentes de la Confederación que han pasado, nunca hubo una mujer ¿no? a la cabeza de la Confederación conduciendo el movimiento indígena.*

Adolfo Chávez afirmou que atualmente a Confederação representa os 34 povos indígenas das terras baixas bolivianas, organizados em 13 Centrais regionais: *Asamblea del Pueblo Guarani (APG), Confederación de Pueblos Etnicos de Santa Cruz (CPESC), Central de Pueblos Indígenas del Beni (CPIB), Central de Pueblos Nativos Guarayos (COPNAG), Central de Pueblos Indígenas del Trópico de Cochabamba (CPITCO), Central Indígena de la Región Amazónica de Bolivia (CIRABO), Central de Mujeres Indígenas del Beni (CMIB), Central de Pueblos Indígenas de La Paz (CPILAP), Central Indígena de Pueblos Originarios de la Amazonía de Pando (CIPOAP), Organización de la Capitanía Wehenayek Tapiete (ORCAWETA), Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni (CPEM-B), Gran Consejo Chimán (GCCH) e Organización Indígena Chiquitana (OICH).*

**Confederação Nacional de Mulheres Indígenas da Bolívia (CNAMIB)** – reúne as centrais regionais de mulheres indígenas da Bolívia. De acordo com Angela Noza, secretária de terra e território da organização,

*la organización de la CNAMIB fue creada el 2007 por una necesidad, que como mujeres no teníamos una representatividad ¿no? porque la colonización, las Bartolinas Sisas supuestamente ellos nos estaban representando como tierras bajas y sin embargo ellos... porque no teníamos una organización de mujeres nacional, por eso ellos se han atrevido y por medio de eso nos han penetrado, organizando a mujeres*

*también con esa sigla de Bartolinas acá en tierras bajas. Y es por eso que nos obligó, cuando hemos analizado y dijimos “es necesario, es una necesidad organizarnos, y para tener nuestra representación como pueblos indígenas y como tierras bajas” y por eso fue que se creó la CNAMIB.*

De acordo com sua atual presidente, Judith Rivero,

*A ver, la CNAMIB, pues, al igual que la CIDOB, son las mismas políticas ¿no? a diferencia de que siempre nosotras como mujeres luchamos por los derechos, por la aplicación, por el ejercicio pleno de los derechos de las mujeres. Porque las mujeres son las más afectadas en este tema de los territorios, en este tema de los desastres naturales, de los cambios climáticos y todo aquello. Siempre la mujer es la más afectada ¿no? en este tema, la CNAMIB impulsa también en la defensa de los derechos, en la defensa... en lo que las mujeres puedan hacer un ejercicio pleno de sus derechos de acuerdo a la situación donde se encuentren ¿no? donde estén. (...) Porque ya lo dije antes, es eso lo que perseguimos: el ejercicio pleno del derecho. Al igual que la CIDOB, que es para los pueblos indígenas.*

*Organização internacional:*

**Coordenadora de Organizações Indígenas da Cuenca Amazónica (COICA)**

– organiza as organizações indígenas nacionais da Pan-Amazônia, entre elas a CIDOB.

De acordo com informações da página da organização na internet ([www.coica.org.ec](http://www.coica.org.ec), acesso em 20/12/2013),

Con el propósito de defender nuestros ideales y con la esperanza de continuar siendo parte del mundo, de la Naturaleza, nace la Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica – COICA, el 14 de marzo de 1984 en la ciudad de Lima-Perú, durante el I Congreso de la Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica, en las que participaron: AIDSESEP, Perú; CONFENIAE, Ecuador; CIDOB, Bolivia; ONIC, Colombia; y UNI, Brasil. (...) La historia de la COICA es la historia de cada una de sus organizaciones, en su lucha por construir herramientas eficaces para lograr defender nuestros derechos.

Atualmente a COICA cobre toda a região amazônica, reunindo organizações indígenas de nove países diferentes: Peru, Guiana, Bolívia, Brasil, Equador, Venezuela, Guiana Francesa, Suriname e Colômbia.

## O movimento indígena das terras baixas e o Estado Plurinacional

Um artigo veiculado pelo jornal boliviano *La Razón* em agosto de 2012, sintetiza o histórico de relações dos povos indígenas com o Estado desde a independência da Bolívia em 1825. De acordo com o autor, “el Estado trató de instituirse en tres grandes momentos históricos: después del 6 de agosto de 1825, pasada la revolución del 9 de abril de 1952 y con los resultados de la Asamblea Constituyente de 2006” (Ticona, 2012). O elemento comum a esses três episódios seria a busca pela construção de um modelo estatal capaz de reconhecer a experiência social, política e econômica dos povos indígenas do país. O problema teria sido que “desde el primer período de 1825, las élites con mentalidad colonial han intentado imitar ciegamente al patrón de los Estados nación europeos del siglo XVIII”, reproduzindo um modelo estatal liberal no qual os direitos políticos eram restritos a uma minoria da população. Mas ainda de acordo com o autor, “a pesar de estas prohibiciones estructurales, el movimiento indígena, sobre todo en los Andes, inició el ejercicio de facto de sus derechos, defendiendo sus tierras comunales contra las haciendas que pretendían usurparles”. Note-se que há o reconhecimento do protagonismo indígena andino, mas não há referência a qual papel político os indígenas das terras baixas cumpriam naquele momento. A revolução de 1952 buscou reconstruir o modelo de Estado mais uma vez, mas seguiu “insistiendo bajo los cánones foráneos y liberales del Estado nación”. O recente proceso de refundação estatal, por sua vez,

tiene que ver mucho con los sueños de los pueblos indígenas de construir un Estado distinto al viejo Estado nación, que no sólo escuche y reconozca a sus habitantes ancestrales, sino que [construya] una democracia y un Estado plurinacional basados en la experiencia política administrativa de las civilizaciones indias del país y que nos [encamine] hacia la interculturalidad descolonizadora profunda (idem: ibidem).

No que se refere aos povos indígenas das terras baixas bolivianas, o autor afirma que “desde el primer momento histórico pos-1825, los pueblos de estas regiones fueron vistos como parte de la naturaleza”, e por isso não há menção sobre suas atividades políticas nos documentos sobre esse período da história do país. Mesmo “para el Estado de 1952, la Amazonía, el Chaco y el oriente eran un imaginario de tierras vírgenes a las que se debía seguir colonizando”. Através deste breve histórico Esteban Ticona, sociólogo e antropólogo aymara, pretende contextualizar o porquê de também durante

o referido terceiro momento de definição do modelo estatal boliviano “esa mentalidad colonial interna no se haya superado, pues si bien hoy se percibe a la Amazonía con algunos pueblos dispersos, se sostiene que estas comunidades indígenas no tienen desarrollo y hay que hacer que abracen las políticas gubernamentales de cambio” (idem: *ibidem*).

Se a história das relações do movimento indígena com o Estado boliviano é importante para contextualizarmos suas atuações políticas em relação ao TIPNIS, também se faz importante que nos debruçemos sobre algumas análises sobre o Estado boliviano em si. Quatro dos principais intelectuais bolivianos – Álvaro García Linera, Raúl Prada, Luis Tapia e Oscar Vega Camacho – publicam em 2010 uma coletânea de artigos intitulada *El Estado. Campo de Lucha*. No prólogo da edição antecipam a ideia que vai atravessar os trabalhos reunidos:

El Estado es una relación y un conjunto de estructuras que es resultado de la lucha política. El Estado es un campo de lucha y una forma de lucha política, a la vez que se pretende que sea la forma de unificación de territorios y poblaciones divididas por criterios de propiedad, poder político y cultura. La lucha política se está desplegando fuera y dentro del Estado, un Estado dividido por el modo en que los sujetos que gobiernan diferentes niveles y espacios relacionan las estructuras estatales con las estructuras sociales (2010: 5).

Tapia (2010) apresenta sua tese sobre a existência e a importância das atividades políticas, principalmente indígenas, que sempre foram desenvolvidas à margem do Estado (não necessariamente disputando a institucionalidade, embora a tenham influenciado em alguns momentos da história da Bolívia). Trata-se de uma mesma leitura sobre o protagonismo político indígena boliviano mesmo em momentos em que a forma do Estado nacional os excluía oficialmente de suas estruturas. Entretanto, afirma o autor, o fortalecimento do MAS como alternativa política e a sua posterior eleição iniciam (ou reorganizam) um diálogo entre a política estatal e não estatal, abrindo espaço para a entrada das organizações indígenas no Estado.

As Marchas Indígenas de 2002, 2004, 2006, 2007 e 2010 evidenciam a aproximação do movimento indígena das terras baixas em relação ao Estado, o fortalecimento de uma posição não marginal. Os atuais conflitos no TIPNIS e as marchas de 2011 e 2012 reforçam essa tendência ao desencadearem disputas diretas das organizações indígenas com o poder estatal, manifestadas a partir de batalhas políticas e



ideológicas, e também – ou principalmente – legislativas e jurídicas. A proposta dessa seção é aprofundar a análise dessa relação, retomando a I Marcha de 1990, “*Por el Territorio y la Dignidad de los Pueblos Indígenas del Beni*”, como evento que desencadeou a saída do movimento indígena das terras baixas rumo ao Estado, uma estratégia de legitimação de direitos sobre os territórios e de desconstrução da imagem de selvagens naturais que lhes cabia.

A proposta de vincular os episódios de 1990 e 2011 é respaldada por outros estudos sobre a região do Isiboro-Sécure e as suas organizações. A Primeira Marcha de 1990 já foi tomada por alguns investigadores como o embrião dos atuais movimentos políticos do TIPNIS e o principal deles, a VIII Marcha de 2011, “por su contenido tiene mucho de una nueva ‘etapa’ de aquella ‘larga marcha’ [de 1990]” (Albó, 2012: 12). A VIII Marcha, continua o autor, “siguió deliberadamente el mismo recorrido de la primera y tuvo también una participación simultánea de otros pueblos indígenas afectados por problemas semejantes” (idem: *ibidem*).

Considerando, então, o Estado como um campo de luta, o que proponho é a recuperação de alguns momentos políticos entre 1990 e 2011 que podem justificar a tese de que o movimento indígena das terras baixas faz parte desse campo de lutas pelo menos há duas décadas, participando do processo de aproximação das práticas políticas estatais e não estatais e contribuindo, assim, para a construção e para o fortalecimento de um processo político de longo prazo que culminou com a fundação do Estado Plurinacional da Bolívia. Assim, poderemos compreender com mais facilidade a legitimidade que esses segmentos reclamam para si ao disputarem os sentidos e os rumos do processo de transformação e de suas principais expressões, uma delas a nova Constituição Política do Estado.

*De 1990 a 2004 – cinco marchas indígenas apontam para a plurinacionalização:*

*En la historia de este país tres grandes acontecimientos son las que nos marcan la historia de los pueblos indígenas y la profundización de la democracia en Bolivia: “marcha por el territorio y la dignidad” de 1990; la marcha y movilización de 1996, que le da el Estado boliviano la titularidad de derecho a los pueblos indígenas de sus territorios o sus Tierras Comunitarias de Origen; y la marcha y huelga de hambre para la reconfiguración del Estado boliviano y de la sociedad boliviana del año 2000 a 2002, a la Asamblea Nacional Constituyente. Esos son los tres acontecimientos que*

*marcan en la historia del aporte de pueblos indígenas hacia la estructura política del Estado boliviano* (entrevista com Marcial Fabricano).

As marchas indígenas que antecederam as mobilizações políticas indígenas de 2011 e 2012 foram lembradas em doze entrevistas diferentes. Além de fazer parte da memória individual ou familiar dos entrevistados, essas marchas fazem parte da memória do movimento indígena das terras baixas e por isso também fazem parte da memória do Estado boliviano. Como tenho apresentado até o momento, considero os conflitos no TIPNIS como a expressão de uma disputa entre movimento indígena e Estado a respeito das formas de controlar o território e dos desdobramentos da aplicação dos conceitos de desenvolvimento e de *Vivir Bien*. As condições para a realização dessa disputa têm relação, justamente, com o processo de plurinacionalização desse mesmo Estado, uma vez que foi a partir daí que o movimento indígena das terras baixas passa a influenciar políticas estatais, principalmente quando passa a construir o Pacto de Unidade (que será apresentado adiante ainda nessa seção). Mas, como também já sugeri, as políticas não estatais desenvolvidas por esses segmentos nas décadas anteriores foram igualmente importantes para o seu fortalecimento enquanto participantes do campo de luta que conforma o Estado boliviano, pois já sinalizavam um direcionamento das demandas do movimento indígena para o Estado.

As quatro primeiras Marchas Indígenas foram realizadas antes da eleição de Morales e da plurinacionalização do Estado boliviano. O que quero destacar é a importância de identificar sinais de uma vontade política de diálogo com o Estado já naquele período, pois uma vez que compreendemos essa disposição é possível dar mais profundidade aos eventos no TIPNIS hoje.

O principal acontecimento entre esses episódios é o fato de o próprio TIPNIS ter sido reconhecido como Território Indígena a partir das mobilizações de 1990. Para além da mencionada importância dessa marcha para o movimento indígena das terras baixas, ela é especialmente importante para o TIPNIS, pois foi a partir daí que a região deixou de ser vista exclusivamente como um parque nacional e, pela primeira vez, os direitos dos três povos que ali habitavam foram visualizados pelo Estado boliviano.

Mas o reconhecimento do território não foi suficiente, e os povos do TIPNIS, junto a outros povos das terras baixas, seguiram organizando marchas como uma estratégia de mobilização. A II Marcha Indígena “*Por el Territorio, los Derechos de*

*Participación Política y Desarrollo*” acontece na esteira dos eventos de 1990. Apesar do reconhecimento legal do TIPNIS como território indígena em 1990

*el cuestionamiento de otros sectores era de que si bien podría ser una ley pero una ley muy ambigua pero además no reconocida en el texto de alguna Constitución. Y se dio la necesidad de seguir trabajando y en 1994 logramos la reforma a la Constitución Política del Estado donde ya se reconoce los territorios indígenas como Tierras Comunitarias de Origen (entrevista com Marcial Fabricano).*

A partir de 1994, então, o TIPNIS já é reconhecido constitucionalmente como uma TCO, vitória que é sempre atribuída à marcha de 1990. *“Pero tampoco no quedó ahí, faltaba que esos resultados fueran de manera palpable, visible ¿no es cierto? la titularidad de estos territorios. No era suficiente un decreto supremo, tenía que tener el título ejecutorial de estos territorios o de estas Tierras Comunitarias de Origen”*. Assim, as disputas dos povos indígenas pelo reconhecimento estatal de seus direitos ancestrais sobre seus territórios são continuadas, e levam à organização da II Marcha em 1996, que conquista a aprovação da lei INRA (sobre o Instituto Nacional de Reforma Agrária) que tratava da reforma agrária no país e, conseqüentemente, da delimitação das TCO's, designadas como propriedades coletivas dos povos indígenas. Trinta e três TCO's foram reconhecidas. Ainda em sua entrevista, Fabricano deixa registrado: *“Hicimos una evaluación en 1996: ¿qué cosas avanzamos? ya logramos muy bien nuestra identidad, nuestra cultura, nuestras organizaciones, nuestros territorios estar en las normas vigentes, ¿no es cierto? pero faltaba consolidar la economía, el nivel de vida de nuestros pueblos... eso faltaba hacerlo”*. Em 2000, a III Marcha Indígena, *“Por la Tierra, el Territorio y los Recursos Naturales”* sai de Santa Cruz de la Sierra e termina vitoriosa em La Paz: conseguiu alterar a lei INRA nos aspectos que eram desejados.

A incidência do movimento indígena sobre o Estado boliviano avança a passos largos com essas atividades e, em 2002, a IV Marcha, *“Por la Asamblea Constituyente”* se realiza em um cenário político efervescente que toma formas de enfrentamento político mais definidas com o início da Guerra do Gás, uma série de protestos realizados em 2003 no país contra a exportação do gás boliviano ao Chile. A coincidência da marcha pela constituinte com outros eventos em curso na Bolívia, apresentados na introdução, faz parte da consolidação do bloco de Morales como porta-voz das

demandas indígenas. O fortalecimento do MAS como alternativa é retroalimentado pelo fortalecimento do movimento indígena das terras baixas e a partir daí observa-se de maneira mais clara o processo de aproximação das políticas estatais e não estatais mencionado por Tapia (2010).

A V Marcha Indígena é a expressão máxima da coincidência entre esses dois momentos. É quando o movimento indígena se soma explicitamente ao processo nacional de debate sobre a questão dos hidrocarbonetos e marcha, em 2004, pela modificação da *Ley de Hidrocarburos* em favor do repasse de 5% da arrecadação estatal sobre a extração de hidrocarbonetos para o Fundo Indígena. O movimento indígena das terras baixas já fazia parte de um bloco político nacional que formulava políticas para o país a partir da perspectiva indígena, originária e camponesa, que era articulado ao redor da figura de Morales e do seu partido.

#### *2006 a 2010 – três marchas dialogam com o governo de Morales:*

Em outubro de 2006, ao final do primeiro ano do governo Morales, acontece a Grande Marcha “*Nacional Indígena Campesina por la Ley de Reducción Comunitaria de la Reforma Agraria*”, que revisa outra vez a lei INRA de 1996. Parte da bibliografia refere-se a essa marcha como a V Marcha Indígena, outra parte identifica que a V Marcha foi em 2004 (apresentada acima). Como a recuperação precisa da história das marchas indígenas não é central para o trabalho, é suficiente apontar a continuidade dos processos de mobilização indígenas após a eleição de Morales.

No ano seguinte, o movimento indígena marcha outra vez. A VI Marcha Indígena sai de Santa Cruz de la Sierra rumo à capital boliviana, Sucre, para reclamar pelas autonomias indígenas e acompanhar os trabalhos das comissões da Assembleia Constituinte. Considero essa marcha como o momento símbolo da aproximação entre as práticas políticas desenvolvidas no âmbito estatal e no não estatal, de tudo que o processo político que elegeu Morales tem de mais positivo: é a permanência da atividade política do movimento indígena mesmo diante de um governo que eles apoiavam; é a legitimação do processo de transformação desde o ponto de vista de quem o reclama para si. A eleição de Morales era uma vitória do povo e o povo continuava incidindo sobre o governo, mesmo apoiando-o.

Em 2010, no primeiro ano da segunda gestão Morales, acontece a VII Marcha Indígena, “*Por el territorio, la autonomia indígena y la defenza de los derechos de los*

*pueblos indígenas*”. O cenário político já é outro. O diálogo com o governo de Morales é mais difícil e a VII Marcha tem tons mais oposicionistas, apesar de as organizações indígenas que a compunham ainda não terem rompido oficialmente com o governo. É também a primeira vez em que a questão da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos aparece em uma das marchas, sendo pautada pelas organizações indígenas das terras baixas que encaminharam o rechaço ao projeto viário definido em um Encontro de Corregedores do TIPNIS.

#### *O Pacto de Unidade:*

Paralelamente às marchas, outras atividades políticas foram protagonizadas pelos movimentos indígenas do país, e são igualmente responsáveis pela intensificação das aproximações das práticas políticas estatais e não estatais. O principal desses processos é a configuração do Pacto de Unidade. Ainda antes do processo constituinte a dispersa base política que com maior ou menor intensidade declarava apoio aos processos de transformação começou a tomar formas mais definidas, construindo um Pacto de Unidade que sustentaria não somente a constituinte como também as propostas de transformação que surgiam na gestão de Morales. (cf. Schavelzon, 2010a). A primeira reunião que dá forma ao que se consolidaria em 2007 como Pacto de Unidade, aconteceu em 2004, em Santa Cruz de la Sierra, reunindo a CIDOB (*Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia*), o CONAMAQ (*Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu*), a CSUTCB (*Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*), a CSCIB (*Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia*) e a CNMCIOB-BS (*Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa”*).

A partir de mayo de 2006 el Pacto de Unidad empezó su trabajo específico de elaboración de una propuesta de Constitución Política del Estado para presentarla a la Asamblea Constituyente. Durante un año de debates y trabajo colectivo, el Pacto de Unidad elaboró un documento que se convirtió en uno de los referentes centrales para la Asamblea, para el Movimiento Al Socialismo (MAS) y para muchos sectores sociales del país (Garcés, 2010: 15).

Em agosto desse mesmo ano de 2006, é aprovada a primeira versão do Pacto de Unidade, uma proposta de Constituição que seria entregue aos assembleístas. A versão final aparece em 2007, assinada pelas cinco organizações mencionadas acima e pelo

MST (*Movimiento sin Tierra*), pela ANARESCAPYS (*Asociación Nacional de Regantes y Sistemas Comunitarios de Agua Potable*), pela CPESC (*Confederación de Pueblos Etnicos de Santa Cruz*) e pelo *Movimiento Cultural Afrodescendiente*. Além de cumprir esse papel de promotor de uma proposta de Constituição consensual entre os diversos movimentos indígenas, originários e camponeses do país, a importância do Pacto de Unidade era ainda maior, pois significava um acordo político desses setores em reivindicarem o processo de transformação protagonizado pelo MAS, inclusive disputando-o algumas vezes ao reivindicarem-se como seus formuladores legítimos.

Agora já é possível dimensionar melhor a importância dos conflitos no TIPNIS que são o tema desta dissertação. As divergências em relação ao projeto viário proposto pelo governo plurinacional foram tão profundas (entre governo e movimento indígena e entre o próprio movimento indígena) que culminaram na dissolução oficial do Pacto de Unidade em janeiro de 2013 (anexo 8). A tentativa de revitalizar essa importante plataforma de apoio seria tão central para o governo que teria sido, de acordo com algumas entrevistas, um dos fatores que teria levado o governo de Morales a influir na composição dos diretórios das organizações indígenas que apresentei rapidamente no começo desse capítulo. Um trecho da entrevista com Tomas Candia, da CIDOB, ilustra a proposição:

*Entonces le hemos apoyado ¿no? todo el movimiento indígena ¿no?, a la cabeza de nuestra Confederación... y creemos que más allá de todo, eso ha sido un engaño al movimiento indígena de que primero, digamos, nos han hecho pelear con todo el mundo para poder subirlo y luego cuando ya está arriba, nos hace a un lado ¿no?, nos hace a un lado y no respeta el derecho, no respeta lo que dice la misma Constitución Política del Estado, que dice ser un Estado Plurinacional, pero creemos que no es un Estado Plurinacional, porque dentro de su gabinete, dentro de su estructura de ministros no hay ningún hermano indígena siendo ministro, viceministro. Entonces creemos que no es un Estado Plurinacional... y vemos de que ha sido, se han roto... el 2010 se rompió, primeramente el Pacto de Unidad que era con las organizaciones que representa este gobierno. (...) Ya ahora vemos de que no es una representación, de repente, del movimiento indígena porque no ha respetado, siendo que el movimiento indígena, ha sido el que ha llevado adelante toda esta estructuración de este Estado, ¿no?, empezando desde la Asamblea Constituyente, ¿no? Entonces eso es lo que yo puedo decir de que en principio si se tuvo bien digamos, había una coordinación, pero después ya fue alejándose el gobierno y poniéndose a un lado y empezando a dividirnos desde nuestras comunidades, nuestras centrales, Sub-Centrales, como nuestras*

*organizaciones nacionales y departamentales* (24/04/2013, no Centro de Gestão do TIPNIS).

Para Candia, a ruptura do Pacto de Unidade aconteceu em 2010. Suponho que sua posição tem relação com o descontentamento do movimento indígena em relação ao texto final aprovado pela Assembleia Constituinte, principalmente no que se refere à construção do termo “*pueblos y naciones indígena originário campesinos*”, como já apontei em outro momento. A informação é relevante para encarmos o processo de dissolução da base de apoio ao bloco de Morales, que se inicia ao final do primeiro mandato do presidente. Entretanto, como já afirmei, acredito que a radicalização desse processo acontece após o início dos conflitos no TIPNIS, quando as organizações indígenas se dividem oficialmente. Daí a publicitação da dissolução do Pacto em janeiro de 2013, logo após o final da IX Marcha Indígena e a contestada eleição do diretório presidido por Hurtado para a *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia* (CIDOB), à qual me referi anteriormente.

Os eventos de 2011 e 2012 são a radicalização da incidência do movimento indígena das terras baixas sobre o Estado boliviano; sinalizam a continuidade da aproximação do estatal com o não estatal que, como vimos, se inicia em 1990 e se transforma a partir da consolidação política e posterior eleição de Evo Morales. Mas agora o processo acontece às avessas: o movimento indígena incide sobre o Estado a partir de denúncias ao próprio governo de Morales, reivindicando-se como os formuladores e condutores legítimos do processo de plurinacionalização:

*nosotros estamos al otro lado del rio. Nosotros para el gobierno de Evo Morales somos sus opositores políticos, porque no compartimos eso, porque creo nosotros los pueblos indígenas que propusimos alguna vez, de repente más del 50% de lo que hoy tiene la Constitución Política del Estado, no podemos nosotros traicionar a nuestros propios principios, es decir... ahora por estar bien con el presidente. Por estar bien con el partido del instrumento político del MAS, pues, renuncio a mis propósitos, renuncio a mis principios, para poder quedar bien* (entrevista com Pedro Nuny).

O que “no comparten” com o governo de Evo Morales é o suposto abandono dos princípios que nortearam a Constituição em nome da garantia de interesses econômicos e políticos de diferentes ordens, apresentado no primeiro capítulo da dissertação. As críticas ao governo Morales, mesmo que já existissem desde o final do seu primeiro

mandato, ganharam formas mais definidas e mais radicalizadas com a resistência ao projeto viário que desarticulou o Pacto de Unidade, dividiu o movimento indígena, suas organizações e, assim, redefiniu a cena política boliviana e o conjunto de forças ao redor do governo de Morales.

### **As marchas do TIPNIS e a “consulta tramposa”**

el epicentro del conflicto del TIPNIS y la marcha indígena del 2011 surge por un hecho relativo a los derechos territoriales que los pueblos yuracarés, chimanes y moxeño trinitarios tienen; esto es, el derecho propietario de su territorio que les faculta a ser consultados cuando una medida del Estado les afecte. (Paz, 2012: 10)

A VIII e a IX Marchas foram o estopim dos conflitos entre as organizações indígenas bolivianas. Além de serem importantes para compreendermos o cenário que está em discussão, elas funcionam como chave para compreender a própria dinâmica do movimento indígena boliviano: como vimos, as Marchas são mais do que uma gramática política, elas têm sido eficazes em seus propósitos. Significaram, desde a década de 1990, o acesso das demandas indígenas ao Estado, muito antes da eleição de Morales. Na Bolívia, a história se escreve com os pés<sup>6</sup>.

Mesmo que a construção da estrada já fosse uma preocupação para os povos que habitam o parque desde o final da década de 1980, é a partir da firma do contrato com a OAS que o projeto viário ganha formas mais nítidas, e só em 2010 a oposição declarada a este projeto é encaminhada pelo *XXVIII Encuentro de Corregidores del TIPNIS*, que além de rechaçar a estrada organiza a VII Marcha Indígena à La Paz, junto com a CIDOB e outras organizações indígenas do país.

A resistência se massifica em 2011 com a VIII Marcha Indígena, que levou à La Paz cerca de 1.500 manifestantes. Exigiam o cancelamento imediato das obras e a proibição de qualquer outro projeto desse porte em seu território.

Denunciamos ante Bolivia y el Mundo que el gobierno boliviano está transgrediendo la Constitución Política del Estado, el Convenio 169 de la OIT, la Ley del Medio Ambiente, el Reglamento de Áreas Protegidas y otras leyes bolivianas y compromisos

---

<sup>6</sup> Referência ao artigo de Miranda (2011) “Marchas: En Bolivia se hace camino al andar (cuando la historia se escribe con los pies)”.



internacionales y pretende construir de una manera ILEGAL COMPROBADA una carretera sobre el TIPNIS lo cual ocasionaría la mayor destrucción ecológica en la historia de Bolivia. Esto ocasionaría un ATENTADO a la vida y cultura de los pueblos moxeños, yurakarés y chimanés que habitan en él. Asimismo, se condenaría a la EXTINCIÓN de fauna y flora ÚNICAS en el mundo. Por otra parte, se afectaría de una manera irreparable la naciente de ríos fundamentales, lagos y belleza escénica. Solicitamos al presidente Evo Morales que sea consecuente con su discurso en defensa de la Madre Tierra<sup>7</sup>.

Exigiam o cumprimento das leis internacionais e bolivianas que preveem consulta “prévia, livre e informada”, e por isso exigiam a proibição da construção da estrada e ao mesmo tempo negavam a realização de uma consulta entre os moradores do parque como uma opção naquele momento e naquelas condições.

El movimiento indígena planteó que el procedimiento de la consulta previa en el TIPNIS es posible únicamente si el proyecto de construcción de la carretera Villa Tunari-San Ignacio de Moxos retorna a fojas cero (dejar sin efecto la licitación pública internacional N° 001/2008, anulación de adjudicación del proyecto a la constructora OAS, etc.) (Guzmán, 2012: 147).

A ideia de “retornar a fojas cero” deixa claro que a posição dos indígenas era a favor da consulta como instrumento legítimo de garantia de sua autonomia sobre seu território, mas para que ela fosse operada com esse caráter não seria possível que trechos da obra já estivessem em andamento e que contratos já estivessem assinados. A saída foi a organização de uma nova Marcha Indígena, em defesa do TIPNIS e contra o projeto viário. A VIII Marcha recebeu o nome de “*Gran marcha Indígena por la Defensa del TIPNIS, los Territorios, la Vida y la Dignidad y los derechos de los Pueblos Indígenas*”; saiu de Trinidad no dia 15 de agosto de 2011:

A la mañana, indígenas llegados de todo el país esperaban frente a la Catedral de la ciudad de Trinidad para empezar la marcha hacia La Paz. Llevaban la ropa tradicional de cada pueblo, con los colores brillantes al sol. Algunos pasaron por la ceremonia católica, otros quedaron afuera haciéndose más y más con el correr de los minutos. Habían salido de sus comunidades días atrás, preparados para todo, con su vestimenta

---

<sup>7</sup> Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécuré (s/f) “Conoce la VERDAD del ETNOCIDIO en el TIPNIS por CULPA de EVO MORALES”. Disponível no site [www.tipnisesvida.com](http://www.tipnisesvida.com) (acesso em 10/07/2012).

más importante, la que distingue a su pueblo, envuelta con mucho cuidado, con la esperanza de que no los pille una tormenta ni entre agua el bote. O quienes vinieron desde el otro lado del país, en flota, incómodos para que el traje no se arrugue ni se rompa. Quienes iban a marchar de los pueblos Quechua y Aymara soportaban religiosamente el sol amazónico (CONAMAQ, CIDOB, CAOI, 2012: 12).

O que eles ainda não sabiam é que acontecimentos muito mais trágicos do que previam iriam marcar a história dessa marcha e redefinir as relações do movimento indígena boliviano com o governo do Estado Plurinacional. Sentiam-se preparados para tudo, mas não esperavam o avanço do aparato estatal que tentou paralisar a caminhada pouco mais de um mês depois de sua saída de Trinidad. Em 25 de setembro de 2011, o governo de Evo Morales produz o agora conhecido como “massacre de Chaparina”, um dos momentos mais dramáticos da história recente do país e o principal catalizador da nacionalização da resistência ao projeto viário.

*un gobierno que según entre comillas se identifica de ser indígena, no puede maltratar a sus hermanos, como lo hizo con nosotros en Chaparina, nosotros pedíamos dialogo y él nos dio gases, nos dio puñetes, patadas, ¿diálogos?, nos dio todo eso, nos dio represión. ¿Entonces qué podemos esperar nosotros? ¿Tú crees de que alguien que te maltrata, te golpea, te pisotea... al otro día puedes estar recibiendo las cosas que da? Como haciéndote el “sana sana”, como diciéndote por lo que te hice, yo creo que no tiene perdón. Porque hubieron mucho maltrato, mucha violencia y eso para mí siempre es tan difícil recordarlo, porque fui una de las personas que sufrí mucho, perdí a mi bebe de dos meses a causa de los golpes, a causa de los gases, del maltrato que tuve, en Chaparina perdí a mi bebe. Y entonces para mí, te digo Renata que es inolvidable y cada vez que es imposible recordar y no derramar una lagrimea porque era el único bebe que quería tener ¿no? Y es por eso que no se le puede perdonar a este gobierno, todo lo que ha hecho no se le puede perdonar nada, de lo que ha hecho contra los pueblos indígenas (entrevista com Nazareth Flores).*

Os depoimentos sobre Chaparina foram todos muito difíceis de escutar, pois percebia que a lembrança dos eventos daquele dia era muito dolorosa para todos. Mas é importante reproduzir alguns deles para que fique clara a dimensão do descontentamento com o governo. Mirian Yubanoré era uma das principais lideranças da marcha e as imagens do momento de sua prisão chocaram o país. Ela retoma alguma dessas lembranças na entrevista, com alguma dificuldade de reproduzir os eventos:

*ahí fue una triste tristeza ¿no? para mi recordar la Octava Marcha... porque ahí fue donde el gobierno nos masacró a los pueblos indígenas, nos masacró a la gente del TIPNIS que estaba marchando ¿no? es algo, doloroso para nosotros es una herida que nunca va sanar ¿no? (...) cuando hablo de Chaparina es como que si recién ahorita en estos momentos haiga pasado ¿no? porque ahí fue donde el gobierno nos mandó gasificar, patear, amarrar ¿no? con los policías. Y creemos que ahí no ha terminado la marcha, no logró desaparecernos, no logró meternos presos, totalmente desaparecernos ¿no? en las cuales continuamos ahora en la lucha.*

A marcha continuou. Recuperados da repressão do governo, começaram a reunir-se outra vez. No dia seguinte do massacre a população de Chaparina invade o local onde os marchistas indígenas estavam detidos e, em uma operação que saiu vitoriosa, liberam os presos políticos. A marcha volta ao seu caminho rumo à La Paz, outra vez sem esperar o que estava por vir. A repressão policial em Chaparina havia sensibilizado o país e em La Paz a cidade se preparava para recebê-los como heróis.

Quando a VIII Marcha Indígena chega a La Paz encontra expressivo apoio entre a população *paceña*, que ocupou as ruas da cidade com cerca de 500 mil manifestantes que concordavam com suas demandas. As imagens da chegada da marcha em La Paz são surpreendentes, e os depoimentos dos *paceños* sobre esse dia foram muito emocionantes. Quando estive em La Paz conversei com muitas pessoas sobre o dia da chegada da VIII Marcha. Cada uma delas tinha uma história para contar sobre como colaboraram com a mobilização indígena, levando comida, roupas e oferecendo assistência médica. Estudantes, médicos, advogados, psicólogos, assistentes sociais. A população de La Paz e a prefeitura da cidade estavam mobilizadas para receber “os heróis do TIPNIS”. Os muros da cidade até hoje são marcados com palavras de apoio à marcha indígena.

É nesse ambiente político agitado que o governo promulga a *Ley Corta 180* que proibia a construção da estrada através do TIPNIS e declarava o parque como área intangível. Contra essa resolução o setor representado pelo CONISUR, que reivindicava seu direito ao “progresso e ao desenvolvimento”, começou a se organizar para pedir a revogação da *Ley Corta* e a organização de uma consulta aos moradores do parque a respeito da pauta. Pediam a consulta para que tivessem a oportunidade de defender a construção da estrada e de revogar o caráter intangível dado ao parque.

O ponto é polêmico; durante as entrevistas o segmento contrário ao projeto viário identifica o momento da realização da consulta como o marco das divisões no

movimento indígena. Já o segmento que pede pelo projeto, afirma que a divisão foi provocada, justamente, devido a discordâncias em relação ao caráter intangível atribuído ao TIPNIS pela lei 180.

*lo peor que todo cuando ya la gente ya analiza poner la Ley 180 ahí nos liquidaron digamos. Nos liquidaron porque realmente nadie estuvo de acuerdo de que sea el territorio intangible ¿no? y como usted sabe de qué... usted como estudiante por decir, ya profesional, el tema de la intangibilidad tiene un término drástico, ¿no es cierto? Entonces eso fue lo que aquí la gente han empezado a interpretar de diferente forma. Ayer mismo nos decían “por el tema de la consulta es que ha empezado la división”. No, negativo. Ha sido por la Ley 180, ¿no? Porque no hubo ese consenso, ¿no? (entrevista anônima).*

De fato, o manejo da ideia de intangibilidade é delicado e seu aparecimento em meio aos conflitos providenciou uma plataforma política mais clara para a reorganização dos segmentos favoráveis ao projeto viário, que agora já não tratavam mais da questão direta da estrada para construir um bloco político ao seu redor. Por meio da oposição à lei de intangibilidade tiveram condições de reinaugurar os debates sobre o TIPNIS sem precisar tratar da questão da estrada. Ao mesmo tempo, produziram um considerável desgaste político ao segmento que resistia e ainda resiste ao projeto. Esse segmento favorável à obra organizou outra marcha à La Paz e foram vitoriosos em sua reivindicação. Um mês após a chegada de outros 1.300 marchistas, foi aprovada a *Ley de Consulta 222*, em fevereiro de 2012 que, na prática, revoga o estabelecido pela *Ley Corta* por definir a resolução do conflito no TIPNIS pela realização da consulta aos moradores da área.

Em resposta, a CIDOB, a Sub-Central do TIPNIS e a Sub-Central Sécure convocaram uma reunião em Trinidad para organizar a IX Marcha Indígena a La Paz, que se opôs tanto à construção da estrada através do TIPNIS quanto à *Ley de Consulta* recém-aprovada que, segundo eles, era uma lei inconstitucional. As obras dos trechos I e III da estrada já tinham sido iniciadas, o contrato com a OAS já havia sido assinado, a população local ainda não estava totalmente esclarecida sobre a obra e, nesse cenário, nenhuma consulta poderia ser feita com o status de *prévia, livre* ou *informada* escapando, portanto, da previsão constitucional.

A IX Marcha Indígena chegou a La Paz no dia vinte e sete de junho de 2012, outra vez com cerca de 1500 indígenas que caminharam desde Trinidad por 62 dias.

Instalaram-se novamente em um acampamento na *Plaza Murillo*. Mas dessa vez o governo reagiu com indiferença, mesmo depois de 14 dias de vigília. Ao não serem recebidos, os indígenas deixam La Paz de mãos vazias, mas com a promessa de resistência à consulta que teve início no dia vinte e nove de julho de 2012 e terminou no dia sete de dezembro do mesmo ano. Foi durante esse período em que estavam acampados em La Paz que a nova GAMPI (*Gran Asamblea de los Pueblos Indígenas*) foi convocada e elegeu Hurtado como nova presidente da CIDOB, como já mencionei.

São muitas as notas e reportagens que disseminaram informações sobre a organização da resistência à consulta. Durante o período de sua realização os segmentos contra a estrada decidiram que a melhor forma de negar o projeto viário era questionando a própria consulta como instrumento legítimo de garantia de seus direitos. Os questionamentos à necessidade e à viabilidade da estrada colaram-se com os questionamentos sobre a legitimidade da consulta, conformando diferentes opiniões sobre os motivos de o projeto viário ser proibido. Durante os meses que seguiram a “*supuesta consulta*”, organizações de direitos humanos, pastorais da igreja católica e as próprias organizações indígenas do TIPNIS realizaram *recorridos* entre as comunidades, reunindo depoimentos e documentos que atestam contra o resultado divulgado pelo governo.

No *Acto Público de Presentación del Informe de la Visita al TIPNIS*, atividade realizada em Santa Cruz de la Sierra no dia oito de abril de 2013, testemunhei alguns desses depoimentos que denunciavam práticas de suborno, coerção e de distorção da realidade por parte dos encarregados do governo que realizaram a consulta. O *Acto Público*, que foi organizado pela *Asamblea Permanente de Derechos Humanos de Bolivia* e pela Igreja Católica, denunciou que a realização da consulta representava um esforço do governo de cumprir um requisito e não de garantir um direito. Essa chave de leitura do processo parece extremamente interessante. Mesmo que tenha sido realizada, a consulta não pode ser tomada como um instrumento por si garantidor dos direitos dos povos indígenas e por isso as organizações indígenas em resistência referem-se ao processo como uma “suposta consulta”. O momento e o método da consulta são intimamente vinculados com seu caráter, daí a reconhecida necessidade de as consultas serem sempre prévias, livres e informadas. Quando escapam deste conjunto de atribuições, os resultados das consultas deixam de ser expressão da vontade dos povos consultados.

Durante o XXXI *Encuentro de Corregidores del TIPNIS*, realizado em abril de 2013 no *Centro de Gestión del TIPNIS*, escutei os depoimentos de 25 corregedores e representantes de comunidades ali reunidos. Os depoimentos são, em sua maioria, carregados de tristeza e aflição. Falam sobre como a consulta dividiu suas famílias, provocou brigas irreconciliáveis entre pais e filhos, separou comunidades e organizações políticas. Muitos relataram a maneira como “*la gente de la consulta*” chegava nas comunidades prometendo projetos de saúde e educação, entregando motores de barcos, gasolina, antenas parabólicas, víveres e muitas, muitas promessas.

De acordo com o representante da comunidade de Villa Nueva, entre as promessas feitas na sua comunidade e nas comunidades vizinhas estavam água potável, eletricidade, banheiros ecológicos, construção de *cabildos*, documentação de pessoa jurídica para a comunidade, construção de unidade educativa, utensílios de cozinha, sementes, organização de seminários, máquinas de costura, criação de um mercado local, criação de transporte comunitário, de pistas, igrejas, entrega de lâmpadas e muitas outras coisas. Em troca de tudo isso bastava que concordassem com a consulta. De acordo com os corregedores presentes no *Encuentro*, algumas famílias – e às vezes eles mesmos – assinaram a documentação referente à consulta diante daquelas promessas. Nunca a questão da estrada era mencionada. Nunca a questão dos caminhos no TIPNIS era debatida, como relatou o corregedor da comunidade de Nueva Vida: sua comunidade aceitou a realização da consulta porque, segundo ele, as pessoas “*se emocionaran con la ayuda del gobierno*”. A estrada não foi discutida e, de acordo com ele, nem precisaria sê-lo. Entre aquelas lideranças era muito clara a defesa dos rios como vias de transporte suficientes na região.

Muitos pedidos de desculpas e muita emoção. O projeto de construção “*de la carretera*”, a consulta, o posicionamento das pessoas sobre o governo – tudo isso transformou a vida das comunidades do TIPNIS, suas relações pessoais dentro das famílias e entre as comunidades. O pessoal e o político, misturados, constroem depoimentos ao mesmo tempo firmes e sentimentais sobre a necessidade de defender o território: “*les pido que piensen en nuestras vidas. Piensen en nuestros hijos*”, dizia a representante da comunidade de Puerto San Lorenzo.

O descompromisso com as estruturas políticas locais durante o processo de realização da consulta também foi debatido em algumas das entrevistas, que

denunciavam o descaso dos operadores da consulta em relação à figura dos corregedores das comunidades:

*Yo estaba yo en mi casa cuando pasaron los de la consulta y donde mi padre dijo que no, no podían hacer la reunión por que el corregidor no estaba, el corregidor estaba recién llegando de la marcha. Por ellos, el gobierno aprovechó para cuando los hermanos estaban en la Marcha, él aprovechó su ausencia de los corregidores especialmente y mandó a la comisión de la consulta. Cuando yo también estaba ahí en mi comunidad y le dije a mi papa: “no papi”, le dije, “nosotros no podemos decir nada nosotros, porque no está el corregidor” y ellos, bueno, ellos se molestaron le dijeron a mi padre “¡que no, hermano! tenemos que hacer una reunión, donde tenemos que firmar papeles” y yo le dije a mi papa, “papi”, le dije, “no, no estamos toditos para que se haga esa reunión” entonces ellos se han molestado y se fueron. Estaba Don Constantino Teco y después estaba Don Yosy Fabricano, ellos estaban... y Don Julio Noza de San Bernardo, ellos iban haciendo la consulta. Yo pienso la consulta es cuando toditos los comunarios están presentes y donde se llama a una reunión, por eso cada comunidad tiene su cabildo ¿no? donde ahí se llama a las reuniones y todingos están presentes, todingos están de acuerdo. No llamar a unos cuantitos y decir “mire señores tenemos esto” o “le voy a dar esto, firmen aquí”. No. Ahí en mi comunidad no pasó eso, siempre han estado intentando sobornar, como se dice, pero no lo han logrado hasta ahorita y Lacea sigue firme y siempre lo va seguir siendo firme porque no va venir el gobierno ha pisotearnos ahí (entrevista com Ruth Rocha, no dia 18/06/2013, em San Pablo, TIPNIS).*

Busca-se deixar claro através da apresentação do caso do TIPNIS que a resistência à realização da consulta deve ser encarada como uma defesa da consulta prévia como instrumento legítimo. Os atores envolvidos no conflito reclamavam sobre seu direito de organizarem uma consulta através de suas instituições próprias e de acordo com suas próprias normas. A consulta tal como foi realizada no TIPNIS evidencia a permanência de graus diferentes de importância atribuídos às instituições indígenas e às instituições estatais e revela um esforço do governo de incluir as populações do TIPNIS em seus planos de desenvolvimento, apesar de suas (variadas) posições sobre o assunto. O resultado é a aplicação de uma consulta questionável e a aprovação de um projeto que, agora, leva o selo de aprovação dos indígenas do TIPNIS.

O que envolve toda essa trama é a importância de realizar a discussão não em termos de participação, mas sim em termos de capacidade de decisão. O conceito de “controle cultural” (Bonfil Batalla, 1991) parece bastante útil para pensarmos nas reais

condições da autonomia indígena nos países que, como a Bolívia, declaram-se preocupados com a garantia desse direito. Quando a consulta ao TIPNIS não garante às suas populações o real controle sobre seu território, ela não dá conta de restaurar a possibilidade de existência das populações locais de acordo com seus modos de produzir e de projetar a vida. A consulta cristaliza uma estratégia antiga de demarcação de território sem garantia de controle real sobre ele, corroborando com a implementação de uma política embasada na lógica de cogestão territorial que coloca setores indígenas a frente de seus territórios sem garantir-lhes controle efetivo sobre ele. No caso do TIPNIS, o duplo caráter da região facilita esse tipo de “confusão”: apesar de a Terra Indígena Originária Camponesa (TIOC) ser de responsabilidade da Sub-Central do TIPNIS, a Área Protegida (AP) é de responsabilidade do Estado e administrada pelo *Servicio Nacional de Áreas Protegidas*. Além disso, como tanto a AP como a TIOC conformam o TIPNIS, e como essas regiões não coincidem geograficamente em suas totalidades, durante a consulta alguns grupos *cocaleros* que estão fora da TIOC mas dentro da AP (no Polígono Sete) foram incluídos na consulta sobre a estrada (cf. Guzmán, 2012: 149).

Apesar de os argumentos apresentados até o momento apontarem para a insuficiência da consulta ao TIPNIS como instrumento garantidor dos direitos daquelas populações, é preciso que também compreendamos a singularidade do cenário no qual esse instrumento é forjado. Mesmo que no caso do TIPNIS a consulta não possa ser tomada como reflexo dos acúmulos políticos e teóricos sobre o tema, é notório que a Bolívia apresenta um cenário político e institucional que favorece colocar em teste este tipo de política. Também deve ser analisado com cautela por ser potencialmente pioneiro no que se refere à garantia dos direitos das populações indígenas.

A Bolívia coloca-se como um país de vanguarda no continente quando já em 1991 decidiu pela admissão das orientações internacionais traçadas pela 76ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho. O Congresso Nacional boliviano aprovou a ratificação do Convênio 169 da OIT em 21/06/1991. A lei 1257, que define a inclusão das orientações do Convênio na Constituição é de 11/07/1991. Essa experiência antecipa a força e a pressão que as organizações indígenas exercem (e exerceram em outros momentos das últimas décadas) sobre o Estado boliviano. Em 1993 a Bolívia aprova e ratifica o texto da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, redigido em 1969 e conhecido como “Pacto de San José de Costa Rica”. No mesmo mês, apenas



alguns dias depois, a Bolívia também ratifica o Convênio Constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, escrito em Madri em 1992 (cf. Villaroel, 2000). Em 1995 a Constituição Política do Estado de 1967 é revogada porque não comportaria as previsões do Convênio 169. Naquele ano uma nova Constituição é aprovada, e ali já apareciam avanços importantes em relação aos direitos dos povos indígenas, avanços que se consolidariam na Constituição Política de 2009, um marco na história jurídica internacional no que se refere à regulamentação nacional dos direitos dos povos indígenas. Na Constituição de 1995, no Art. 1º, a Bolívia era definida como uma República *multiétnica e pluricultural*, conceitos que sem dúvida dão impulso à construção de um imaginário legal permeável aos direitos das nações e povos indígena originário camponeses bolivianos. Pode-se dizer que a experiência jurídica de 1995, no que se refere à inclusão dos direitos dos povos indígenas na CPE, se radicaliza e se amplia em 2009 com a nova Constituição Política do Estado – agora Estado *Plurinacional*.

Villaroel (2000) propõe que existe uma relação de causa e efeito entre o sistema jurídico boliviano e a Convenção da OIT, sinalizando que diversas legislações e a própria Constituição de 1995 foram modificadas buscando contemplar as recomendações da OIT. O autor dá destaque para os Artigos 1º, 127º e 171º da Constituição que tratam diretamente dos direitos dos povos indígenas e originários bolivianos. Além do Convênio 169 a Bolívia é signatária desde a década de 1990 de outros acordos internacionais que tratam da temática dos direitos indígenas. Considero que esse processo, vale repetir, prepara não só a população do país como as próprias instituições políticas e jurídicas bolivianas para o processo de radicalização da institucionalização dos direitos dos povos indígenas que é inaugurado em 2006, no primeiro ano do governo de Evo Morales.

Na atual CPE, que entra em vigor em 2010 depois de ser aprovada em plebiscito popular por 60% dos votos, inúmeros artigos tratam direta e indiretamente da questão dos direitos das nações e povos indígena originário camponeses. No Capítulo 4 do Título II – “*Derechos de las naciones y pueblos indígena originario campesinos*” – há a previsão de consulta prévia “cada vez que se prevean medidas legislativas o administrativas susceptibles de afectarles”.

O caso da consulta aos povos do TIPNIS é emblemático da tentativa de “renovação” das relações entre Estados e populações tradicionais que percorre a

América Latina, revelando que o projeto de integração dos indígenas nas sociedades nacionais “se diversificou e se ‘modernizou’”, mas não foi superado (Verdum, 2006). Permanece subentendida a ideia de integração como um processo que supõe a adaptação do indígena a um modelo que não é seu, denunciando a existência de – no mínimo – duas lógicas antagônicas de concepção de organização. Apesar do conflito no TIPNIS ser uma repetição de conflitos ainda não resolvidos do Estado com os povos indígenas, ele acontece em um cenário de “mobilización reivindicativa”, no qual parte do movimento indígena se reivindica como integrante do Estado, desde que o Estado, em contrapartida, reconheça seu direito “a la libre determinación en sus espacios territoriales de acceso actual, donde puedan ejercer todas sus lógicas económicas, culturales y sócio-organizativas” (Guzmán, 2012: 152). Estamos, portanto, diante de um cenário de relações mais íntimas entre Estado e movimento indígena – mais íntimas, mas igualmente problemáticas.

### **Orgânicos e/ou políticos**

Por tudo o que foi apresentado nas outras seções desse capítulo fica evidente o importante papel que as organizações indígenas das terras baixas desempenham no cenário político boliviano. Entretanto, quero colocar em discussão os porquês da diferenciação estabelecida por esses atores entre organizações políticas e organizações orgânicas, relacionadas com os governos e com o Estado cada uma à sua maneira. Os segmentos contrários à estrada, principalmente, constroem discursos sobre a sua legitimidade enquanto organizações ao se auto classificarem como orgânicos, em oposição aos segmentos próximos ao MAS, que seriam políticos. Como os dois segmentos desempenham papéis políticos relevantes no sentido em que tenho apresentado até o momento, é preciso encontrar explicações para tal diferenciação em outros aspectos da realidade local.

Acredito que a diferenciação entre orgânicos e políticos tem relação com a legitimação de uma estrutura política *insider* em oposição a uma estrutura política *outsider*. A proximidade de alguns segmentos do movimento indígena com partidos políticos, especificamente com o MAS, reorganiza a hierarquia política local, gerando organizações que seriam influenciadas diretamente por práticas e ideologias *outsiders*.

De acordo com Sahlins, “onde todos têm pretensões à legitimidade, ninguém pode garantir a legitimidade de sua pretensão” (2011: 47). A diferenciação entre orgânicos e políticos, estabelecida pelos segmentos do movimento indígena de oposição ao MAS e contrários à estrada, é justamente uma tentativa de garantir a legitimidade de seus diretórios em detrimento dos diretórios que teriam sido organizados pelo partido de Morales para alçar apoio político para o seu governo.

*Nosotros las organizaciones o las naciones indígenas nunca hemos sido parte de un partido y no lo vamos a ser, porque nos identificamos de otra forma, los partidos políticos van pero nosotros no, estamos siempre ahí. Hemos sido creados mucho antes que los Estados y las naciones por lo tanto estamos y seguiremos estando ahí con la lucha* (entrevista com Jeremias Ballivian).

Parecem existir duas atribuições, entre o movimento indígena, para o “político”. A primeira, e mais recorrente, é relacionada aos partidos políticos. Os “políticos” são aqueles que organizam seus discursos em função das estratégias partidárias alheias ao território. Esses seriam os políticos *outsiders*. Mas houve também aqueles que apontaram a necessidade do amadurecimento de uma atividade política indígena que fosse capaz de disputar a política regional ou nacional sem intermediações dos partidos. Nesse sentido, a política é compreendida como a participação nos espaços de poder a partir das estratégias elaboradas no seio do movimento indígena, principalmente pelos corregedores ou pelos dirigentes das organizações. Essas seriam as decisões orgânicas, e a política elaborada por eles seriam uma política *insider*.

As duas atribuições ao sentido da política algumas vezes se misturam na mesma fala, o que poderia dar formas ambíguas ao discurso indígena. Mas quando percebemos a importância da distinção entre orgânicos e políticos, fica evidente que eles estão se referindo a dois processos diferentes embora complementares: o fortalecimento de uma política *outsider* dentro do movimento indígena teria sido o catalizador da expansão da atividade política indígena *insider* nos espaços institucionais. Observemos alguns momentos da fala de Nazareth Flores, presidente de um dos segmentos da *Central de Pueblos Indígenas del Beni*:

*Pero nosotros ahí nos mantenemos orgánicamente porque así los que de verdad venimos de abajo, subiendo, surgiendo, sabemos lo que es orgánico y sabemos de qué la nuestra organización, según nuestros estatutos, no debemos mezclarnos con la*

*política. Podemos coordinar con todo gobierno que esté de turno ¿no? podemos coordinar porque es su obligación darnos educación, salud, servicios básicos, obligación del gobierno, no es que “te doy una escuela y te me apoyas”, entonces es su obligación.*

Nesse primeiro trecho, a política é a política partidária. Para a dirigente, a confusão da política indígena com a política partidária seria nociva, pois indicaria uma relação com o governo de turno que limaria a possibilidade de diálogos contínuos com o Estado, independente dos resultados eleitorais. Pode-se extrair desse comentário que desde esse ponto de vista o movimento indígena deveria estar em relação permanente com o Estado, sem se aproximar demais ou de menos dos governos.

*La organización orgánica, ya le estoy diciendo, según los estatutos nosotros tenemos el deber de coordinar con las autoridades sea quien sea, porque tienen la obligación de apoyarnos y ayudarnos, ¿ya? Y lo político es que esta de frente con algún partido político que se identifica, por ejemplo Pedro Vare habla “que el gobierno, que el MAS, que está haciendo bien”, eso es político, si él quiere politiquear que se salga y deje al movimiento indígena en paz, que nadie le va prohibir que vaya y agarre un cargo y trabaje.*

Tanto esses depoimentos de Flores como o trecho da entrevista de Ballivian, acima, apontam para o mesmo sentido: a política indígena é anterior e mais ampla que a política partidária, por isso não pode se confundir com ela. Mas Flores também atribui outro sentido à política, agora de maneira positiva, como forma de reação ao avanço político-partidário no movimento indígena e aos seus impactos:

*entonces nosotros como pueblos indígenas tuvimos hace un mes atrás una comisión nacional, convocada por la CIDOB y hemos decidido ya como nos lanzamos en las elecciones aquí departamentales del Beni, con nuestro candidato, entonces pensamos de que nos volveremos a lanzar a nivel nacional. Es la única esperanza de los pueblos indígenas para poder tener más presencia en los espacios políticos ¿no? Entonces nosotros estaremos ahí, vamos a hacer este, pronto estamos esperando otra nueva comisión convocada por la CIDOB para ver ya que se determina sobre el tema político.*

O tema político, nesse contexto, seria uma das prioridades do movimento, a única saída para conseguirem resistir aos avanços da política do MAS, que eles

combatem. A ocupação dos espaços políticos por representantes indígenas eleitos através dos processos decisórios locais é estratégica para o fortalecimento das estruturas orgânicas, e também é a única condição de atenção às necessidades das comunidades. A diferenciação entre os orgânicos e os políticos, portanto, se desdobra em dois aspectos igualmente importantes: em primeiro lugar, ela tem relação com o tipo de projetos planejados para a região, uma vez que as políticas *outsiders* responderiam a demandas artificiais, oferecendo projetos desnecessários e não aquilo que as comunidades realmente precisam. Diferenciar projetos orgânicos e políticos seria diferenciar projetos necessários e não necessários. Um dos dirigentes alinhados com a política do MAS também compreende que a questão da legitimidade das organizações tem relação com os projetos que chegam às comunidades: “*nos dicen políticos, todos son políticos ¿no? Porque en este caso usted ha escuchado, estuvo en las versiones. Si ustedes son políticos, nosotros también somos políticos. Pero no se trata de eso. Lo que se trata es concretizar todas las necesidades de las comunidades y los pedidos ¿no?*”.

Mas, concretizar as necessidades das comunidades de que maneira? Através de quais projetos? Se existem pelo menos dois modos de produzir e de projetar a vida e pelo menos duas formas de fazer política naquela região, uma *insider* e outra *outsider*, qual delas organizaria os projetos para o TIPNIS? Tendo essa dificuldade em vista, proponho que o segundo aspecto da diferenciação entre orgânicos e políticos tem relação com a autonomia do movimento indígena de planejar políticas para a região de acordo com suas estruturas decisórias locais. Para uma política ser *insider* ela tem de ser planejada autonomamente por organizações orgânicas, *insiders*. O movimento indígena quer atuar politicamente, planejando, propondo e administrando projetos e políticas públicas para o seu território, mas de maneira orgânica, a partir de discussões realizadas nos espaços políticos previstos pela estrutura política local e de maneira independente ao MAS:

*nosotros los del movimiento indígena no tenemos patrones, somos libres de decidir ¿no? con nuestros propios derechos que tenemos cada persona. Y no es porque somos dirigentes indígenas que tenemos que ser masistas ¿no? Somos independientes. Si queremos participamos. Si no queremos pues, no participamos, nos quedamos ahí no más. Y eso para el gobierno está mal, no ha sabido respetar nuestras decisiones orgánicas, nuestras decisiones que se toman en conjunto ¿no?* (entrevista com Bertha Vejarano, presidente da *Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni*).

Ao governo não interessaria o fortalecimento de uma atuação orgânica das organizações porque ela não necessariamente coincide com suas estratégias políticas para esses segmentos. A tentativa de fazer a política indígena coincidir com os projetos do governo para aqueles territórios seria o processo de construção de uma política *outsider*, o processo que é denunciado pelos segmentos de oposição ao MAS. Um dos pontos mais críticos da temática aparece quando ampliamos a análise para um nível internacional. Percebemos, então, que a organização das políticas do MAS para a região do Isiboro-Sécure, em particular, e para os territórios indígenas bolivianos, no geral, é afinada por tendências e por processos econômicos transnacionais influenciados por políticas de desenvolvimento engendradas por instituições públicas e privadas de outros países.

As políticas *outsiders* que aparecem no nível local estariam em diálogo permanente com políticas nacionais e internacionais. As relações entre o global e o local são perceptíveis no TIPNIS e revelam as tensões entre diferentes modos de conceber a forma de ocupação do espaço territorial. As proeminentes políticas desenvolvimentistas engendradas no âmbito da IIRSA, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, se deslocam por múltiplas cadeias de relações até se materializarem no nível local como organizações *outsiders* que propõem políticas *outsiders* para o território, configurando o drama desenvolvimentista do TIPNIS. Por tudo isso, é preciso deslocar a análise para esse campo de relações, buscando revelar os caminhos pelos quais o discurso do desenvolvimento circula até chegar ao TIPNIS.

## **Terceiro Capítulo**

### **Brasil, o país mais grande do mundo**

- ¿De dónde eres?

- De Brasil.

- ¡Aaah! Brasil, o país mais grande do mundo!

Ao final do terceiro mês em campo tive a oportunidade de presenciar um episódio grandioso. Estava dentro do TIPNIS outra vez, depois de ter atendido ao chamado da Sub-Central do Sécure a respeito do suposto I Encontro de Corregedores do TIPNIS, convocado pelos segmentos favoráveis ao MAS e ao projeto viário em discussão. O objetivo era paralisar o fórum, e a “primeira batalha” já tinha sido ganha: mobilizados, os segmentos contrários à estrada tinham se dirigido à comunidade de San Pablo e impedido que o encontro se desenrolasse à revelia das organizações orgânicas do TIPNIS. Agora estávamos nos dirigindo à comunidade de Gundonovia, saindo do Centro de Gestão do TIPNIS. A chuva era muito forte e, no barco, nos protegíamos embaixo de lonas, plásticos, casacos ou capas de chuva. Eu estava debaixo de uma das lonas, conversando com um jovem e com uma ex-dirigente do TIPNIS. Por fim não pude resistir à curiosidade e me descobri da lona, para poder observar o rio e a nossa viagem, apesar da dificuldade imposta pela chuva. A cena era incrível. Além do nosso

barco, com cerca de quarenta pessoas encobertas pelas lonas, nos acompanhavam dezesseis outras embarcações, canoas ou pequenos barcos: cada um com umas poucas pessoas (de cinco a quinze, imagino) e todos com alguém que, na proa, erguia de maneira orgulhosa e apesar do temporal, a bandeira do *patujú*. A caravana descia o rio Isiboro e, quando a chuva perdeu um pouco de intensidade, reparei que nosso deslocamento era observado por outras pessoas atentas à nossa passagem por suas comunidades: nas margens, outros curiosos também pareciam dispostos a se molhar para ver a *bajada* das dezessete embarcações da resistência, cada uma com sua bandeira branca com a flor vermelha, amarela e verde no centro.

O *patujú* é uma flor típica da Amazônia, uma das flores nacionais da Bolívia (junto com a flor de *kantuta*, típica do ocidente do país). Ela é usada pelos segmentos articulados em defesa do território como símbolo de sua resistência e, no TIPNIS, serve para identificar aqueles que apoiam a mobilização contrária ao projeto viário. A resistência é organizada, dinâmica e às vezes um pouco dispersa. Mas os episódios de junho de 2013, que pude acompanhar, demonstram a dimensão da resistência no TIPNIS e evidenciam a sofisticação dos discursos que rechaçam a construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos através do TIPNIS. Foram duas semanas acompanhando essas atividades que tinham o intuito de deslegitimar as atividades organizadas pelo CONISUR e pelo segmento da Sub-Central do Sécure favorável à estrada.

Havíamos saído de Trinidad no dia quatorze de junho, quando seguimos em um caminhão até *Puerto Geralda* de onde embarcamos para o TIPNIS. A primeira parada foi na comunidade de Santa Maria, depois em Nueva Vida e por fim em San Pablo, onde deveria acontecer o encontro convocado pelo CONISUR. Foram cinco dias em San Pablo; o objetivo dos dirigentes era que todos se reunissem e, por fim, decidissem sobre a estrada e sobre qual era o segmento legítimo para representar o território. Chegamos na comunidade no dia dezessete de junho e, no dia vinte, finalmente, os dois segmentos se encontraram. Nos dias anteriores a atmosfera era de muita tensão e constantes ameaças de violência. A maioria dos *comunarios* de San Pablo é favorável ao projeto viário e a nossa presença na comunidade provocava muita hostilidade. No dia vinte, levantamos antes do sol nascer para preparar o *desayuno* e mais ou menos às nove da manhã os dirigentes e *comunarios* saíram para o *cabildo* de San Pablo para, por fim,



se encontrarem com o CONISUR. Eu, outro pesquisador e três ativistas de fora do território ficamos no acampamento cuidando das crianças.

A reunião não aconteceu no *cabildo* e sim na escola da comunidade. Os que tinham ido até lá retornaram ao acampamento no meio da tarde – feridos, nervosos, mas muito satisfeitos com o desfecho dos acontecimentos. De acordo com os depoimentos, Gumercindo Pradel, presidente do CONISUR, havia recebido a sanção comunitária decidida pelos corregedores e, em seguida, assinou um termo no qual se comprometia a não voltar ao TIPNIS e a não falar em nome do território. Ele passou pelo nosso acampamento em sua saída de San Pablo. Pude conferir que, apesar de ter a camisa rasgada, Pradel não sofria de qualquer outra lesão mais grave. Ele tinha algumas marcas da “batalha”, mas também as tinham quase todos os que estiveram na escola. A diferença é que Pradel, ao sair do TIPNIS, voltou a Trinidad e denunciou três dirigentes de tentarem assassiná-lo. A denúncia inaugurou um novo conflito no TIPNIS que até o momento não foi totalmente resolvido. A disputa agora é entre a justiça ordinária e a justiça comunitária e tenta-se decidir sobre qual a instância legítima para tratar desses episódios. O tema é muito delicado, controverso. Os eventos ainda estão em curso – por isso essa questão não será trabalhada nessa dissertação. Ademais, o objetivo desse capítulo é dar destaque à extensão dos conflitos do TIPNIS, evidenciando as pontes entre o nível local e o nível global pelas quais circulam o discurso sobre desenvolvimento. E é no nível local, principalmente, que os povos combatem a lógica do desenvolvimento, armando a resistência na floresta.

Sáímos de San Pablo no dia vinte e um de junho. Em nosso caminho de volta à Trinidad recebemos a notícia que os segmentos favoráveis ao projeto viário estavam outra vez reunidos, agora em Gundonovia. Os dirigentes e corregedores com os quais eu viajava decidiram tentar uma nova reunião entre todos, e se prepararam para isso durante três dias, esperando pela chegada de outros corregedores e apoiadores da resistência que ainda estavam em suas comunidades. No dia vinte e quatro de junho, debaixo da chuva torrencial, a caravana de dezessete embarcações desce o rio Isiboro rumo à Gundonovia em mais uma tentativa de defender seu território e a maneira como o organizam.

Debruçam-se sobre o TIPNIS, atualmente, no mínimo três diferentes formas de conceber e organizar o espaço territorial – independentes, embora relacionadas. Primeiro, através das lentes dos povos da região, que relacionam a defesa do território

com o seu direito ancestral sobre ele, como vimos no primeiro capítulo. Segundo, através da lógica do *Vivir Bien*, informada pela cosmologia local e projetada no âmbito estatal enquanto política de desenvolvimento – tema que será trabalhado no quarto capítulo. Em terceiro lugar, há a forma hegemônica de concepção do espaço territorial, informada pela lógica desenvolvimentista clássica e reproduzida na América Latina através das políticas engendradas no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) ou do COSIPLAN, o Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas). A disputa no TIPNIS também é a disputa entre as diferentes formas de conceber a ocupação do espaço territorial que se encontram na região, como tenho apontado. É preciso trabalhar sobre mais uma delas.

### **A lógica de integração regional hegemônica na América do Sul**

Nos outros capítulos da dissertação tenho apontado que há um diagnóstico local, no TIPNIS, a respeito das inconsistências do processo de transformação da Bolívia e das contradições que elas originam para a tentativa de superação do modelo desenvolvimentista clássico. Agora é preciso lançar a análise para escalas mais amplas de discussão, construindo um desenho mais preciso dos processos de reprodução da lógica desenvolvimentista na América Latina para em seguida acompanhar as cadeias de poder e de interesses que deslocam essa lógica do nível macrossociológico para as esferas micro da realidade local. De acordo com Giddens “el estudio del comportamiento cotidiano en situaciones de interacción cara a cara suele denominarse microsociología, mientras que la macrosociología es el análisis de las estructuras sociales de gran tamaño, como el sistema político o el orden económico” (2000: 59).

O objetivo dessa seção é observar as estruturas sociais macrossociológicas que informam políticas de desenvolvimento de infraestrutura que, ao se materializarem em projetos concretos, reorganizam as relações sociais e os “comportamentos cotidianos” na esfera micro social. Ideologia/utopia ocidental e capitalista, o desenvolvimento alcança todos os rincões do mundo globalizado; se não como realidade, sem dúvida como parâmetro de comparação, como um lugar a se chegar, como um projeto a ser realizado. A imposição do modelo desenvolvimentista clássico segue

instrumentalizando uma prática virulenta de interferência nos modos de produzir e de projetar a vida de comunidades ao redor de todo o planeta. Propondo um deslocamento entre a esfera macrossocial e o discurso local sobre o significado e os impactos do atual modelo de integração sul-americano, apresento a revisão das percepções sobre desenvolvimento que circulam no TIPNIS.

A lógica de ocupação do espaço territorial que organiza a principal iniciativa de integração da região, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), também pode ser percebida no TIPNIS entre os discursos favoráveis à estrada. Por mais que esse projeto viário não conste na agenda de projetos da IIRSA ele está sintonizado com essa forma hegemônica de conceber a ocupação do espaço territorial e o significado da integração regional. Por isso os segmentos indígenas em resistência e parte da intelectualidade boliviana seguem associando o projeto de construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos com a IIRSA, e também por isso essa iniciativa para a integração será brevemente debatida nesse capítulo.

Parte da bibliografia interessada nos diferentes projetos de integração da região sul-americana categoriza a experiência atual como uma nova expressão de um projeto regional desenvolvimentista que recupera algumas das bases da teoria Cepalina das décadas de 1950 e 1960 e que as movimenta em um novo cenário regional, atravessado pela globalização e pelas experiências nacionais de redemocratização. Em oposição ao projeto de integração liberal, o regionalismo desenvolvimentista pressupõe a integração regional “como una estrategia para la promoción del desarrollo económico de los países en condiciones de desventaja en relación a los países en etapa más avanzada del desarrollo capitalista” (Teixeira & Desiderá Neto, 2012: 13). O projeto é ambicioso, mas desde a perspectiva deste trabalho, segue sendo irrealizável: baseado na lógica do desenvolvimento, esse tipo de projeto de integração não deixa de seguir produzindo relações assimétricas entre os países, culminando na perpetuação da desigualdade na região. Além disso, o regionalismo desenvolvimentista e as suas variações oferecem a ideia de desenvolvimento como complemento inquestionável da ideia de integração, congelando a possibilidade do aparecimento de qualquer outro projeto de integração que não mobilize o repertório desenvolvimentista.

Ao final da década de 1990 e início da década de 2000 a ascensão de determinados líderes populares às vezes caracterizados como neodesenvolvimentistas, relança a possibilidade “de la existencia de coordinación regional tanto de la inserción

internacional de los países latino-americanos como de sus planes de desarrollo” (idem: 32). Tal possibilidade é fertilizada ao final da década de 2000, quando o cenário internacional passa a assimilar a lógica da multipolaridade e o fortalecimento de potências regionais, como o Brasil.

A integração de mercados, pela via de infra-estrutura do desenvolvimento, é a ponte de ligação entre globalização e regionalização, como mostra o Plano IIRSA (...) definido em encontros de estados sul-americanos associados a setores empresariais e instituições financeiras multilaterais (Castro, 2009: 117).

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) foi criada em 2000, na primeira reunião da Cúpula dos Presidentes, realizada em Brasília. Criando uma agenda internacional de projetos de desenvolvimento para a América do Sul, ela passa a incubar e retomar diferentes projetos de infraestrutura para os doze países signatários, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Peru, Brasil, Equador, Suriname, Guiana, Paraguai, Colômbia e Venezuela. Um dos principais pressupostos da IIRSA é ser uma iniciativa “capaz de promover o desenvolvimento equilibrado dos países sul-americanos”, baseando-se em um projeto de integração que apesar de ser específico de um setor, o setor agro-mineiro-exportador, constantemente é universalizado e apresentado como uma demanda de toda a sociedade (Almeida & Carvalho, 2009: s/p). Mas em vez de organizar um processo integrativo, a lógica que formata a IIRSA aumenta a fragmentação sócio-territorial dessa região ao compartimentalizar o território de acordo com interesses econômicos, invisibilizando formas de ocupação territorial baseadas em supostos de continuidade e não de ruptura.

Com a finalidade de integrar mercados, a IIRSA propõe a promoção da integração física entre os países e dentro deles, despreocupada em garantir a perpetuação de modos de produzir e de projetar a vida partilhados nos territórios que podem estar em seu caminho. A valorização da construção de rodovias é um dos exemplos de como a lógica de integração desenvolvimentista se materializa no nível local, e a bibliografia aponta que, na América do Sul, os principais operadores da lógica desenvolvimentista são brasileiros: mesmo sendo uma iniciativa internacional, a IIRSA é considerada “como uma ferramenta dos interesses brasileiros” (Carvalho, 2012: 4), que teria condições de garantir a expansão do capital nacional do país em outros países sul-americanos. Objetivamente, essa expansão acontece através da construção de

projetos de desenvolvimento de infraestrutura que, ao serem projetados ou construídos, culminam com a expansão da lógica desenvolvimentista de ocupação do espaço territorial.

No plano ideal o projeto de integração é construído com bases na expectativa de simetria e cooperação mútua, e pude observar na entrevista com Antonio Torres, do Ministério de Planejamento do Desenvolvimento da Bolívia, a reprodução da crença nesse projeto:

*La integración latino americana nos va traer beneficios a todos, unos ofrecen un tipo de servicio otros ofrecemos otro tipo de servicios, o sea, hay una suerte de intercambios de servicios. Ese intercambio de servicios nos va a dar lugar a que ese fenómeno integrador genere fuerzas centrifugas y fuerzas centrípetas dentro de lo que se habla del desarrollo en un país ¿no? Y esas fuerzas van a concluir en darle beneficios al país receptor tanto como país emisor del servicio y este intercambio de servicios, obviamente en un fenómeno integrador nos ayuda obviamente a desarrollarnos de mejor manera.*

Mas, na prática, os processos de integração programados no âmbito da IIRSA reproduzem assimetrias e desigualdades entre os países da região, sendo possível “perceber as diferenças entre discursos dos planejadores [da integração sul-americana] e um projeto histórico de integração que recomponha as relações sociais e culturais, e não apenas econômicas, entre países” (Castro, 2009: 127), projeto que se assemelharia à ideia de Antonio Torres sobre um processo integrativo que proporcionasse benefícios para todas as partes envolvidas. Em sua entrevista, Torres diagnostica a existência de dois blocos políticos distintos na região e, apesar de ambicionar um projeto cooperativo de integração, compreende que os termos da integração sul-americana realmente dependem da maneira como cada um dos países concebe o tema do espaço territorial e de sua forma de ocupação. Para ele, “*el mercado no puede organizar el territorio, lo distorsiona*”, e os países que não fazem parte do chamado “*bloco progresista*” não conseguiriam enxergar os limites da proposta integrativa baseada exclusivamente pela lógica do mercado. Opiniões bem diferentes desta apareceram em outras entrevistas, que questionavam frontalmente a possibilidade de sobrevivência da autonomia estatal diante da lógica de integração operada no âmbito da IIRSA, mesmo entre os países do chamado bloco progressista:

*dentro de este tema de la geopolítica y del IIRSA ya no son los gobiernos que forman parte de esta masa los que van a definir políticas de infraestructura, donde ellos no van a priorizar estas políticas de infraestructura, la van a definir las empresas privadas, en el marco de los intereses económicos privados y eso es grave para mí porque no va haber autonomía ni soberanía de Estado, o sea, eso simplemente queda en un papel constitucional de la soberanía del Estado (entrevista com Fernando Vargas, presidente da Sub-Central do TIPNIS).*

Vargas é contundente em sua posição sobre a IIRSA, e debateu na entrevista os efeitos que ela gera para a Bolívia e para o TIPNIS, em particular. O presidente da Sub-Central do TIPNIS identifica o protagonismo do Brasil no processo, mas para ele, para além dos projetos executados bilateralmente com o Brasil, a iniciativa de integração representa a formulação de uma agenda geopolítica que enreda os países da região, reconduzindo as políticas territoriais em cada Estado: *“no es Brasil únicamente, son los países de Latinoamérica y dentro de esas reuniones de compromiso está Bolivia y por tanto Bolivia tiene que estar, si vale el término, agradar a los que forman el IIRSA para seguir siendo parte de esas definiciones geopolíticas”*. Se não fosse pelo interesse de materializar a agenda de projetos da IIRSA, garantindo a hegemonia da forma de ocupação do espaço territorial que ela propõe, talvez a estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos pudesse ter sido desenhada com outra rota, também afirmou Vargas: *“si el espíritu no es la unión de dos departamentos y más bien es el espíritu de dos continentes, entonces hay que atravesarlo el Parque, hay que destruirlo el Parque tal como está en las políticas del IIRSA ¿no?”*.

A afirmativa se refere à ideia de que a estrada interdepartamental se relaciona com uma perspectiva maior, da IIRSA, de construção de um caminho intercontinental que conecte o Oceano Pacífico ao Atlântico. Como sabemos, não há referência direta à estrada na agenda de projetos da IIRSA, mas mesmo assim essa questão foi levantada por diferentes entrevistados e será apresentada em outra seção desse mesmo capítulo. Por hora é suficiente deixar evidente que em diferentes entrevistas, dirigentes e corredeiros do TIPNIS rechaçaram frontalmente o papel cumprido pela IIRSA ao programar a construção de projetos de desenvolvimento que interrompem seus modos de produzir e de projetar a vida em seus territórios.

A plurinacionalização do Estado boliviano ainda não foi capaz de paralisar esse fluxo de influências da lógica desenvolvimentista clássica nos territórios indígenas do país. Mesmo assim, para o coordenador do programa de direitos humanos dos povos

indígenas da Defensoria Pública da Bolívia, Eugênio Mullungo, o processo de plurinacionalização é o principal diferencial da Bolívia em relação aos outros países da região. O Estado Plurinacional seria “*la herramienta*” que “*compatibiliza sus políticas con las visiones de desarrollo de que siempre han ocurrido y todo eso, digamos, eso es lo que a nosotros nos da fuerza, nos da un horizonte para seguir peleando, para seguir discutiendo*”. A plurinacionalização do Estado boliviano abre novos espaços de atuação para o movimento indígena, como vimos no segundo capítulo, e esses segmentos ocupam esse espaço também para oferecer novas possibilidades em termos de formas de integração, internacionalização e globalização:

*el país no tiene que estar separado y al margen de la globalización, ni del sistema moderno, una cosa es tener industria, tener tecnología, tener todo el sistema que tiene la globalización y otra cosa es mantener su dignidad, reconocerle y darle su lugar a las nacionalidades indígenas de un determinado país, respetarlo, definir políticas, que esas nacionalidades empiecen a crecer y a mantener su cultura tanto local como hacia afuera. Adentro y afuera ¿no? Eso es totalmente diferente* (entrevista com Fernando Vargas, presidente da Sub-Central do TIPNIS).

Para Vargas, existem condições reais de consolidação de outras formas de operar os processos de integração e de globalização e é fundamental que essas formas sejam revisadas para que, do seio do movimento indígena, se fortaleça uma proposta alternativa que dê conta de oferecer, para os povos do mundo, possibilidades reais de viver bem. A insuficiência das propostas atuais, entre elas a proposta boliviana de *Vivir Bien*, seria responsável por uma maneira de viver que pode ser rearranjada:

*a nivel mundial nadie vive bien, los países del mundo, por más que sean los países del primer mundo desarrollado, no viven bien. Pueden tener todos los recursos económicos del mundo, pueden manejar toda la economía mundial, pueden manejar toda la tecnología, lo que no significa que eso les permite vivir bien, siguen peleando, siguen en guerra, siguen atropellándose, se siguen violando los derechos humanos, se siguen matando.*

Mas o projeto da IIRSA não dá conta de problematizar essas questões que extrapolam o âmbito econômico, e a sua “ideia subjacente é de estrutura sistêmica e de integração, cuja logística tem por base o desenvolvimento da telecomunicação, do transporte e energia, a fim de criar as condições-chave para a sua integração econômica”

(Castro, 2009: 129). Para resistir a essas premissas, é preciso que se coloque a própria lógica do desenvolvimento em debate, daí a sofisticação dos discursos dos dirigentes do TIPNIS que, ao mesmo tempo em que debatem as condições objetivas de existência em seu território, discutem a matriz econômica e os conceitos basilares do Estado Plurinacional.

A VIII Marcha, por ter sido a principal expressão do novo ciclo de mobilizações do TIPNIS, pode ser considerada como um instrumento de demonstração da amplitude das elaborações indígenas a respeito do tema do desenvolvimento, de maneira geral, e do significado do *Vivir Bien*, pensando no caso boliviano. De acordo com Vargas “*eso hace de que el contexto internacional mire esa plataforma de demanda totalmente diferente a las luchas sociales del mundo*”. Apesar de ter sido antecedida por uma vastidão de mobilizações indígenas ao redor do mundo e também na Bolívia, a VIII Marcha não se limita às demandas territoriais locais e coloca o próprio processo de plurinacionalização em debate. Para Vargas, da mesma maneira que o Brasil, que como veremos adiante é agente direto da reprodução da lógica desenvolvimentista na Bolívia, o governo boliviano também estaria interessado na consolidação da forma de ocupação territorial da IIRSA no país. Por isso o movimento indígena do TIPNIS preocupa-se em debater o caso como o emblema da ruptura do processo de transformação boliviano.

A resistência, portanto, também deveria extrapolar o território e constituir-se como um enfrentamento internacional à lógica desenvolvimentista que avassala os territórios indígenas através das políticas previstas pela IIRSA ou em sintonia com essa iniciativa de integração. Ainda de acordo com Vargas, existe um

*interés de alianzas estratégicas entre los pueblos indígenas del Brasil con los pueblos indígenas del TIPNIS, esa es otra. Pero eso es como quien dice, si nos unimos no es porque queremos unirnos y aplastar a alguien, sino es una alianza de unión estratégica para luchar y por lo menos, si vale el termino, sobrevivir de los abusos de los Estados que van en contra de nuestros derechos como pueblos y en contra de nuestros derechos como territorio y en contra de no permitimos dejarnos vivir en armonía con la naturaleza.*

Nesse sentido, há a previsão do potencial que a unidade dos povos indígenas da América carrega. As resistências aos projetos de desenvolvimento e em defesa dos territórios dos povos e nações indígenas são muitas, diversas, heterogêneas. São resistências locais mas carregam o potencial de se articularem em nível global enquanto



política transnacional de desafio à imposição do modelo desenvolvimentista clássico. Talvez se trate da iminência de um fluxo pós-imperialista, um conjunto de esforços transnacionais orientados pela preocupação com o deslocamento do controle de recursos naturais, culturais, sociais e políticos para as mãos dos povos que têm direitos ancestrais sobre eles (cf. Ribeiro, 2003). Para conferir essa proposição uma nova pesquisa, envolvendo outros territórios indígenas, seria necessária. Mas fica registrado que pelo menos no TIPNIS me deparei com preocupações e formulações que ultrapassam a região do Isiboro-Sécure. Para Marcial Fabricano, ex-presidente da Sub-Central do TIPNIS, por exemplo,

*nada nos detendrá, nada nos hará dudar y nada nos hará renunciar, porque sigamos manteniendo este laso de comunicación y de relacionamiento con los otros pueblos hermanos. Porque este testimonio de la experiencia de vida sacrificada de los diferentes pueblos indígenas de los países, en el caso de Suramérica, en el caso de Centro América y en los diferentes continentes, será lo que de alguna manera pueda dar el mensaje común global ¿no es cierto? al resto de la humanidad. De esa humanidad, de esa sociedad que sólo está pensando en el dinero, en los dólares ¿y de donde sale eso? de las grandes industrias, el armamentismo, el narcotráfico, el contrabando. Porque eso se ha convertido en los capitales multilaterales en el globo terráqueo, pero estamos los pueblos indígenas que pensamos diferente y esperamos que esta diferencia no sea para profundizar crisis en la humanidad sino que más bien sea una situación que construye desafíos de poder y de mejor convivencia de la humanidad*

A resistência local ao projeto viário toma formas de um desafio à hegemonia da lógica desenvolvimentista, economicista, capitalista. Não me refiro à constituição de um bloco político indígena internacional consolidado ou que tenha acordos e estratégias políticas definidas. Antes, o que se pode observar é a consciência da transversalidade dos problemas enfrentados no TIPNIS, que se reproduzem em outras partes do mundo dada a internacionalização e o potencial global das frentes que ameaçam a possibilidade de existir de acordo com os modos locais de produzir e de projetar a vida.

O reconhecimento das legislações e dos acordos internacionais que tratam do tema dos direitos indígenas também envolvem os debates sobre a internacionalização da luta desses segmentos. Para Adolfo Chávez, presidente de um dos segmentos da *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia* (a CIDOB), os bancos (ele cita o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, e o Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social, BNDES) têm de entender o porquê do estabelecimento de acordos internacionais que defendem os direitos dos povos indígenas, como o direito à consulta prévia. *“Deberían hacerse la pregunta, los bancos, quienes los administran, los que son socios de los bancos, las corporaciones, yo creo que debería existir un debate mundial sobre el tema desarrollo, como lo vamos a encarar”*. Todos esses atores teriam de entender porque os povos exigem o cumprimento desses padrões e deveriam condicionar os seus empréstimos e financiamentos ao seu cumprimento. *“Eso se llama salvaguarda”* (19/04/2013, no Centro de Gestão do TIPNIS).

### **Desenvolvimento para além das fronteiras: uma política econômica interessada**

Como vimos, na América Latina vários projetos de desenvolvimento foram organizados no âmbito da IIRSA. Tratam-se de projetos que têm sido executados pelos Estados-nação principalmente através do financiamento e da participação de instituições públicas e privadas brasileiras. As políticas de integração física e econômica da região sul-americana são centrais para a política externa brasileira e, ao mesmo tempo, representam “um dos objetivos principais das estratégias políticas e econômicas dos [outros] governos sul-americanos” (Castro, 2009: 116). A importância da integração e a disposição do Brasil em protagonizá-la acabam por renovar a centralidade política e econômica brasileira na região, ratificada pelos outros países diante da busca pela integração de infraestruturas na América do Sul.

De acordo com Verdum, projetos e políticas programadas no âmbito da IIRSA “deverão consolidar e promover mudanças substantivas na forma de ocupação do espaço territorial brasileiro e sul-americano, particularmente da Amazônia continental, e no uso dos recursos naturais aí existentes” (2007, s/p). O projeto de construção da estrada no TIPNIS confirma tal afirmação, já que mesmo não estando diretamente vinculado à agenda da IIRSA está sintonizado com a “forma de ocupação do espaço territorial” que se apresenta como hegemônica na América Latina. Apesar de o contrato entre o governo boliviano e a OAS, a empreiteira brasileira que deveria construir a estrada, ter sido rescindido em abril de 2012, implicando na suspensão do empréstimo do BNDES até o presente momento, o que estou propondo é que existe um

entroncamento entre os conflitos do TIPNIS e a estratégia desenvolvimentista brasileira, expressa na lógica que organiza a IIRSA.

A aposta do governo brasileiro no fortalecimento de um modelo econômico desenvolvimentista ultrapassa os limites do território nacional em nome da promoção de integração da infraestrutura e dos mercados da região, provocando a presença de uma agência brasileira pró-desenvolvimento mesmo em terras estrangeiras. De acordo com Paz, a construção da estrada no TIPNIS deve ser lida também como uma expressão dos planos de desenvolvimento da infraestrutura liderados pelo Brasil (cf. Paz, 2011). Através de suas instituições públicas e privadas, o Brasil opera, na Bolívia, a reprodução de uma forma de ocupação do espaço territorial que interrompe os modos locais de produzir e de projetar a vida.

A importância do Brasil na América do Sul é admitida e debatida no TIPNIS. O ex-dirigente indígena Pedro Nuny, em entrevista, reconhece que o país é uma potência regional, mas não diminui a importância de criticar a postura do governo brasileiro em relação aos seus “*similares*” – os povos indígenas brasileiros. O papel protagonista do Brasil na região relaciona-se com a recondução das políticas externas do país e com o fortalecimento de uma estratégia regional de integração via desenvolvimento de infraestrutura, dois processos que são inaugurados simultaneamente, em coincidência com os primeiros anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Para Antônio Torres, “*ha habido un giro del todo continente liderizado por Brasil, justamente, país de más alta influencia a nivel de Sudamérica*”.

O protagonismo de diferentes atores brasileiros em projetos de desenvolvimento na Bolívia foi reconhecido por todos os entrevistados; as diferenças apareceram no momento de avaliar essa relação que foi tomada por uns como cooperação e por outros como subjugação. De acordo com um diplomata brasileiro entrevistado em La Paz, o papel desempenhado pelo Brasil na Bolívia é o de execução de “*uma política amplamente conhecida de cooperação e de fortalecimento da infraestrutura com o objetivo de integração regional que enfim, se estende ao MERCOSUL e a outros países*”. O problema é que os projetos de infraestrutura geralmente são planejados para ocuparem as áreas da Pan-Amazônia, e acabam colidindo com os direitos de controle dos povos sobre os seus territórios. Como afirma Castro, a região amazônica,

passa a ocupar uma posição central na geopolítica brasileira de integração continental, demonstrada tanto pelo Estado que a concebe como um espaço estratégico na integração

sul-americana no âmbito de uma economia mundializada quanto pelo aumento de interesse e de investimentos de empresas nesse território configurando novas dinâmicas de mercado (Castro, 2009: 107).

Assim, o projeto geopolítico de integração operado principalmente pelo Brasil choca-se com as formas com que povos indígenas dos países sul-americanos concebem a ocupação do seu espaço territorial, promovendo um cenário onde o Brasil passa a enfrentar o direito ao território em nome da consolidação de sua política externa orientada ao desenvolvimento regional. De acordo com Castro (2009: 113), “o Estado encontrou, assim, na concepção de uma geopolítica de ocupação territorial, as estratégias de desenvolvimento econômico pela exploração intensiva dos recursos naturais”, e essas práticas de exploração se expressam através da construção de projetos de desenvolvimento que “representam um outro modelo de ocupação, cujo padrão é dado pelo mercado globalizado, apostando na racionalidade, na informação e na eficiência tecnológica”.

O principal operador desses processos tem sido o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil, o BNDES:

Há algo em comum em vários projetos de infraestrutura da América do Sul. Projetos que vão da ampliação do metrô de Caracas à construção de uma estrada na Bolívia, passando pela criação de uma hidroelétrica no Peru. Os três têm financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Ampliando o crédito a empresas brasileiras, o banco vem permitindo uma expansão nunca vista das multinacionais do Brasil na região. Segundo cifras do BNDES, seus empréstimos para financiar obras de companhias brasileiras na América Latina e Caribe cresceram 1.082% entre 2001 e 2010 (BBC Mundo, 2011)<sup>8</sup>.

Na mesma reportagem, a superintendente de Comércio Exterior do BNDES Luciane Machado afirmou que o objetivo do banco com essa gigantesca ampliação é “apoiar a estratégia de internacionalização das empresas brasileiras na região” desde que “as soberanias locais e os processos eleitorais dos respectivos governos” sejam respeitados. A afirmação é controversa. Em diferentes situações a soberania local é atropelada em nome da garantia dos interesses financeiros das empresas e instituições relacionadas com a construção de projetos de desenvolvimento. Pelo menos desde 2003,

---

<sup>8</sup> [www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111109\\_mundo\\_bndes\\_mdb.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111109_mundo_bndes_mdb.shtml) (Acesso em 05/03/2013)

o BNDES tem como parte de sua “missão” o “fortalecimento da integração da América do Sul”. Entre os seus objetivos principais estão “a expansão do comércio entre os países; a atração de investimentos, sobretudo em infraestrutura; o ganho de escala na produção; capacitação tecnológica e humana mediante cooperação e o fortalecimento do poder de negociação dos países (BNDES, 2004)” (Carvalho, 2012: 3).

As complicações aparecem com a coincidência dos territórios indígenas com as áreas privilegiadas pelos investimentos em infraestrutura. Mais uma vez, o que se pode observar é uma disputa pelo território que tem como pano de fundo uma disputa entre diferentes modos de produzir e projetar vida – que se desdobram em diferentes formas de conceber e de organizar o espaço territorial. O volume de capital do BNDES e a importância política do Brasil na América do Sul produzem assimetrias perceptíveis nessas relações de disputa. Diante delas, ou os interesses de internacionalização das empresas brasileiras ou a soberania local serão sacrificados.

O caso do TIPNIS revela que na querela entre os interesses da empreiteira brasileira OAS e os interesses das organizações indígenas locais, prevalecem aqueles que estão sintonizados com uma estratégia maior de fortalecimento do modelo desenvolvimentista clássico, estratégia que combina os planos de ampliação do capital brasileiro no exterior com o exercício de influência direta do Estado brasileiro nos países da região. O descompasso entre as formulações locais e internacionais sobre o território não é ocasional e tem raízes na busca pela satisfação da necessidade de ampliação do capital das empresas brasileiras. O diagnóstico é realizado por alguns dos dirigentes do TIPNIS que percebem o projeto viário como uma manifestação da valorização dos interesses públicos e privados brasileiros em detrimento dos seus próprios. De acordo com Adolfo Chávez, o sistema de crédito do BNDES é estruturado de maneira a garantir a circulação do capital entre atores brasileiros, que se beneficiam com o projeto de diferentes maneiras:

*dentro del sistema, digamos, de crédito, Brasil hace que esa plata pueda ser ganada por su propia empresa. O sea, “te hago carretera pero lo hace la empresa brasilera”, tal llámese ¿no? Entonces en cuestión de dejar beneficios yo creo que no deja beneficios económicos sino que te presta una plata pero se lo lleva a través de otra persona, a través de la empresa privada” (entrevista com Adolfo Chávez).*

Tendo esses elementos em vista, é possível concordar com o relatório produzido pela sucursal brasileira da empresa de auditoria KPMG que afirma que “as fronteiras já não mais representam uma barreira para a expansão das empresas brasileiras. Ao contrário, ultrapassá-las representa uma estratégia de mercado” (2008:17). Essa estratégia também foi apresentada pelo diplomata brasileiro entrevistado em La Paz que comentou sobre o modelo brasileiro de exportação de serviços através do BNDES: “*o BNDES não é um banco concessional. Não é doação. O dinheiro vai ter que voltar ao banco algum dia*”. Para além desse aspecto, uma empresa brasileira deve ser vinculada com o projeto, condição que também privilegia o setor privado brasileiro durante os processos licitatórios ainda que fora do território nacional: “*essa foi, digamos, a fonte principal em termos de volume de recursos da cooperação brasileira, que é uma cooperação que não é concessional. São contratos comerciais para empresas ganharem dinheiro, basicamente*”, comenta o mesmo diplomata.

Outra vez, não há desacordo aparente sobre o fato de as empresas do Brasil serem privilegiadas pela agência brasileira pró-desenvolvimento; a divergência aparece sobre a qualidade atribuída a essa estratégia e, em consequência, sobre a qualidade atribuída à relação do Brasil com a Bolívia.

Desde o ponto de vista do diplomata brasileiro entrevistado, a participação de empresas brasileiras em projetos de desenvolvimento de infraestrutura na Bolívia, bem como o empréstimo do BNDES que viabiliza esse tipo de obras, configura um dos aspectos da “*cooperação para o desenvolvimento*” oferecida pelo Brasil para países que, como a Bolívia ou o Paraguai, precisam de todo o apoio possível para se desenvolverem. Mas desde o ponto de vista dos segmentos do TIPNIS em resistência, esse tipo de “cooperação” ratifica o fortalecimento do modelo econômico brasileiro desenvolvimentista, atropelando a possibilidade do amadurecimento de outros modelos de produzir e de projetar a vida. “*Por eso*”, afirmou o dirigente da *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia* Tomas Candia em entrevista, “*nosotros creemos que el banco es parte también de ese engaño que nos quieren hacer tanto el gobierno de Bolivia como también las mismas petroleras y las mismas empresas*”.

No geral, os segmentos que resistem ao projeto de construção da estrada culpam a OAS, o BNDES e o governo Lula tanto quanto o governo de Evo pelo atropelo que têm sentido. A figura do ex-presidente Lula é particularmente evocada durante a entrevista com Adolfo Chávez. Para o presidente da CIDOB, “*Lula ha jugado un papel*

*importante con Evo Morales, más que todo Lula para que pueda darse este crédito de la ley financiera, préstamo*". A afirmativa concorda com a bibliografia que aponta o início da "era Lula" como o momento da reconfiguração da política externa brasileira. Ainda de acordo com Chávez, *"nunca se había visto tanto como lo que ha hecho Lula digamos ¿no?"*: um novo formato de relação entre Brasil e Bolívia, baseado no estímulo ao desenvolvimentismo, corrobora com a construção de um imaginário local impregnado pela ideia de "Brasil potência".

Diante desse cenário, a resistência local também se reconfigura e, como vimos na seção anterior, provoca o amadurecimento da percepção sobre a transversalidade da luta indígena na América do Sul. Assim, desde o TIPNIS, o movimento indígena brasileiro é incentivado a somar-se à luta em defesa dos territórios: *"ojalá podamos establecer un movimiento entre los pueblos indígenas del Brasil y los pueblos indígenas de Bolivia, sobre todo en el marco de la solidaridad y sobre todo tratar de incidir en las políticas nacionales de cada Estado"* (entrevista com Pedro Nuny, ex-dirigente indígena).

A experiência do movimento indígena das terras baixas bolivianas com o governo do MAS lubrifica a crítica dirigida ao Brasil que não parece ser generalizada ou ingênua. Foi possível perceber que, outra vez, discursos cuidadosos e ao mesmo tempo incisivos são elaborados no seio do movimento indígena; além de refletirem sobre o processo de transformação boliviano e sobre os seus limites e contradições, refletem sobre a influência do Brasil nesse cenário, propondo que cooperação não pode ser confundida com submissão:

*como un hermano mayor, viéndolo en la economía, más bien debería haber, de repente, solidaridad con nuestro pueblo boliviano. Porque somos un país de emergencia y estamos realmente avanzando con nuestras propias políticas, pero creo que lo último que deseáramos nosotros es que haiga una ruptura. Nosotros más bien apostamos de que haya una buena relación con los países pero así de igual a igual. El hecho de que tengan más plata no quiere decir que nos tenemos que someter ante un gigante Brasil para que nosotros seamos sus colonias. Así que si hay ese mutuo respeto nosotros verdaderamente apostamos de que verdaderamente haya esa ayuda bilateral, pero con respeto hacia nuestras leyes y sobre todo hacia nuestros pueblos indígenas que son los que más tan pagando ante el desmedro de los recursos que ellos quieren sacar de nuestro propio territorio* (entrevista com Pedro Nuny).

## Conjecturas sobre os interesses brasileiros na estrada

### Villa Tunari-San Ignacio de Moxos

A política externa brasileira, principalmente aquela que envolve o incentivo à internacionalização das empresas nacionais via concessões de crédito do BNDES para esse setor, não é o único aspecto que relaciona o Brasil com o caso do TIPNIS. Na verdade, existem dois outros temas que relacionam o Brasil com o conflito na região do Isiboro-Sécure e eles são bastante discutidos tanto dentro do território quanto pela mídia e pela academia boliviana. Trata-se, em primeiro lugar, da especulação ao redor da exploração dos blocos de petróleo da região que estão sobre concessão da Petrobrás desde 2007 (anexo 9). Em segundo lugar, especula-se sobre a conversão da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos em um trecho de um projeto maior que conectaria o Oceano Atlântico ao Pacífico, facilitando a exportação de produtos brasileiros para a Ásia, principalmente.

Para o presidente do TIPNIS, Fernando Vargas, o interesse do Brasil em acessar os mercados asiáticos seria tamanho que teria condição de flexibilizar as leis de proteção à área e conduzir o governo boliviano a propor a construção de uma estrada que a atravessasse: *“vano son las normas que lo protegen [al TIPNIS], porque este gobierno sigue en su posición de destruir este Parque con una carretera, que lo único que hay detrás de esa carretera es el interés del Brasil para llevar sus productos o su mercadería al otro continente”*.

Ao redor das especulações sobre os motivos que estariam por trás da construção da estrada aparecem análises sobre o poder que o Brasil exerce na Bolívia, principalmente através das relações entre os governos do PT e do MAS, que orquestrariam planos e projetos de desenvolvimento em terras bolivianas que interessassem à economia dos dois países, mesmo que à revelia da vontade dos povos que habitam nas regiões afetadas. Nazareth Flores reproduziu esse tipo de argumento em sua entrevista:

*Sinceramente, yo pienso que había convenios pues, entre Bolivia y Brasil, entre los dos gobiernos. Claro que tenía que ver mucho, porque como te digo, ya sabemos que seremos el corredor no más entre Brasil y Chile. Entonces, para nosotros sí que había mucha influencia ¿no? de Lula con Evo para que esa carretera pase por ahí por el corazón del TIPNIS.*



Como o título da seção anuncia, tratam-se ainda de conjecturas. Por isso poderiam escapar de uma investigação sobre a origem do projeto viário – uma vez que não há como comprovar se são esses os interesses que realmente impulsionam a obra –, mas não podem escapar de uma análise sobre o repertório político que informa a disputa entre a ideia de desenvolvimento protagonizada pelo governo boliviano e a defendida pelo movimento indígena das terras baixas daquele país. Por mais que tais especulações ainda não possam ser confirmadas através de documentos que eu tenha acessado, elas são originadas na leitura que o movimento indígena faz sobre o papel do Brasil na Bolívia e por isso são pertinentes para esse trabalho.

#### *A questão do petróleo:*

La viabilización de la exploración hidrocarburífera de Petrobras en el bloque Río Hondo, es uno de los acuerdos a los que llegó el Ministerio de Energía e Hidrocarburos (MEH), con la comitiva de empresas brasileñas encabezada por el asesor de Asuntos Internacionales del presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Marco Aurelio García, que estuvo en el país hace unas semanas. Según el ministro de Energía e Hidrocarburos, Luis Fernando Vincenti, el compromiso boliviano es el de “dar las condiciones técnicas y legales para que estas áreas (Bloque Río Hondo) puedan ser desarrolladas. Ellos (Petrobras) poseen un bloque muy grande (1 millón de hectáreas), que en este momento está inactivo debido a que una parte de él está afectado con parques nacionales”. Asimismo añadió que “Bolivia tiene la necesidad de desarrollar mayores áreas exploratorias, para aumentar su producción y garantizar no sólo los actuales mercados de exportación de gas, sino también abrir nuevos. Tenemos reservas suficientes para lograr aquello, sin embargo nuestro interés es tener un desarrollo efectivo de las áreas de explotación”<sup>9</sup>.

Atualmente, há uma enorme coincidência entre as Áreas Protegidas bolivianas e os blocos de petróleo descobertos até o momento no país (mapa 3). Quatro blocos de petróleo atravessam o TIPNIS (são os blocos rio Hondo, Chispane, Secure Zona 19 e Secure Zona 2). O impacto que a exploração desses recursos pode provocar é uma das maiores preocupações das organizações indígenas que representam o território. A

---

<sup>9</sup> Trecho da reportagem “Acuerdan viabilizar exploración de Petrobras en Bloque Río Hondo”, publicada no dia 26/04/2010 em <http://www.hidrocarburosbolivia.com/bolivia-mainmenu-117/36-semanarios/30437-acuerdan-viabilizar-exploracion-de-petrobras-en-bloque-rio-hondo.html>

exploração de petróleo na região do TIPNIS se relaciona com o tema da estrada que está em discussão. Para Nazareth Flores, a existência de petróleo no TIPNIS é um dos fatores decisivos na insistência do governo boliviano em relação ao projeto viário Villa Tunari-San Ignacio de Moxos: *“el gobierno sí o sí quiere hacer [la carretera] porque adentro esta la reserva más grande de petróleo que tenemos en el TIPNIS, son en el TIPNIS y aquí queda... ¿o no tiene?”*. O conhecimento sobre a existência de petróleo em seu território traz preocupações sobre o futuro, que pode ser ameaçado caso as leis de proteção às Áreas Protegidas bolivianas sejam de fato flexibilizadas pelo governo boliviano em sua tentativa de viabilizar o aumento da exploração de hidrocarbonetos do país<sup>10</sup>. A preocupação também é visível no trecho da entrevista com Tomas Candia, jovem dirigente da *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia*, a CIDOB:

*¿y que van a hacer nuestros hermanos cuando empiecen a explotar el tema de petróleo?, porque petróleo hay en esta zona... a contaminar el rio, que se acaben los pescados, con eso tiende a que el pueblo pueda desaparecer, desaparecer en un sentido de que ellos ya puedan migrar a las ciudades y perder la cultura.*

Dos quatro blocos no TIPNIS, o que desperta mais preocupações é o bloco do rio Hondo, que apesar de não ser o maior bloco na região do Isiboro-Sécure, é o único que está sob a concessão de uma grande companhia brasileira, a Petrobrás (mapa 4).

A exploração do bloco do rio Hondo seria interessante para setores da economia brasileira e boliviana, e poderia ser facilitada através da flexibilização das leis de proteção às Áreas Protegidas. Para Marcial Fabricano, a exploração do petróleo dessa região seria conveniente para os dois países que uniriam esforços para viabilizá-la. A Bolívia, interessada em *“incrementar su potencial económico”*, teria oferecido a concessão sobre a área. O Brasil, que ainda tem na Bolívia uma importante fonte de recursos de hidrocarbonetos, se interessaria em apoiar o projeto viário que facilita a entrada na região.

A relação do Brasil com a Bolívia, no que se refere ao petróleo, é maior do que a exploração na região do TIPNIS. De acordo com Villegas, a Petrobrás detém o controle de mais de 60% das reservas e da produção de energia da Bolívia (2013: 260) mesmo depois do processo de nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos que, entre outras

---

<sup>10</sup> Desde maio o governo boliviano anunciou a possibilidade de permitir que os recursos dos hidrocarbonetos sejam explorados mesmo nas Áreas Protegidas do país, conferir reportagem em [http://www.la-razon.com/economia/YPFB-explotara-petroleo-natural-protegidas\\_0\\_1838816152.html](http://www.la-razon.com/economia/YPFB-explotara-petroleo-natural-protegidas_0_1838816152.html)

coisas, significou a saída da Petrobrás do setor de refinarias. Ainda de acordo com Villegas, a nacionalização significou que “se han comprado las refinerías que el estado había vendido a Petrobras, la empresa estatal mixta de Brasil, a un precio superior al vendido y en un estado de deterioro superior al que estaba. Si tenemos el 100% es porque Petrobras se negó a ser socia” (2010: s/p). De acordo com uma matéria veiculada na mídia brasileira, “com uma oferta de 30 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural por dia, o mercado boliviano de petróleo e gás é considerado estratégico pela Petrobrás, que tem interesse em ampliar a exploração no país”<sup>11</sup>.

Elementos dessa discussão também apareceram na entrevista com um diplomata brasileiro, da embaixada do Brasil na Bolívia:

*A Petrobrás, por exemplo, tem na Bolívia um país que é uma exceção aos seus projetos de desinvestimento. Então a Petrobrás está tentando vender seus ativos na Argentina, está vendendo seus ativos por todo mundo, ela está querendo voltar ao Brasil, se concentrar no pré-sal, mas já anunciou que não vai cortar seus investimentos na Bolívia, ao contrário, vai aumentar seus investimentos para ajudar a Bolívia a identificar novas fontes de gás que são, digamos, a maior ameaça atual a boa fase que tem a Bolívia economicamente, porque 70% da renda fiscal da Bolívia vêm da Petrobrás, através dos contratos.*

A presença da Petrobrás na Bolívia também é discutida no TIPNIS, não somente pelos dirigentes das organizações mas também pelos corregedores das comunidades. No caso dessas lideranças, os interesses da Petrobrás são compreendidos como elemento-chave que teriam desencadeado o projeto de construção da estrada através do TIPNIS: “Por ejemplo sabemos muy bien de que aquí ese Petrobras tiene ese convenio, ese proyecto con Bolivia, con Evo más que todo. Entra la carretera, también entra la empresa ya ha explotar el petróleo” (entrevista com Simon Noza, corregedor da comunidade de Gundonovia). Daí as conjecturas locais sobre esse aspecto do interesse brasileiro na construção do projeto viário. Plácida Muiba, presidente do diretório de mulheres da Sub-Central Sécure, também comentou o caso em sua entrevista:

*nosotros tenemos riqueza dentro de nuestro territorio, y seguramente el petróleo es lo que quieren saquear, nos quieren dejarnos sin nada y eso es lo que nosotros cuidamos eso, el petróleo, que es de ahí... y el medio ambiente más que todo, los arboles...*

---

<sup>11</sup> <http://www.petronoticias.com.br/archives/30794> (Acesso em 02/11/2013).

*porque seguramente cuando llegue esa carretera, sacan el petróleo y la agua se contamina, bueno, ya no vamos a tener animales también en nuestro territorio o sea es un perjuicio grande que nos van a hacer con nosotros en nuestro territorio, ¿no?”.*

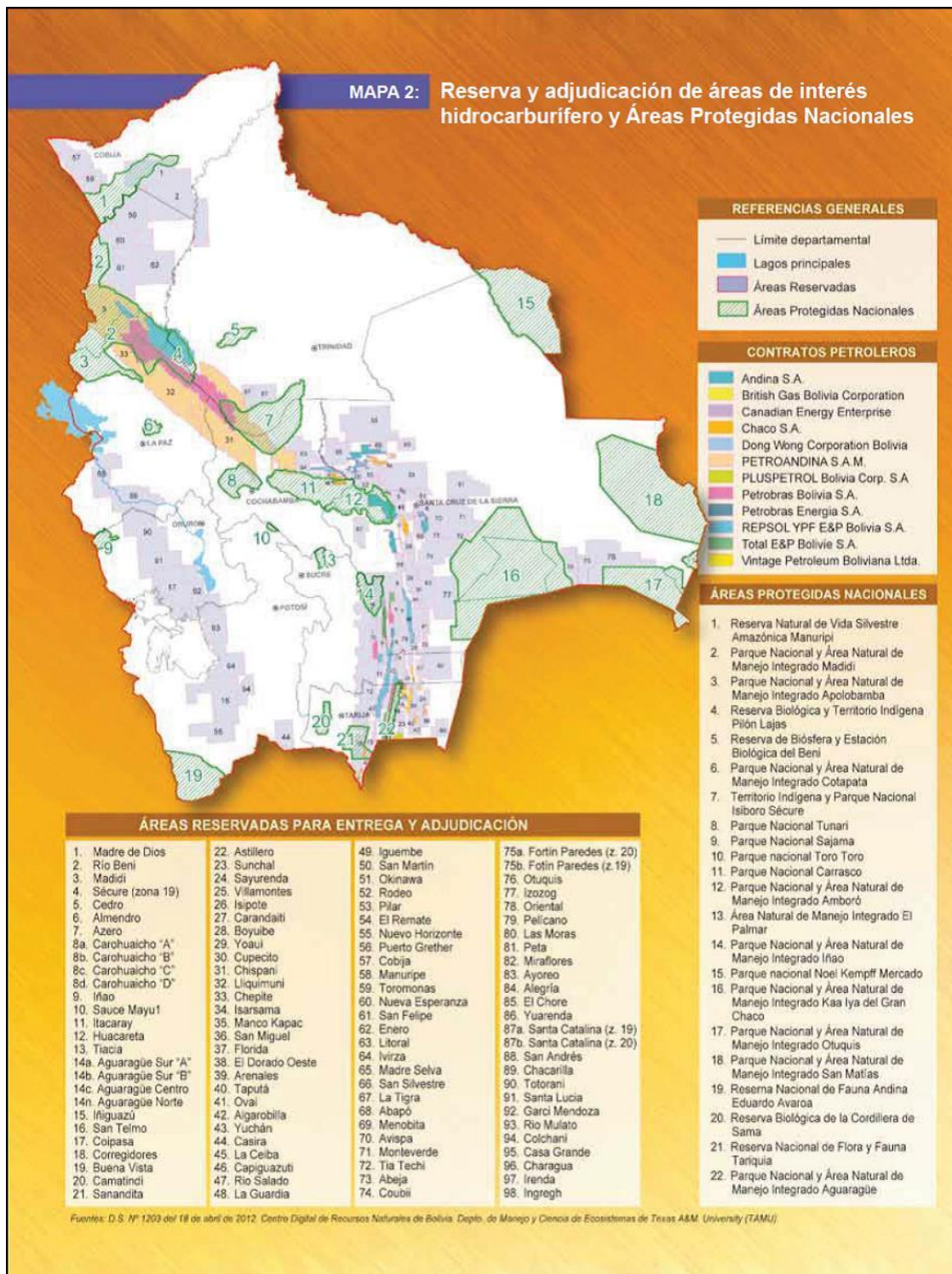
O que se percebe nesse trecho da fala da dirigente da Sub-Central do Sécuré é que o processo de extração do petróleo na região é visto como nocivo para o território, e por isso deve ser impedido. Mesmo que a exploração dos recursos da região fortaleça a economia boliviana, ela significaria o atropelo do direito daqueles povos ao seu território que seria devastado e contaminado. Outra vez, aparece o conflito entre os interesses nacionais e os direitos dos povos e nações ao seu território.

#### *A estrada interoceânica:*

Há outro conjunto de conjecturas sobre o interesse do Brasil na estrada, que também relaciona-se à insistência na rota da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos atravessando o TIPNIS. Publicamente, as organizações indígenas em resistência, as lideranças locais e os *comunarios* afirmam que não são contra a construção de estradas, mas contra a construção *desta estrada* e com *esta rota*. Afirmam, como tem sido visto ao longo dos outros capítulos da dissertação, que a estrada não lhes interessa e que a insistência na construção do projeto tem relação com a tentativa do governo boliviano de atender outros interesses – em sua maioria interesses econômicos *outsiders*. Um deles seria o interesse de diferentes setores do mercado brasileiro em exportar seus produtos de maneira mais rápida pelo Pacífico. A proposta de integração interoceânica aparece na agenda de projetos da IIRSA desde 2000, mas não há referência direta à estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos como parte do corredor interoceânico. Mesmo tratando-se de conjecturas, os discursos que denunciam a sobrevalorização dos interesses transnacionais de mercado em detrimento do direito local ao território devem ser recuperados uma vez que também informam o repertório político local que movimenta a resistência no TIPNIS.

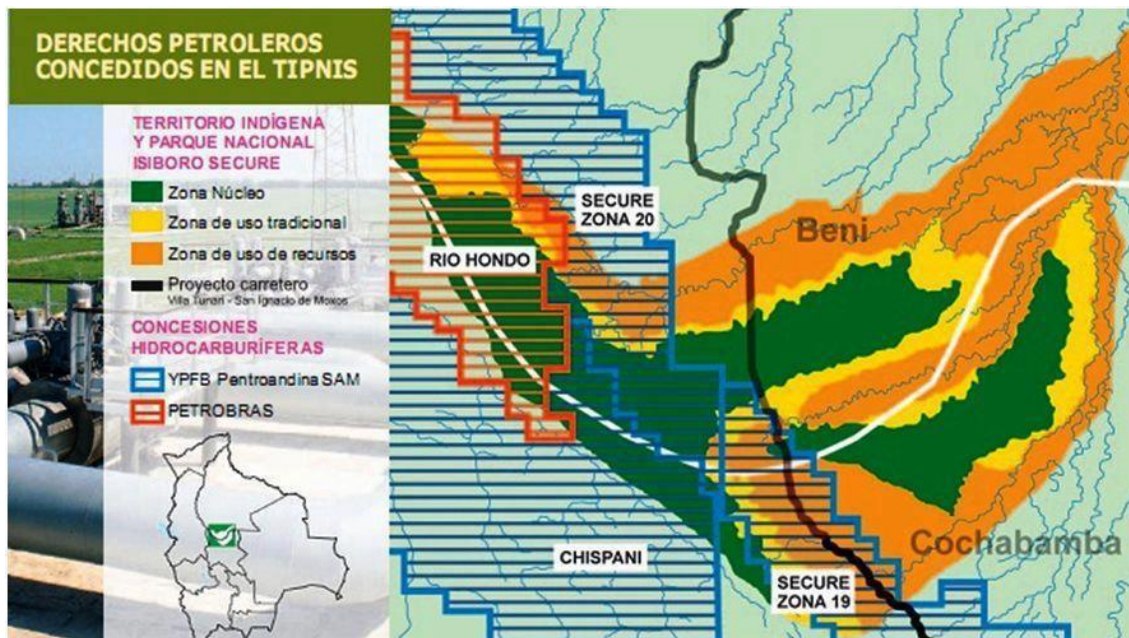
Para Jeremias Ballivian, presidente da *Central de Pueblos Indígenas del Trópico de Cochabamba* (CPITCO) que tem se aliado com os segmentos favoráveis ao projeto viário, a estrada de fato interessa ao Brasil e a outros países, pois pode servir como um meio de deslocamento mais rápido entre os dois oceanos que envolvem a América. Mas para ele esse seria um direito dos Estados de buscarem o seu desenvolvimento, direito que poderia ser exercitado desde que os impactos ambientais fossem estudados.

## Mapa três, Áreas Protegidas e blocos petrolíferos na Bolívia:





## Mapa quatro, blocos de petróleo no TIPNIS:



*Es cierto que muchos países se iban a [beneficiar], no sólo Brasil sino otros países también porque era una forma de acortar el camino, es cierto ¿no? Entonces yo creo que todo país tiene que tener la capacidad de hacer un mejor desarrollo en su país, y si se puede acortar los caminos ¿por qué no?, pero hay que ver que impactos tiene eso dentro de los territorios ¿no? que normalmente existe.*

Para Lucio Ayala, vice-presidente do segmento da CIDOB apoiado pelo governo boliviano e pelo MAS, a construção da estrada facilitaria tanto o acesso dos produtos brasileiros ao Pacífico quanto à regiões da Bolívia mais distantes da fronteira: “*si bien Brasil quiere meter, digamos a La Paz, a Cochabamba, tiene que traer aéreo. Ahora si hay esa carretera bioceánica, va a haber facilidad, va beneficiar también a Brasil*”.

Para esse conjunto de atores, que são do movimento indígena e que defendem o projeto viário, atender às necessidades do mercado brasileiro seria uma justificativa a mais para a obra. Esse conjunto é aquele que caracterizo como segmentos *outsiders* de dentro do próprio movimento indígena, segmentos cuja existência complexifica o drama do TIPNIS ao reproduzir o discurso desenvolvimentista clássico dentro do território, garantindo, assim, a sua hegemonia. O trecho de outra entrevista de um membro desse

segmento, agora de um dirigente da Sub-Central do Sécure (segmento pró-estrada), segue confirmando a proposição. Quando lhe perguntei se a estrada caso construída poderia beneficiar o Brasil, ele disse que “*obviamente que sí, ¿no?*”. Isso porque se trataria de uma

*vía oceánica, como se dice, para poder también que los mismos países entre ambos haiga más desarrollo, haiga más empleo, porque nos damos cuenta que mientras haiga más empleo, hay mucha gente que va retornar a cada uno de sus países. Entonces muchos salen a España, a los otros países donde buscan donde haiga mejores vidas de trabajo, eso es lo que nosotros analizamos y pensamos... y más que todo no solamente eso sino para el bienestar de nosotros como comunidad que tengamos unos buenos días.*

A identificação do interesse do Brasil no projeto aparece entre todos os atores entrevistados, de diferentes segmentos do movimento indígena e de fora dele. Mas esse interesse para uns é uma justificativa para o projeto e para outros é o símbolo da pouca relação da obra com as demandas locais das comunidades. Nazareth Flores critica aquilo que ela compreende como a submissão do governo boliviano aos interesses econômicos e financeiros do Brasil. A presidente da *Central de Pueblos Indígenas del Beni* problematiza o empréstimo do BNDES, e afirma que “*el banco de Brasil pues quiso poner esa plata o quiere poner esa plata no más, para que se construya esa carretera, porque le conviene, es la ruta, es la conexión con el otro lado, con el Pacífico*”.

Tomás Candía é contundente em sua afirmação: para ele a estrada não significa desenvolvimento para a região do Isiboro-Sécure mas apenas o atendimento das necessidades das empresas brasileiras. O Brasil estaria interessado na abertura do caminho através do TIPNIS, assim como também estariam interessados outros atores. Para Candía: “*son intereses de IIRSA, son intereses de transnacionales, de las grandes industrias... entonces para nosotros no es un desarrollo*”. Mesmo assim, o projeto tenderia a se viabilizar dada a força dos atores nele interessados. A estrada serviria para que “*las industrias puedan transportar e irse al Pacífico que es más cerca ¿no? Y eso lo tenemos bien claros nosotros, llegar más rápido al mar, mientras por otro lado le queda más lejos y acá le queda más cerca ¿no?*”. Ele conclui endereçando sua crítica ao governo dos dois países:

*Y entonces... Brasil tiene todo [el interés] de que la carretera se haga ¿no? Esta con todo y es por eso que sigue digamos insistiendo y este gobierno tendrá algún compromiso con ellos y es por eso que acá... mientras allá él le exija al otro de acá, el otro de acá nos saca la mierda, nos para dividiendo, nos apalea, nos persigue y todo pues ¿no? ¿Por qué? Porque tiene que lograr su objetivo, tiene que lograr su compromiso.*

Mas esse tipo de crítica não pressupõe que o caso da estrada através do TIPNIS tenha sido o início de relações problemáticas entre Brasil e Bolívia. Muito pelo contrário, o conflito revelaria, de acordo com Judith Rivero, uma tendência do Estado brasileiro de ignorar os direitos dos povos indígenas aos seus territórios:

*Imagínate, porque va tener algo que va a traspasar directo ¿no? Entonces, esa carretera internacional le va permitir más a Brasil quizás hacer muchos más atropellos que lo hacen en su país. Porque lo sabemos que los indígenas de Brasil son sumamente también avasallados, son sumamente atropellados, vulnerados sus derechos y todo aquello. Entonces no hay duda que los mismos Brasil no va tener compasión de nosotros de hacernos lo mismo, de cobrarse ellos, para poder tener esa carretera... interoceánica se llama, ¿no?*

O trecho da entrevista de Rivero revela a compreensão da transversalidade dos problemas enfrentados pelos povos do TIPNIS no que se refere ao direito ancestral indígena ao território. Além disso, revela a amplitude das críticas ao projeto viário – que envolvem o governo boliviano, o brasileiro, o BNDES, a OAS, além de outros atores e instituições públicas e privadas dos dois países, como tenho apresentado.

### **O Brasil e o caso TIPNIS**

A lógica de ocupação do espaço territorial que organiza a IIRSA é operada pelo Brasil dentro e fora das fronteiras deste Estado; o BNDES oferece empréstimos e concede crédito a empreiteiras, como maneira de viabilizar a construção de projetos de desenvolvimento que operacionalizem a lógica desenvolvimentista da IIRSA; no TIPNIS, um dos projetos de desenvolvimento de infraestrutura que seria construído com o dinheiro do BNDES e por uma empreiteira brasileira é percebido como duplamente interessante para setores da economia do Brasil, tanto por facilitar o acesso ao petróleo



da região do Isiboro-Sécure quanto pela possibilidade de encurtar o caminho entre o Atlântico e o Pacífico. Esses elementos anunciam que o Brasil se relaciona com o caso do TIPNIS, mas ainda existem outros aspectos que encerram o diagnóstico sobre a influência direta do Brasil no arranjo do drama desenvolvimentista daquela região e eles têm relação com o fato de operações realizadas com o governo e com uma empresa brasileira terem servido como estopim dos mencionados conflitos.

Durante entrevista, Judith Rivero anunciou que o Brasil já “*pedía eso con Bolivia*” desde o governo de Jaime Paz Zamora (1989-1993), referindo-se a uma suposta solicitação feita, pelo governo brasileiro ao governo boliviano, de construção da estrada através do TIPNIS. A única referência que encontrei sobre o assunto tratava de uma autorização do ex-presidente boliviano para a elaboração de estudos sobre o desenho para um projeto viário entre Villa Tunari e San Ignacio de Moxos, mas não havia referências ao Brasil.

Isso não quer dizer que o tema da estrada somente tenha se iniciado no governo de Morales e alguns remetem o projeto ao período colonial, inclusive. De acordo com a *Administradora Boliviana de Carreteras* (ABC), a necessidade de vincular as duas regiões geográficas do país teria sido identificada durante o governo de Sucre: “*Al parecer, la idea se remonta a inicios de la República, 1825. El presidente de ese entonces, Antonio José de Sucre, señaló la necesidad de vincular territorio del occidente con el oriente*” (em entrevista, por email). O tema da construção da estrada em verdade antecede em algumas décadas o governo de Morales, mas não encontrei indícios de uma relação do Brasil com o projeto que seja anterior a 2008. O diplomata brasileiro entrevistado também indicou que acreditava que o início do envolvimento do Brasil com o projeto teria se dado em 2008, com a visita do ex-presidente Lula à Bolívia.

Nesse ano de 2008, o projeto de construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos sai do papel pela primeira vez através da realização de um processo licitatório que culminou na contratação da empresa OAS Ltda. como responsável pelo projeto (anexo 10.1 e 10.2). Esse marco é fundamental para a história do TIPNIS, do conflito entre os segmentos do movimento indígena e do próprio projeto. De acordo com Emílio Noza, presidente de um dos segmentos da Sub-Central Sécure, a vinculação do Brasil com o projeto era o que faltava para viabilizá-lo: depois de o BNDES ter concedido o empréstimo à Bolívia o projeto foi finalmente liberado e uma empresa – brasileira – foi

designada como responsável por ele. É depois da firma do contrato com a OAS que “*ya se da luz verde para que se construya esa carretera*” (entrevista com Judith Rivero). Essa foi, para o presidente da Sub-Central do TIPNIS Fernando Vargas, “*la gota que rebalsó el vaso*”: o processo licitatório e a firma do contrato com a OAS foram realizados antes de qualquer consulta aos povos do TIPNIS, impulsionando o início da resistência ao projeto no país.

De acordo com a ABC,

*El punto de partida para la construcción de la carretera Villa Tunari-San Ignacio de Moxos, denominada también Ruta F-24, data del 1 de agosto del 2008 mediante resolución administrativa de la Administradora Boliviana de Carreteras (ABC), que adjudica la construcción de la obra a la empresa OAS Ltda. por un monto total de 415,1 millones de dólares bajo la modalidad “llave en mano”. Este proceso comenzó en los primeros meses del 2008, cuando se lanzó la Licitación Pública Internacional LPI N° 001/2008, que culminó con la suscripción del contrato el 4 de agosto de 2008. La OAS recibió la orden de proceder el 28 de agosto de 2009, tal como se detalla en información del Sistema de Contrataciones Estatales (Sicoes). El contrato ABC N° 218/08 GCT-OBR-BNDES fue suscrito por la entonces presidenta interina de ABC Patricia Ballivián Estenssoro.*

Como indica este último trecho da entrevista realizada com a ABC, tanto o lançamento da Licitação Pública Internacional quanto a firma do contrato com a OAS aconteceram sem a realização de consulta aos povos da região do Isiboro-Sécure. Acontece que a categoria de projeto “chave na mão”, ou “*llave en mano*”, prevê a responsabilidade total da empresa sobre a obra – o que inclui o desenho do projeto, a sua execução, contratação de funcionários, gestão de financiamento, compra de materiais, maquinaria, etc. O contrato com a OAS prevê a responsabilidade da empresa pelo desenho final do projeto. Não consegui encontrar o anteprojeto que normalmente é fornecido pelos contratantes em casos de contratos chave na mão para verificar se o governo boliviano já imaginava o traço da estrada atravessando o TIPNIS. Mas, de acordo com o diplomata brasileiro entrevistado, a definição da rota da estrada foi uma “*questão técnica que foi realizada pela OAS*” em conformidade com seus encargos previstos pelo contrato chave na mão. “*Aparentemente*”, afirmou o entrevistado, “*quando se fez o contrato o governo boliviano não tinha muito claro por onde ia a*

*estrada, e esse foi o problema que se apresentou depois para a empresa brasileira que não tinha nada com isso”.*

Se a aparente falta de clareza do governo boliviano sobre a rota é verdadeira ou não, é difícil de saber. Mas isso não parece fundamental para o que proponho nessa seção do capítulo. Independente de o traçado ter sido elaborado ou não pelo governo boliviano, ele nunca foi rechaçado por seus representantes. O que é possível dizer é que segmentos do movimento indígena de fato culpam a OAS pelo desenrolar dos conflitos, pelo menos parcialmente, e estariam dispostos a reagir para defender o seu território: *“cuando se le dijo la señal a los funcionarios de la empresa OAS que tras el momento de atropellar territorio indígena iban a correr el riesgo de su vida ¿no?”*. O interessante é reparar na centralidade da empresa brasileira e do BNDES (que concedeu um empréstimo para 80% do custo da obra) no desenrolar dos conflitos, ainda em 2008. Esses episódios alimentaram o imaginário da população do TIPNIS a respeito do poder do Brasil no processo e, independente da atual relação do país com o conflito, o início da resistência foi disparado pelo acordo entre Lula e Morales sobre a participação do BNDES e pela decorrente contratação da OAS.

Placida Muiba oferece um dos exemplos da indignação local em relação à firma do contrato com a OAS:

*Por eso es que nosotros estamos... ahorita estamos molestos, no es como dice el gobierno, ahorita dice él que es una consulta previa y yo creo que nosotros nos damos cuenta, nosotros como movimiento indígena, que no es así como él lo dice que es, “es una consulta previa”, sino que después que firmo él y recién él está haciendo esta consulta... para nosotros esto no es así, nos damos cuenta que nos está engañando, no hemos sido consultado antes que él firme, ¿no? Porque esta consulta previa debía ser antes que él lo firme, antes que esté inaugurando la carretera.*

A firma do contrato com a OAS viabilizou o primeiro desenho apresentado pela empresa que previa a construção da estrada em três trechos diferentes. O trecho dois, que atravessa o TIPNIS, foi imediatamente problematizado pelo movimento indígena, e é o que segue em debate até hoje. Entretanto, as obras da estrada foram inauguradas por Lula e Morales depois da firma dos contratos, ainda em 2008, e os trechos um e três do projeto começaram a ser construídos em 2010. Esses dados são importantes para localizarem as denúncias ao atropelo do governo em relação ao direito indígena à consulta prévia. Mesmo que a consulta não pudesse ser ter sido realizada antes de 2008,

visto que de acordo com o material apresentado até agora a estrada, até aquele momento, não necessariamente atravessaria o TIPNIS, depois de feito o desenho as obras deveriam ter sido suspensas até que a questão do TIPNIS fosse resolvida. Ao contrário, as obras seguiram sob o argumento de que os trechos eram independentes e poderiam ser construídos em separado. A estrada começou a ser construída sem a realização da consulta porque os trechos I e III a compõem e começaram a ser construídos em 2010.

Diante de tudo isso, também a crítica à consulta é direcionada ao papel cumprido pelo Brasil no conflito. Para o corregedor Simon Noza *“no era a su debido tiempo [de la consulta]. Sabemos muy bien de que antes que hubiera hecho ese proyecto, firmara ese contrato de la construcción de la carretera con Brasil o con los que hubiera sido, debía hacer la consulta pues ¿no?”*. Descontentamentos e desconfianças deram sustentação ao início da resistência no TIPNIS, massificada em 2011 com a VIII Marcha Indígena, como já vimos no segundo capítulo. Essas inquietações não perdem a sua validade como material de análise ao mostrarem a preocupação do movimento indígena em relação aos procedimentos da ABC, do governo boliviano e ao papel cumprido pelo Brasil naquele momento.

Diante da massificação da resistência ao projeto viário – expressa na VIII e na IX Marcha Indígena, na ruptura do Pacto de Unidade e na diminuição do apoio da população ao governo de Evo Morales – em abril de 2012 o contrato com a OAS foi suspenso e o BNDES cancelou o empréstimo ao projeto boliviano. A partir daquele momento, para a ABC, a estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos estava oficialmente suspensa. A suspensão da OAS pelo governo boliviano é justificada, oficialmente, por incumprimento de contrato. Para o movimento indígena a suspensão foi encarada como uma das vitórias da VIII Marcha e significou a tentativa do governo de conter o impacto político que a XI Marcha, que saiu de Trinidad no mesmo mês de abril, poderia provocar. Para Bernabé Noza, dirigente da Sub-Central do TIPNIS, *“la OAS fue suspendida por el propio gobierno boliviano, cuando se vio apretado de la demanda de la Octava Marcha y mintió y dijo: ‘se lo suspendió por incumplimiento’. Eso no es incumplimiento, se lo suspendió por nuestra lucha”*.

Existem outras justificativas apresentadas por atores do movimento indígena para a saída da OAS do projeto, e algumas delas se constroem quase que em defesa da empreiteira brasileira. Bertha Vejarano, presidente da *Central de Pueblos Étnicos*

*Mojeños del Beni*, acredita que a OAS também foi enganada pelo governo boliviano. Para ela, a empresa brasileira desconhecia o fato de o TIPNIS ser uma Área Protegida e um Território Indígena e que teria se retirado do conflito quando tomou ciência da questão. A insistência do governo boliviano em construir a obra através do TIPNIS, mesmo com a saída da empreiteira brasileira, seria um sinal de que o governo não estava interessado na estrada e sim no “*atropello*” ao movimento do TIPNIS: se o interesse prioritário fosse viabilizar a obra o governo poderia ter elaborado, junto com a OAS, novos traçados para o projeto viário por fora do TIPNIS.

Independente da suspensão do contrato com a OAS ter acontecido por um motivo ou por outro, há de se ter cuidado ao analisar a participação da OAS no processo. Isso tanto a partir da perspectiva que enxerga a OAS como o estopim dos conflitos – o que a conecta ao caso de qualquer maneira – quanto a partir de outra que desconfia dos motivos da retirada da empreiteira brasileira. Nazareth Flores afirmou em entrevista que “*nunca creo que se retiró la empresa OAS, que fue pantalla no más el decirle que no. Tal vez le dijeron que espere hasta que esto se solucione ¿no?*”.

Em verdade, mesmo se a saída da OAS do projeto for irreversível, o apoio brasileiro à obra ainda pode ser retomado. Nos meses que seguiram à suspensão do contrato, vários representantes dos Estados brasileiro e boliviano pronunciaram-se a favor da restauração do acordo internacional, mas foi somente em abril de 2013 que a mídia boliviana noticiou a retomada do empréstimo do BNDES como uma possibilidade:

Presidente de la Comisión de Planificación, Política Económica y Finanzas de la Cámara de Diputados, Javier Zabaleta, habló de reactivar el crédito con el Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) del Brasil, que fue suspendido luego que se anulara el contrato con la constructora brasileña OAS, por la carretera Villa Tunari – San Ignacio de Moxos: “Si se autoriza la carretera habrá que ver si el gobierno brasilero está en condiciones de reactivar ese crédito, si no es así habrá que ver de qué partida del nivel central del Estado se consiguen esos recursos”, apuntó<sup>12</sup>.

Para o diplomata brasileiro entrevistado “*desde a saída da OAS nós não temos nada a ver com esse projeto*”. Mas a afirmativa é controversa. Como tenho afirmado até o momento, a presença brasileira na obra é maior do que a participação da OAS ou o

---

<sup>12</sup><http://www.territoriosenresistencia.org/noticias/gobierno-reactiva-proyecto-carretero-por-el-tipnis> (Acesso em 4 de abril de 2013)

investimento direito do BNDES. Na mesma entrevista, por exemplo, o diplomata afirmou que a Bolívia é “*um vizinho e um parceiro chave para toda a matriz energética brasileira*”, por isso um país importante para manter relações, já que “*o Brasil nos últimos anos tem dado uma grande prioridade a suas relações com a região*”.

Como articulador regional das políticas de desenvolvimento de infraestrutura e como parte do momento que viabiliza a obra pela primeira vez, o Estado brasileiro não tem mais como desvincular-se do conflito. De diferentes lados, o Brasil corrobora com o fortalecimento da lógica desenvolvimentista em detrimento de outros discursos locais organizados em defesa de outras maneiras de produzir e projetar a vida. Por tudo isso, é possível reconhecer o tipo de relação entre Brasil e Bolívia na contemporaneidade através da reconstrução do caso TIPNIS e do papel que o Brasil vem desempenhando no conflito. Como as próprias reclamações no TIPNIS sobre o papel do Brasil revelam, ao aliam-se com o projeto do governo boliviano sem antes procurar as opiniões das organizações indígenas da região, a empresa brasileira e o banco credor comprometeram-se com o projeto rechaçado, e agora estariam tão comprometidos na querela quanto o governo boliviano. O trecho da entrevista de Jeremias Ballivian é muito ilustrativo desse tipo de argumento:

*Yo pienso que de alguna manera el Estado boliviano tendría que tener la capacidad de llevar un acuerdo mutuo digamos. Si hubo una cooperación entre Brasil y Bolivia era su legítimo derecho, pero sin vulnerar los derechos donde vive la gente o los pueblos indígenas ¿no? Nosotros no tenemos ninguna, no tenemos en contra de ningún país. Es más somos agradecidos de que también ellos nos puedan cooperar como Estado. Pero lo que nosotros pedimos es respeto a la vida y respeto a la autodeterminación de nuestra nación.*

O que a fala de Ballivian revela de mais importante é a sinalização da necessidade de construção de relações simétricas entre o Brasil e a Bolívia que sejam transpassadas pelo respeito aos direitos dos povos indígenas. Esse tipo de argumento é importante, pois ao mesmo tempo em que compreende a importância das relações internacionais entre os Estados, imputa ao Estado brasileiro o respeito à autodeterminação das nações e povos que conformam o Estado *Plurinacional* da Bolívia. Seriam, portanto, dois aspectos a serem resolvidos. O primeiro é mais evidente e tem relação com as assimetrias econômicas conhecidas entre Brasil e Bolívia que tendem a se reproduzirem no contexto de uma cooperação ao desenvolvimento. O

segundo aspecto é o do paradoxo do Estado Plurinacional que reconhece 36 nações e povos indígenas no país mas não oferece nenhuma condição para que esses povos e nações reflitam sobre suas relações com outros Estados, como o Estado brasileiro, por exemplo. Mas esse é um problema maior do que o tema dessa dissertação e mereceria um estudo a parte.

Diante de tudo disso, fica mais claro que é preciso compreender melhor o avanço dos recursos públicos e privados brasileiros sobre os outros países latino-americanos; é preciso compreender o sentido, o significado e as consequências desse avanço. Compreender como o Brasil passa a acessar outros territórios nacionais, estimulando a hegemonia de um modo de produzir e de projetar a vida estranho à maior parte das populações que de fato são impactadas pelas obras de desenvolvimento. Compreender como essas populações passam a reagir em suas comunidades, mas também como elas passam a problematizar o próprio sentido do desenvolvimento depois dessas experiências.

## **Quarto Capítulo**

# **Distâncias e aproximações entre desenvolvimento e**

## ***Vivir Bien***

El Vivir Bien no puede ser equiparado con el desarrollo, ya que el desarrollo es inapropiado y altamente peligroso de aplicar en las sociedades indígenas, tal y como es concebido en el mundo occidental. La introducción del desarrollo entre los pueblos indígenas, aniquila lentamente nuestra filosofía propia del Vivir Bien, pues desintegra la vida comunal y cultural de nuestras comunidades al liquidar las bases tanto de la subsistencia como de nuestras capacidades y conocimientos para satisfacer nosotros mismo nuestras necesidades. (Huanacuni, *apud* Gudynas, 2011: 6).

Uma das coisas que mais me impressionou durante minhas viagens ao TIPNIS foi a importância dos rios na organização da vida das comunidades da região. Além de os rios serem utilizados como vias de transporte para pequenos deslocamentos e grandes viagens, suas águas fazem parte de diferentes aspectos da vida cotidiana no território. Durante as viagens de barco realizadas até o TIPNIS e nos períodos em que estivemos acampados nas comunidades ou no Centro de Gestão, pude perceber como a vida se organiza ao redor da água.

Na ausência de água encanada ou de poços nas áreas que eu conheci, recorríamos sempre ao rio para atender quaisquer necessidades. O período de minhas



visitas ao território coincidiu com a época da seca, e as águas dos rios estavam mais baixas. Os barcos aportados se separavam dos acampamentos por barrancos íngremes e quase sempre muito escorregadios. Assim, tínhamos de nos aventurar pelos barrancos muitas vezes por dia, descendo e subindo com quantidades variadas de água, conforme o uso que ela teria no acampamento.

Descíamos para buscar água para cozinhar, para fazer café e para limpar os utensílios da cozinha; descíamos ao rio para lavar as panelas; descíamos antes das refeições para nos refrescarmos, e depois das refeições para lavar nossos pratos, talheres e *tutumas*. As *tutumas* nascem nas árvores da região, em diferentes tamanhos. De acordo com a tradição, elas devem ser recolhidas das árvores por homens, cortadas ao meio e entregues às mulheres que ficam responsáveis por raspar o seu interior até que reste apenas um delicado objeto que deve ser colocado ao sol para secar. Tudo isso para que as *tutumas* não se rachem quando utilizadas. O instrumento, que também é utilizado em várias regiões do Brasil com o nome de *cuia*, serve para diferentes finalidades: é utilizado para lavar roupas, para facilitar os banhos nas canoas, para esvaziá-las do excesso de água, para comer e para beber – principalmente para beber *chicha*, a cerveja fermentada de arroz, mandioca, milho ou manga que é tomada em grandes *tutumas* durante as comemorações ou conversas mais informais.

Em uma dessas rodas de *chicha*, na comunidade de Nueva Vida, fui presenteada com uma *tutuma* feita para mim naquele mesmo dia. A *tutuma* foi recolhida da árvore, dividida ao meio e me foi entregue para que eu começasse a raspagem. O trabalho é mais difícil do que parece, e a *tutuma* acabou circulando por todos que estavam na nossa roda, sendo raspada por muitas mãos que me ajudaram na tarefa. Já com a minha *tutuma* pronta, seca e entalhada com o meu nome e com o nome do território (aproveito para agradecer a Don Fernando Vargas por essa gentileza), comecei a utilizá-la para todas as atividades que realizava no rio. Descia e subia os barrancos das margens do rio Isiboro com a minha *tutuma* em mãos e reparei que cada hora ela servia a situações diferentes.

A comida, o banho, as roupas, a limpeza de utensílios pessoais ou do acampamento, por necessidade ou por gosto; todo tempo circulávamos pelas proximidades do rio. As águas são importantes para tudo. Mas foi no dia vinte e quatro de junho quando compreendi que a relação das pessoas com a água extrapolava a atenção de suas necessidades diárias e envolvia outras dimensões da cultura e da religião local. Era dia de São João, data comemorada em muitas das comunidades do

território que são católicas. Desde o dia anterior já anunciavam que eu me preparasse para os eventos do *San Juan*. Entre os mais importantes estavam a caminhada por cima das brasas da fogueira, à meia noite, e o banho de rio às quatro da madrugada.

Nessa semana o clima no TIPNIS era de muito frio, chuva e constantes neblinas. Um *surazo* tinha baixado na região. As idas ao rio tornavam-se mais espaçadas, pois nada do que era lavado secava e o frio das águas do Isiboro dificultava os prazerosos e longos mergulhos que antes faziam parte dos meus dias. Naquela madrugada do 24 de junho, quase não consegui sair da barraca, mas as pessoas que iam passando pela região em que estava acampada, a caminho do rio, anunciavam a atividade que aconteceria em seguida, reforçando o convite para que eu me juntasse a eles. Quando cheguei às margens do Isiboro havia cerca de dez pessoas ao redor da fogueira e umas quantas outras na canoas ou já dentro da água, tomando banho. Desci até a beira do rio, mas só consegui mergulhar a cabeça e lavar os cabelos – o que segundo alguns era o mais importante. O frio me fez voltar para a fogueira, e ainda antes do sol começar a acordar, começamos a preparar chocolate e fritos para o café da manhã. Chamam de *chocolate* a bebida preparada com cacau e água fervente. Os *fritos* são feitos de farinha, queijo e água e eram servidos quase todas as manhãs junto com café ou chocolate.

Durante o dia, as tradições do *San Juan* continuaram. Quando já havíamos chegado às proximidades de Gundonovia com a caravana das dezessete embarcações, paramos no sítio de Don Simon para esperar pelo melhor momento de entrarmos na comunidade. Durante a espera pude conversar um pouco mais sobre os costumes do dia de São João e tive os meus cabelos cortados pelo *padrino* da comunidade de Nueva Lacea. O corte dos cabelos é outro costume da data, deve ser realizado por um senhor de idade avançada que já tenha as mãos apropriadas. A propriedade principal das mãos aptas a cortar os cabelos seria uma temperatura ideal – mencionada como uma qualidade dos *padrinos* – que viria com a idade e viabilizaria que o corte dos cabelos fosse bem feito e garantisse a beleza deles no próximo ano. Ninguém me explicou mais sobre o papel que esses senhores cumprem em outras datas religiosas ou comemorativas e não tenho certeza sobre como ou porque os *padrinos* recebem esse título. Depois de cortados, os cabelos devem ser guardados e em seguida enterrados para que não se percam com o vento. No dia de São João, as árvores devem ser regadas com mel e as sementes devem ser espalhadas na terra. As crianças recebem golpes de varetas nos pés

para crescerem altas e com bom caráter. Todo o dia é celebrado em comunhão com o território.

Essas e outras histórias relançam a necessidade de revisarmos as supostas distâncias entre o universo da cultura e da natureza, também nas comunidades do TIPNIS. De maneira recorrente a teoria antropológica aborda a necessidade de desconstruir a artificialidade da separação entre natureza e cultura nas comunidades e entre os povos indígenas. Para que possamos seguir com o debate sobre os contrastes entre o modo de produzir e projetar a vida no TIPNIS e o modelo desenvolvimentista clássico é preciso dar atenção a essas preocupações.

Um dos principais equívocos da proposta de separar a natureza da cultura é a pressuposição de que a natureza é algo externo à vida, que a auxilia e a viabiliza mas não faz parte dela. A natureza, externa e separada, estaria a serviço da vida das pessoas, mas não a definiria. Mas os povos indígenas têm se levantado para afirmar a arbitrariedade de tal proposição. Atualmente, o debate sobre as continuidades entre a natureza e a cultura segue marcando os setores interessados das ciências sociais, mas também marca o movimento indígena preocupado em criar e apresentar exemplos de modos de produzir e de projetar a vida que sejam alternativos ao desenvolvimentismo. O forjar da noção boliviana de *Vivir Bien* se dá nessa esteira. Diante da pouca legitimidade atribuída às perspectivas sobre a vida que não são baseadas na dicotomia entre natureza e cultura, o *Vivir Bien* representa a tentativa de apresentar como válidas outras formas de vida, alternativas ao desenvolvimentismo. A noção procura ser a afirmação de que relações mais íntimas e menos utilitaristas com a natureza são possíveis de serem levadas a sério por governos e Estados.

A reversão da universalização da dicotomia entre natureza e cultura se relaciona com a importância de valorizar a criatividade produtiva dos povos indígenas (De Marzo, 2010: 57). Trata-se de uma necessidade real de legitimação de modos de produzir e de projetar a vida criados e recriados pelos povos indígenas que tenta ser atendida, na Bolívia, através de sua inclusão na Carta Magna do país aprovada em 2009 e no Plano de Desenvolvimento boliviano aprovado em 2006.

O *Vivir Bien* é uma noção que tem como referência os modos indígenas e originários de produzir e de projetar a vida e que se oferece como alternativa política e teórica ao desenvolvimento. Por isso, o *Vivir Bien* precisa ser analisado desde a perspectiva daqueles que ainda disputam com o Estado por seus territórios, mesmo

depois do processo de plurinacionalização. As “sociedades en movimiento” – indígenas – criam, a partir de suas experiências, mensagens sobre a possibilidade de alternativas à lógica desenvolvimentista e capitalista (De Marzo, 2010: 59). Essas mensagens tratam da vida em harmonia com a natureza, com os outros seres vivos e com a terra, e podem servir de apoio para a elaboração de projetos de futuro que não envolvam a percepção da natureza como algo externo à vida (idem: 74). O “enfoque universal” das reivindicações sociais dos movimentos indígenas latino-americanos, que “no se conforman y no manejan exclusivamente sus luchas y resistencias, sino que siempre logran utilizar un lenguaje y una narración que ofrece un enfoque independiente y global del problema” (idem: 100), serve de suporte para a elaboração de discursos que propõem a transição do capitalismo para uma “otra cosa”:

“Otra cosa” implica cualquier cosa que sea capaz de restituir sentido a la palabra democracia, dándole integralmente fuerza a todos sus elementos. “Otra cosa”, que por la nueva subjetividad reside en la posibilidad de construir un modelo de sociedad y de economía que asegure simplemente un “buen vivir”, una vida feliz, como dicen los pueblos indígenas y los campesinos de Abya Yala (idem: 116).

Não há uma alternativa única ao desenvolvimentismo capitalista oferecida pelos povos e nações indígena originário camponeses. Por isso, principalmente, é de se esperar que as noções de *Vivir Bien* (no caso boliviano) ou de *Buen Vivir* (no caso equatoriano), inspiradas nas criações e formulações indígenas e originárias, também reproduzam a multiplicidade de leituras sobre a realidade e sobre o que deveria ser oferecido como alternativa. Daí a dificuldade em falarmos, nesse momento, do *Vivir Bien* enquanto um conceito – mesmo que seja ainda um conceito em construção, como afirma Gudynas (2011b). Por mais que a noção de *Vivir Bien* tenha sido forjada como pretensa expressão da cosmologia indígena originária camponesa na nova Constituição Política do Estado, o seu significado também está em disputa entre o movimento indígena boliviano e entre os campos da academia preocupados em debater os limites do desenvolvimento e as novas possibilidades que emergiram dos processos de transformação política de alguns Estados da América Latina desde o final da década de 1990.

### ***Vivir Bien*: revisões conceituais e rupturas ideais**

Inspirado nas cosmologias dos povosn quéchuas e aymaras, que também vivem na região andina da Bolívia, o *Vivir Bien* engloba um conjunto de ideias forjadas como reação e alternativa aos conceitos convencionais de desenvolvimento. A partir desse conjunto acumulam-se diversas reflexões que “exploran nuevas perspectivas creativas tanto en el plano de las ideas como en las prácticas” (Gudynas, 2011: 1). Nesse momento, o *Vivir Bien* – ou o *Buen Vivir* – “está germinando en diversas posturas en distintos países y desde diferentes actores sociales, [es] un concepto en construcción, y que necesariamente debe ajustarse a cada circunstancia social y ambiental” (idem: ibidem). Recuperando os aportes de Acosta e Choquehuanca, Gudynas afirma que o *Vivir Bien* implica em um “cuestionamiento sustancial a las ideas contemporáneas de desarrollo, y en especial su apego al crecimiento económico y su incapacidad para resolver los problemas de la pobreza” (idem: 2). No texto em questão e em outros trabalhos, Gudynas realiza o debate ao redor do termo *Buen Vivir*, e não *Vivir Bien*. A noção é manejada de maneira sutilmente diferente na Constituição equatoriana e boliviana, mas apesar disso é possível recuperar as reflexões ao redor das duas expressões e organizá-las em um só debate sobre as alternativas ao desenvolvimento forjadas na América do Sul a partir da referência na cultura e na cosmologia andina. Assim, este trabalho está preocupado com a realidade boliviana e o manejo da ideia de *Vivir Bien*, mas também se apoia na literatura que discute o *Buen Vivir*.

Para Gudynas, portanto, existem pelo menos três planos a partir dos quais é possível abordar o *Vivir Bien*: o plano das ideias, dos discursos e o das práticas. No plano das ideias, o *Vivir Bien* significa o questionamento às bases conceituais da ideia de desenvolvimento, a compreensão da necessidade de desconstruir a dicotomia entre a natureza e a cultura, a defesa da construção de um repertório legal que inclua os direitos da terra, da natureza, da *Pachamama*. Enquanto discurso, o *Vivir Bien* interrompe a celebração do crescimento econômico e dos recursos materiais como sinônimos de bem estar social: “sus apelaciones a la calidad de vida discurren por otros caminos, y además incluyen tanto a las personas como a la Naturaleza. Se abren las puertas a otras formas de hablar, escribir o pensar nuestro mundo” (idem: ibidem). Já enquanto prática, o *Vivir Bien* representa uma transformação de ações concretas; nesse campo estão os maiores desafios da ideia, “en el sentido de convertirse en estrategias y acciones concretas, que

no repitan las posturas convencionales que se critican, y que además sean viables” (idem: *ibidem*).

Não considero que a identificação desses três aspectos do *Vivir Bien* dê conta de esgotar o debate sobre a plasticidade dessa noção, tal como ela tem aparecido na Bolívia. O *Vivir Bien* surge como uma variedade de ideias, de discursos e de práticas. Como pude verificar durante esta investigação, não existem três possibilidades para o *Vivir Bien*, mas uma multiplicidade delas. Esse enorme conjunto de definições pode, por sua vez, ser organizado a partir dos três planos apresentados por Gudynas, mas a consequência é o aparecimento de três conjuntos heterogêneos de formulações. Mesmo assim, o objetivo desse capítulo é explorá-los, verificar de perto a heterogeneidade das ideias, dos discursos e das práticas sobre o *Vivir Bien* a partir do momento em que segmentos indígenas bolivianos passaram a disputar o sentido do desenvolvimento no país, denunciando, muitas vezes, a insuficiência da noção em debate enquanto ideia que de fato poderia reorganizar discursos e práticas no país.

O objetivo dessa primeira sessão é discutir o *Vivir Bien* enquanto uma ideia oferecida em substituição ou em concorrência à ideia de desenvolvimento. Na bibliografia investigada o *Vivir Bien* é apresentado como uma ideia forjada a partir da tentativa de reverter a separação entre a natureza e a cultura. A discussão é vasta, e não se resume aos temas do desenvolvimento e do *Vivir Bien*.

O debate sobre a dicotomia entre a natureza e a cultura marca a história e a contemporaneidade das ciências sociais, especialmente da antropologia, aparecendo em diferentes contextos e em relação a diferentes temas. Desde Lévi-Strauss observa-se a separação entre natureza e cultura como um artifício responsável pela homogeneização do pensamento cristão, que cria a ilusão de que os “selvagens” não cristãos e pouco sofisticados estabeleceriam relações entre si e com a natureza a partir da utilidade que ela teria para o grupo. A “ilusão totêmica” implica na assunção de que o “selvagem” se apropria da natureza a partir da utilidade que ela pode ter para o grupo, que a partir daí teceria relações sociais, econômicas, políticas e religiosas que não poderiam deixar de ser pouco sofisticadas. Mas as plantas e os animais não têm de ser sempre, de acordo com o antropólogo francês, “boas para comer” – algumas vezes são importantes para um grupo social por serem “boas para pensar”, o que evidenciaria a complexidade das relações dos homens com a natureza (Lévi-Strauss, 1975).

O debate já aparecia antes, em trabalhos de Radcliffe-Brown e Malinowski. Mas a partir da referida obra de Lévi-Strauss, a separação entre natureza e cultura é desnaturalizada e percebida como uma construção do pensamento humano; a natureza é percebida como algo que é incorporado à ordem social e não subordinado a ela. As discussões seguiram marcando o desenvolvimento do pensamento antropológico. Em Latour (1994), a separação entre natureza e cultura aparece como uma construção moderna responsável pela configuração e uma temporalidade própria, que apaga o passado em nome da busca por um novo tempo, moderno. Descola (1996) fala em um “preconceito naturalista” como o contexto das relações com a natureza; Ingold (1994) revisa a própria ideia de humanidade (em oposição à animalidade) como expressão das tensões entre grupos sociais, propondo novas reflexões sobre os limites entre a natureza e a cultura.

Os exemplos poderiam ser muitos outros, mas não são o centro das preocupações nesse momento. Mesmo assim, quando nos aproximamos das problemáticas que envolvem essa dissertação, algumas dessas temáticas marcantes da antropologia reaparecem, mesmo que outras tenham de ser deixadas de lado. Entre os debates que permanecem, o que mais parece pertinente para a revisão da ideia de *Vivir Bien* é, como já foi dito, aquele sobre necessidade de desnaturalizar a separação entre a natureza e a cultura, compreendendo que essa dicotomia é histórica e culturalmente situada e, portanto, não pode ser estendida como chave interpretativa para todas as sociedades do planeta. Para os fins desse trabalho, é central que se perceba 1) a importância da natureza para a configuração do pensamento social (econômico, político, religioso e cultural) indígena e 2) a preocupação da ideia de *Vivir Bien* com a recuperação dessa relação diante da necessidade de oferecer alternativas ao projeto desenvolvimentista de relação com a natureza.

As aproximações mais interessantes entre desenvolvimento e *Vivir Bien* (ou *Buen Vivir*) são feitas a partir dessa esteira de preocupações. Para Gudynas, por exemplo, “el Buen Vivir no es solamente uno más entre otros ‘desarrollos alternativos’, sino que pone en discusión toda la base conceptual del desarrollo occidental” (Gudynas, 2010: s/p). O debate sobre “desenvolvimentos alternativos” ou “alternativas ao desenvolvimento” é pertinente para essa discussão, uma vez que reflete não somente sobre as maneiras de atender às necessidades impostas pela lógica do desenvolvimento, como também sobre a própria consolidação dessa lógica em escala global. No caso

boliviano a temática se torna especialmente interessante, pois evidencia as tensões ao redor da tentativa de consolidar um paradigma civilizatório com referências nas cosmologias indígenas que circulam pelo país, paradigma que em seguida é oferecido como uma espécie de desenvolvimento alternativo em diálogo com projetos, políticas e instituições sintonizadas com a lógica do desenvolvimentismo clássico. De todas as maneiras, em movimento, o *Vivir Bien* pode ser percebido como ideia alternativa ao desenvolvimento, como discurso de desenvolvimento alternativo e/ou como prática que permite a reprodução do desenvolvimentismo clássico no país.

Mas o que significa a reprodução do desenvolvimentismo clássico? A partir da Segunda Guerra Mundial o “desarrollo se volvió el instrumento para crear un modelo de sociedad que responde a parámetros universales, sin distinciones culturales, hagiográficas, ambientales, sociales, históricas ni económicas” (De Marzo, 2010: 153). Trata-se do fortalecimento de um modelo econômico e de uma utopia que “transforma un mundo de visiones en uno homogéneo y universal, donde la vida de las personas viene articulada por los tempos del mercado y las relaciones medidas por el concepto de ‘ciudadanía global’” (idem: *ibidem*). Um dos sintomas dessa “patologia moderna” seria a conversão do pensamento humano em algo linear e unidimensional, isento dos traços de criatividade e autonomia que deveriam marcar as suas infinitas possibilidades (idem: 153 e 154). Diante da falta de autonomia das economias locais em exercitarem sua criatividade produtiva, Ásia, África e América Latina são convertidas, pela lógica do desenvolvimento, em regiões subdesenvolvidas, necessitadas de auxílio e intervenção estrangeira capaz de reverter sua situação de atraso (Escobar, 2005b: 18).

O modelo desenvolvimentista começa a se oferecer como pretensamente universal ao final da Segunda Guerra e, nas décadas seguintes, converte-se na grande promessa da metade capitalista do mundo bipolarizado. A vitória do capitalismo sobre o comunismo ao final da Guerra Fria e o decorrente avanço da universalização dos ideais capitalistas não diminuíram a intensidade da busca pela legitimação universal do desenvolvimentismo capitalista. Ao contrário, o anseio pelo desenvolvimento dos mercados e das forças produtivas continuou marcando os sistemas econômicos e políticos da maioria dos países do mundo. Mesmo tratando-se de uma ideologia/utopia baseada na necessidade de explorar recursos e povos em nome da atenção das necessidades do mercado e das elites econômicas, o discurso do desenvolvimento se



apresenta como uma possibilidade real para toda a humanidade<sup>13</sup>. Ainda quando marcadamente inalcançável o desenvolvimento serve como referência de organização da vida em quase todo o globo.

Para Eduardo Gudynas a homogeneização desse modelo não passou despercebida: “Se cuestionan, por ejemplo, la racionalidad del desarrollo actual, su énfasis en los aspectos económicos y el mercado, su obsesión con el consumo, o el mito de un progreso continuado” (2011: 2). O modelo desenvolvimentista clássico encerra um conjunto de possibilidades que, “en ausencia de un pensamiento fuerte alternativo, se presenta como única e inevitable manera posible para vivir y relacionarse” (De Marzo, 2010: 24). Ainda de acordo com De Marzo,

Según el paradigma de civilización occidental, la Tierra no es más que el planeta en el que vivimos. Una definición que legitima la transformación de una infinidad de sujeto ‘vivos’ en objetos a disposición del desarrollo y del progreso humano, en la lógica del crecimiento de las necesidades y de los consumos ilimitados (idem: 164).

É nesse contexto que começam a desabrochar nos Andes novos “paradigmas de civilización” que, para De Marzo, seriam baseados “en el modelo milenario de vida de las comunidades originarias”. Para o autor, ainda, trata-se de uma ideia que percebe a terra como “‘aquella’ – el femenino – que da la vida y la garantiza, por esto es considerada la ‘madre’ de todos los seres vivos, seres humanos incluidos” (idem: 157). A noção de Mãe Terra, a *Madre Tierra* ou *Pachamama* deve ser compreendida nesse contexto. A construção de um paradigma alternativo ao desenvolvimentismo deve passar pela consideração da *Pachamama* como um sujeito de direitos, como parte da vida das pessoas e não apenas como um recurso para que a vida se viabilize. Para Gudynas,

cualquier alternativa al desarrollo requiere reconceptualizar la idea occidental de una Naturaleza externa a nosotros, desarticulada en objetos, que pueden ser manipulados y apropiados como recursos. El Buen Vivir cobija distintas formas de disolver la dualidad que separa la sociedad de la Naturaleza, y reposiciona al ser humano como integrante de la trama de la vida (2011: 16).

---

<sup>13</sup> Vale trazer para consideração a reflexão de Acosta sobre os mercados, baseada na formulação de Karl Polany: “‘*el mercado es un buen sirviente, pero un pésimo amo*’-; al mercado hay que organizarlo y controlarlo, pero no asumirlo como mecanismo de dominación. En definitiva, el Estado deberá ser ciudadanizado y el mercado habrá de ser civilizado, lo que en ambos casos implica una creciente participación de la sociedad” (Acosta, 2011: 201).

De acordo com a compreensão dos povos andinos, o *Vivir Bien* supõe “una idea de la vida y del desarrollo basada en la conciencia de utilizar de la naturaleza sólo lo necesario, para evitar dañar y perjudicar su reproducción, comprometiendo así también los derechos de las generaciones futuras” (De Marzo: 157). O *Vivir Bien* seria a noção capaz de dar conta de organizar “el conjunto de los esfuerzos orientados a crear las condiciones materiales y espirituales para realizar una vida armónica y feliz” (idem: 161). Idealmente, a promoção do *Vivir Bien* trata da construção de

una visión de conjunto entre individuo, comunidad, cultura, naturaleza, seres vivos, derechos y responsabilidad que acaba en un modelo de desarrollo capaz de sostener y hacer crecer a una economía social y solidaria, respetuosa de los ciclos de la vida y, al mismo tiempo, capaz de hacer emerger, dotando de valor, a la independencia entre todos los seres vivos (idem: 164).

Para Gudynas, o *Buen Vivir*, ou o *Vivir Bien*, trataria da criação de “espacios” nos quais “se abandona la pretensión moderna de dominar y manipular todo lo que nos rodea, sean personas o la Naturaleza, para convertirlo en medios que sirven a nuestros fines” (2011: 15). Ainda de acordo com o autor, “en realidad el Buen Vivir se delimita como una plataforma donde se comparten diversos elementos con una mirada puesta en el futuro; posee un horizonte utópico de cambio” (idem: 18). A partir desse horizonte de transformações, se projeta a construção (ou a reconstrução) de outras formas de relação com a natureza – formas de relação que a incluam como parte essencial da vida humana. Para Acosta, “los recursos naturales no pueden ser vistos como una condición para el crecimiento económico, como tampoco pueden ser un simple objeto de las políticas de desarrollo” (2011: 195). Para ele, como para outros autores, a humanidade não está fora da natureza e por isso as políticas econômicas ou as estratégias produtivas não podem ser traçadas como se assim o fosse.

A própria utilização do termo “recursos naturais” é problemática, como também aponta Acosta: a expressão tem como pressuposto a externalidade da natureza em relação à vida humana. O autor lembra que “la Naturaleza fue y sigue transformada en recursos naturales e incluso en ‘capital natural’ a ser explotado, domado y controlado” (idem: 196). Diante dessa lógica de tomada da natureza como recurso disponível para o capital, os modos indígenas e originários de produzir e projetar a vida vão sendo

esvaziados de sua sofisticação e considerados, muitas vezes, como românticos, atrasados, conservadores ou ingênuos. Diante da tomada da natureza como recurso, a preservação é equiparada com o não aproveitamento. A dicotomia entre natureza e cultura sustenta o projeto desenvolvimentista e é sustentada por ele, pois garante que a natureza possa ser tomada como algo externo, disponível e passível de aproveitamento em favor das economias (sejam elas locais, nacionais ou internacionais). O desenvolvimentismo clássico, para operar, precisa que a dicotomia entre a natureza e a cultura ainda funcione. É nesse sentido que o *Vivir Bien*, enquanto ideia, tem o potencial de desarmar a armadilha desenvolvimentista, propondo a legitimação e inclusive o reconhecimento legal de outras formas de conceber e de se relacionar com a natureza.

Talvez, por tudo isso, o mais importante da discussão seja o reconhecimento do *Vivir Bien* como um conjunto dinâmico de referências que desafiam a hegemonia do desenvolvimentismo clássico. Nesse sentido, o oferecimento do *Vivir Bien* como um paradigma substituto ao desenvolvimento carregaria um paradoxo interno, pois apenas representaria a tentativa de afirmar um novo regime de organização de políticas em substituição de um outro, ignorando o que há de mais importante no debate: a necessidade de reconhecer a diversidade e a consequente insuficiência de um paradigma único de felicidade e boa vida. Como já afirmou Gudynas, “antes que un concepto acabado, el Buen Vivir expresa un proceso, una construcción paulatina donde intervienen una amplia variedad de voces. Por lo tanto existen distintas versiones, cada una de ellas con sus énfasis y respondiendo a coyunturas específicas” (2010: s/p).

Sendo assim, é fundamental reconhecer a importância do *Vivir Bien* enquanto uma ideia desafiadora do estabelecido, mas também é fundamental investigar se sua conversão em política institucionalizada dá conta de manter essas características subversoras. Na Bolívia (e no Equador) o termo deixou de ser somente uma ideia e foi apresentado também como um discurso estatal e governamental. É preciso acompanhar o significado desse deslocamento para que seja possível, ao final, perceber o cenário completo no qual os projetos de desenvolvimento de infraestrutura têm sido formulados e realizados.

## Surge um novo discurso sobre desenvolvimento na Bolívia

A eleição de Morales trouxe consigo o início de um processo de reformas políticas e institucionais que inclui a assimilação pelo Estado do *Vivir Bien*. A noção já aparecia nos discursos políticos e econômicos que atravessaram o projeto político de transformação organizado pelos movimentos indígenas, originários e camponeses da Bolívia em torno da candidatura de Evo Morales e do MAS. Por mais que a noção tenha referências nas culturas quéchuas e aimarás, ela foi mobilizada como expressão do projeto político indígena, originário e camponês que se organizava ao redor da candidatura de Morales. O centro do debate era o enfrentamento à herança colonial e neoliberal. A ideologia/utopia desenvolvimentista é desacreditada como capaz de suportar as transformações que o povo boliviano necessita e nesse contexto o *Vivir Bien* ascende como símbolo de um novo conjunto de obrigações do Estado em relação aos povos e nações da Bolívia. É um primeiro sinal da transformação da ideia em um discurso político.

- Para Vivir Bien (*suma qamaña*<sup>14</sup>):
- Saber alimentarse (*suma manq'aña*)
- Saber beber (*suma umaña*)
- Saber danzar (*suma thuqhuña*)
- Saber dormir (*suma ikiña*)
- Saber trabajar (*suma irnaqaña*)
- Saber meditar (*suma lupiña*)
- Saber amar y ser amado (*suma munaña y munayasiña*)
- Saber escuchar (*suma ist'aña*)
- Saber soñar (*suma samkasiña*)
- Saber expresar (*suma aruskipasiña*)
- Saber caminar (*suma sarnaqa*)

A principal marca dos novos discursos que emergem no contexto da plurinacionalização do Estado boliviano é a desconstrução da equiparação entre crescimento econômico e desenvolvimento do país. O desenvolvimento ainda é mantido como um horizonte desejado, mas para alcançá-lo seria preciso que toda a população da

---

<sup>14</sup> Essa definição do *Vivir Bien* apareceu como epígrafe de um material distribuído pelo governo plurinacional boliviano tratando desse tema. Os termos em itálico, nesse momento, são expressões em aymara, uma das línguas faladas nos Andes bolivianos. As principais referências do *Vivir Bien* vêm dos povos aymaras e quéchuas.

Bolívia vivesse bem. É preciso que o Estado ofereça condições para que o povo viva bem, para que possa e saiba como alimentar-se, beber, dançar, dormir, trabalhar, meditar, etc. Trata-se da construção de um outro conjunto de referências sobre felicidade e boa vida, e os planos de desenvolvimento do país passam a ser construídos em torno desses discursos.

A institucionalização do *Vivir Bien* e a sua transformação em discursos políticos e econômicos notoriamente produziu transformações na noção, que se refere ao *Vivir Bien* enquanto ideia e enquanto discurso. Se enquanto ideia o *Vivir Bien* desafia as bases da lógica desenvolvimentista (oferecendo outras possibilidades de relação entre homem e natureza como alternativas viáveis) enquanto discurso, na Bolívia, o *Vivir Bien* manifesta-se como uma espécie de desenvolvimento alternativo, o desenvolvimento para *Vivir Bien*, uma nova variedade produzida a partir das possibilidades que a plasticidade do conceito de desenvolvimento garante.

É possível acompanhar o desdobramento do discurso sobre o desenvolvimento para *Vivir Bien* no Estado boliviano através da análise de três documentos distintos, o Plano Nacional de Desenvolvimento, de 2006; a nova Constituição Política do Estado, aprovada em 2009; e o novo Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, ainda em fase de finalização. O objetivo dessa seção não é tentar compreender o significado da inclusão dessa noção na Carta Magna do país e sim perceber como ela atravessa as instituições bolivianas até se apresentar como um novo discurso sobre desenvolvimento que ainda impacta a vida das comunidades do TIPNIS. Por isso mesmo não há, neste trabalho, a preocupação em tratar com mais detalhe a questão da Constituição e do *Vivir Bien*. Por hora vale dizer que *Vivir Bien* é a base da nova Constituição Política do Estado, é um dos princípios que a organiza – bem como as ideias de unidade, igualdade, inclusão, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, respeito, equidade social e de gênero, responsabilidade e justiça social (Gudynas, 2011: 4). O *Vivir Bien*, norteador da Constituição, materializa-se como símbolo da plurinacionalização do país, é a insígnia indígena que percorreu o mundo como sinal da vontade de mudança embutida no processo boliviano de transformação. Para Fernández, essa é a grande novidade da Constituição do país:

habría que decir que la “impronta indígena” es su característica principal. Ellos están ahí. Están ahí por muchas cosas, por su manera de concebir el mundo, la vida, la religión, por su manera de compatibilizar cosas que para nosotros a veces son

mutuamente excluyentes, por sus símbolos y, también, por la manera como han asimilado los códigos de la modernidad, los preceptos del derecho, por su adaptación a las exigencias del mundo moderno sin renunciar a lo que consideran su derecho y a su manera de concebir el mundo. Por su necesidad de existir como personas en un mundo de personas. Por su *ethos*. El *ethos* indígena está ahí. Expresado por fin, de la manera que ellos quieren expresarlo (Fernández, 2009: 46) <sup>15</sup>.

Na Constituição também já estava proposto que o “modelo económico boliviano es plural y está orientado a mejorar la calidad de vida y el vivir bien” (Art. 306). Meu interesse se localiza nesse campo. Por isso, em seguida apresento como o *Vivir Bien* é manipulado no Plano Nacional de Desenvolvimento da Bolívia de 2006 e quais os tipos de políticas e projetos são organizados sobre a sua vigência enquanto noção norteadora do processo de transformação boliviano.

*Plan Nacional de Desarrollo 2006 – 2011: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien:*

O Plano Nacional de Desenvolvimento aprovado no primeiro mandato do presidente Evo Morales deve ser considerado como o primeiro sinal do processo de transformação que começaria a atravessar as instituições bolivianas e que teve como ápice a Constituinte e a promulgação da nova Constituição Política do Estado, em 2009. O *Plan Nacional de Desarrollo* (PND) foi apresentado oficialmente no Palácio do Governo em junho de 2006, e durante o segundo semestre daquele mesmo ano foi apresentado em todo o país para as organizações sociais, indígenas e camponesas através de seminários abertos ao público<sup>16</sup>.

O documento é dividido em seis capítulos: o primeiro, “Concepción de Desarrollo”, apresenta ao público o que é considerado como o desenvolvimento almejado pelo Estado para a população e para o país; o segundo, “Bolivia Digna”, trata da necessidade de erradicação da pobreza e das desigualdades na Bolívia; o terceiro capítulo, “Bolivia Democrática”, considera o povo boliviano em sua totalidade e em sua variedade como sujeitos responsáveis e capazes de promover o desenvolvimento do

---

<sup>15</sup> “Al entenderse como un hábito, como un modo de ser, el *ethos* constituye para la tradición griega una segunda naturaleza. Se trata de una creación genuina y necesaria del hombre, pues éste desde el momento en que se organiza en sociedad, siente la necesidad imperiosa de crear reglas para regular su comportamiento y permitir modelar así su carácter” (Fernández, 2009: 46 e 47).

<sup>16</sup> As informações compiladas nessa seção foram reunidas no próprio Plano Nacional de Desenvolvimento, disponibilizado pelo *Ministerio de Planificación del Desarrollo*.

país; o quarto capítulo “Bolivia Productiva”, propõe a transformação e a diversificação da matriz produtiva boliviana; o quinto, “Bolivia Soberana”, anuncia a importância da presença internacional dos povos e nações indígenas, originários e camponeses bolivianos, destacando a necessidade de uma atuação internacional do país que seja soberana e com identidade própria; o último e sexto capítulo “Sostenibilidad Macroeconómica”, anuncia a proposta de realização de transformações estruturais na orientação do desenvolvimento do país que deve apontar para a democratização integral, intercultural e diversificada da economia para “generar las condiciones que permitan el Vivir Bien” (Bolívia, 2007: 175). A estabilidade macroeconômica é um requisito para o bom sucesso da proposta de *Vivir Bien*. Além dos capítulos, o PDN conta com uma Introdução e com uma sétima seção, ao final do documento, intitulada “Programa de Inversión Pública 2006-2007”.

A Introdução foi redigida pelo então ministro de planejamento do desenvolvimento, Carlos Villegas Quiroga, e nela é considerado como evidente o mal funcionamento do modelo econômico primário exportador que exterioriza os lucros e não garante a possibilidade de um desenvolvimento nacional, argumento que é presente na história do pensamento social boliviano pelo menos desde a independência do país, como foi apresentado na introdução dessa dissertação (seção “A construção da Bolívia Plurinacional”).

De acordo com o texto “el nuevo patrón [de desarrollo] tiene como función la generación, control y distribución de los excedentes producidos por los recursos naturales renovables y no renovables para la acumulación interna que alimente, en el largo plazo, el desarrollo nacional (idem: I)”. A sétima seção do documento também oferece dados importantes; apresentando quatro grupos de investimentos importantes para a consolidação do *Vivir Bien*, o texto permite a visualização das áreas que seriam estratégicas para que o povo boliviano viva bem. A ampliação e a manutenção das vias do país administradas pela *Administradora Boliviana de Carreteras* (ABC) ou pelos governos departamentais e municipais é uma das prioridades do PND. Os investimentos nessa área representam 38,9% do total para o quinquênio 2006-2011, sinalizando que a construção de vias é compreendida como parte importante da proposta institucional do *Vivir Bien*.

Mas, nesse momento, o que é mais importante para os fins desta dissertação é o tratamento da concepção de desenvolvimento apresentada no PND, o que justifica uma

análise mais atenta somente do primeiro capítulo do documento. De acordo com o PND, a desigualdade provocada pela implementação de projetos desenvolvimentistas culminaram na demanda pela construção de novas alternativas de futuro baseadas no reconhecimento da diversidade cultural e social do país. Em um país multiétnico e pluricultural como a Bolívia, “el desarrollo debe edificarse desde una lógica plurinacional de convivencia civilizatoria”, uma lógica de convivência que “articula las diversas maneras de percibir, asumir, interpretar la vida, la sociedad, la naturaleza, la economía, y el Estado” (Bolívia, 2007: 2).

A nova proposta de desenvolvimento nacional estaria baseada na garantia do *Vivir Bien* tal como ele fosse concebido por cada povo ou nação indígena na Bolívia. O desenvolvimento baseado na promoção do *Vivir Bien* propõe a substituição dos conteúdos clássicos do desenvolvimentismo (como a dicotomia entre natureza e cultura, a concepção linear do tempo e a fé no progresso, por exemplo) por conteúdos provenientes do encontro entre os povos e as comunidades do país, que respeitem a diversidade e a identidade cultural. “El Vivir Bien”, define o documento ao justificar o abandono do conceito clássico de desenvolvimento, “es la expresión cultural que condensa la forma de entender la satisfacción compartida de las necesidades humanas, más allá del ámbito de lo material y económico” (idem: ibidem).

O Plano pretende desconstruir a fé evolucionista na ideia de progresso linear, que culmina na divisão errônea das sociedades como modernas/primitivas ou avançadas/atrasadas – desenvolvidas/subdesenvolvidas. Para tanto propõe a implementação de um plano de ação baseado na horizontalidade entre os povos, nações e comunidades do país; propõe a promoção do desenvolvimento nacional a partir da recuperação dos vínculos ancestrais das culturas do país com a natureza e com as suas memórias sociais. Dessa maneira o direito da população ao *Vivir Bien* poderia ser assegurado e é em torno desse projeto que um novo discurso sobre desenvolvimento passa a ser articulado na Bolívia.

Mas os diagnósticos de analistas do país não são otimistas em relação ao potencial de transformação que poderia emergir desses novos discursos. Para Medina, depois de seis anos de gestão de Morales e de manejo do *Vivir Bien* “el MAS no puede presentar un solo proyecto iniciado de implementación del Vivir Bien” (2011: s/p). A insuficiência viria da incoerência interna do projeto: o *Vivir Bien* é a estratégia do Plano Nacional de *Desenvolvimento*, e “en el título del PND ya se da la incoherencia” (idem:



s/p). O autor justifica sua descrença: “cuando estos dos paradigmas antagónicos [Desarrollo y *Suma Qamaña*] se quieren implementar en un espacio político y administrativo, regido por la *ratio* occidental, como es la ‘forma Estado Nación’, las buenas intenciones tienen patas cortas” (idem: s/p). A unilateralidade do desenvolvimento seria relativizada enquanto a profundidade do projeto andino do *Suma Qamaña* se perderia ao ser traduzido automática e inconscientemente “a parámetros cósicos y cuantificables. De ahí el patético esfuerzo de los funcionarios bolivianos por encontrar ‘Indicadores’ para medir su implementación en el PND”. O autor continua com seu argumento incisivo, fazendo referência a David Choquehuanca, chanceler boliviano desde 2006 e um dos principais ideólogos do *Vivir Bien*: “el desarrollo se puede medir; el *Suma Qamaña*, no. Así, pues, el ‘Para Vivir Bien, no mejor’ choquewanquiano es sólo, lamentablemente, un *flatus vocis*. Retórica. Cuan cierto es eso de que no hay nada más práctico que una buena teoría” (Medina, 2011: s/p).

Desde essa perspectiva, as contradições que se reproduzem através das instituições públicas bolivianas preocupadas com os temas de desenvolvimento e da garantia do *Vivir Bien* seriam engendradas pela própria contradição que emerge da tentativa de conciliar a ideologia/utopia desenvolvimentista com os ensinamentos andinos compilados na ideia de *Suma Qamaña*. Não seria só a contradição da experiência boliviana, seria a contradição de uma época – na qual as tentativas de abandono da lógica hegemônica ainda são parciais, não dando conta de desmontar os pressupostos lógicos que sustentam o modelo que se almeja superar. A perspectiva não é nova. É possível se encontrar respaldo para tal proposição em reflexões como as de Sahlins sobre as instituições havaianas. De acordo com o autor, “a natureza das instituições não é nada senão o seu devir (*nascimento*), em certas épocas e sob certas formas. Quando a época e a forma são tais e quais, assim e não de outro modo são as instituições que vêm a ser” (Sahlins, 2011: 59).

#### *Plan de Desarrollo Económico y Social 2012-2015:*

Em substituição ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) o *Ministerio de Planificación del Desarrollo* começa a elaborar o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) para “operativizar la visión del país traducida en la

Constitución Política del Estado” entre 2012 e 2015<sup>17</sup>. Apesar de o plano estar oficialmente vigente desde janeiro de 2012, durante o período de realização desta investigação sua versão final ainda não havia sido divulgada. Por isso mesmo, uma comparação (necessária) entre o sentido atribuído ao desenvolvimento nos dois Planos não pode ser realizada de maneira mais definitiva nesse momento. Mesmo assim, é possível trabalhar com as informações sobre o PDES divulgadas até então, oferecendo pelo menos um panorama a respeito da circulação da ideia de *Vivir Bien* entre os documentos do país preocupados com a temática do desenvolvimento.

O PDES será elaborado ao redor de cinco áreas de trabalho, já divulgadas. A primeira, “Patria Unida con la nueva Constitución”, se propõe a elaborar políticas que visem a consolidação “del Estado unitario social de derecho donde seamos un Estado comunitario, libre, independiente, soberano, con derechos fundamentales para todos”; a segunda área de trabalho tem o nome de “Patria Grande e Industrial en la Era Satelital”, e pretende organizar um salto industrial no país que possibilite à Bolívia deixar de ser “un país exportador de materias primas para generar ese valor agregado en beneficio nuestro”; a terceira é “Patria Fuerte con Producción y Empleo”, e pretende “velar por la seguridad y la soberanía alimentaria, garantizar los derechos fundamentales adquiridos sobre la Ley, sobre la tierra y fomentar los emprendimientos económicos”; a quarta área tem nome de “Patria Segura Patria para Todos”, e tem como finalidade elaborar políticas que deem conta de “construir una sociedad justa, armoniosa, una sociedad sin exclusión social”; a quinta e última área de trabalho é a “Patria Libre Símbolo Mundial”, e deve garantir a erradicação de “toda la corrupción, [y] el narcotráfico, [para] poder generar paz, armonía en el país y también a nivel internacional con todos nuestros vecinos y la comunidad mundial”.

O *Vivir Bien* desapareceu do título do documento e tampouco pode ser observado nessas áreas de trabalho apresentadas até o momento. Isso não significa, necessariamente, que ele deixe de servir como discurso basilar para os planos de desenvolvimento do país. Quando busquei as últimas diretrizes de planejamento do Ministério (de 2012 e 2013) pude verificar a persistência do uso do *Vivir Bien*, ainda que de forma mais tímida e menos central em comparação com o Plano de 2006. Ao que parece, o PDES 2012-2015 resolve as contradições mais nítidas do PND (aquelas incompatibilidades entre desenvolvimento e *Suma Qamaña* denunciadas por Medina)

---

<sup>17</sup> As informações e os trechos aqui reproduzidos foram retiradas do site do *Ministerio de Planificación del Desarrollo* e estão disponíveis na página <http://www.planificacion.gob.bo> (Acesso em 19/11/2013).

não retomando o debate sobre a conceptualização do desenvolvimento. Sem resolver o embate entre desenvolvimento e *Vivir Bien*, o PDES ratifica as críticas que denunciavam o *Vivir Bien* enquanto uma perífrase do desenvolvimentismo.

**Políticas de desenvolvimento na Bolívia do *Vivir Bien*  
(ou: Sobre aquilo que podia ter sido e que não foi<sup>18</sup>)**

Ideias, discursos, práticas. A plasticidade do *Vivir Bien* exige que sua potência seja avaliada em cada uma dessas suas três formas de aparecer. Ao que parece, o *Vivir Bien* perde sua potência quando se transporta entre os planos apresentados por Gudynas (2011); pretendo comprovar essa proposição argumentando que na prática projetos desenvolvimentistas ainda são planejados sob a vigência do conceito clássico de desenvolvimento. Enquanto prática, o *Vivir Bien* não se apresenta na realidade boliviana.

Considero o plano da prática como o plano da formulação das políticas públicas, principalmente aquelas relacionadas à criação de infraestrutura para a integração ou para servir ao comércio nacional e internacional – campo de projetos no qual se concentram a maioria dos investimentos realizados em nome do desenvolvimento. Nesse campo não se observam projetos que levem em conta o vínculo ancestral dos povos e nações indígena originário camponeses com a terra, o que serve de argumento para a proposição de que a lógica desenvolvimentista segue imperante no país. As políticas para a infraestrutura ainda obedecem a lógica do desenvolvimentismo, superestimando as necessidades dos mercados nacionais e internacionais em detrimento dos direitos dos povos sobre seus territórios.

Mesmo que estejamos diante de um país que fez o *Vivir Bien* ecoar pelo mundo enquanto um discurso diferenciado sobre desenvolvimento, existem enormes dificuldades de observar políticas públicas, principalmente aquelas relacionadas aos territórios indígenas, que não sejam baseadas na premissa da dicotomia entre natureza e cultura. O caso do TIPNIS é um dos exemplos mais precisos da perpetuação de uma política desenvolvimentista clássica na Bolívia. O *Vivir Bien*, desde essa perspectiva de análise, é *slogan* de um governo que transformou as instituições, mas não mudou o

---

<sup>18</sup> Referência ao verso do poema “Antologia”, de Manuel Bandeira.

modelo econômico do país, que segue recuperando e reproduzindo a herança desenvolvimentista dos governos anteriores, agora com ajuda e investimento brasileiro, como vimos no terceiro capítulo dessa dissertação.

Por ser uma “fuerza social real” (Escobar, 2005b: 19) ainda na Bolívia do *Vivir Bien*, o desenvolvimento continua sendo a ideologia/utopia por trás de projetos de diferentes ordens no país. Mesmo uma análise superficial da caderneta distribuída pelo *Ministerio de Planificación del Desarrollo* tratando dos logros do PND entre 2006 e 2009 permite observar que o que é considerado como vitória do PND pouco tem a ver com a desconstrução de premissas da lógica desenvolvimentista clássica. Nota-se, por exemplo, a exaltação da realização de obras de infraestrutura viária e produtiva, da reativação da atividade mineira estatal, da exploração de ferro no monte Mutún, da pavimentação média de 276km de estrada por ano (em oposição aos 113km/ano dos governos anteriores), da criação do Banco de Desenvolvimento Produtivo, do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país, do incremento das Reservas Internacionais Líquidas bolivianas, do controle da inflação e do logro do superávit fiscal. Essa série de realizações é importante e representa a consolidação da economia boliviana desde várias perspectivas. Mas também representa a continuidade da uma visão tradicional da economia política do país, ainda percebida desde a lógica do crescimento e do progresso. É difícil ver como o êxito nessas áreas pode significar uma ruptura com o modelo econômico hegemônico rumo à consolidação do *Vivir Bien*.

Também no documento distribuído pelo MAS em 2009, o plano de governo de Morales e Linera para as eleições presidenciais daquele ano, é possível observar que os porta-vozes do *Vivir Bien* no cenário internacional (o presidente e o vice-presidente da Bolívia) consideram que para a Bolívia alcançar o *Vivir Bien* é necessário, por exemplo, uma “Revolução Viária” capaz de integrar o país através da construção de pontes e estradas. Para o período de 2009-2014 é prevista a construção de 4.076km de estradas pavimentadas, número que inclui explicitamente os 306km previstos para a estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos (MAS-IPSP, 2009: 93) . Diante de tudo isso, a frase que aparece em diferentes *outdoors* espalhados pela Bolívia deixa de espantar; é possível compreender a assimilação do aparente paradoxo representado na propaganda “Carreteras para Vivir Bien” que mencionei no primeiro capítulo dessa dissertação: ele é a expressão da síntese construída pelo governo federal que reproduz o desenvolvimentismo sob a suposta vigência do *Vivir Bien*.

O problema dessa lógica que busca organizar a implementação do *Vivir Bien* sem abandonar a noção de desenvolvimento enquanto referência, portanto, é que além de não executar a desconstrução da ideologia/utopia desenvolvimentista no país, ainda ignora uma série de demandas existentes nos territórios por outro tipo de projetos, como pude observar em minha experiência no TIPNIS. Há uma série de proposições, mais e menos sofisticadas, sobre os projetos que são necessários para as comunidades do território. Um universo de proposições sobre como poderia ser a relação entre o Estado e os povos indígenas. Mas concordando outra vez com Medina, é possível dizer que no momento da concepção e execução de projetos “siguieron las inercias desarrollistas”. Ou ainda, como também afirma o autor, é possível dizer que “no se introdujo la economía de reciprocidad en los presupuestos, ni la ley del *Ayni* [uma forma de reciprocidade e ajuda mútua que impera entre as comunidades quéchuas, principalmente]. Ese aprendizaje mínimo no lo tuvo presente el MAS cuando hace del *Vivir Bien* una política estratégica de valencia constitucional” (Medina, 2011: s/p).

*El gobierno... ese es su caballito de fuerza, el Vivir Bien, ¿no? “una vida digna”, “el Vivir Bien”, todo aquello... es su caballito de fuerza de él, como decimos nosotros. Con eso él ante otros países está bien parado. Pero ese Vivir Bien él lo atropella más bien a las comunidades indígenas donde se debería dar. Entonces se viola ese derecho, se atropella (entrevista com Judith Rivero, presidente da Central Nacional de Mujeres Indígenas de Bolivia, a CNAMIB)*

Durante as entrevistas realizadas com *comunarios*, dirigentes e corregedores do TIPNIS diversas propostas e demandas sobre projetos apareceram. É importante explicitar algumas delas. Diferentemente do que é divulgado pelos segmentos afins ao MAS, os segmentos em resistência ao projeto viário não repudiam a chegada de projetos na região, apenas rechaçam que a construção da estrada seja uma condição para a realização desses projetos. A ex-dirigente indígena e atual delegada do TIPNIS pelo governo departamental do Beni Mirian Yubanoré, por exemplo, afirmou que “*podrán haber miles proyectos que puedan entrar al TIPNIS, que el gobierno pueda apoyar, que es su deber del gobierno apoyar con proyectos y programas al TIPNIS, pero que lo de de corazón, que lo de sin condiciones, que lo de de buen corazón ¿no?*”.

Também para o corregedor Simón Noza a chegada dos projetos na região do Isiboro-Sécure pressuporia, para o governo, a aceitação da estrada através do TIPNIS.

Ele afirma que o governo “*da proyectos a cambio de que uno acepte la construcción de la carretera*”, e é por negarem essas práticas – e não por estarem “*en contra del desarrollo*” – que os segmentos em resistência às vezes se opõem a alguns dos projetos do governo. Mas eles querem projetos na região e sabem bem que tipo de projetos querem. A partir das entrevistas realizadas sobre essa temática foi possível organizar os projetos demandados no TIPNIS em três conjuntos distintos: projetos de turismo, de infraestrutura e produtivos.

O plano de distribuição dos projetos pelo território tem relação com as necessidades de cada comunidade e com o plano de manejo geral do TIPNIS, que de acordo com o ex-presidente da Sub-Central do TIPNIS, Adrian Nogales, foi aprovado em 2001 em uma grande assembleia. Esse plano de manejo foi responsável pela divisão do TIPNIS em diferentes zonas, que podem ser aproveitadas cada a uma a sua maneira, de acordo com a resolução das comunidades: “*‘esto no se toca’, ‘aquí se puede hacer uso tradicional’, ‘aquí sí se puede hacer uso de recursos’*”; as comunidades protagonizaram o processo de decisão sobre como produzir no território, de acordo com seus costumes e tradições.

Os projetos turísticos, por exemplo, não são desejados em qualquer parte do território e há, inclusive, certa hostilidade em relação à presença de pessoas de fora do território em algumas regiões do TIPNIS, como me foi relatado algumas vezes em conversas informais. Mas em algumas áreas o turismo é desejado e é percebido como uma solução plausível, já que os projetos turísticos em algumas zonas poderiam ser executados sem representar uma interrupção do modo de vida das comunidades. O reconhecimento da extraordinária beleza do TIPNIS sustenta os argumentos a favor do desenvolvimento do turismo na região. O território acaba sendo oferecido, outra vez, como um recurso passível de exploração econômica. A riqueza do TIPNIS, sua natureza intacta, deveria servir como fonte de ingresso de recursos.

O presidente da *Central de Pueblos Indígenas del Trópico de Cochabamba*, Jeremias Ballivian, tratou do assunto em sua entrevista. Para ele nas TCO’s “*está la gran parte de la riqueza todavía intacta, y esa es una contribución a la naturaleza y al mundo para nosotros*”. Essa condição de preservação deveria ser mobilizada, nessa perspectiva, a favor do desenvolvimento de projetos: “*necesitamos cooperación y uno de los que va encajado de alguna manera es el tema turismo, los proyectos turísticos comunitarios. Y en el tema también es posible manejar el tema forestal por ejemplo*

*también que da bastantes recursos*”. Não se trata aqui de construir um argumento contrário à realização de projetos turísticos na região do Isiboro-Sécure – até porque afirmativas dessa ordem não caberiam a esse trabalho – apenas procuro salientar que ao redor dos projetos turísticos também podem circular premissas sobre o território que não necessariamente são partilhadas entres aqueles que ali habitam. As dificuldades em organizar projetos turísticos que de fato estejam em sintonia com o que as regiões podem e têm interesse em oferecer reaparecem em outras partes da Bolívia, como se pode conferir, por exemplo, através de um breve relato sobre a elaboração de um plano turístico em Guayaramerín, outra cidade no departamento do Beni (cf. Moraes, 2011). Projetos de quaisquer ordens não são aceitos ou rechaçados *a priori*, eles são avaliados pelas comunidades como interessantes ou não, dependendo da viabilidade de sua coexistência com os costumes dos povos da região.

O mesmo pode acontecer com os projetos de infraestrutura ou os projetos produtivos. Não é porque alguns projetos dessa ordem são demandados na região que poderíamos concluir que projetos turísticos, por infraestrutura ou produtivos, de maneira geral, são uma necessidade para o TIPNIS. O que pude observar é que alguns projetos específicos são demandados enquanto outros são tidos como desnecessários e às vezes como indesejados. Observemos outro trecho da entrevista de Ballivian:

*Hay zonas estratégicas en las que podemos poner las infraestructuras y como en los colegios, las escuelas, para así también conservar digamos el mismo ambiente de que sea mejor para los niños y puedan estudiar de manera más cómoda ¿no? En el tema por ejemplo, hay mucho mosquito entonces sí o sí necesitas un ambiente más tranquilo para poder concentrarse y tener un rendimiento académico de mejor calidad.*

O que se pode perceber é a compreensão de que os projetos devem ser realizados em zonas estratégicas – não em qualquer parte – e de acordo com as necessidades reais das comunidades. Nessa perspectiva os projetos são interessantes quando eles dialogam com o que há de singular em cada comunidade, oferecendo soluções para as adversidades da vida cotidiana no TIPNIS – por exemplo, a questão dos insetos nas escolas. Com o tema dos projetos produtivos a questão fica um pouco mais complicada, porque estamos falando de um espectro mais variado de projetos e de compreensões diversas sobre o que “projetos produtivos” significam e o que eles podem trazer para as comunidades. Para a maioria das pessoas com as quais conversei os projetos produtivos

seriam aqueles que poderiam suprir as necessidades produtivas locais e, ao mesmo tempo, oferecer possibilidades de acesso ao dinheiro ou a produtos industrializados. Tomo um trecho da entrevista do corregedor Simón Noza como exemplo:

*Acá se entiende de que acá proyectos productivos pues, supuestamente que es para beneficios personales, como también... o como consumo y para la venta. Porque al vender es porque necesitamos comprarnos la ropa, digamos, como decir... lo que no podemos producir aquí es la sal, ni la manteca... podemos criar chanco y tenemos la manteca. Lo que no podemos aquí es producir digamos, la sal ¿no? y la ropa pues... más que todo para comprar todo eso, es por eso que necesitamos ese proyecto productivo.*

Os projetos produtivos ideais parecem ser aqueles que conseguem produzir ao mesmo tempo produtos passíveis de comercialização e de utilização nas comunidades. Por isso que durante as entrevistas os projetos pecuários foram sempre destacados como importantes. Eles poderiam garantir acesso à carne e ao leite tanto para as comunidades como para o comércio.

Entretanto, alguns dos entrevistados afirmaram que os produtos seriam somente para consumo, enquanto outros afirmaram que seriam para o consumo e para o comércio. Apesar de ser importante apontar essa diferença, a questão não parece fundamental nesse momento. O que é mais interessante nesse debate é a compreensão, essa sim generalizada, de que o território pode ser utilizado em favor das necessidades das comunidades e que o governo pode colaborar com isso garantindo aquilo que é exigido, e não outra coisa. A resistência, assim, não é à presença do Estado ou das políticas do governo no território: a resistência é à imposição de projetos e políticas que eles não desejam para si – e essa é umas das considerações mais importantes desse trabalho. A estrada pode não ser uma necessidade do TIPNIS, mas outros projetos o são. Os projetos que são exigidos pelas comunidades através das organizações indígenas às vezes estão impregnados pela lógica desenvolvimentista clássica ou por alguma variação desse modelo (como projetos relacionados com o extrativismo florestal e baseados na lógica do desenvolvimento sustentável). No fundo, o que está em jogo nesse drama desenvolvimentista é a manutenção, pela população local, da capacidade de ser sujeito do seu próprio destino. A relação das comunidades com o Estado é estabelecida nesses termos, por via da política e das ideologias republicanas associadas ao *Vivir Bien*, mobilizadas a favor dos modos locais de produzir e projetar a vida.



*Lo que sí es para el futuro, se busca meterle proyectos productivos en las comunidades para que la gente trabaje, para que la gente se sostenga, para que la gente pueda sacar sus productos. Porque la gente, te digo, de los pueblos indígenas, la gente no es agricultora así en cantidad, sirve, siembra para su uso, para su sobrevivencia, pero no para exportar y llevar para sacar, es para ellos. Entonces se está viendo y se va a ver de que, de meterles proyectos a las comunidades para que ellos puedan trabajar y poder obtener su vida mejor (entrevista com Nazareth Flores).*

Para Nazareth Flores, presidente da *Central de Pueblos Indígenas del Beni*, o principal é a criação de condições que aprimorem a relação das pessoas com a sua terra, é o desenvolvimento de projetos produtivos que possam dar mais potência ao modo local de produzir e de projetar a vida. A construção de módulos pecuários é um dos exemplos de possibilidade de construção de projetos que sirvam às comunidades, às suas necessidades reais, sem interromper o ritmo das relações entre as pessoas e delas com o território. Esse seria, de acordo com a dirigente da Sub-Central do Sécure Ruth Rocha “*el desarrollo necesario para el TIPNIS*”: “*bueno el primer tema sería el de ganadería, tener granjas de pollos y también de los chocolates y de la yuca, hacer chive y después cerdo, eso*”. Simón Noza, corregedor da comunidade de Gundonovia, amplia a lista de projetos desejados: “*una lechería, una cría de ganado, de carne, en fin ¿no? de chanco, piscicultura... como decir ahora de que las moliendas, el caso de caña, por esto de caña pues ¿no? Eso necesitamos*”.

*Fondo de Desarrollo para los Pueblos Indígenas, Originarios y Comunidades Campesinas:*

Em teoria, os projetos aos quais me referi acima deveriam ser gestados e financiados pelo *Fondo de Desarrollo para los Pueblos Indígenas, Originarios y Comunidades Campesinas* (ou Fundo Indígena, como costumam dizer). O Fundo Indígena foi criado através do Decreto Supremo 28571 em 22 de dezembro de 2005, como resultado das pressões políticas exercidas pelas organizações indígenas e camponesas do país. O que se logrou com a criação do Fundo foi a previsão de deslocamento de parte da arrecadação estatal com os impostos dos hidrocarbonetos para os projetos demandados pelos povos indígenas e comunidades camponesas. O Estado boliviano, que recebe 32% dos impostos dos hidrocarbonetos, ficaria encarregado de repassar para o Fundo Indígena 5% desse montante.

O objetivo geral do Fundo é oferecer às organizações indígenas a possibilidade de apresentarem projetos necessitados pelas comunidades que elas representam. Assim, cada uma das oito organizações que compõem o Fundo (*Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*, *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu*, *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia*, *Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia*, *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa”*, *Asamblea del Pueblo Guarani*, *Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni* e *Confederación de Pueblos Étnicos de Santa Cruz*) poderia apresentar projetos para os territórios e comunidades do país: “*uno de los puntos que sea logrado es que como son diferentes organizaciones y cada organización vela su territorio, su espacio, y en donde en sus comunidades donde va a implementar sus proyectos*” (Fernando Muiba, chefe de projetos do Fundo Indígena, entrevista no dia 08/08/2013 em La Paz).

No TIPNIS, por exemplo, existem somente três projetos que foram elaborados pelo Fundo Indígena, nas comunidades de Gundonovia (no rio Isiboro), Nueva Galilea (no rio Sécore) e Monte Cristo (no rio Ichoa). “*El de Galilea y el de Monte Cristo son módulos ganaderos, el de Gundonovia es módulo porcino, producción de cerdo*” (entrevista com Fernando Muiba). O número reduzido de projetos do Fundo é justificado por diferentes motivos. Desde denúncias de corrupção e pouco compromisso com os territórios da Amazônia (dada a preferência pelo investimento em territórios andinos e camponeses, base política prioritária do MAS) até justificativas técnicas e administrativas relacionadas à pouca experiência dos técnicos do Fundo ou das próprias comunidades que não teriam o costume de recorrer a esse organismo. Como os projetos executados pelo Fundo devem ser apresentados pelas organizações que o constituem – em nome do interesse dos segmentos que essas organizações representam – a responsabilidade do reduzido número de projetos às vezes também é atribuída ao próprio movimento indígena originário camponês.

Fernando Muiba, por exemplo, reclama do baixo número de projetos que lhe são propostos pelas organizações responsáveis pelo TIPNIS “*yo en las veces que estoy con los dirigentes siempre con la intención de que me lleguen proyectos, que me hagan proyectos, que elaboren proyectos. Tantas son, 64 comunidades, y de esos tengo tres, no más*”.

Essa breve apresentação do Fundo Indígena mostra, mais uma vez, como a discussão acerca dos projetos em territórios indígenas é importante para refletirmos sobre a sintonia do Estado e as suas políticas para o território com aquilo que os seus habitantes demandam como necessário. O tema dos projetos não tem relação somente com a execução, financiamento ou disponibilidade de recursos no Fundo. Também envolve o reconhecimento das formas locais de relação com a natureza e as maneiras como as comunidades absorvem e administram as necessidades criadas pela lógica desenvolvimentista.

Estamos diante de uma situação mista e contraditória, como costumam ser os dramas desenvolvimentistas. O que parece mais importante é a busca das comunidades pelo direito de controlar seu destino, seja através da resistência à estrada ou através da aprovação dos *seus* projetos no Fundo Indígena. E ao decidirem pelos projetos que querem para seu território decidem também quais necessidades devem ser atendidas – independente de elas existirem ancestralmente no território ou de te terem sido assimiladas posteriormente.

#### *A afirmação do modelo desenvolvimentista:*

O objetivo geral da seção anterior foi deixar claro que existem possibilidades reais de alinhamento das demandas indígenas com os investimentos do governo nesses territórios. Quando observamos que existe um conjunto de reivindicações por projetos de diferentes ordens no território, fica ainda mais difícil de entender porque o governo do Estado plurinacional não reorganiza sua agenda de investimentos na região de maneira a priorizar aquilo que é demandado localmente em detrimento da construção de um projeto viário tão custoso. A resposta deve estar na própria lógica que organiza a agenda de projetos ou, ainda, na lógica que segue sustentando os planos de desenvolvimento do país e os grupos de interesses associados.

O desenvolvimento dos territórios e das comunidades indígenas parece, na prática, ser um contrassenso em um país que afirma ser organizado para o *Vivir Bien*. A lógica do desenvolvido/subdesenvolvido tem diminuído a importância e a sofisticação dos povos e nações indígenas e originários pelo menos desde a década de 1960 e sua perpetuação na Bolívia do *Vivir Bien* é sintomática das dificuldades que o país tem enfrentado em seu processo de transformação. As reformas institucionais incluíram a proposta do *Vivir Bien* nos planos de Estado, mas essas reformas convivem com a

herança do período anterior, criando novos paradoxos políticos que nem sempre são enfrentados pelo governo.

Mesmo diante de variadas possibilidades, o *Vivir Bien* segue pouco mobilizado enquanto influência direta para políticas públicas voltadas aos territórios indígenas na Bolívia.

### ***Vivir Bien*: impasses identificados a partir de um caso concreto**

Os discursos dos entrevistados não enfrentam a questão do desenvolvimento, enquanto noção, ser ou não apropriado como organizador das políticas para o território. Apesar disso, questionam veementemente o que tenho considerado como a base da lógica desenvolvimentista: a tomada da natureza como algo externo à vida humana, como recurso natural ao invés de Mãe Terra – ou *casa grande*, como costumam dizer no TIPNIS.

Essa distinção marca o argumento que atravessa essa dissertação, pois sinaliza que a diferenciação entre *insiders* e *outsiders* tem relação com a maneira como o território é concebido e ocupado. A tomada do território, da vegetação e dos animais enquanto recursos passíveis de aproveitamento para o desenvolvimento configura um conjunto de posturas e de posições políticas e ideológicas *outsiders*, reproduzidas também por segmentos do movimento indígena (aqueles alinhados com a política e com o projeto de país protagonizado pelo MAS e seus aliados dentro e fora da Bolívia).

Assim, o que foi observado diretamente e a partir das entrevistas realizadas com corregedores, dirigentes e *comunarios* do TIPNIS foi a existência de enorme desconfiança em relação ao potencial transformador da institucionalização do *Vivir Bien*. Enquanto discurso, pode-se dizer que há uma concordância entre o que é reivindicado no TIPNIS e aquilo que o *Vivir Bien* oferece; mas enquanto prática, o que tem sido realizado pelo governo do país em nome de uma política para *Vivir Bien* é frontalmente rechaçado no TIPNIS.

Para os segmentos em resistência ao projeto viário, o *Vivir Bien* é associado à forma local de viver e de se relacionar com o território. O alcance do *Vivir Bien* é aproximado com o encontro da *Loma Santa*, a terra prometida mítica dos povos mojeños. *Vivir Bien* é viver na *Casa Grande* a qual eles pertencem, enquanto povo,

ancestralmente. É habitar onde ninguém os incomode e onde eles possam viver como desejarem, em harmonia com a natureza. Para Bernabé Noza, *“El Vivir Bien (...) es saber respetar la vida de otros, sus decisiones, su condición, su pensamiento, sin imponer, estando en su propio territorio, y eso hemos mantenido durante muchos millones, perdón, muchos miles de años”*. O *Vivir Bien* é respeitar o território, e todos os que nele habitam. É respeitar a si e ao outro, *“es no hacer daño a nadie, ni con prevendas ni con amenazas”*, continua o secretário da Sub-Central do TIPNIS. Para ele *“el Vivir Bien es respetarse unos a otros, dejar que ese pueblo en su determinado territorio viva bien, pero en comunión, en compartir, pero que el Estado que no le fregue, el Vivir Bien para nosotros es eso”*.

Em várias entrevistas o *Vivir Bien* foi associado com o exercício do direito sobre o território, expresso na possibilidade de livre trânsito pela região e na manutenção do território como propriedade coletiva, sem ser dividido em parcelas. Para Emílio Noza, presidente de um dos segmentos da Sub-Central do Sécure, no TIPNIS há *“toda la libertad de salir por allá, por acá, por otro lado... de ir de un lugar a otro lugar, de ir a cazar a otro lugar y nadie los dice nada”*. Isso seria o exemplo de uma vida tranquila para os povos do TIPNIS, afirmou o dirigente, *“y eso le llaman vivir bien”*. O controle territorial, ou o *“resguardo territorial”* sobre o qual falou Adolfo Chávez, constitui-se como mecanismo fundamental para que o *Vivir Bien* seja uma possibilidade. Para Tomas Candia, do diretório do segmento da CIDOB em resistência, *“el Vivir Bien es tener un territorio tranquilo ¿no? O sea que nadie nos moleste ¿no? Que haiga esa libre transitabilidad, o transito... que uno pueda ir a cazar de aquí a veinte, treinta, cuarenta kilómetros”*.

Para *Vivir Bien*, os povos do TIPNIS têm de ter condições de existir de acordo com seus modos ancestrais de produzir e projetar a vida, mesmo que diante de um contexto social diferenciado. *“El Vivir Bien para nosotros los pueblos indígenas tiene sus propios procedimientos, sus normas propias, de acuerdo a sus usos y costumbres, vivir una vida digna sin atropello a nuestros territorios, una vida armoniosa que estamos acostumbrado a vivir”* (entrevista com Judith Rivero, presidente da CNAMIB). Isso não significa a defesa de um modelo estático de vida, que não incorpora novas necessidades que também atravessam as comunidades e povos indígenas do continente. Tomas Candia, por exemplo, reconhece a importância de se ter *“por lo menos una buena educación... tener de repente una casa ¿no? digna entre nuestras comunidades.*

*Tener de repente luz, yo creo que eso es el Vivir Bien, estar tranquilo, que nadie te moleste ¿no?*”. Isso tampouco significa a assimilação pura e simples do que é almejado como ideal nas cidades, como ele também afirmou:

*en la ciudad [es] otro Vivir Bien, dicen, “hay que tener casa”, “hay que tener auto”, “hay que tener plata”. Para ellos yo creo que eso es el Vivir Bien... yo creo que hay otra metodología de nosotros u otra mentalidad de nosotros, como movimiento indígena o como comunario. Es vivir bien, estar tranquilo en nuestro territorio, trabajar, chaquear, bueno, convivir pues, como siempre convivimos con la naturaleza, ¿no? eso es el Vivir Bien para nosotros, ¿no?*

Além da questão do controle territorial, o respeito à relação harmoniosa com a natureza é um dos aspectos que mais foi associado ao *Vivir Bien* pelas pessoas entrevistadas durante a pesquisa. Para Bertha Vejarano, por exemplo, o *Vivir Bien* é “*que el gobierno deje de entrometerse a las comunidades, que deje por ejemplo vivir en paz y en armonía como vivían antes nuestros ancestros*”. A presidente da *Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni* afirma que para ela “*el Vivir Bien es que nos deje compartir con la naturaleza, conforme nosotros nos hemos criado. De repente el Vivir Bien para nosotros (...) es que nuestro territorio no sea destruido, porque en nuestro territorio nosotros tenemos muchas riquezas*”. Vejarano refere-se às plantas e animais como a riqueza capaz de garantir aos povos do TIPNIS o *Vivir Bien*:

*Por ejemplo, para empezar tenemos bastante medicinas tradicionales, tenemos el aprovechamiento de todas las frutas silvestres, tenemos los recursos naturales, tenemos los animales del cual nosotros no subsistimos, tenemos los ríos que son nuestros mercados de la carne... eso por ejemplo para nosotros es Vivir Bien,*

O presidente do TIPNIS, Fernando Vargas, propõe uma síntese: “*podíamos trasladar ese término de Vivir Bien simplemente a esa cosa: de la relación del hombre con la naturaleza, allá en su territorio, allá en el campo*”. Não se trata, portanto, de uma mirada romântica ao território, preservacionista ou isolacionista. Como demonstrou o ex-presidente da Sub-Central do TIPNIS Adrian Nogales em entrevista, existe uma compreensão de que é necessário atender às necessidades de diferentes ordens que existem no território: “*hay que mejorar sí la condición de vida, eso sí... el tema de*

*salud, educación, posibilidades al estudio, yo creo, de nuestros hijos. Creo que eso es, digamos, con el fin de mejorar la condición de vida del pueblo indígena”.*

As necessidades existentes no território são compreendidas, mas sua satisfação nem sempre é associada ao alcance do *Vivir Bien* que, por ainda ser muito difuso em seu significado e servir como justificativa para uma série de políticas e projetos que são rechaçados no território, nem sempre aparece como algo desejável. Essa é, por exemplo, a impressão de Eugênio Mullungo, da Defensoria Pública da Bolívia: *“en el TIPNIS, no están muy de acuerdo con esto ya del Vivir Bien porque como se está operando en la consulta, el tratamiento del territorio, las políticas que se están implementando, ellos no lo consideran que van por el lado del Vivir Bien por ejemplo ¿no?”*. A maneira como o Estado boliviano tem se feito presente no TIPNIS desenrola uma crítica ao próprio projeto de *Vivir Bien*. Isso porque, para Fernando Vargas, *“en el momento que su territorio es intervenido o amenazado por un Estado, deja de vivir en armonía con la naturaleza y deja de estar tranquilo y deja de vivir bien”*.

Foi a partir da candidatura e posterior eleição de Evo Morales que o *Vivir Bien* começou a circular como um novo norte para as políticas públicas no país. Mesmo assim, as atuais críticas de segmentos do movimento indígena ao *Vivir Bien* são direcionadas ao governo de Morales, que não compreenderia o que o *Vivir Bien* realmente significa para os povos do TIPNIS. Bertha Vejarano afirma que *“el gobierno dice él que vivir bien, por ejemplo, teniendo teléfonos celulares en las comunidades, de repente es una necesidad, pero no es una prioridad para la familia ¿no?”*. Esse seria um dos exemplos da má compreensão das necessidades do TIPNIS.

Tampouco seria uma prioridade o acesso a parcelas individuais de terra, como revela o presidente da Sub-Central do Sécore, Emílio Noza, em entrevista: *“para nosotros eso no es vivir bien, tener un pedazo de tierra, tener un pedacito de parcela. Eso, para los pueblos indígenas, totalmente rechazan contundente esa actitud de ese gobierno”*. Para Jeremias Ballivian, presidente da CPITCO ter casa, carro ou *“unas cosas de piedras que están en las ciudades”* também não significa a garantia de que se viva bem. Isso não seria uma exigência dos povos do TIPNIS, como também corroborou Mirian Yubanoré, ex-dirigente do TIPNIS:

*no tenemos otra forma de poder sentirnos de que queremos vivir súper bien, tener una casa de dos pisos, un edificio grande, una oficina bien hecha. Eso es, para nosotros, no*

*es vivir bien ¿no? Eso no es nuestra forma de vida ¿no? Entonces es diferente a la vida de la gente que vive en la ciudad ¿no?*

O oferecimento de bens de quaisquer dessas ordens não garantiria o *Vivir Bien* por si e, ademais, tenderia a piorar a vida nas comunidades e entre elas, pois o acesso desigual a casas, motores, celulares e etc. provocaria brigas e disputas entre as famílias do TIPNIS:

*Vuelvo a reiterar, el Vivir Bien ha venido a dar el gobierno solamente a dos familias en cada comunidad y eso es vivir mal, eso no es vivir bien ¿no? Porque ya entra en un tema de disgustos entre ellos y que ya realmente eso avanza y que va carcomiendo más, cada día más, a la misma comunidad, a las mismas organizaciones. Entonces eso ha venido a cambiar mucho el movimiento indígena, mucho peor a las comunidades (entrevista com Bertha Vejarano).*

Mas para os setores afins ao MAS, esse tipo de política, como se poderia esperar, é desejado. Observemos o trecho da entrevista com um dos dirigentes do segmento da Sub-Central do Sécuré favorável ao governo:

*El Vivir Bien es para, bueno, estar ya con una buena salud, tener servicios básicos, tener luz, tener buenos teléfonos ¿no? Ya tener en contacto y así, bueno, tener ya la buena comunicación, tener ya documentos. Porque realmente hacen años que nosotros no contábamos con documentos, éramos como los animalitos sin documentos ¿no? Entonces hoy ya contamos para poder... hasta para ir a un alojamiento a un hotel se necesita carnet. Entonces hoy ya nosotros, en si nos estamos librando de esa parte en su 90% de las comunidades ya cuentan con carnet. Entonces estimamos hasta fines de este año que sea 100 por 100 carnetizada la gente (...) O sea una de las partes para el Vivir Bien es eso: tener la comodidad, tener una casa bien... ¿no?*

O que ele defende como *Vivir Bien* é exatamente o que é rechaçado pelo outro segmento do movimento indígena que resiste à estrada. Isso reforça a proposição de que dentro do movimento indígena se reproduz a lógica *outsider* sobre como produzir e projetar a vida no território.



*Uma estrada não garante o Vivir Bien.*

Os depoimentos reproduzidos até agora são suficientes para criticar a propaganda do MAS que propõe as estradas como meio para se viver bem. Como temos visto, as expectativas dos povos do TIPNIS para o seu território e para a sua vida não passam pela construção da estrada através do território. A assimilação do *Vivir Bien* com o desenvolvimento e deste último com a construção de estradas revela a dificuldade de as reformas institucionais bolivianas se desdobrarem em políticas públicas que de fato democratizem a vida dos povos e nações indígenas do país.

Para dar sentido a essa última afirmativa trago como exemplos alguns trechos de entrevistas que problematizaram a equiparação do desenvolvimento com a construção da estrada, e que culminam em uma revisão do próprio sentido dessa noção, em debate neste trabalho.

Judith Rivero afirma que aos olhos do governo de Morales a estrada através do TIPNIS poderia trazer desenvolvimento para a região: “*‘sí, ese es el desarrollo’, dice [el gobierno]. Pero ¿habrá ahí? ¿habrá un desarrollo equilibrando ese bien y el Buen Vivir?*”. A presidente da *Central Nacional de Mujeres Indígenas de Bolivia* acredita que não. “*Para nosotros no va a haber. Para nosotros va a ser la destrucción. Para los pueblos indígenas, va ser la destrucción. Y que... ¿quiénes va lograr con eso? despojarnos de la tierra y tenernos de mendigos por las calles, sin tener que dejarle a sus hijos*” (Judith Rivero).

Ao contrario do que afirma o governo, para a maioria das pessoas entrevistadas a estrada significa destruição, e não desenvolvimento, como também se percebe no trecho da entrevista com Plácida Muiba, presidente de mulheres da Sub-Central do Sécore: “*yo creo que esa carretera nosotros no lo vemos como un desarrollo que nosotros vamos a Vivir Bien, eso no lo vemos nosotros. Más bien esa carretera que nos va traer, que quiere el gobierno destruir nuestro territorio, más bien eso nos va destruir*”.

Na mesma entrevista *doña* Plácida sintetiza os argumentos apresentados até o momento, fazendo valer a reprodução de um trecho extenso de seu depoimento para encerramento desse capítulo:

*nosotros no lo vemos ese que el Vivir Bien que dice el gobierno, cuando vaya a la carretera. Eso no es el Vivir Bien. Porque ya vamos a estar limitados, vamos a estar parcelados y eso yo creo que no es tan así, nosotros no lo vemos tan así. Que eso... sí nosotros ahorita garantizamos que nosotros estamos viviendo el Vivir Bien ahorita así*

*como estamos, tenemos nuestro territorio, estamos en colectividad. En cambio cuando ya estamos en la carretera ya hay artos daños y bueno ya no hay esa tranquilidad y bueno ya no hay ese Vivir Bien ¿no?, Porque a veces ya uno sabemos que a veces la carretera va a haber arto perjuicio y bueno, los que se van a beneficiar son los ganaderos, madereros, todos esos nos van a saquear los recursos y nosotros vamos a seguir ahí ¿no? humillados. Y eso es lo que nosotros, nosotros no lo vemos eso que haiga una carretera y bueno vamos a vivir bien, más bien eso vamos a empeorar, no vamos a tener donde chequear... Porque sabemos que van a entrar de diferente gente, al menos los coccaleros, que a veces vienen ellos avasallando las tierras ¿no? Y eso es, que por eso nosotros nos vemos así, en la resistencia de nuestro territorio y lo vamos a defender como debe de ser.*

## Conclusões

O projeto de construção de uma estrada através do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS) disparou uma nova onda de mobilizações indígenas na Bolívia, criando relações paradoxais entre o então recém-criado Estado Plurinacional e o movimento indígena das terras baixas do país.

A resistência dos povos do TIPNIS à construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos através do seu território traz à tona questões importantes sobre o significado do desenvolvimento em um Estado que se alicerça no manejo da noção de *Vivir Bien*. Quando projetos de desenvolvimento de infraestrutura passam a ser planejados em territórios indígenas tornam-se imediatamente relevantes para os povos que ocupam aquelas terras ancestralmente. Em situações como essas, esse tipo de projeto deixa de ser pertinente exclusivamente aos interessados na economia nacional, no mercado regional, na integração estatal ou na (re)formulação de paradigmas civilizatórios alternativos. Ao incidirem diretamente sobre o futuro dos povos e dos seus territórios, os projetos de desenvolvimento de infraestrutura passam a ser uma temática de discussão pertinente para as organizações indígenas.

Em um país como a Bolívia, a relação das organizações indígenas com a vida política é diferenciada. O processo de transformação protagonizado pelos setores indígenas e camponeses do país ao redor da candidatura de Evo Morales abriu um novo momento político, infestado pelas opiniões e pelas demandas populares mais diversas. A Bolívia tem se transformado, e os principais promotores dessa transformação são aqueles povos e nações indígenas, originários e camponeses que têm se levantado constantemente em defesa de seus direitos. A vitória de Morales e o desencadear do *proceso de cambio* boliviano não encerraram um ciclo de mobilizações indígenas no

país, senão que abriram espaço para que as vozes dessas organizações ecoassem de maneira mais pública e desobstruída. As organizações indígenas da Bolívia seguem mobilizadas pelo seu direito de viver bem, em seus territórios, e de acordo com seus modos próprios de produzir e de projetar a vida – mesmo que agora se mobilizem contra o governo que iniciou o processo de transformação do país.

Essas relações com o Estado são atravessadas por influências que também são múltiplas. Atores e instituições que conformam o campo do desenvolvimento relacionam-se com atores locais, inserindo no território maneiras *outsiders* de produzir e projetar a vida. A configuração do drama desenvolvimentista que surge desse encontro entre *insiders* e *outsiders* de certa forma ganha autonomia no território, pois inspira um conjunto heterogêneo de posições paradoxais sobre o projeto viário e sobre o significado mesmo do desenvolvimento. No meio de tudo isso, existem aqueles que continuam resistindo e refletindo sobre a melhor maneira de dar continuidade ao processo de transformação do país, no sentido de buscarem maneiras, através da luta indígena, de seguir tendo seus direitos reconhecidos pelo Estado Plurinacional. A luta indígena expressa na resistência ao projeto viário se converte em estratégia de incidência sobre o Estado Plurinacional e em decorrência também representa o questionamento da reprodução do desenvolvimentismo clássico no país. Eles se organizam para exigir que a nova Constituição seja respeitada e que o *Vivir Bien* seja uma prática no país, não somente um discurso inspirado em uma ideia potencialmente transformadora.

Dito isso, é possível apresentar três conclusões dessa dissertação que, embora tenham sido formuladas a partir da análise do caso do TIPNIS e da história e atuação das organizações indígenas relacionadas com aquele território, podem ser estendidas a outras regiões do país pelo menos enquanto chaves interpretativas que facilitam a compreensão da complexa relação dos povos indígenas bolivianos com o Estado Plurinacional.

Primeira conclusão: a atuação das organizações indígenas das terras baixas não é marginal à vida política boliviana, e isso diz respeito tanto à história recente do país quanto à história política daquelas próprias organizações que, pelo menos desde a década de 1990, têm se mobilizado e se articulado nacionalmente em defesa de seus territórios e de seus direitos sobre eles.

Como vimos, há uma disputa direta com o Estado para que tanto o ambiente cultural quanto o projeto social das comunidades que vivem no TIPNIS possam ser controlados por elas mesmas. Apesar de essa disputa instigar a legitimação de formas alternativas de organização ela também sugere que o Estado é o espaço institucional no qual essas formas de controle devem ser reconhecidas e legitimadas. Parece evidente que os grupos mojeños, yuracarés ou chimánes que vivem no TIPNIS estão longe de iniciarem um processo de construção de uma estrutura política local parecida com a forma do Estado-nação e, nesse sentido, ao manterem suas formas ancestrais de organização, seguem, de certa forma, sendo sociedades contra o Estado (Clastres, 2003). Mas estamos falando da Bolívia, de um país de maioria indígena recentemente refundado enquanto Estado Plurinacional. Através de suas organizações os povos indígenas bolivianos se inseriram diretamente no campo de luta constituído ao redor do Estado, participando da Constituinte do país e protagonizando o recente processo de transformação boliviano. Os povos indígenas bolivianos incidem e disputam o Estado, o seu formato e o seu significado. Recorrem a ele como espaço legítimo que deveria refletir seus direitos enquanto povos e enquanto bolivianos. Recentemente, com o conflito do TIPNIS, disputam também os conceitos basilares do Estado, problematizando de frente o significado do desenvolvimento e a eficiência do *Vivir Bien*.

A importância das organizações indígenas também pode ser observada pela atuação dos segmentos favoráveis ao projeto viário. Diante dos conflitos a respeito da construção da estrada algumas das organizações indígenas relacionadas com o TIPNIS dividiram-se, e hoje são representadas por dois diretórios que disputam entre si por legitimidade. Como vimos, os segmentos em resistência consideram-se responsáveis pelos diretórios orgânicos e, quando ocorre de existirem diretórios paralelos, eles são denunciados como “*los políticos*”. Esse é o caso da *Sub-Central del Sécore*, da *Central de Pueblos Indígenas del Beni* e da *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia*. Nesses três casos, os segmentos favoráveis à estrada articulam a entrada das políticas governamentais no território através desses diretórios “políticos”, que podem ser considerados como diretórios *outsiders*. A disputa ao redor da estrada não acontece à revelia das organizações indígenas, que podem ser divididas mas não são ignoradas.

Enquanto *insiders* e *outsiders* que, como em todo grande projeto de desenvolvimento, pelem pela afirmação de suas racionalidades e visões de mundo (cf.

Ribeiro, 2008), os atores envolvidos no conflito do TIPNIS mobilizam diferentes argumentos para legitimar suas posições. Tanto do lado dos favoráveis quanto dos contrários ao projeto viário, podemos identificar uma complexa teia de posições e interesses que se organizam em favor de uma ou outra saída para a região. Trata-se de uma variedade de atores que mobilizam discursos, interesses e perspectivas políticas para justificar posições que só podem ser compreendidas em seu contexto. Tomados como resultado de uma forma de produção (cf. Ribeiro, 1987) e não como solução às carências de infraestrutura, os projetos de desenvolvimento são pensados não apenas a partir de seus impactos socioambientais, mas também como objeto de disputas políticas: criam novas polêmicas e novas reflexões entre os atores envolvidos sobre o destino da região, e essas polêmicas e reflexões são catalisadas pelas organizações indígenas e dirigidas ao Estado Plurinacional da Bolívia.

Segunda conclusão: os discursos indígenas sobre desenvolvimento e sobre a noção de *Vivir Bien* são altamente sofisticados. Marcam as instituições públicas bolivianas plurinacionais e ao mesmo tempo atravessam os processos de mobilização indígena ainda em curso no país.

Mesmo que a ideia do *Vivir Bien* comporte elementos da cosmologia indígena andina e por isso seja uma interessante alternativa à ideologia/utopia desenvolvimentista, ela ainda não se realiza enquanto prática no país. Isso não torna sua existência menos importante. É por isso que essa segunda conclusão se desdobra em dois aspectos duplamente interessantes: a sofisticação dos discursos indígenas pode ser percebida, por um lado, pelo fato da noção de *Vivir Bien* deles emergir. A Bolívia passou por processos de transformações institucionais profundos que guardam relação com a legitimação dos discursos indígenas, com o seu reconhecimento enquanto alternativas viáveis ao desenvolvimentismo clássico.

Já por outro lado, a sofisticação dos discursos indígenas se mostra pela sua capacidade de sustentar a continuidade da luta dos povos indígenas em defesa de seus territórios, mesmo depois da inclusão dessas ideias na Constituição. A firmeza das posições das organizações indígenas sobre o sentido do desenvolvimento e o significado do *Vivir Bien* inspira a continuidade da luta em defesa da radicalização do reconhecimento dos direitos indígenas na Bolívia. Mesmo que agora tenham de se voltar contra o governo de Evo Morales, principal referência política do processo de

transformação do país, as organizações indígenas continuam capazes de mobilizar *comunarios* e lideranças indígenas locais para a luta em defesa do território.

Assim um duplo movimento de legitimação e contestação do *Vivir Bien* passa a ser configurado. Ele pode ser observado pelo reconhecimento do descompasso do *Vivir Bien* enquanto ideia, enquanto discurso e enquanto prática. O que observei com essa pesquisa é que a importância da legitimação de discursos que reconciliem a natureza e a cultura é reconhecida, mas o que é realizado pelo governo em nome do *Vivir Bien* é criticado.

Terceira conclusão: por incidirem sobre o Estado e por refletirem sobre um modelo que não começa nem termina em terras bolivianas (o modelo desenvolvimentista), as críticas produzidas no seio das organizações indígenas das terras baixas da Bolívia têm potencial de instrumentalizar o debate a respeito das alternativas ao desenvolvimento e dos desenvolvimentos alternativos. Podem, ainda, ser radicalizadas como instrumento das lutas dos povos indígenas, que resistem à imposição do desenvolvimentismo em diferentes partes do planeta.

Mesmo que suas considerações muitas vezes sejam circunstanciais, elas carregam a possibilidade de desafiar o estabelecido e, de maneira contundente, questionam a obrigação dos povos indígenas de desenvolverem-se de acordo com o proposto de maneira hegemônica. Não são recusas pontuais a um projeto específico. São, antes, contestações insistentes às tentativas de atropelo dos direitos que aqueles povos têm de existir em seus territórios da maneira como lhes parece mais pertinente. Como já afirmou Escobar (2005b: 22), são processos de mobilização como esse que permitem que pensemos em um momento (ou em um regime) onde o pós-desenvolvimento seja uma possibilidade:

A través del mundo se observan muchos ejemplos de este tipo que, de manera similar, podría decirse configuran un régimen de postdesarrollo; es decir, una concientización de que la realidad puede definirse en términos distintos a los del desarrollo y que, por consiguiente, las personas y los grupos sociales pueden actuar sobre la base de esas diferentes definiciones.

Por tudo isso foi possível considerar o caso do TIPNIS como um emblema das contradições que pululam na Bolívia Plurinacional: o conflito catalisou o surgimento de um sem número de opiniões sobre as necessidades e direitos dos povos indígenas do

país, sobre o modelo de desenvolvimento boliviano, o papel das ONG's, a relação entre o discurso ambientalista e o cenário político nacional, a relações dos interesses brasileiros com a formulação de políticas públicas bolivianas, a profundidade e o enraizamento da proposta de plurinacionalização do Estado, etc. As disputas que marcam o campo do desenvolvimento permanecem nítidas na Bolívia Plurinacional e são protagonizadas ora pelos governos e ora pelas organizações indígenas.

Por isso e acima de tudo, o conflito no TIPNIS revelou que noções que ideal e aparentemente são contraditórias, o desenvolvimento e o *Vivir Bien*, na prática são articuladas, associadas e, às vezes, oferecidas como complementares.



## Cronologia

O objetivo dessa cronologia é o de sistematizar algumas datas relevantes para a configuração da problemática do TIPNIS ao longo das últimas décadas. As informações aqui apresentadas já apareceram ao longo da dissertação, mas aqui podem ser observadas a partir de um arranjo cronológico que permite ao leitor localizar-se no tempo e estabelecer paralelos entre eventos relevantes que ocorreram próximos uns dos outros. O ano de 2013 foi marcado por acontecimentos diversos e importantes para a região, mas que não foram apresentados nesta cronologia por terem sido investigados de perto, durante a temporada em que estive na Bolívia. Por isso a cronologia parte do ano de 1965, quando o TIPNIS é fundado, e termina no final do ano de 2012.

**1965.** Em 22 de novembro o Parque Nacional Isiboro Sécure é criado através do Decreto Supremo 07401.

**1982.** Fundada a CIDOB, então com o nome de *Confederación Indígena de Organizaciones*.

**1987.** Enquanto coordenador geral das seis federações do Trópico de Cochabamba, Evo Morales dialoga com o movimento indígena do TIPNIS, se comprometendo a respeitar a zona ecológica do parque.

**1988.** É fundada a Sub-Central do TIPNIS, atualmente detentora do título de propriedade do TIPNIS.

**1989.** 27 de junho. Em sua 76ª Conferência, é assinado o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre direitos indígenas.

**1990.** Em 15 de agosto sai de Trinidad a Primeira Marcha Indígena, “*Por el Territorio y la Dignidad de los Pueblos Indígenas del Beni*”.

Em 24 de setembro, através do Decreto Supremo 22610, umas das conquistas da I Marcha Indígena, o parque passa a ter o duplo status de parque nacional e território indígena.

**1991.** Através da lei 1257, aprovada no dia 11 de junho, a Bolívia aprova e ratifica o Convênio 169 da OIT.

Em 21 de junho o Congresso Nacional ratifica a decisão.

**1994.** Enquanto representante dos cocaleros que viviam no parque ainda na sua condição de coordenador da seis confederações do Trópico de Cochabamba, Evo Morales faz parte da comissão que delimitou o traçado da linha vermelha, que separa terra de colonos e de indígenas no TIPNIS.

**1996.** Em 26 de agosto sai de Santa Cruz de la Sierra a II Marcha Indígena, organizada pela CIDOB e pela CSUTCB e intitulada “*Por el Territorio, los Derechos de Participación Política y Desarrollo*”.

**2000.** Em abril iniciam-se as manifestações em Cochabamba contra a privatização, conhecidas como Guerra da Água.

Em 15 de julho se inicia em Cobija a III Marcha Indígena, “*Por la Tierra, el Territorio y los Recursos Naturales*”.

No mês de agosto em Brasília, Cúpula dos Presidentes cria a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

**2001.** O SERNAP (*Servicio Nacional de Areas Protegidas*), reunido com organizações indígenas, decide pela não atividade petroleira no TIPNIS ou em qualquer outra Área Protegida da Bolívia.

**2002.** Em 24 de maio sai de Santa Cruz de la Sierra a IV Marcha Indígena, denominada “*Por la Asamblea Constituyente*”.

O Brasil ratifica a Convenção 169 da OIT.

Inicia-se a Guerra do Gás, contra a exportação do gás boliviano ao Chile

Em julho, no Equador, acontece a II Reunião da IIRSA.

**2003.** Em 17 de abril a construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos (VT-SIM) é aprovada pelo Decreto Supremo 26996, no governo de Gonzalo Sánchez de Lozada.

Em 17 de outubro o então presidente Sanchez de Lozada renuncia; assume o vice-presidente Carlos Mesa.

**2004.** Em 1º de julho um referendo popular aprova a nacionalização dos hidrocarbonetos.

Acontece no Peru a III reunião da IIRSA, quando 31 projetos de infraestrutura são aprovados para o período 2006-2010.

**2005.** No dia 9 de junho Carlos Mesa renuncia; Eduardo Rodrigues, presidente da Corte Suprema, assume a presidência da Bolívia;

Evo Morales é eleito presidente da Bolívia com 53,74% dos votos.

**2006.** Em outubro tem início a V Marcha Indígena, denominada Grande Marcha “*Nacional Indígena Campesina por la Ley de Reducción Comunitaria de la Reforma Agraria*”.

**2007.** A lei 3672 permite que a Petrobrás retome suas atividades extrativistas no bloco petrolífero do rio Hondo, que se sobrepõe a três áreas protegidas, incluindo o TIPNIS.

Em setembro tem início a VI Marcha Indígena, “*Por la Defensa de los Derechos de los Pueblos Indígenas en la Asamblea Constituyente y por las Autonomías Indígenas*”.

Em 12 de setembro o Plano Nacional de Desenvolvimento (*Bolivia Digna, Soberana y Democrática para Vivir Bien*) é aprovado através do Decreto Supremo 29272.

**2008.** No dia 1 de agosto a presidente da *Administradora Boliviana de Carreteras* (ABC), Patrícia Ballivian, assina contrato de construção da estrada VT-SIM com a empresa brasileira OAS.

**2009.** Em 07 de fevereiro é aprovada a nova Constituição Política do Estado.

De acordo com a nova constituição (Art. 269) as terras comunitárias de origem (TCO) da Bolívia, o TIPNIS incluído, passam a ser território indígena originário campesino (TIOC) que junto aos municípios, províncias e departamentos organizam territorialmente o Estado.

Em 13 de fevereiro a Sub-Central do TIPNIS recebe de Evo Morales o título de propriedade do TIPNIS.

Em 29 de agosto o presidente da Assembleia das Nações Unidas condecora Evo Morales como herói mundial da *Madre Tierra*.

Em agosto Luis Inácio Lula da Silva e Evo Morales visitam Villa Tunari e assinam o acordo de financiamento do BNDES para a estrada.

Em 6 de dezembro Evo Morales é reeleito presidente da Bolívia.

**2010.** O 29º Encontro do TIPNIS, que acontece no dia 18 de maio, decide pelo rechaço à proposta de construção da estrada planejada para atravessar o TIPNIS.

A VII Marcha Indígena, “*Por la Autonomía Plena en la Nueva Constitución Política del Estado*”, sai de Trinidad em 21 de junho rumo à La Paz e tem como um de seus pontos de reivindicação a negação do projeto viário.

**2011.** Em 3 de junho Morales inaugura as obras da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos em Eterazama, município cochabambino próximo de Villa Tunari e atravessado pelo trecho I da estrada.

Em 15 de agosto a VIII Marcha Indígena “*Por la Defensa del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure, los Territorios, la Dignidad, la Vida y los Derechos de los Pueblos Indígenas*” sai de Trinidad rumo a La Paz tendo como ponto central de reivindicação a paralisação do projeto viário pelo TIPNIS.

Em 25 de setembro os marchistas são violentamente reprimidos pelo exército nacional em Chaparina.

Em 19 de outubro aproximadamente 1.200 marchistas chegam em La Paz e são recebidos na cidade por cerca de 500.000 apoiadores.

Em 25 de outubro é aprovada a *ley Corta 180 (Ley de Protección al TIPNIS)* que declara o território como área intangível, proibindo a construção daquela ou de qualquer outra estrada na região.

Em 20 de dezembro sai de Isinuta uma marcha rumo a La Paz, organizada pelo CONISUR e com cerca de 830 marchistas, exigindo a revogação da *Ley Corta* e a retomada do projeto viário.

**2012.** No dia 03 de fevereiro o CONISUR entra com pedido pela realização de uma consulta prévia aos povos do TIPNIS, desistindo de sua estratégia anterior que pedia pela revogação da *ley Corta 180*.

No dia 10 de fevereiro é promulgada a lei 222 (*Ley de Consulta*) que prevê a realização de uma consulta aos povos do TIPNIS para decidir sobre o projeto viário e sobre o caráter intangível recém atribuído ao parque pela lei 180.

Em 11 de abril o contrato com a empresa brasileira OAS, responsável pela construção da via, é rescindido.

No dia 27 de abril a IX Marcha Indígenas sai de Trinidad com cerca de 500 marchistas.

Em 4 de maio a IX Marcha Indígena pede apoio do povo boliviano e da comunidade internacional

Em 10 de maio a CIDOB e o CONAMAQ lançam conjuntamente a plataforma de demandas da IX Marcha, na comunidade de Puerto San Borja.

No dia 25 de maio a COICA se declara em mobilização a favor das demandas da IX Marcha.

Em reunião com a OAE, no dia 4 de junho, indígenas contrários ao projeto viário demonstram que outro trajeto é possível para a estrada, por fora da zona do TIPNIS.

Durante a Cúpula dos Povos na Rio+20, em 19 de junho, é lançada a Carta aos Povos do Mundo, que apoia as demandas dos indígenas que se opõe à estrada.

No mesmo dia, na Bolívia, a lei 222 (*Ley de Consulta*) é declarada pelo Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) como constitucional.

Em 27 de junho a IX Marcha Indígena chega a La Paz, com cerca de 1.500 pessoas. Os marchistas não são recebidos pelo governo e acampam na *Plaza Murillo*.

Em 4 de julho o governo boliviano inicia diálogo com o CONISUR para organizar o início da consulta.

No dia 11 de julho a IX Marcha começa a ser retirar de La paz, sem os manifestantes terem sido atendidos pelo governo.

A consulta é iniciada no dia 1 de agosto.

No dia 4 de setembro amplia-se a duração da consulta que, de 210 dias, passa a ter 301 dias de duração.

Em 6 de setembro Evo Morales assina contrato com as empresas bolivianas AMVI e EBC para retomar a construção do trecho I da estrada (de 47,3km), iniciada pela brasileira OAS.

Em 25 de novembro termina a consulta.

## **Anexos.**

### **Anexo um, tabela de entrevistas:**

- A- Presidente e ex-presidente de organização
- B- Membro de governos
- C- Dirigente de organização
- D- Corregedor/liderança comunal
- E- Demais entrevistados

<b>NÚMERO</b>	<b>NOME</b>	<b>ORGANIZAÇÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>DURAÇÃO</b>
A-1	Emílio Noza	Sub-Central Sécure	19/04/2013	31:16
A-2	Adolfo Chávez	CIDOB	20/04/2013	29:18
A-3	Adrián Nogales	Ex-Sub-Central TIPNIS	22/04/2013	43:33
A-4	Bertha Bejarano	CPEM-B	23/04/2013	38:14
A-5	Judith Rivero	CNAMIB	30/04/2013	40:43
A-6	Marcial Fabricano	Ex-Sub-Central TIPNIS	09/05/2013	1:08:04
A-7	Nazareth Flores	CPIB	10/05/2013	31:19
A-8	Fernando Vargas	Sub-Central TIPNIS	11/05/2013	1:15:55
A-9	Anônimo	Sub-Central Sécure	11/05/2013	24:15
A-10	Jeremias Ballivian	CPITCO	31/05/2013	26:04
B-1	Pedro Nuny	Gobernación Beni	22/04/2013	38:31
B-2	Antonio Torres	Ministerio Planificación del Desarrollo	11/06/2013	27:02
B-3	Mirian Yubanoré	Gobernación Beni	23/06/2013	28:20
B-4	ABC	ABC	-	Entrevista por e-mail

C-1	Tomas Candia	CIDOB	24/04/2013	36:48
C-2	Angela Noza	CNAMIB	28/04/2013	46:35
C-3	Bernabé Noza	Sub-Central TIPNIS	29/04/2013	22:28
C-4	Plácida Muiba	Sub-Central Sécure	11/05/2013	29:18
C-5	Lucio Ayala	CIDOB	22/05/2013	45:37
C-6	Anônimo	Sub-Central TIPNIS	14/06/2013	06:24
C-7	Ruth Rocha	Sub-Central Sécure	18/06/2013	29:56
D-1	José Noza	Corregedor Santa Clara	25/04/2013	13:07
D-2	Pablo Antezana	Corregedor Nueva Vida	17/06/2013	10:05
D-3	Paulino Moye	Corregedor San Ramoncito	18/06/2013	10:18
D-4	Simon Noza	Corregedor Gundonovia	18/06/2013	22:24
D-5	Eduardo Noza	Corregedor Puerto Totora	21/06/2013	14:41
E-1	Eugenio Mullucundo	Defensoría del Pueblo	05/06/2013	47:41
E-2	Gregorio Lanza	Defensoría del Pueblo	06/06/2013	15:40
E-3	Anônimo	Embaixada do Brasil	07/06/2013	14:32
E-4	Fernando Muiba	Fondo Indígena	08/08/2013	41:34

**Total: 30 entrevistas; 15h 9min 42seg.**

**Anexo dois, modelo da carta de recomendação apresentada aos entrevistados:**

## **DECLARACIÓN**

Declaramos que **RENATA ALBUQUERQUE DE MORAES** es investigadora y estudiante del Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) y actualmente desenvuelve una investigación sobre las consecuencias de los conflictos en el TIPNIS, Bolivia.

La alumna ya ha presentado su proyecto de investigación titulado “DESENVOLVIMENTO E VIVIR BIEN. O CASO DO TERRITORIO INDÍGENA E PARQUE NACIONAL ISIBORO SÉCURE (BOLÍVIA)” y esta apta a empezar sus entrevistas en Bolivia, con fines de reunir datos para la redacción de su disertación para la maestría.

Brasília-DF, Brasil.

28 de marzo de 2013.

---

**Flávia Lessa de Barros**

Diretora do Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas



**Anexo três, modelo do termo de consentimento de uso das entrevistas:**

**TERMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE**

Yo, \_\_\_\_\_, estoy de acuerdo en participar como voluntario en la investigación “Desenvolvimento e Vivir Bien. O caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (Bolívia)”, desarrollada por **Renata Albuquerque de Moraes** en el *Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas* (CEPPAC), en Brasília, Brasil.

Autorizo la investigadora a utilizar las informaciones y opiniones registradas en la entrevista solamente para fines académicos. Entiendo que esa entrevista tiene un propósito investigativo y que los datos obtenidos serán divulgados en conformidad con las directrices éticas de la academia y que mi nombre sólo será divulgado con mi permisión expresa en este documento. Todos los registros de la entrevista sólo serán utilizados para fines relacionados con la producción de textos y artículos científicos.

**Sé que puedo desistir de participar de la investigación mientras ella ocurra, sé que puedo pedir a la investigadora que no utilice algunas partes de mis testimonios, sé que no voy a recibir ningún pago por esta entrevista.**

Recibí una copia de la expresión del consentimiento y se me dio la oportunidad de leer y aclarar mis dudas.

- ( ) Permito el uso de mi nombre y apellido
- ( ) No permito el uso de mi nombre y apellido

\_\_\_\_\_  
RENATA ALBUQUERQUE DE MORAES  
(INVESTIGADORA)

\_\_\_\_\_  
FIRMA DEL ENTREVISTADO

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

(LUGAR DE LA ENTREVISTA)

**Anexo cuatro, Decreto Supremo 07401 de criação do Parque Nacional Isiboro  
Sécure:**

**DECRETO LEY N° 07401 - 22 de Noviembre 1965**

**DECRETO LEY N° 07401**  
**GENERAL DE FUERZA AEREA RENE**  
**BARRIENTOS ORTUÑO**  
**GENERAL DE EJERCITO ALFREDO**  
**OVANDO CANDIA**  
**PRESIDENTES DE LA H. JUNTA MILITAR DE GOBIERNO**

**CONSIDERANDO:**

Que es deber del Supremo Gobierno conservar las cuencas hidrográficas y las nacientes de los ríos a fin de evitar inundaciones e interferencias en la navegación;

Que en las provincias del Chapare y Moxos de los Departamentos de Cochabamba y Beni respectivamente, el Estado posee áreas que por su particular belleza, ubicación, topografía, riqueza en flora y fauna, merecen ser mantenidas como reservas vírgenes;

Que la construcción del camino marginal de la selva y los planes de colonización, ponen en serio peligro la integridad de los recursos naturales renovables y, consiguientemente, de la belleza escénica de la región;

Que por los parques nacionales constituyen centros de recreo, turismo, estudio e investigación, incremento y defensa de los recursos naturales renovables;

**EN CONSEJO DE MINISTROS,**

**DECRETA N:**

**ARTÍCULO 1.-** Declárase “Parque Nacional del Isiboro y Sécore el área comprendida dentro del perímetro que corresponde a los siguientes límites:

Por el Norte, parte del hito tridepartamental de La Paz, Beni y Cochabamba, abra de Marimonos y a seguir por el curso de los ríos Natusama y Sécore hasta la confluencia de éste con el Isiboro.

Por el Sud, por el curso de los ríos Yusama e Isiboro hasta la confluencia de éste con el río Chipiriri.

Por el Este, de las Juntas del río Chipiriri por la cuenca del río Isiboro hasta su unión con el río Sécore junto al Puerto Gral. Esteban Arze.

Por el Oeste, mediante las aguas divisorias de las Cordilleras del Sejeruma y Mosetenes.

**ARTÍCULO 2.-** En caso de existir propiedades particulares dentro del área del Parque Nacional, se someterán a las limitaciones y disposiciones reglamentarias que dicte el Ministerio de Agricultura, no siendo permitido el asentamiento de colonizadores.

**ARTÍCULO 3.-** La organización, administración y manejo del Parque, estará a cargo de la División de Forestal, Caza y Pesca.

**ARTÍCULO 4.-** El presupuesto para la administración y manejo del Parque Nacional “Isiboro y Sécore”, dependerá del Ministerio de Agricultura, debiendo éste consignar una partida especial anualmente.

**ARTÍCULO 5.-** El presente Decreto Supremo será reglamentado a los ciento veinte días de su vigencia.

El señor Ministro de Agricultura, queda encargado de la ejecución y cumplimiento del presente Decreto.

Es dado en el Palacio de Gobierno de la ciudad de La Paz, a los veintidos días del mes de noviembre de mil novecientos sesenta y cinco años.

**FDO. GRAL. RENE BARRIENTOS ORTUÑO**, Tcnl. Carlos Alcoreza M., Cnl. Rogelio Miranda B., Tcnl. René Bernal E., Cnl. Sigfredo Montero V., Cnl. Eduardo Méndez P., Cnl. Juan Lechín S., Cnl. Carlos Ardiles I., Marcelo Galindo de U.

**Anexo cinco, Decreto Supremo 22610, que reconoce o TIPNIS como territorio indígena e parque nacional:**

**G A C E T A      O F I C I A L      D E      B O L I V I A**

**DECRETO SUPREMO N° 22610**

**JAIME PAZ ZAMORA**

**PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DE LA REPÚBLICA**

**CONSIDERANDO:**

Que, la Ley de Reforma Agraria, la Ley General de Colonización y la Ley General Forestal, reconocen y protegen el derecho a la tierra de los grupos étnicos del Oriente y la Amazonía.

Que, el Decreto Supremo N° 07401 de 22 de noviembre de 1965, de creación del Parque Nacional IsiboroSécure, al reconocer la existencia de propiedades particulares dentro del mismo dispone que éstas deben someterse a las disposiciones reglamentarias que dicte el Ministerio de Asuntos Campesinos y Agropecuarios.

Que, el Directorio del Centro de Desarrollo Forestal Regional Norte declaró al Parque Nacional Isiboro Sécure como área indígena indispensable para el desarrollo y sobrevivencia de los pueblos indígenas que lo habitan.

Que, en fecha 19 de enero de 1990, autoridades del Ministerio de Asuntos Campesinos y Agropecuarios y del Centro de Desarrollo Forestal Nacional firmaron, conjuntamente, representantes de la Central Obrera Boliviana ( COB ), Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB) y Confederación de Colonizadores, un Convenio para dar solución definitiva al problema de los asentamientos de colonización en los parques nacionales, particularmente en los de Amboró, CarrascoIchilo e Isiboro Sécure, constituyendo Comisiones Mixtas con la finalidad de establecer líneas rojas para evitar nuevos asentamientos.

Que, la construcción de toda obra de desarrollo como ser carreteras, poliductos u otros, requieren de una evaluación sobre su impacto en el ambiente natural, sobre todo si se trata de un área protegida como es el Parque Isiboro Sécure. Que, el reconocimiento del Parque Nacional Isiboro Sécure como territorio indígena en favor de los pueblos originarios que lo habitan, no es incompatible con su calidad de Parque Nacional.

**EN CONSEJO DE MINISTROS,**

**DECRETA:**

ARTÍCULO PRIMERO. - Se reconoce al Parque Nacional Isiboro Sécore como territorio indígena de los pueblos Mojeño, Yuracaré y Chimán que ancestralmente lo habitan, constituyendo el espacio socioeconómico necesario para su desarrollo, denominándose a partir de la fecha Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Sécore.

ARTÍCULO SEGUNDO.- Se amplía la superficie del Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Sécore las áreas externas de los ríos Isiboro y Sécore, incorporando a las comunidades asentadas en las riberas de los ríos y constituyendo a lo largo de todo su curso una franja de amortiguamiento.

ARTÍCULO TERCERO.- Se respeta la condición del Parque Nacional Isiboro Sécore, en la calidad y límite establecidos por el Decreto Supremo N° 07401, más la ampliación dispuesta en el artículo anterior, debiendo la población indígena garantizar el cumplimiento de las normas necesarias para el manejo y conservación de un área protegida.

ARTÍCULO CUARTO.- Se instruye al Ministerio de Asuntos Campesinos y Agropecuarios, con la participación directa de la Subcentral de Cabildos y representantes indígenas de la Región Isiboro Sécore, la elaboración en el plazo de 90 días de la reglamentación del Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Sécore en su doble calidad de territorio indígena y área protegida.

ARTÍCULO QUINTO.- Se homologa el Convenio de fecha 19 enero de 1990 suscrito por representantes del Ministerio de Asuntos Campesinos y Agropecuarios con la Central Obrera Boliviana (COB), Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB) y la Confederación de Colonizadores, en el cuál se dispone fijar una “línea roja” que evite nuevos asentamientos campesinos colonizadores en los Parques Nacionales, en especial en el Parque Nacional Isiboro Sécore, reconociéndose sus actuales asentamientos. Para la definición de ésta línea roja en el Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Sécore, debe participar, además de las instituciones mencionadas la Subcentral de Cabildos y Representantes Indígenas de la Región. Esta delimitación deberá hacerse a la brevedad posible, dentro del plazo máximo señalado en el anterior.

ARTÍCULO SEXTO.- Toda construcción y obras de desarrollo, particularmente, de vías camineras y poliductos, que se realicen en el Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Sécore, debe contar, previamente, con un pormenorizado estudio de impacto ambiental, debidamente aprobado por el Ministerio de Asuntos Campesinos y Agropecuarios, con la participación de la organización indígena de la región. Las obras que estén en ejecución deberán ser paralizadas hasta contar con su respectivo estudio de impacto ambiental. Asimismo, todo proyecto o estudio a realizarse deberá ser consultado y coordinado con la organización indígena de la región.

ARTÍCULO SEPTIMO.- Se declara que el presente Decreto Supremo no se refiere a la cuestión de límites entre los departamentos del Beni y Cochabamba. El señor Ministro de Asuntos Campesinos y Agropecuarios queda encargado de la ejecución y cumplimiento del presente Decreto Supremo.

Es dado en el Palacio de Gobierno de la ciudad de La Paz a los veinticuatro días del mes de septiembre de mil novecientos noventa años.


FDO. JAIME PAZ ZAMORA, Javier Murillo de la Rocha .Min. RR.EE y Culto a.i., Guillermo Capobianco Ribera, Héctor Ormachea Peñaranda, Gustavo Fernández Saavedra, Enrique García Rodríguez, Helga Salinas C. Min. Finanzas a.i., Guillermo Fortún

Suárez, Mariano Baptista Gumucio, Willy Vargas Vacaflor, Oscar Daza Marquez, Min. Industria y Comercio, y Turismo a.i., Oscar Zamora Medinacelli, Edgar Poza Valdivia, Min.

Previsión Social y Salud Pública a.i., Wálter Soriano Lea Plaza, Mauro Bertero Gutiérrez,

Angel Zannier Claros, Elena Velasco de Urresti.

Anexo seis, título de propiedad recibido pela Sub-Central do TIPNIS em dois de fevereiro de 2009:




REPÚBLICA DE BOLIVIA

**Evo Morales Ayma**  
PRESIDENTE DEL ESTADO PLURINACIONAL

**TITULO EJECUTORIAL**

Instituto Nacional de Reforma Agraria



No. TÍTULO TCO-NAL-000229

No. BENEFICIARIOS	No. EXPEDIENTE
1	TCO03030002

**POR CUANTO:** SUB-CENTRAL DEL TERRITORIO INDIGENA PARQUE NACIONAL ISIBORO-SECURE TIPNIS

**MEDIANTE**

TIPO DE INSTRUMENTO LEGAL	CLASE DE PROPIEDAD	ACTIVIDAD	CLASE DE TITULO
RESOLUCIÓN SUPREMA	TIERRA COMUNITARIA DE ORIGEN	OTROS	COLECTIVO

**HA OBTENIDO LA PROPIEDAD DENOMINADA:** SUB-CENTRAL DEL TERRITORIO INDIGENA PARQUE NACIONAL ISIBORO - SECURE TIPNIS

<b>CON UNA SUPERFICIE TOTAL DE:</b>	1091656.9404 HECTÁREAS
UN MILLON NOVENTA Y UN MIL SEISCIENTAS CINCUENTA Y SEIS HECTÁREAS CON NUEVE MIL CUATROCIENTOS CUATRO METROS CUADRADOS	

**A TÍTULO DE :** DOTACIÓN

**UBICADA EN :**

<b>DEPARTAMENTO :</b>	COCHABAMBA Y BENI
<b>PROVINCIA :</b>	AYOPAYA, CHAPARE, GRAL. JOSE BALLIVIAN, MOXOS Y MARBÁN
<b>SECCIÓN :</b>	SEGUNDA, TERCERA, SEGUNDA, PRIMERA Y PRIMERA
<b>CANTÓN :</b>	COCAPATA, VILLA TUNARI, SAN BORJA, SAN FRANCISCO, SAN IGNACIO, SAN LORENZO, LIMOQUIE Y SAN ANTONIO

**COLINDANCIAS :** VER PLANO ADJUNTO

**CÓDIGO CATASTRAL O GEOCÓDIGO :**

ANEXO

**POR TANTO:**

En cumplimiento a la Constitución Política del Estado promulgada en fecha 7 de febrero de 2009, Art. 3 Parágrafo 1 Numeral 2 de la Ley N° 1715 del Servicio Nacional de Reforma Agraria, modificada mediante la Ley N° 3646 de Recondición Comunitaria de la Reforma Agraria, Título X, Capítulos I y II del D.S. N° 29215 y la Resolución Suprema N° 22824 de fecha 31 de diciembre de 2007, se expide el presente Título Ejecutorial reconociéndose al titular como único y absoluto propietario de las tierras especificadas.

Es otorgado, firmado y refrendado en la ciudad de La Paz, a los 13 días del mes febrero del año 2009.

  
 Lic. Juan Carlos Reyes Calizaya  
 DIRECTOR NACIONAL a.i.  
 Instituto Nat. de Reforma Agraria

  
 Lic. Luis López



**Anexo sete, que promulga a construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos:**

Bolivia: Decreto Supremo N° 26996, 17 de abril de 2003

CARLOS D. MESA GISBERT

PRESIDENTE CONSTITUCIONAL INTERINO DE LA REPUBLICA

CONSIDERANDO:

- \* Que el Decreto\_Supremo\_Nº\_25134 de 31 de agosto de 1998, establece el Sistema Nacional de Carreteras conformado por la Red Fundamental, Departamentales y Municipales, así como, la definición de las rutas de la Red Fundamental de Carreteras.
- \* Que para lograr la integración e insertar a la actividad económica del País las zonas deprimidas del norte del Departamento de Cochabamba y del sur del Departamento del Beni, es necesario vincular las ciudades de Cochabamba y Trinidad, a través del Tramo Villa Tunari y San Ignacio de Moxos.
- \* Que de conformidad a los incisos a) y d) del Artículo 2 del Decreto\_Supremo Nº\_25134, la Red Fundamental de Carreteras debe vincular las capitales de Departamento y cumplir las condiciones de protección ambiental.
- \* Que el Servicio Nacional de Caminos responsable de la Red Fundamental de Carreteras, deberá buscar los estudios de Preinversión e Inversión, los mismos que de acuerdo a la Ley\_Nº\_1333 de 27 de abril de 1992 del Medio Ambiente, deben contar necesariamente con los estudios de Impacto Ambiental, tomando debida cuenta, la inmediatez del Parque Nacional Isiboro - Sécore.

EN CONSEJO DE GABINETE,

DECRETA:

Artículo 1º.- (Objeto)El presente Decreto Supremo tiene por objeto complementar la Red Fundamental de Carreteras del País.

Artículo 2º.- (Red Fundamental de Carreteras)Se complementa a la Red Fundamental de Carreteras el Tramo comprendido entre las localidades de Villa Tunari y San Ignacio de Moxos, localidades pertenecientes a los Departamentos de Cochabamba y Beni respectivamente.

Artículo 3°.- (Servicio Nacional de Caminos)El Servicio Nacional de Caminos - SNC asume la responsabilidad del nuevo tramo en todos los aspectos relacionados a la planificación, programación, estudio y diseño referido a la construcción, conservación, mantenimiento, mejoramiento y rehabilitación sobre el mismo, los cuales deberán cumplir las condiciones de protección ambiental, en cumplimiento del inciso d) del Artículo 2 del Decreto\_Supremo\_Nº\_25134 y tomando debida cuenta la inmediación del Parque Nacional Isiboro - Sécuré.

-----

El Señor Ministro de Estado en el Despacho de Servicios y Obras Públicas, queda encargado de la ejecución y cumplimiento del presente Decreto Supremo.

Es dado en el Palacio de Gobierno de la ciudad de La Paz, a los diecisiete días del mes de abril del año dos mil tres.

Fdo. CARLOS D. MESA GISBERT, PRESIDENTE CONSTITUCIONAL INTERINO DE LA

REPUBLICA, José Guillermo Justiniano Sandoval Ministro de la Presidencia e Interino de RR. EE. y Culto, Yerko Kukoc del Carpio, Freddy Teodovich Ortiz, Rubén Ferrufino Goitia Ministro Interino de Hacienda, Moira Paz Estensoro, Jorge Torres Obleas, Carlos Morales Landivar, Mario Requena Pinto Ministro Interino de Minería e Hidrocarburos, Hugo Carvajal Donoso, Javier Torres Goitia Caballero, Juan Walter Subirana Suárez, Arturo Liebers Baldivieso.

-----

Ficha Técnica (DCMI)

Norma Bolivia: Decreto Supremo Nº 26996, 17 de abril de 2003

Fecha 2013- Formato Text Tipo DS  
07-28

Dominio Bolivia Derechos GFDL Idioma es

Complementar la Red Fundamental de Carreteras del País, con el tramo Sumario comprendido entre las localidades de Villa Tunari (Cochabamba) y San Ignacio de Moxos (Beni).

Keywords Gaceta 2480, 2003-04-24, Decreto Supremo, abril/2003

Origen <http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/normas/verGratis/24551>

Referencias 2003.lexml

Fdo. CARLOS D. MESA GISBERT, PRESIDENTE CONSTITUCIONAL  
INTERINO DE LA

REPUBLICA, José Guillermo Justiniano Sandoval Ministro de la Presidencia  
e Interino de RR. EE. y Culto, Yerko Kukoc del Carpio, Freddy Teodovich  
Creador Ortiz, Rubén Ferrufino Goitia Ministro Interino de Hacienda, Moira Paz  
Estensoro, Jorge Torres Obleas, Carlos Morales Landivar, Mario Requena  
Pinto Ministro Interino de Minería e Hidrocarburos, Hugo Carvajal  
Donoso, Javier Torres Goitia Caballero, Juan Walter Subirana Suárez,  
Arturo Liebers Baldivieso.



**Anexo nove, concessão petrolífera da Área do Rio Hondo para a Petrobrás Bolivia:**

GACETA OFICIAL DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA

---

**LEY N° 3672**

**LEY DE 23 DE ABRIL 2007**

-

**EVO MORALES AYMA**

**PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DE LA REPÚBLICA**

-

Por cuanto, el Honorable Congreso Nacional, ha sancionado la siguiente Ley:

**EL HONORABLE CONGRESO NACIONAL,**

**DECRETA:**

**ARTÍCULO 1.** De conformidad con el Artículo 59, atribución 5ª de la Constitución Política del Estado, habiéndose autorizado la suscripción de contratos petroleros mediante Ley N° 3058, se aprueba el Contrato de Operación suscrito en fecha 28 de octubre de 2006, por Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) con “PETROBRAS BOLIVIA S.A.” y TOTAL E&P BOLIVIE SUCURSAL BOLIVIA, correspondiente al Área Río Hondo, ubicada en los Departamentos de La Paz, Beni y Cochabamba.

**ARTÍCULO 2.** Una vez que se levanten las causas de fuerza mayor y/o se realicen descubrimientos comerciales, Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), de acuerdo a lo señalado en el Contrato, negociará de buena fe el Anexo F del mismo.

La modificación del Contrato con el acuerdo del Anexo F, conforme a lo dispuesto en el Artículo 68 de la Ley N° 3058, será sujeta a aprobación del Poder Legislativo, de acuerdo al Artículo 59, atribución 5ª de la Constitución Política del

Estado.

**ARTÍCULO 3.** Se abroga la Ley N° 3565 de 3 de diciembre de 2006.

Remítase al Poder Ejecutivo, para fines constitucionales.

Es dada en la Sala de Sesiones del Honorable Congreso Nacional, a los diecinueve días del mes de abril de dos mil siete años.

**FDO. ÁLVARO MARCELO GARCÍA LINERA**, José Villavicencio Amuruz, Edmundo Novillo Aguilar, Fernando Rodríguez Calvo, Filemón Aruni Gonzáles, Tito Carrazana Baldivieso, Orlando P. Miranda V.

Por tanto, la promulgo para que se tenga y cumpla como Ley de la República.

Palacio de Gobierno de la ciudad de La Paz, a los veintitrés días del mes de abril de dos mil siete años.

**FDO. EVO MORALES AYMA**, Carlos Villegas Quiroga.

---

**TEXTO DE CONSULTA**


Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia

Derechos Reservados © 2012

[www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo](http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo)

Anexo dez, contrato da ABC com a OAS:

10.1:

<b>FORM 200</b>				<i>Finalización del Proceso de Contratación</i>			
<b>1. IDENTIFICACIÓN DE LA ENTIDAD</b>							
Código de la Entidad Pública			Denominación de la Entidad			Fax	
0291 - 00			Administradora Boliviana de Carreteras (ABC)			2392945-2355860	
<b>2. IDENTIFICACIÓN DEL PROCESO</b>							
Modalidad de contratación		Nro. de contratación en la gestión	Gestión	Nro. conv.	Código interno de la entidad	Objeto de la contratación	
Licitación Pública		{DATA5}	2008	1	LPI N° 001/2008	CONSTRUCCIÓN DE LA CARRETERA ?VILLA TUNARI ? SAN IGNACIO DE MOXOS?, CON FINANCIAMIENTO GESTIONADO POR EL PROPONENTE, BAJO LA MODALIDAD DE LLAVE EN MANO	
Código Único de Contrataciones Estatales (CUCE)		08-0291-00-88551-1-1					
<b>3. LISTADO DE EMPRESAS PROPONENTES</b>							
#	Nacionalidad de la empresa		Documento de identificación de la empresa		Nombre o razón social de la empresa		
			Tipo documento	Número de documento			
1	Extranjera		Otro	CW017978	EMPRESA CONSTRUCTORA OAS LTDA.		
<b>4. LISTADO DE ASOCIACIONES ACCIDENTALES PROPONENTES</b>							
#	Denominación de la asociación accidental		Empresas integrantes de la asociación accidental				
			Nombre empresa Integrante - % particip.				
No Existen Registros de Asociaciones							
<b>5. INFORMACIÓN DE LA RESOLUCIÓN DE ADJUDICACIÓN / DECLARATORIA DESIERTA</b>							
Tipo de resolución		Nro. de resolución	Fecha de resolución (día/mes/año)	Fecha de notificación a los proponentes	La ARPC adjudicó de acuerdo al informe de la comisión		
Resolución de Adjudicación/Informe/Otro documento		RPC N° 0154/2008	01/08/08	01/08/08	SI {} NO {}		

10.2:

<b>6. INFORMACIÓN DE LAS EMPRESAS Y/O ASOCIACIONES ACCIDENTALES CONTRATADAS</b>									
Moneda del contrato		Dolares			Tipo de cambio (solo para moneda extranjera)				7,8
Empresa	Nro de contrato	Fecha de firma de contrato (día/mes/año)	Monto del contrato/ Monto estimado para cantidades variables/ Monto de inversión para concesión	Para procesos con financiamiento del proponente			Para procesos por concesión	Nombre del responsable de firmar el contrato por la entidad pública	Fecha de recepción (según contrato)
				Monto financiado	% interés anual	Plazo financiamiento	Número de años de la concesión		
EMPRESA CONSTRUCTORA	218/08 GCT-OBR	04/08/2008	415000425,39					Lic. Patricia Ballivian Estenssoro	20/03/2012
<b>7. DETALLE DE BIENES, OBRAS, SERVICIOS GENERALES O DE CONSULTORIA CONTRATADOS</b>									
#	Partida presupuest.	Descripción del bien, obra, servicio general o de consultoría objeto del contrato		Nro. de contrato	Precio unitario	La cantidad es:	Cantidad/ Cantidad estimada si es variable	Monto total (p.unit. x cantidad) / Total estimado cuando la cantidad es variable	Origen del ítem
1	42300	CONSTRUCCIÓN DE LA CARRETERA ?VILLA TUNARI ? SAN IGNACIO DE MOXOS?, CON FINANCIAMIENTO GESTIONADO POR EL PROPONENTE, BAJO LA MODALIDAD DE LLAVE EN MANO		218/08 GCT-OBR	415000425,39	Fija	1	415000425,39	No corresponde
<b>8. INFORMACION DE BIENES, OBRAS, SERVICIOS GENERALES O DE CONSULTORIA DECLARADOS DESIERTOS</b>									
#	Partida presupuestaria	Descripción del bien, obra, servicio general o de consultoría					Cantidad solicitada	Causal	
No Existen Registros de Causales Desiertos									
<b>9. DATOS DEL RESPONSABLE DE BRINDAR LA INFORMACION Y DEL ENVÍO DEL FORMULARIO</b>									
Apellido Paterno		Apellido Materno		Nombre (s)		Fecha de envío del formulario		04/02/09	
GUEVARA		NINA		SERGIO					
Cargo en la entidad						Medio de envío		Internet	
PROFESIONAL CONTRATACIONES									

## Bibliografía

ABC (2013). “Más carreteras para el cambio. Agosto - 2013”. La Paz: Administradora Boliviana de Carreteras.

ACOSTA, Alberto (2011). “Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición” in *Más allá del Desarrollo*. Quito, Ecuador: Fundación Rosa Luxemburgo/Abya Yala. pp. 83-118.

\_\_\_\_\_ (2011b). “Sólo imaginando otros mundos, se cambiará éste. Reflexiones sobre el Buen Vivir” in Ivonne Farah e Luciano Vasapollo (Org.). *Vivir Bien ¿Paradigma no capitalista?* La Paz: Plural Editores. pp 189-208.

ALBERT, Bruce (1995). “O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza”. *Série Antropologia*, n. 174.

ALMEIDA, Alfredo Vagner Berno de. & Guilherme Carvalho (2009). “Prefácio” in ALMEIDA, Alfredo Vagner Berno de. & Guilherme Carvalho (Org.). *O Plano IIRSA. Na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE.

ALBÓ, Xavier (2011). “Del desarrollo rural al Vivir Bien”. Texto producido para o Seminario Internacional “Desarrollo Rural y Economía Campesina Indígena”, La Paz y Santa Cruz: CIPCA.

\_\_\_\_\_ (2012). “Una mirada profunda al TIPNIS” in CONTRERAS, A. *Coraje, Memorias de la Octava Marcha Indígena por la Defensa del TIPNIS*. Cochabamba: J.V. Editora.

ALBÓ, Xavier e Carlos Romero (2009). *Autonomías Indígenas em la realidad boliviana y su nueva Constitución*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia; GTZ/PADEP.



ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti (2010). “O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffé”. *Lua Nova*: São Paulo. N. 80, pp.71-96.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira (2007). *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Editora UNESP.

ANTEZANA, Luis H. (2009). “Dos conceptos en la obra de René Zavaleta Mercado: formación abigarrada y democracia como autodeterminación” in OLIVE, L.; SANTOS, B.S.; SALAZAR, C. et all (2009) *Pluralismo Epistemológico*. La Paz: CLACSO – Muela del Diablo Editores.

BARRAGÁN, Rossana (2011). “Riqueza, indústria y desarrollo: exploraciones a través de la história” in WANDERLEY, Fernanda (Coord.). *El Desarrollo en Cuestión: reflexiones desde América Latina*. La Paz: CIDES/ UMSA; Plural Editores.

BELLO M., Álvaro (2011). “Prólogo”, pp. 19-22, in CANEDO V., Gabriela (2005). *La Loma Santa: una utopia cercada – territorio, cultura y Estado en la Amazonía boliviana*. La Paz: Plural Editores.

BOLÍVIA (2007). *Plan Nacional de Desarrollo – Bolivia Digna, Soberana, Productiva y democrática para Vivir Bien 2006 – 2011*.

\_\_\_\_\_ (2009). *Constitución Política Del Estado*.

\_\_\_\_\_ (2009). “Logros. Plan Nacional de Desarrollo”. La Paz: Ministerio de Planificación del Desarrollo.

BONFIL BATALLA, Guillermo (1991). “Lo propio y lo ajeno: una aproximación al problema del control cultural” in *Pensar nuestra Cultura*. México, Editorial Patria.

CANEDO V., Gabriela (2011). *La Loma Santa: una utopia cercada – territorio, cultura y Estado en la Amazonía boliviana*. La Paz: Plural Editores.

CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio (2012). “O protagonismo do BNDES no financiamento da infraestrutura sul-americana durante o governo Lula: interface entre interesses domésticos e a política externa”. Artigo apresentado no I Seminário Nacional de Pós-Graduação de Relações Internacionais. Disponível na internet.

CASTRO, Edna (2009). “Integração Sul-Americana do IIRSA. Visão do Estado e dos Atores da Pan-amazônia” in ALMEIDA, Alfredo Vagner Berno de. & Guilherme

Carvalho (Org.). *O Plano IIRSA. Na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE, pp. 107-141.

CASTRO, Luiza Carnicero (2008). O DESENVOLVIMENTO GUIADO POR UM ELEMENTO ESTRANGEIRO: as relações entre o Banco Mundial e os países periféricos in SERAINE, Ana Beatriz dos Santos; Raimundo Batista dos Santos Junior; Shiguenoli Miyamoto (Org.). *Estado, Desenvolvimento e Políticas Públicas*. Teresina: Ed. Universitária da UFPI, pp. 363-406.

CLASTRES, Pierre (2003). *A Sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify.

CONAMAQ, CIDOB, COICA & CAOI (2012). *Pueblos en el camino – en defensa de los territorios*.

DE MARZO, Giuseppe (2010). *Buen vivir – para una democracia de la Tierra*. La Paz: Plural Editores.

DESCOLA, Phillippe (1996). “Construyendo naturalezas. Ecología simbólica y práctica social” in Descola, P. e Pálsson, G. (Org.) *Naturaleza y Sociedad. Perspectivas Antropológicas*. México: Siglo Veintiuno Editores.

EL CIUDADANO (1842). *Reseña del Estado Ruidoso de Bolivia*.

ELIAS, Norbert; John L. Scotson (2000). *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar.

ESCOBAR, Arturo (1997). *Antropología y Desarrollo*. Revista Internacional de Ciências Sociais, n. 154

\_\_\_\_\_ (2005a). “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?” In: LANDER, Edgardo. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.

\_\_\_\_\_ (2005b). “El ‘postdesarrollo’ como concepto y practica social”. In MATO, Daniel (coord.) *Políticas de economia, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: FaCES, pp.17-31.

\_\_\_\_\_ (2007). *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Fundación Editorial el perro y la rana: Caracas.

EVANS-PRITCHARD, E. E. (2008). *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed. 3ª reimpressão.

FARAH, Ivonne & Fernanda Wanderley (2011). “El Desarrollo en Cuestión: reflexiones desde América Latina” in WANDERLEY, Fernanda (Coord.). *El Desarrollo en Cuestión: reflexiones desde América Latina*. La Paz: CIDES/ UMSA; Plural Editores.

FERNÁNDEZ, Hugo (2009). “Suma qamaña, vivir bien , el ethos de la nueva constitución boliviana”. *Revista Obets*, 4. pp. 41-48.

FRANK, André Gunder (1966). “The development of underdevelopment”. *Monthly Review*, v.18, n.4

GARCÉS, Fernando (2010). *El Pacto de Unidad y el Proceso de Construcción de una Propuesta de Constitución Política del Estado: Sistematización de la experiencia*. La Paz: Preview Gráfica.

GARCÍA LINERA, Álvaro (2010). *A Potência Plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_ (2012). *Geopolítica de la Amazonía: poder hacendal-Patrimonial y acumulación capitalista*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Pluricanional.

GARCÍA LINERA, Álvaro; Raúl Prada, Luis Tapia & Oscar vega Camacho (2010). *El Estado. Campo de Lucha*. La Paz: Muela del Diablo Editores.

GIDDENS, Anthony (2000). *Sociología*. Madrid: Alianza.

GUDYNAS, Eduardo (2010). “Buen Vivir: un necesario relanzamiento”. Disponible na internet.

\_\_\_\_\_ (2011). “Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo”. *América Latina en Movimiento*, ALAI, n. 462, pp. 1-20.

\_\_\_\_\_ (2011b). “Tensiones, contradicciones y oportunidades de la imension ambiental del Buen Vivir” in WANDERLEY, Fernanda (Coord.). *El Desarrollo en Cuestión: reflexiones desde América Latina*. La Paz: CIDES/ UMSA; Plural Editores.

GUZMÁN, Ismael (2012). *VIII Marcha Indígena en Bolivia por la defensa del territorio, la vida y los derechos de los pueblos indígenas*. La Paz: Centro de Investigación y Promoción del Campesinato (CIPCA).

INGOLD, Tim (1994). “Humanidade e Animalidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n. 28, ano 10, pp.39-54.

KPGM (2008). *Multinacionais brasileiras. As rotas dos investimentos brasileiros no exterior*. Disponível na internet. LATOUR, Bruno (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.

LEMINSKI, Paulo (2013). *Toda Poesia*. São Paulo: Companhia das Letras.

LÉVI-STRAUSS (1975). *O Totemismo hoje*. Petrópolis-RJ: Vozes.

MAS-IPSP (2009). “Bolivia para Vivir Bien. Programa de Gobierno 2010-2015” La Paz: MAS-ISPS.

MEDINA, Javier (2011). “Suma qamaña, vivir bien y de vita beata. Una cartografía boliviana”. Disponível na internet.

MIRANDA, Bóris (2011) “Marchas: Em Bolivia se hace camino al andar (cuando la historia se escribe con los pies)”. Disponível na internet.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de (2008). “Estado e Desenvolvimento Capitalista – a decolagem do Brasil no século 20”, in SERAINE, Ana Beatriz dos Santos; Raimundo Batista dos Santos Junior; Shiguenoli Miyamoto (Org.). *Estado, Desenvolvimento e Políticas Públicas*. Teresina: Ed. Universitária da UFPI, pp. 291-317.

MORAES, Renata Albuquerque (2011). “Turismo e Desenvolvimento em Guayaramerín: etnografia de um seminário”. Ponto Urbe (USP), v. 8.

PAZ, Sarela (2012). “La Marcha Indígena del ‘TIPNIS’ en Bolivia y su relación con los modelos extractivos de America del Sur”. BOLPRESS. Disponível na internet.

PERROT, Dominique (2008). *Quem impede o desenvolvimento circular? Desenvolvimento e povos autóctones, paradoxos e alternativas*. Revista Cadernos de Campo, n.17, pp. 219-232.

QUIJANO, Aníbal (2000). “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina” in LANDER, Edgardo. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.

REYGADAS, Luis (2008). *La apropiación. Destejiendo las redes de la desigualdad*. Rubi (Barcelona): Anthropos Editorial: México; Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa. Div. Ciencias Sociales y Humanidades.

RIBEIRO, Gustavo Lins e Arturo Escobar (2012). *Antropologias Mundiais: transformações da disciplina em sistemas de poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

RIBEIRO, Gustavo Lins (1987). “¿Cuánto más grande mejor? proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos”. *Desarrollo Económico*, Vol. 27, n° 105.

\_\_\_\_\_ (1991). *Empresas Transnacionais – um grande projeto por dentro*. São Paulo: Editora Marco Zero e ANPOCS.

\_\_\_\_\_ (2003). *Postimperialismo. Cultura y política en el mundo contemporáneo* Barcelona: Gedisa Editorial.

\_\_\_\_\_ (2008). “Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento”. *Novos Estudos*, No. 80, São Paulo, p. 109-125.

\_\_\_\_\_ (2009). “Diversidade Cultural enquanto Discurso Global”. *Avá* n. 15, pp. 9-39.

SAHLINS, Marshal (2011). *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar.

SCHAVELZON, Salvador (2010). *Assembleia Constituinte da Bolívia: etnografia do nascimento de um Estado Plurinacional*. Tese de doutoramento. Museu Nacional/UFRJ.

\_\_\_\_\_ (2010b). *A Abertura e o Estado Pluralista como Busca de Solução Constitucional: o Problema das “Duas Bolívias”*. Cadernos PROLAM/USP, Ano 9, vol.1

SEN, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

STEFANONI, Pablo (2012). “E quem não gostaria de ‘viver bem’?” Cadernos do Pensamento Crítico Latino Americano, CLACSO, pp. 28-30.

SVABÓ, Henriette E. (2008). *Diccionario de la Antropología boliviana*. Santa Cruz de la Sierra: Aguaragüe.

TAPIA, Luis Luis (2007). “Una reflexión sobre la idea de Estado plurinacional” en *OSAL*, Año VIII, N° 22, Buenos Aires: CLACSO.

\_\_\_\_\_ (2010). “El Estado en condiciones de abigarramiento” in GARCÍA LINERA, Álvaro; Raúl Prada, Luis Tapia & Oscar vega Camacho (2010). *El Estado. Campo de Lucha*. La Paz: Muela del Diablo Editores. pp. 97-125.

\_\_\_\_\_ (2011). “El tempo histórico del desarrollo” in WANDERLEY, Fernanda (Coord.). *El Desarrollo en Cuestión: reflexiones desde América Latina*. La Paz: CIDES/ UMSA; Plural Editores.

TEIXEIRA, Rodrigo Alvez & Walter Antônio Desiderá Neto (2012). “La recuperación del desarrollismo en el regionalismo latinoamericano” in DESIDERÁ NETO, Walter Antônio & Rodrigo Alvez Teixeira (Org.) *Perspectivas para la integración de América Latina*. Brasília: IPEA.

TICONA, Esteban (2012). “Estado boliviano versus pueblos indígenas”. Publicado no *La Razón*, 6 de agosto de 2012. Disponível na internet.

ULLOA, Astrid (2001). “El nativo ecológico. Movimientos indígenas y medio ambiente en Colombia”. Disponível no endereço: <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a26-aulloa.pdf>.

URIARTE, Urpi Montoya (2012). “O que é fazer etnografia para os antropólogos”. Ponto Urbe, vol.11.

VARGAS RÍOS, Maria Teresa (2012). *Compensación por Servicios Ambientales de Carbono: una alternativa para reducir la deforestación en el TIPNIS*. La Paz: Fundación PIEB; Fundación Natura.

VERDUM, Ricardo (2006). *Etnodesenvolvimento: Nova/Velha Utopia do Indigenismo*. Tese de doutoramento. PPG/CEPPAC-UnB.

\_\_\_\_\_ (2007). “Infra-estrutura e políticas territoriais do Brasil no contexto da integração sul”. Disponível em <http://geografia.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=50>

\_\_\_\_\_ (2009). “Desenvolvimento, Etnodesenvolvimento e integração Latino-Americana” in TEÓFILO, Cristhian; Antonio Carlos Souza Lima; Stephen Grant (Org.) *Problemáticas Sociais para Sociedade Plurais. Políticas indigenistas, sociais e de desenvolvimento em perspectiva comparada*. São Paulo: Annablume, p. 13-25.

VILLAROEL SANDOVAL, Carlos (2000). “La Aplicación en Bolivia del Convenio 169” in Ordoñez Cifuentes, J.E. *Análisis Interdisciplinario del Convenio 169 de la OIT IX Jornadas Lascasianas*. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Jurídicas.

VILLEGAS, Pablo (2010). “Las transnacionales han saqueado y siguen saqueando Bolivia”. Disponible na internet.

\_\_\_\_\_ (2013). Geopolítica de las carreteras y el saqueo de los recursos naturales. Cochabamba: CEDIB.

ZAVALETA M., René ([1986] 2008). *Lo nacional-popular en Bolivia*. La Paz: Plural Editores.

\_\_\_\_\_ (1983). *Las masas en noviembre*. La Paz: Editorial Juventud.

ZHOURI, Andréa; Klemens Lashefski (Org.) (2010). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.